

Marcio Antônio Both da Silva

**POR UMA LÓGICA CAMPONESA:**

*Caboclos e imigrantes na formação do agro  
do planalto rio-grandense – 1850-1900*

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre.

Curso de Pós-Graduação em História, Departamento  
de Filosofia e Ciências Humanas.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Regina Weber.

Porto Alegre

2004.

Marcio Antônio Both da Silva

**POR UMA LÓGICA CAMPONESA:**  
*Caboclos e imigrantes na formação do agro  
do planalto rio-grandense – 1850-1900*

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre.

Curso de Pós-Graduação em História, Departamento  
de Filosofia e Ciências Humanas.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Regina Weber.

Porto Alegre

2004.

***TERMO DE APROVAÇÃO***

---

Arlene Renk

---

Helen Osório

---

Paulo Afonso Zarth

Porto Alegre, 05 de Fevereiro de 2004.

*Ao caboclo pai, à mãe “alemã” e  
ao irmão e irmã, como eu, miscigenados.*

## ***AGRADECIMENTOS***

Quero agradecer, em poucas palavras, aqueles que, de uma forma ou de outra, foram importantes na realização deste trabalho. Durante a elaboração da pesquisa além de aprofundar meus conhecimentos a respeito de uma parte da história do Rio Grande do Sul e do Brasil, descobri e conheci as vicissitudes relacionadas ao trabalho acadêmico. Dentre essas, destaco as pessoas que pude conhecer e as dificuldades relacionadas a vida de pesquisador.

De forma especial agradeço aos meus familiares – a quem ofereço esta dissertação – pelo apoio sempre constante, aos colegas e professores, principalmente à minha orientadora que demonstrou dedicação em me orientar e, junto comigo, definir os contornos gerais que tomou este trabalho.

Esta dissertação é resultado de um processo de formação que teve seu início durante minha graduação em história na Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUI) e está vinculada a todos aqueles que iluminaram e ajudaram a dar um sentido a minha formação. Assim, destaco a importância que tiveram neste processo os professores e amigos Paulo Afonso Zarth e Cláudio Boeira Garcia, ambos, cada qual a seu modo, foram os responsáveis por diversas descobertas relacionadas à vida de pesquisador, as quais foram o cerne a partir do qual decidi trilhar os caminhos da pesquisa e do compreender.

É difícil nomear todos aqueles que foram importantes na construção deste trabalho e, porque não escrever, desta vocação para pesquisa, mas algumas pessoas foram inesquecíveis e incentivadoras, dentre elas sublinho a presença de Grazielle com quem, agora, compartilho o sorriso de ter chegado ao início de um novo processo, o qual envolva, espero, a possibilidade de novas descobertas.

Enfim, meu obrigado vai também ao Mauricio, um caboclo-irmão com quem espero compartilhar muitas discussões sobre a história, sobre a vida e sobre o próprio mundo. Não devo esquecer de mencionar a importância que as agências de fomento (CNPq e CAPES) tiveram para a realização deste trabalho, pois sem o auxílio financeiro dessas instituições, certamente, esta pesquisa não teria encontrado os resultados que encontrou.

## **SUMÁRIO**

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	8
INTRODUÇÃO	9
<b>CAPÍTULO 1</b>	
1. TEORIAS DO CAMPESINATO	17
1.1 Marx, os marxistas e a questão camponesa	19
1.2. Camponeses e sociedades envolventes	30
1.3. Camponeses: a interpretação brasileira	33
1.2. TEORIAS DA ETNICIDADE	37
1.2.1. Aspectos gerais sobre as teorias da etnicidade	37
1.2.2. A etnia como uma invenção	43
<b>CAPÍTULO 2</b>	
2. IMIGRAÇÃO, CAMPESINATO E RESISTÊNCIA	54
2.1. Imigração: a Europa durante o século XIX	57
2.2. Da Europa para o Brasil: imigração e a sociedade de acolhimento	62
2.3. Os imigrantes no Rio Grande do Sul	69
2.2. A LEI DE TERRAS DE TERRAS DE 1850	73
2.2.1. A Lei n. 601	73
2.2.2. A ocupação do território no Rio Grande do Sul: 1850-1900	77
<b>CAPÍTULO 3</b>	
3. CABOCLOS	81
3.1. O modo de vida do lavrador nacional	92
3.2. O caboclo e a ordem paternalista	105
3.3. “Aqui quem governa é este facão”: a violência entre os caboclos	119
a) Estado e violência no Rio Grande do Sul (1850-1900)	125
b) O caboclo e a violência	133
<b>CAPÍTULO 4</b>	
4. CABOCLOS E IMIGRANTES NO PLANALTO DO RIO GRANDE DO SUL	143
4.1. A Província, a colonização e a agricultura	143
4.2. A ocupação do território e as relações interétnicas entre caboclos e imigrantes	150

CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169

## ***RESUMO***

Este trabalho trata de analisar o modo como aconteceu, no processo de ocupação e povoamento do espaço na região do Planalto do Rio Grande do Sul durante a segunda metade do século XIX, o encontro entre imigrantes europeus e lavradores nacionais, principais agentes envolvidos no processo de povoamento.

Para realizar a pesquisa foram utilizados pressupostos teóricos relacionados as questões ligadas à etnicidade, ao campesinato e aos estudos de história agrária. O objetivo foi compreender o encontro entre caboclos e imigrantes, no sentido de especificar aspectos gerais vinculados ao modo de vida de cada grupo, assim como as alterações provocadas nos mesmos a partir do encontro e da inserção do Rio Grande do Sul no processo de constituição do capitalismo.

## ***ABSTRACT***

The objective of this paper is study how it happened, during the process of occupation and settlement for space in the plateau province of Rio Grande do Sul during the second half of XIX century, the encounter between European immigrant and Brazilian peasant, the main agents involved in this process of occupation.

To realize this research it were developed theoretical arguments related with the subjects of ethnicity, peasant and studies of country history. The main purpose of this research was to understand the encounter of immigrant and peasant people, to discovery how the “the way of life” of each group changed during this encounter and also know how these changes were subordinated to the development of Capitalism in the Rio Grande do Sul.



## *Introdução*

---

O encontro entre imigrantes e caboclos no Rio Grande do Sul passa a acontecer de forma mais acentuada durante o século XIX quando se fortaleceram as políticas de imigração, tanto no Estado quanto no país. Embora o problema do encontro e da relação travada entre os dois grupos tenha sido tratado de forma esporádica, principalmente no Rio Grande do Sul, surgem, também de forma pulverizada, no Estado, pesquisas preocupadas em compreender não só os seus resultados, mas igualmente a maneira como ocorreu e os pontos de vista dos grupos envolvidos em relação um ao outro.<sup>1</sup>

Em primeiro lugar, é bastante difícil definir de forma específica o que exatamente significa o termo “caboclo”, alguns estudiosos como Antônio Candido<sup>2</sup>, José de Souza Martins<sup>3</sup>, Maria Sylvia de Carvalho Franco<sup>4</sup>, por exemplo, elaboraram conceituações sobre o termo, as quais estão ligadas às características relacionadas ao modo de vida do lavrador nacional. É difícil tentar empregar a palavra “caboclo” um significado “particular”, pois, a princípio, ela busca designar o indivíduo filho de indígena com branco, no entanto, como lembra Zarth, com base na definição dada por Gehlen<sup>5</sup>:

do ponto de vista sociológico, a palavra “caboclo” designa membros de um grupo social com características próprias, definidas pela concepção geral das coisas, do estilo de vida, das relações com outros grupos sociais, pelo sistema de trabalho, pelo sistema de reprodução biológico e social, pela religiosidade.<sup>6</sup>

Há muito a ser estudado a respeito da história do lavrador nacional, embora a produção historiográfica, atualmente, dê maior enfoque ao estudo dos grupos até pouco tempo atrás colocados a margem da história, os caboclos ainda não receberam atenção proporcional

---

<sup>1</sup> Um exemplo recente de trabalho preocupado com essa questão é a pesquisa realizada por Henrique Kujawa: KUJAWA, Henrique Ancieto. *Cultura e religiosidade cabocla: movimento dos Monges Barbudos no Rio Grande do Sul – 1938*. Passo Fundo: UPF, 2001.

<sup>2</sup> CANDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

<sup>3</sup> MARTINS, José de Souza. *Imigração e crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973; e \_\_\_\_\_. *Camponeses e política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

<sup>4</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

<sup>5</sup> GEHLEN, Ivaldo. *Terres de lute et luttés pour la terre*. Nantere, 1991. (Tese de doutorado apresentada à Université Paris X).

a sua importância no processo de ocupação e constituição do Rio Grande do Sul. Assim, é possível argumentar, com base em tais constatações, que as pesquisas sobre o tema podem ser aprofundadas em relação ao conjunto de elementos relacionados ao modo de vida dos caboclos, seus valores, suas visões de mundo, suas crenças, suas relações com o meio, com o “outro”, etc.

É importante aprofundar a compreensão de tais temas. Deve-se levar em consideração, igualmente, as dificuldades que encontrei ao elaborar este estudo, visto que as fontes existentes não são produzidas pelo caboclo. Fato que, somado a dificuldade em encontrar as fontes e a pouca bibliografia existente que trate do assunto, além do curto período para a realização da pesquisa são alguns problemas que dificultaram o trabalho, mas não o impossibilitaram ou representaram motivos que o tornassem inviável.

Sem dúvidas o tema da pesquisa, como qualquer outro, é complexo e merece uma atenção especial, pois envolve uma série de pequenas circunstâncias que podem facilmente passar despercebidas à observação do pesquisador. É importante delimitar detalhadamente os aspectos ligados ao estudo: o que está em questão, portanto, não é somente o modo de vida do caboclo, mas compreender a maneira como se deu o encontro entre imigrantes e caboclos no Rio Grande do Sul durante a segunda metade do século XIX. Para, a partir de estudos como o de Barth, por exemplo, compreender como as identidades étnicas se intensificam em zonas de fronteiras<sup>7</sup>, pois elas se fortaleceram, no caso dos caboclos e também dos imigrantes, com a chegada dos últimos nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul.

Além de estudar a história dos caboclos precisei fazer uma abordagem da história dos colonos e da colonização. Pois foi no processo de ocupação da região que ocorreu o encontro. É importante mencionar que a forma como aconteceu a ocupação e os posteriores resultados dela vão proporcionar o estabelecimento de uma situação nova tanto no contexto histórico regional como nacional. Em outras palavras, como escreve Regina Weber,

(os) núcleos coloniais de pequenos proprietários constituíram uma sociedade camponesa com características bastante distintas das áreas de ocupação tradicional. Com o tempo, muitos dos núcleos deram origem a pequenas e médias cidades, cuja principal atividade econômica era a indústria; uma cultura urbana e uma estrutura

---

<sup>6</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Os esquecidos da história: exclusão do lavrador nacional no Rio Grande do Sul*. p. 47. In: \_\_\_. *et alli*. Os caminhos da exclusão social. Ijuí: UNIUI, 1998, p. 45-81.

<sup>7</sup> Ver BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe; *et alli*. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

social específicas com relação às cidades brasileiras tradicionais também marcaram esses núcleos urbanos de origem colonial.<sup>8</sup>

Pesquisar as características particulares de cada grupo é de suma importância para compreender o modo como ocorreu o encontro. Ou seja, ao definir, em linhas gerais, a história tanto dos caboclos como dos colonos, foi possível demarcar o modo como o contato ocorreu. A proposta da análise é compreender a relação estabelecida entre colonos imigrantes e caboclos, partindo do estudo das circunstâncias envolvidas no processo de ocupação e formação do agro no planalto do Estado. Tarefa que realizei na perspectiva de tentar delimitar os traços gerais e particulares relacionados à constituição do campesinato local, seu modo de vida e interpretação de mundo.

Para realizar a tarefa proposta foi importante a elaboração de análises sobre o contexto, cujo significado foi auxiliar no desenvolvimento das investigações realizadas nas fontes. Convém registrar que a relação entre os dois grupos foi importante e definidora do modo como se constituiu um tipo de camponês que é característico do Estado, principalmente naqueles locais onde o contato se estabeleceu de forma mais direta, ou seja, nas últimas zonas de fronteira agrícola do Rio Grande, as quais coincidem ou estão muito próximas dos espaços onde foram fundadas as últimas colônias de imigrantes e de seus descendentes.

É importante lembrar, também, que o processo de povoamento do Rio Grande do Sul foi realizado, em sua maior parte, a partir de uma política de favorecimento dos imigrantes estrangeiros.<sup>9</sup> Fato que resultou no desenvolvimento de conflitos sociais no campo, a partir dos quais passou a se constituir uma maior preocupação das autoridades estaduais com aquela camada da população que não teve participação direta no processo de ocupação.<sup>10</sup> Em consequência, a partir da primeira década do século XX, esforços foram feitos no sentido de desenvolver políticas voltadas a constituição de áreas de assentamento para os “nacionais”, as quais, na maioria dos casos, acabaram não funcionando como o esperado.<sup>11</sup>

Com relação ao espaço de tempo pesquisado, o período abordado compreende a promulgação da Lei de Terras em 1850 até o fim do século XIX. A escolha se deve ao fato de os elementos envolvidos no estudo terem sua presença histórica destacada dentro deste limite.

---

<sup>8</sup> WEBER, Regina. *Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2002, p. 12.

<sup>9</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Editora UNIJUI, 1997.

<sup>10</sup> GEHLEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra no Estado: o caso da fazenda Sarandi*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983. (dissertação de mestrado).

<sup>11</sup> RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: Editora UPF, 1997; SPONCHIADO, Breno Antônio. *O positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000. (dissertação de mestrado).

É neste momento que os imigrantes e o “excedente” populacional das antigas colônias – São Leopoldo, por exemplo – passam a ser levados em direção a zona de matas mais ao norte do Estado, onde passam a ter um contato mais forte e contínuo com os grupos caboclos. Também é importante lembrar que é durante o período em questão que os caboclos passam a experimentar uma transformação na sua realidade cultural e social, a qual é decorrente, entre outros motivos, do encontro, dos novos rumos que a política agrária nacional e estadual vinha tomando e do avanço da fronteira agrícola.

A pesquisa parte de indagações, dentre as quais destacam-se as hipóteses que serviram de base para a análise realizada. Assim, parti do pressuposto de que as identidades camponesas constituídas no Rio Grande do Sul são resultado do processo histórico de ocupação do território. A ocupação não ocorreu de forma pacífica e envolveu resistências tanto dos caboclos como dos colonos imigrantes, as quais tiveram reflexo na compreensão que uns têm sobre os outros e na relação que os mesmos estabeleceram. A relação travada entre caboclos e colonos imigrantes constitui-se num espaço de fronteira interétnica em que os dois grupos construíram limites de convivência, os quais demarcaram a sua própria identidade. Assim, os preconceitos da sociedade nacional, como um todo, relacionados ao modo de vida do caboclo, ignoram esta fronteira e constróem um ideal do homem camponês baseado no imigrante, sendo que este ideal “esquece” de levar em consideração que ambos os lados centram suas atitudes em critérios próprios de racionalidade. Outra hipótese importante para realização do trabalho está relacionada ao avanço da fronteira agrícola, pois à medida que a colonização avançava em direção as áreas de fronteira os caboclos saíram a frente do processo e atuaram como “pioneiros” na ocupação, fato que dificultou o contato.

O procedimento metodológico utilizado na realização da pesquisa consta da coleta de dados que dizem respeito ao tema do estudo em fontes primárias. Também realizei um trabalho de pesquisa bibliográfica que teve por meta a construção de um arcabouço teórico que serviu de base às análises tanto da questão agrícola, num sentido mais geral, quanto daquilo que se refere aos temas relacionados à etnicidade e campesinato.

As fontes primárias mencionadas estão disponibilizadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS). No primeiro constam os Relatórios do Presidente da Província apresentados à Assembléia Legislativa Provincial, os quais cobrem exatamente o período em estudo. Nos relatórios constam detalhadamente e ano a ano as políticas de colonização adotadas no período, assim como o modo como o governo provincial lidava com os “nacionais”. Também no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul realizei uma busca nos ofícios das diretorias de colonização a

Presidência da Província, no entanto, devido ao “excesso” de documentos e o curto período que tive para realizar a dissertação optei por selecionar alguns deles detendo-me especificamente na análise dos relatórios provinciais.

No Arquivo Público do Rio Grande do Sul encontram-se os documentos que compõem o cerne desta análise. Junto ao Arquivo Público realizei a coleta de dados em Processos Crime. Foi nos processos crime onde encontrei os melhores resultados da pesquisa, pois eles dão conta de mostrar o modo como se definiu, tanto o encontro como o modo de vida dos grupos em estudo.

Os Processos Crimes que foram analisados compreendem apenas uma região do Estado do Rio Grande do Sul: a Comarca de Cruz Alta, a qual em boa parte do século XIX representava um dos maiores municípios do Estado e ocupava quase que totalmente aquela região que geograficamente é conhecida como “Planalto” e cuja uma das características é a forte presença dos grupos em estudo, principalmente dos caboclos. O município de Cruz Alta, no período em estudo, compreendia uma série de outras localidades que hoje formam outros municípios e que no decorrer do período que vai de 1857 a 1918 vão se desmembrando, são eles e seus respectivos anos de criação:

<b>ANO</b>	<b>MUNICÍPIO CRIADO</b>
1834	Cruz Alta
1857	Passo Fundo
1874	Palmeira das Missões
1875	Soledade
1891	Vila Rica (Júlio de Castilhos)
1912	Ijuí
1918	Erechim

Fonte: FELIZARDO, Júlia Netto. *Evolução administrativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, s/d. p. 13. Apud. ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Editora UNIJUI, 1997, p. 26.

Como o trabalho se circunscreve na esfera das relações culturais, parti do pressuposto da cultura não como algo dado, mas como uma construção onde os diferentes grupos agem e interagem na maneira como se dá a construção, imprimindo à mesma e ao seu próprio modo de vida um sentido. Lembro aqui a noção de cultura desenvolvida por Thompson que no “campo teórico da cultura popular (...)”, diferentemente das outras concepções, “valoriza (...)

a resistência social e a luta de classes em conexão com as tradições, os ritos e o cotidiano das classes populares num contexto histórico de transformação”.<sup>12</sup>

Una cultura también es un fondo de recursos diversos, en el cual el tráfico tiene lugar entre lo escrito y lo oral, lo superior y lo subordinado, el pueblo y la metrópoli; es una palestra de elementos conflictivos, que requiere un poco de presión – como, por ejemplo, el nacionalismo o la ortodoxia religiosa predominante o la conciencia de clase – para cobrar forma de “sistema”. Y, a decir verdad, el mismo término “cultura”, con su agradable invocación de consenso, puede servir para distraer la atención de las contradicciones sociales y culturales, de las fracturas y las oposiciones dentro del conjunto.<sup>13</sup>

Como o objetivo foi entender a relação entre imigrantes e caboclos uns com os outros, entende-se que ela não se estabelece sem confrontos e resistências, em função das mudanças provocadas a ambas as partes. Embora, a questão não se dê numa esfera de classes antagônicas é importante salientar a presença da questão étnica como um dos fatores a influenciar no quadro conflitante. Assim, como base para analisar as questões relacionadas aos contatos étnicos, utilizei os estudos realizados por Fredrik Barth, Max Weber, Norbert Elias, Michael Banton e Stuart Hall.

É importante também observar os encaminhamentos que a agricultura e a questão da ocupação do território tomava na segunda metade do século XIX, pois um conjunto de fatores, tanto externos quanto internos, como, por exemplo, a Lei de Terras, apontava para transformações gerais no sentido da agricultura e do próprio campesinato. A influência de tais fatores resultava numa necessidade de adaptação dos camponeses às mudanças, sem esquecer que elas aconteciam, principalmente, em função do desenvolvimento do capitalismo.<sup>14</sup>

O entendimento das mudanças constantes, tanto com relação às técnicas empregadas pelos agricultores quanto no comportamento homem/natureza, homem/homem, foi importante para melhor focalizar os movimentos realizados, tanto por imigrantes como por caboclos, na perspectiva de entender como ambos reagem mediante o que vinha se apresentando.

Convém lembrar outra questão importante, isto é, o quadro complexo que compunha o Rio Grande do Sul do período e a maior complexificação do mesmo à medida que o país caminhava em direção a implantação da República. Estudos como a tese de Helen Osório

---

<sup>12</sup> VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 157.

<sup>13</sup> THOMPSON, E. P. *Costrumbres en común*. Barcelona: crítica, 1995, p. 18.

<sup>14</sup> Martins, Imigração e crise no Brasil agrário, *op. cit.*

sobre o Rio Grande do Sul colonial<sup>15</sup> demonstram avanços importantes na perspectiva de melhor compreender a história da Região Sul. Entre outros elementos presentes na tese que contribuíram na análise, a autora mostra que durante o período que estuda (1737-1822) a categoria ocupacional mais numerosa era a dos lavradores e demonstra a existência de estruturas internas dentro da sociedade colonial que devem ser analisadas a partir de suas especificidades.

Circunstâncias que vêm ao encontro dos contornos relacionados às questões abordadas por esta pesquisa, pois é no século XIX que passam a ocorrer mudanças profundas nesta realidade. Assim, é importante mencionar o quanto a sociedade colonial rio-grandense estava permeada por uma realidade “muito mais complexa e conflitiva, com uma estratificação social mais diversificada, mesmo dentro do tradicional binômio estancieiro-peão”<sup>16</sup> e o quanto essa situação perdura e transforma-se durante o período aqui em análise.

Ao todo a dissertação é composta por quatro capítulos e uma conclusão: o capítulo primeiro é composto de uma análise crítica das questões relacionadas às “teorias da etnicidade” e às “teorias do campesinato”. Nele discuto alguns aspectos ligados a maneira como as identidades étnicas são “forjadas” pelos diferentes grupos sociais, sua importância para os mesmos e o quanto a etnicidade é um elemento presente na história e na sociedade como um todo. Da mesma forma, traço uma discussão a respeito das diferentes abordagens que tratam do campesinato. Analiso a especificidade do termo “camponês” no sentido de tentar entender o modo como à palavra foi usada historicamente por diferentes autores de distintas escolas teóricas.

É importante mencionar que o capítulo sobre o campesinato tem um caráter descritivo, que sua importância está no fato de permitir uma visão mais abrangente do problema em estudo e que o objetivo do mesmo é mais apontar algumas linhas de interpretação do que encontrar um tipo de definição que se encaixe perfeitamente ao tipo de camponês característico do Rio Grande do Sul.

No capítulo segundo, sistematizo, a partir da análise de obras de autores que pensaram o Rio Grande do Sul e o Brasil da época em questão, um estudo das condições sócio-históricas que levaram a imigração no século XIX. O objetivo é entender a razão do deslocamento de imigrantes da Europa para o Brasil, assim como o horizonte de expectativas

---

<sup>15</sup> OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e comerciantes na constituição da extremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 1999. (tese de doutorado).

<sup>16</sup> *Idem*, p. 22.

dos mesmos<sup>17</sup> e a situação em que se encontrava o Brasil e o Rio Grande do Sul na época. Realizo também um estudo bibliográfico sobre o processo de ocupação da terra na busca de compreender a maneira como o povoamento se efetivou para, assim, melhor compreender o encontro entre caboclos e imigrantes.

No terceiro capítulo, construo um estudo bibliográfico da presença do caboclo na produção histórica do Estado. Analiso fontes primárias (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Arquivo Público do Rio Grande do Sul) buscando descrever a presença dos caboclos na história do Estado, bem como definir, em linhas gerais, seu modo de vida, os significados da palavra “caboclo”, a questão da violência dentro dos grupos de lavradores nacionais e as possíveis transformações sociais decorrentes do encontro entre imigrantes e caboclos.

No quarto capítulo, realizo uma análise do encontro entre imigrantes e caboclos, no intuito de descrever as relações vivenciadas pelos mesmos. Por fim, na conclusão discuto a relevância do estudo, a efetividade das hipóteses que serviram de pano de fundo para a análise e, também, faço um aprofundamento e uma discussão dos resultados alcançados pela pesquisa.

---

<sup>17</sup> A análise das expectativas que os imigrantes tinham com relação ao Brasil foi elaborada a partir do estudo de fontes que tratam da questão como, por exemplo, descrições de viagem de imigrantes, cartas enviadas às suas famílias na Europa, relatos de viagem publicados durante o período, propagandas voltadas ao incentivo da imigração, bem como análises de alguns trabalhos de pensadores que indicaram possibilidades para realização do estudo.



## Capítulo 1

---

### 1. TEORIAS DO CAMPESINATO

Esparecidos por el campo puede uno observar ciertos animales salvajes, machos y hembras, oscuros, lívidos y quemados por el sol, pegados a la tierra que cavan y remueven con invencible tesón. Pero tienen algo que parece voz articulada, y cuando se yerguen sobre sus pies dejan ver un rostro humano. Son verdaderamente seres huamnos... Gracias a ellos los otros seres humanos no han de sembrar, labrar ni segar para vivir. Por eso no debería faltarles el pan que ellos mismos siembran.<sup>18</sup>

No texto que segue, apresento uma análise comparativa de alguns estudos que tratam de pesquisar o modo de vida, a organização social e a cultura das sociedades camponesas. Para tanto, elaborei uma análise descritiva dos trabalhos de alguns autores e seus textos na busca de delimitar possíveis pontos em comum e divergências em suas interpretações. Convém registrar que não será abordada toda a produção existente e relacionada ao campesinato, pois tal tarefa parece inviável ver realizada mediante a grande quantidade de pesquisas e pesquisadores que trabalham com o assunto. No entanto, aqui, busco realizar uma apresentação de análises importantes que tiveram reflexos e serviram de ponto de partida para reflexão de diversas questões relacionadas ao campesinato.

A questão camponesa é um problema complexo, pois envolve uma série de detalhes difíceis de serem apreendidos sem que se faça antes uma observação profunda de tudo aquilo que está ligado a um determinado tipo de sociedade camponesa. Circunstâncias como a história particular de cada grupo, a sua inserção dentro dos quadros de uma sociedade maior, sua atuação política, sua cultura, seu modo de interpretação do mundo social e também a sua relação com o mundo natural, são fatores importantes para a compreensão detalhada do mundo campesino. Em consequência, é muito difícil apontar uma única teoria ou escola teórica capaz de dar conta de toda a complexidade relacionada ao modo de vida camponês.

Mesmo o termo “camponês” é alvo de críticas e não permite um entendimento seguro das especificidades pelas quais são compostas as distintas sociedades camponesas. Pois, por exemplo, uma característica usada para definir um determinado grupo como camponês pode

---

<sup>18</sup> LA BRUYÈRE, Jean de, 1688. *Les caractères*, Paris, 1869. p. 292-293. *Apud.* HOBBSAWM, Eric. *Los campesinos y la política*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976, p. 12.

não estar presente em outros grupos, os quais, mesmo assim, não deixam de ser camponeses, nem podem ser considerados menos camponeses. Outro fator que pesa na questão é que o termo “camponês” está muito relacionado ao homem do campo da Europa.

A noção de camponês é, possivelmente, uma das mais escorregadias que existem. Como achar uma definição sintética que, sem cair numa generalidade tal que a torne inútil, possa aplicar-se ao mesmo tempo, por exemplo, ao felá do Egito faraônico, aos camponeses da Idade Média, aos da França contemporânea, etc.? Na América Latina foram propostas definições tão amplas que podemos duvidar de sua utilidade. O exame da bibliografia sociológica ou antropológica a respeito revela uma enorme variedade de acepções.<sup>19</sup>

No Brasil o uso do termo “camponês” para tratar do homem do campo é problema ainda não resolvido. Alguns pesquisadores como Antônio Candido e Maria Sylvia de Carvalho Franco, por exemplo, ao estudar o homem do campo do interior paulista, preferem adotar o termo caipira. Outros estudiosos chamam atenção para a diversidade de termos existentes que servem para denominar o homem do campo brasileiro, tais como: caboclo, sertanejo, caçara, lavrador, colonos, ervateiros, etc.

De acordo com José de Souza Martins, as palavras “camponês” e “campesinato” são expressões recentes incorporadas ao vocabulário brasileiro. Tais palavras chegaram ao Brasil pelo caminho da importação e são introduzidas pelas esquerdas “há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta”. Por conseguinte, antes do período em questão, existiam palavras regionais destinadas a denominar o trabalhador rural brasileiro como, por exemplo, “caipira” – usada nas regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul –, “caçara” – utilizada no litoral paulista –, “tabaréu” – empregada no Nordeste do país – e “caboclo” – “palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e diferentes lugares”.<sup>20</sup>

A existência de uma diversidade de nomeações não quer representar a não existência de pontos em comum entre os grupos. Pelo contrário, é exatamente a presença de pontos em convergência que permite tratar tais grupos como sociedades camponesas. Exemplo é o modo de produção voltado a manutenção da unidade familiar.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas*. p. 19-20. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org.) *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 19-39.

<sup>20</sup> MARTINS, José de Souza. *Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 21-23.

<sup>21</sup> Cf. CHAYANOV, Alexander. *Sobre as teorias dos sistemas econômicos não capitalistas*. p. 133-163. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

A preocupação central aqui é fazer um levantamento bibliográfico a partir do qual pretendo apresentar o modo como o campesinato, historiograficamente, vem sendo analisado. Não é intenção construir uma teoria do campesinato que sirva de base para análise final do objeto em estudo. Isto é, a relação entre caboclos camponeses e imigrantes no processo de ocupação do território gaúcho. Ao contrário, é a partir do estudo de fontes primárias e obras bibliográficas que tratam dos camponeses no Rio Grande do Sul e no Brasil que buscarei encontrar uma abordagem teórica que melhor encaixe no problema em estudo.

O texto foi dividido em três partes nas quais foram examinadas as conclusões a que chegaram algumas análises realizadas por diferentes autores, os quais, de certa forma, elaboraram trabalhos que se tornaram clássicos nos estudos sobre os camponeses. Numa primeira parte busca-se demarcar a influência de Marx e da escola marxista nos estudos sobre o campesinato. A segunda parte do texto, constitui-se de uma análise das conclusões a que chegaram alguns pesquisadores que pensaram as comunidades camponesas a partir da lógica de sua inserção nas sociedades que as envolvem. Por fim, na terceira parte, objetivou-se discutir e descrever alguns trabalhos que se preocuparam em pensar a questão camponesa no Brasil.

### ***1.1. Marx, os marxistas e a questão camponesa.***

O 18 Brumário de Karl Marx é um dos mais destacados trabalhos desse pensador. No livro, Marx faz uma análise histórica do golpe de Estado realizado por Louis Bonaparte em 1848 para se tornar imperador da França e, a partir da análise do golpe, tenta estabelecer as bases e os motivos pelos quais ele aconteceu e se desenvolveu. A questão camponesa não é o foco principal do livro, no entanto, foram os camponeses, do ponto de vista de Marx, os responsáveis pela ascensão de Louis Bonaparte ao poder.

Marx demonstra que Louis Bonaparte, para os camponeses, era a representação ideal de seus interesses. Isto é, a partir de uma análise histórica do modo como se constituiu a pequena propriedade na França, Marx estabelece uma conexão entre Louis Bonaparte do 18 Brumário e seu tio Napoleão Bonaparte. Lembra que é exatamente com o governo de Napoleão que os camponeses passam de uma condição servil-feudal a de pequenos proprietários. Por conseguinte, de acordo com a interpretação de Marx, para os pequenos camponeses franceses o retorno de um Napoleão ao poder significava a possibilidade de retorno a uma “glória passada”.

A tradição histórica originou nos camponeses franceses a crença no milagre de que um homem chamado Napoleão restituiria a eles toda a glória passada. E surgiu um indivíduo que se faz passar por esse homem porque carrega o nome de Napoleão, em virtude do Code Napoleón, que estabelece: “La recherche de la paternité est interdite”. Depois de vinte anos de vagabundagem e depois de uma série de aventuras grotescas, a lenda se consuma e o homem se torna Imperador dos franceses.<sup>22</sup>

Com base em tal argumentação o camponês é apresentado como conservador, pois é analisado a partir da lógica de sua inserção política num possível movimento de transformação social. Por um lado, essa perspectiva tem o mérito de perceber as sociedades camponesas inserindo-as dentro de um sistema maior que é o capitalismo, a partir da qual delimita seu lugar dentro das relações de luta de classe. Por outro, não leva em consideração o fato de as sociedades camponesas se organizarem de acordo com uma lógica própria, diferente da capitalista.<sup>23</sup> Não há dúvidas de que Marx não estava preocupado com essa questão e, no 18 Brumário, ele se esforça por demonstrar como a luta de classes envolve uma série de questões, frisando que nem tudo se resume ao conflito direto entre burgueses e proletários e o quanto a “luta de classes” pode tomar formas diversas.

Na busca de comprovar e justificar a atuação dos camponeses no golpe de Louis Bonaparte, Marx desenvolveu uma possível “teoria” do campesinato. A qual, embora tenha sido pensada para representar uma realidade delimitada – a França da metade do século XIX – ultrapassou os limites de sua época e contexto, para encontrar ecos em alguns escritos sobre os camponeses realizados ainda nos dias de hoje.

Talvez a escola marxista tenha sido a que mais produziu e discutiu temas relacionados ao campesinato. Contudo, das abordagens realizadas por teóricos marxistas algumas conseguiram ultrapassar a lógica de inserção do campesinato no capitalismo e investigar as sociedades camponesas de um ponto de vista mais interno, embora a luta de classes, de uma forma ou de outra, sempre esteja presente nos estudos que tomam por base a escola marxista. Assim, o ponto de partida que Marx tomou para compreender a atuação dos camponeses no golpe de Louis Napoleão, o qual ainda hoje recebe grande atenção por parte dos pesquisadores do campesinato ligados ao marxismo, está resumido na seguinte passagem do 18 Brumário:

Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas

---

<sup>22</sup> MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 116.

<sup>23</sup> Para aprofundar essa discussão ver Chayanov, *op. cit.*

dezenas delas constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas(...). São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o poder executivo submete ao seu domínio a sociedade.<sup>24</sup>

As conclusões a que chegou Marx vão resultar, posteriormente, numa série de análises que insistem em tratar os camponeses a partir da lógica do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para o qual o modo de vida camponês seria uma contradição que tende a desaparecer à medida que o capitalismo se desenvolve. Assim, os camponeses seriam uma classe em si, a qual existe sem a devida consciência de seus interesses próprios enquanto classe.

Contemporâneo a Marx, Friedrich Engels em seu trabalho sobre *As guerras camponesas na Alemanha* tenta entender as revoltas camponesas acontecidas durante o século XVI, na Alemanha, com base no materialismo histórico. Para Engels a Alemanha, no período em questão, encontrava-se econômica, cultural e socialmente atrasada com relação a outros países europeus como, por exemplo, a Inglaterra e a França. Engels, por um lado, considerava os levantes camponeses como um reflexo do atraso alemão e, por outro, as revoltas representavam, também, um avanço no sentido de superar tal atraso.

O campesinato que Engels analisa é marcado pela exploração excessiva a que estavam submetidos, assim como a Alemanha do século XVI era uma miscelânea de principados que não se unificava e só existia porque era sustentada pelo trabalho dos camponeses.<sup>25</sup>

Ao contar a história das guerras camponesas alemãs, Engels chama atenção para aquilo que Marx havia ironicamente tratado como “batatas em um saco” que constituem um “saco de batatas”, ou seja, a falta de unidade entre os camponeses, fator que, em última instância, resultou na derrota camponesa. No entanto, mesmo que os camponeses tenham sido derrotados os levantes representaram um marco na história da Alemanha e deles vai emergir uma situação que será propícia para o futuro desenvolvimento de uma sociedade burguesa.

---

<sup>24</sup> Marx, *op. cit.*, p. 115.

<sup>25</sup> Cf. ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, p. 35.

Engels traça uma analogia entre as revoltas do século XVI e o movimento burguês ocorrido na Alemanha de 1848-1850. Do seu ponto de vista, a revolução burguesa de 1848 aconteceu de maneira muito semelhante às guerras camponesas do século XVI, ou seja, em 1848, assim como no século XVI:

a burguesia se desenvolvera o suficiente para não mais tolerar o absolutismo burocrático-feudal, porém ainda não tinha forças bastantes para subordinar aos seus desejos de outras classes. O proletariado era ainda demasiado débil para poder tentar passar por cima do período burguês ou esperar uma pronta conquista do poder; por outro lado já pudera apreciar, sob o absolutismo, as delícias do regime burguês e já havia adquirido o desenvolvimento suficiente para não duvidar nem um momento de que a emancipação da burguesia não equivalia à sua própria emancipação. A grande massa da população, os pequenos burgueses, artesãos e camponeses viam-se abandonados por seus aliados, pela burguesia que já os considerava demasiadamente revolucionários, e, também em alguns casos, pelo proletariado por não serem bastante avançados.<sup>26</sup>

Como Marx, Engels analisa os camponeses a partir de sua inserção na luta de classes, chama atenção para a sua falta de unidade, o seu apego ao costume e a sua submissão. Da mesma forma, destaca sua função numa possível revolução proletária: unir-se aos operários para superar a condição em que se encontravam e, assim, instituir uma sociedade burguesa, da qual, pela luta entre proletários e burgueses vingará o socialismo.

Outro pensador ligado ao marxismo e que tratou da questão camponesa é Lênin. Apoiando-se em Marx e Engels, Lênin pensou o campesinato do ponto de vista da ação política, objetivando chamá-los a participar da luta revolucionária que veio a desembocar na revolução de 1917. Baseado-se na conclusão de que na Rússia seria impossível qualquer revolução que levasse ao socialismo sem a atuação direta dos camponeses, Lênin passa a desenvolver seus raciocínios no sentido de convencê-los a participarem da luta revolucionária.

É importante destacar a atuação do próprio Lênin como líder político dos movimentos que levaram a Revolução Russa a seu cabo, também o quanto seus escritos adotam um sentido político-panfletário, pois estavam voltados a demarcar possíveis rumos à revolução. Para Lênin só com a participação do campesinato na luta revolucionária o proletariado alcançaria vitória e a Rússia poderia passar do regime servil-feudal para o regime burguês. Por outro lado, apenas se unindo ao operariado os camponeses teriam capacidade para alcançar vitória sobre os grandes latifundiários e o próprio regime feudal:

---

<sup>26</sup> *Idem*, p. 115.

sem se unir aos operários das cidades, o campesinato pobre nunca poderá desembaraçar completamente da servidão, da necessidade e da miséria; só eles poderão ajudar neste domínio, ele não pode contar com mais ninguém a não ser consigo mesmo.<sup>27</sup>

Circunstância a ser destacada é o respeito que Lênin tinha a lógica das etapas processuais pelas quais uma sociedade tem de passar para poder chegar ao socialismo. Assim, do seu ponto de vista, era pela união entre os camponeses e os operários russos na luta contra o Czar e todo o conjunto de estruturas que garantiam à Rússia um caráter feudal que poderia se instalar um regime burguês, o qual seria posteriormente derrubado pelos operários para implantação do socialismo.

Gramsci, assim como Lênin, também realiza uma abordagem centrada na ação política, no entanto, sua preocupação não está estritamente ligada à questão camponesa e realiza sua análise de uma forma mais geral trabalhando com a idéia de “classes subalternas”. Gramsci preocupa-se com temas como a hegemonia e a influência dos intelectuais, por exemplo. Proporciona um certo “desenvolvimento” aos princípios teóricos do materialismo histórico, com objetivo de torná-los atuais ao momento em que escrevia.

As classes subalternas, para Gramsci, são os grupos sociais que não ocupam o domínio do Estado e que, por conseguinte, são dirigidas por uma classe dominante. Contudo, as classes subalternas adotam um papel importante na estrutura social, pois apenas pelo consentimento de tais camadas que uma classe pode ser dominante ou mesmo dirigente e exercer sua hegemonia: “la burguesia tomó el poder luchando contra determinadas fuerzas sociales ayudada por otras determinadas fuerzas; para unificarse em el Estado debia eliminar a unas y tener el consetimiento activo o pasivo de las otras”.<sup>28</sup>

É importante destacar no pensamento de Gramsci o papel que exercem os intelectuais no modo como uma sociedade se organiza. Convém registrar que para o autor o sentido de “intelectual” é expansivo, pois envolve todos aqueles que de alguma forma ocupam um lugar de direção dentro da sociedade. Isto é, aqueles que exercem um papel significativo na expansão e desenvolvimento de ideologias que podem tornar-se, ou são, hegemônicas, não importando se elas são conservadoras ou revolucionárias.<sup>29</sup>

Com relação aos camponeses, Gramsci destaca ainda mais a influência dos intelectuais, pois segundo ele:

---

<sup>27</sup> LÊNIN, V. I. *Aos camponeses pobres: explicação, para uso dos camponeses, daquilo que pretendem os social-democratas*. In: \_\_\_\_\_. Aliança da classe operária e do campesinato. Moscovo: Edições Progresso, 1983, p. 59.

<sup>28</sup> GRAMSCI, Antônio. *Cuadernos de la cárcel*. México: Ediciones Era, vol II, 1981, p. 22.

los intelectuales de tipo rural ponen en contacto a la masa campesina con la administración estatal o local (abogados, notarios, etcétera) y por esta función tienen una mayor importancia política: esta mediación profesional es, de hecho, difícilmente separable de la mediación, política. Además: en el campo el intelectual (cura, abogado, maestro, notario, médico, etcétera) representa para el medio campesino un modelo social en la aspiración a salir de su propia situación para mejorar. El campesino piensa siempre que al menos uno de sus hijos podría llegar a ser intelectual (especialmente cura), o sea convertirse en un señor, elevando el grado social de la familia y facilitando su vida económica con las amistades que no podrá dejar de tener entre otros señores. La actitud del campesino con respecto al intelectual es de dos caras: admira la posición social del intelectual y en general del empleado estatal, pero a veces finge despreciarla, o sea que su admiración instintiva está entreverada de elementos de envidia y de rabia apasionada. No se comprende nada de los campesinos si no se considera esta su subordinación efectiva a los intelectuales y si no se comprende que cada avance de las masas campesinas está hasta cierto punto ligado a los movimientos de los intelectuales y depende de ellos.<sup>30</sup>

Ainda no caminho trilhado pelo marxismo, Alexander Chayanov, em seus estudos sobre o campesinato chama atenção para a especificidade da economia camponesa e levanta uma crítica contra as análises que tentam compreender as sociedades camponesas tomando como base de investigação os modelos da economia capitalista. Para Chayanov, estas sociedades possuem um modelo econômico próprio que é caracterizado pelo equilíbrio entre a satisfação das exigências da demanda familiar e a penosidade do trabalho. De maneira que, todo trabalho realizado acima do necessário para a garantia da subsistência não tem sentido.

De acordo com Chayanov,

a teoria econômica da sociedade capitalista moderna é um complexo sistema de categorias econômicas inseparavelmente vinculadas entre si: preço, capital, salário, juros, renda, determinam-se uns aos outros, e são funcionalmente interdependentes. Se um elemento desse sistema é retirado, todo o edifício desaba. Na ausência de qualquer destas categorias econômicas, todas as demais perdem seu caráter específico e seu conteúdo conceitual, e nem sequer podem ser definidas quantitativamente.<sup>31</sup>

Chayanov destaca que na economia familiar campesina a não existência da categoria salário e, por conseqüência, a ausência do lucro determina aos grupos camponeses uma forma de organização social característica, a qual não pode ser compreendida e analisada fora dos

---

<sup>29</sup> Sobre essa questão ver: GRUPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

<sup>30</sup> Gramsci, *op. cit.* p., 189.

<sup>31</sup> Chayanov, *op. cit.*, p. 136.



seus limites, principalmente, a partir do ponto de vista da economia capitalista. Chayanov além de realizar uma crítica aqueles que pensavam outras formas de organização diferentes da capitalista como transitórias também destaca a importância que tais sistemas econômicos têm para o próprio capitalismo.

Ligado ao marxismo, mas realizando uma análise diferente da elaborada por Marx e alguns marxistas, o crítico literário Raymond Williams em *O campo e a cidade na história e na literatura*, analisa os camponeses voltando sua atenção para o entendimento da historicidade das sociedades camponesas. Williams constrói seu estudo a partir da inserção dos camponeses dentro do capitalismo preocupando-se em ilustrar como do século XVI ao XX alguns escritores da literatura inglesa lidam com o contraste entre o campo e a cidade.<sup>32</sup>

Um exemplo da análise diferenciada elaborada por Williams se refere à interpretação de uma idéia muito presente nos estudos realizados sobre o mundo camponês. A concepção de que os grupos camponeses são caracterizados por um forte desejo de retorno a uma Idade de Ouro: o lugar ideal sonhado e almejado pelos camponeses aparece, na análise de Williams, contextualizada com os períodos nos quais os textos que analisa são escritos. Assim, ele não trata o desejo de retorno na história apenas pela ótica de um possível conservadorismo. Pelo contrário, demonstra que cada época, assim como, as diferentes sociedades e grupos sociais são marcados pela presença da noção da existência de um tempo ideal situado no passado.

Por conseguinte, o suposto propósito de retorno ao passado não pertence apenas a um único período e somente aos camponeses. Da mesma forma, tentar localizar um espaço no tempo e um contexto específico, onde possa, verdadeiramente, se situar a idade de ouro demonstra-se uma tarefa impossível. Williams comprova sua constatação ao examinar a presença da idéia de uma idade de ouro em algumas obras literárias inglesas, demonstrando que aquilo que era considerado o lugar ideal para as pessoas e escritores de um período já não o era para aqueles que os antecederam e que cada época remetia a um período anterior na história.

O camponês que Williams descreve não é representado como um conservador no pleno sentido da palavra, mas como indivíduo que está exposto ao conjunto de transformações que o desenvolvimento das relações sociais em direção ao capitalismo imprimem às sociedades camponesas. Realiza uma análise histórica que tem por fonte principalmente a literatura e que tenta compreender como a Inglaterra agrícola-camponesa do século XVI se transformou na Inglaterra urbano-industrial do século XX.

---

<sup>32</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

*Los campesinos y la política* de Eric Hobsbawm é um artigo no qual o autor tenta entender a relação das sociedades camponesas com a política que compõem a estrutura estatal, social e cultural na qual elas estão inseridas. Hobsbawm traça uma análise do modo como “las relaciones políticas entre los campesinos ‘tradicionales’ y los grupos e instituciones que están más allá de su comunidad local, con referencia especial a situaciones en las que aquellos se enfrentan con los movimientos políticos y con los problemas del siglo XX”.<sup>33</sup> Assim, discute temas como classe, representação política, revoltas, resistência e outros mais relacionados ao campesinato e sua atuação na política.

Hobsbawm chama atenção para o caráter singular característico dos diferentes grupos camponeses e para o risco de se elaborarem generalizações que tentam tratar os distintos grupos como semelhantes. Do mesmo modo, lembra que é preciso marcar um certo limite para a aplicação do termo “campesinato” a uma população agrária, no entanto, ressalta que tal limite é difícil de ser definido. Outra questão para qual volta seu olhar é a respeito da dicotomia: sociedades tradicionais e sociedade moderna, frisando que a “história não se faz de um só salto”, de maneira que as consideradas sociedades tradicionais não são estáticas e imutáveis, assim como não existe apenas um único modelo de “modernização” a determinar as transformações.

Para Hobsbawm uma questão fundamental para o problema da intervenção dos camponeses na política é a classe, pelo que se pergunta até que ponto pode se tratar o campesinato como classe? De acordo com o autor os camponeses são uma “classe em si”, no mesmo sentido que Marx empregava o termo. Ele também se pergunta até que ponto o campesinato pode ser considerado uma “classe para si”, isto é, uma classe consciente de si mesma? Indagação a qual responde afirmativamente, embora ressalte, baseado em Teodor Shanin, que o campesinato é “una clase de baja clasicidad”,<sup>34</sup> principalmente se comparados ao operariado. Para Hobsbawm, a consciência de si dos camponeses é resultado, apenas, de sua contraposição com aqueles que estão fora de seu grupo original, ou seja, os não-camponeses.

El sentido de una común separación respecto a los no-campesinos puede haber producido una vaga “consciencia campesina” capaz de permitir incluso a campesinos de distintas regiones, con diferentes dialectos, modos de vestir y costumbres, reconocerse recíprocamente como “campesinos”, al menos en las relaciones personales.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> HOBBSAWM, Eric. *Los campesinos y la política*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976, p. 5.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 10.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 13.

Segundo Hobsbawm, as sociedades camponesas possuem uma unidade fragmentária e dispersa, fato que têm reflexos na própria ação política das mesmas. Considera que é muito difícil existir um movimento camponês fora dos níveis locais e regionais a que estão circunscritas as comunidades camponesas. Por outro lado, para ele, os movimentos levados a cabo pelos camponeses só alcançam um âmbito mais geral por mediação de forças externas e apenas quando um número muito grande de comunidades e povos é conduzido simultaneamente na mesma direção. Mesmo assim, raramente tais ações coincidem com o âmbito do Estado, pois são nada mais que um conglomerado de movimentos locais e regionais, cuja unidade é momentânea.

Hobsbawm reforça o argumento de Marx, anteriormente discutido, da necessidade que tem os camponeses de alguém que os lidere e represente. Em contrapartida, não subestima a força dos movimentos camponeses. Ressalta que tais movimentos podem ser decisivos no êxito ou fracasso de revoluções mais “importantes”. Pelo que conclui:

La fuerza potencial de un campesinado tradicional es enorme, pero su fuerza e influencia efectivas están mucho más limitadas. La primera razón importante se basa en su permanente consciencia, que en general es bastante realista, de debilidad e inferioridad. La inferioridad es social y cultural, de analfabetos frente a gente “instruida”, por ejemplo de ahí la importancia que tiene para los movimientos campesinos el poder contar con intelectuales simpatizantes que vivan en el lugar, y especialmente con el intelectual más importante de los pueblos, el maestro. Su debilidad se basa no sólo en la inferioridad social y en la falta de fuerza armada efectiva, sino en la naturaleza de la economía campesina. Por ejemplo, durante la cosecha, la agitación campesina debe cesar forzosaemnte. Por muy militantes que sean los campesinos, el ciclo de sus faenas los ata a su destino.<sup>36</sup>

Hobsbawm também sugere que essa circunstância pode ser usada pelos camponeses em benefício próprio, ou seja, uma forma de fazer que sua relação com o restante da sociedade se desenvolva de maneira a terem um mínimo de prejuízos. Isto é, sua subordinação não significa sua impotência, assim como a “passividade” não é universal e pode variar de acordo com o contexto sócio-histórico.

Com relação aos efeitos que as ações camponesas têm sobre as estruturas políticas, Hobsbawm argumenta que normalmente são depreciáveis, principalmente nos períodos anteriores ao século XVIII. Contudo, abre exceção aos períodos de revolução geral, quando podem ser decisivos. Portanto, de acordo com as considerações de Hobsbawm

---

<sup>36</sup> *Idem*, p. 24.

Parece como si los campesinos tuvieran siempre un lugar en la historia económica o social, pero raramente lo ocuparan en la historia política, dado que los gobernantes sólo han de preocuparse de lo que ocurre en los pueblos en momentos determinados.<sup>37</sup>

Por fim, um dos autores contemporâneos também ligado ao marxismo, o qual destaca-se por seu trabalho de pesquisa histórica é E. P. Thompson. Embora ele não tenha dedicado atenção exclusiva à questão camponesa,<sup>38</sup> suas pesquisas sobre *A formação da classe operária inglesa* e sobre a importância e influência dos costumes na constituição histórica da Inglaterra são marcados pela presença de noções que tiveram grande repercussão nos quadros acadêmicos e se demonstraram importantes para o entendimento histórico. Da mesma forma, estabeleceram uma renovação no materialismo histórico, principalmente do ponto de vista da relativização de alguns conceitos caros ao marxismo, como, por exemplo, a relação estrutura-superestrutura e a ênfase dada ao econômico como fator determinante na constituição da realidade social e do fato histórico.

A obra de Thompson é importante por estabelecer novas metodologias e noções de análise, as quais não romperam com o marxismo, no entanto, proporcionaram um certo aperfeiçoamento ao mesmo, no sentido de que permitiram o aparecimento e desenvolvimento de novos questionamentos. Os estudos de Thompson permitiram, entre outras coisas, que temas e conceitos, os quais anteriormente não recebiam atenção proporcional a sua importância, como o costume, por exemplo, passassem a ganhar uma maior atenção por parte dos pesquisadores ligados ao marxismo.

Um exemplo que pode ser usado para demonstrar algumas das contribuições de Thompson para o entendimento da história está relacionado as conclusões que chega com relação a constituição da classe operária na Inglaterra e a influência dos costumes nessa construção. Ele mostra que é exatamente no embate entre o velho e o novo que o novo se estabelece e, no caso da formação da classe operária inglesa, mostra como ela não foi apenas elaborada por forças externas como se acreditava, mas, no entanto, “fez-se a si própria tanto quanto foi formada”.<sup>39</sup>

Com respeito as abordagens sobre o campesinato a contribuição de Thompson vai no sentido de seu trabalho possibilitar, como acima mencionei, a emergência de novos problemas

---

<sup>37</sup> *Idem*, p. 34.

<sup>38</sup> Esta afirmação se refere especificamente aos seguintes trabalhos, os quais servem de base para análise aqui realizada: *A formação da classe operária inglesa* e o estudo de Thompson sobre os costumes: *Costumes em comum*. Embora Thompson trabalhe com a participação dos camponeses tanto na primeira como na segunda pesquisa, não desenvolve uma discussão mais aprofundada sobre a especificidade do termo “camponês”.

<sup>39</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 18.

para análise marxista. Assim, elementos como o costume/cultura, a resistência, a “economia moral”, por exemplo, podem ser usados de maneira satisfatória para o estudo das sociedades camponesas. Em contrapartida, os conceitos desenvolvidos por Thompson precisam ser, de certa forma, adaptados para os diferentes contextos onde podem ser usados, pois seria um erro tentar entender as sociedades camponesas tomando por base elementos que foram usados para compreender a classe operária inglesa e sua constituição.

Essas são algumas das contribuições da análise marxista para o entendimento do campesinato. Embora, como se pôde notar, não existam nos diferentes autores, até aqui elencados e discutidos, grandes rupturas do ponto de vista metodológico-analítico é notório que desde Marx até Thompson houve avanços, os quais permitem uma compreensão mais aprofundada das questões que envolvem o assunto em discussão.

A respeito dos reflexos, no Brasil, da investigação realizada sobre o campesinato pelo marxismo, talvez a grande indagação a ser feita esteja relacionada ao uso de seus pressupostos sem a realização de um certo “ajustamento” ao contexto nacional. Fato que acabou resultando em interpretações desligadas daquilo que realmente é vivenciado pelos camponeses e pela própria sociedade nacional como um todo. O que não é válido apenas para o caso brasileiro como também para todos os países que viveram as experiências da colonização.<sup>40</sup>

A concepção a qual destina-se a crítica é aquela ligada a III Internacional Comunista que compreendia o desenvolvimento histórico em etapas, onde o campesinato era um segmento da sociedade fadado a desaparecer. Concepção que recebeu grande atenção por parte de pesquisadores brasileiros, principalmente aqueles ligados ao PCB.<sup>41</sup>

Contudo, tanto no Brasil como em outros países da América Latina a partir de um dado momento – anos 60 e 70 do século XX – e com base em análises diferenciadas como a de Chayanov e outros estudiosos responsáveis por críticas e atualizações ao marxismo – Gramsci, por exemplo – passaram a se construir pesquisas que tinham por meta entender o campesinato a partir de sua especificidade e do contexto histórico-geográfico nos quais estavam inseridas as próprias sociedades camponesas a serem analisadas. Exemplo é o trabalho de Samir Amim sobre a economia rural familiar na África negra e, no caso brasileiro, os estudos de José de Souza Martins a respeito da importância do homem rural e da agricultura na constituição histórica do Brasil. Enfim,

---

<sup>40</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A questão camponesa na teoria marxista clássica*. In: CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 65-74.

<sup>41</sup> *Idem*, p. 68.

Os estudiosos do Terceiro Mundo “implodiram” a visão marxista clássica, ortodoxa sobre a questão camponesa. Afirmando a sua especificidade; procurando abrir caminho para inseri-la dentro de uma perspectiva mais geral de transformação da realidade; e algumas vezes recuperando, na própria tradição marxista, pensadores que tiveram uma sensibilidade mais apurada para o problema – como Aleksander Chayanov, por exemplo.<sup>42</sup>

## ***1.2. Camponeses e sociedades envolventes***

Nas linhas que seguem pretende-se apresentar como dois autores de áreas distintas do conhecimento elaboram seus estudos sobre o campesinato. Henri Mendras e Eric Wolf, o primeiro sociólogo e o segundo antropólogo, constroem suas pesquisas a partir da investigação do modo como os grupos camponeses se relacionam com o restante da sociedade que os envolvem.

Henri Mendras em seu estudo sobre as sociedades camponesas destaca a influência que as sociedades envolventes exercem sobre o mundo camponês, a partir do que sublinha a existência de uma lógica própria característica aos grupos camponeses. A qual, segundo ele, é fundamental no modo como o campesinato se relaciona com a mudança.

Atribuir aos camponeses, portanto, um caráter conservador, por exemplo, foge a qualquer tipo de interpretação que leve em consideração a lógica interna das sociedades camponesas e só se justifica a partir de um ponto de vista externo. Conseqüentemente, existe também uma forma de economia camponesa, cuja característica principal é a prioridade atribuída a permanência da unidade doméstica e a lenta velocidade com que ocorrem mudanças.

Os camponeses são apresentados por Mendras como grupos sociais que existem e constroem seu modo de vida com base em uma organização própria, a qual lhes garante a inserção dentro dos quadros de uma sociedade maior. Por conseguinte, aquilo que para alguns pensadores é significado de tradição e atraso para Mendras é representação de um modo de vida que se constrói num embate feroz com o restante da sociedade que não divide os mesmos limites das sociedades camponesas. Como numa contraposição entre “os de fora” e “os de dentro”, ou melhor, o “nós” contra o “eles”, onde o “eles” representa aquilo que para o “nós” é errado. Assim, um tema que já foi alvo de várias reflexões e que sempre aparece ao se tratar do mundo camponês como a idade de ouro surge, no estudo de Mendras, inserido dentro do contexto de embate entre camponeses e não-camponeses e recebe o sentido de ser uma das maneiras que os primeiros têm de garantir a perpetuação de seu modo de vida:

---

<sup>42</sup> *Idem*, p. 73.

Parece que a utopia camponesa do campo livre, desembaraçado dos senhores e dos exploradores de toda sorte, é comum a todas as sociedades camponesas que acalentam a idéia de uma idade de ouro passada, quando não estavam submetidas a um poder exterior, uma idade de ouro cujo retorno elas sempre esperam. Essa contestação fundamental é marcada, nos períodos calmos, por todo tipo de esforço para se proteger contra o exterior dissimulando, tolerando as manifestações do poder como um mal menor (...).<sup>43</sup>

Outra circunstância a que o autor chama atenção e que está ligada a idéia de uma idade de ouro, é a questão das inovações e mudanças. Embora ele destaque o tradicionalismo do camponês como uma das instâncias que serve para lhes garantir a construção de uma forma de resistência contra possíveis pressões externas demonstra, também, por outro lado, como as sociedades camponesas não são avessas a inovações, pelo contrário, infere que se acompanhada de garantias toda transformação é bem aceita.<sup>44</sup>

Neste sentido, Mendras tenta destacar, em seu estudo, o quanto é importante, para melhor compreensão das sociedades camponesas, dar um lugar de relevância à lógica própria dessas sociedades. Alerta para as possíveis falhas que uma análise realizada somente a partir de pontos de vista externos a tal lógica podem levar, como erros de interpretação e a construção de preconceitos, por exemplo. O camponês é representado, no texto de Mendras, como dono de uma racionalidade própria, a qual lhe permite perpetuar seu modo de vida e lutar contra possíveis pressões desaglutinadoras, que possam acarretar perigo a sua subsistência e a permanência da unidade doméstica.

Eric Wolf, em *Sociedades Camponesas*, elabora uma análise onde procura definir em termos gerais algumas características que são comuns aos diferentes grupos camponeses. Destaca pontos em comum e constrói alguns “modelos” teóricos que podem ser usados para o entendimento do modo de vida camponês.<sup>45</sup> Wolf, não deixa de dar relevo às circunstâncias que podem estar presentes de maneiras diversas em qualquer tipo de organização social camponesa. Assim, para citar um exemplo, a estruturação da unidade familiar como ponto de referência e base para compreensão do campesinato é um elemento que, segundo o autor, é comum aos distintos grupos camponeses.

Para Wolf o mundo camponês possui formas particulares de organização, elas não são únicas e variam de um ambiente a outro, conseqüentemente não é possível pensar em fórmulas que dêem conta das complexidades que as envolvem. Constatação que é ainda mais

---

<sup>43</sup> MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 134-5

<sup>44</sup> *Idem*, p. 217.

<sup>45</sup> WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

verificável e certa para aqueles “modelos” de análise que tentam simplificar em demasiado o modo de vida camponês.

Outra questão para qual Wolf volta seu olhar se refere às constantes tensões a que estão submetidas as sociedades camponesas. Tensões que são tanto internas como externas e devem ser reguladas pelos camponeses no sentido de buscar um certo equilíbrio, cujo significado é permitir a permanência do campesinato em sua condição. Assim, as sociedades exteriores aos grupos camponeses impõem pressões que geram problemas internos no mundo camponês e em meio a tais tensões eles precisam regular sua existência e também da unidade familiar para poder garantir seu modo de vida. Ou seja,

se é correto definir a existência de um meio camponês fundamentalmente por seu relacionamento subordinado a grupos dominantes exteriores, também será correto afirmar, como conseqüência dessa definição, que os camponeses serão obrigados a manter o equilíbrio entre suas próprias necessidades e as exigências de fora, estando sujeito às tensões provocadas pela luta para manter um equilíbrio. Para quem está de fora, o camponês é visto, fundamentalmente, como uma fonte de trabalho e bens com os quais o grupo superior poderá aumentar seu fundo de poder. Mas o camponês é, a um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar.<sup>46</sup>

Por conseguinte, a industrialização talvez tenha sido o fenômeno que mais imprimiu modificações ao mundo camponês e na sua organização social. Ela representou uma ruptura entre um modo de vida voltado à produção interna destinada à subsistência da unidade familiar para um tipo de produção voltada para o mercado e dependente das flutuações do mesmo. Evidentemente que esta afirmação apenas é válida para aqueles grupos camponeses que de alguma forma entraram em contato com a industrialização.

Para concluir, o trabalho de Wolf é permeado de considerações que podem ser muito úteis para compreensão do modo de vida camponês. Além de pensar o campesinato em sua lógica de inserção social numa realidade mais ampla que o grupo original, desenvolve pressupostos que são importantes para entendimento das sociedades agrárias como, por exemplo, a idéia de “coalizões camponesas”. A partir dessa idéia, a qual não será esmiuçada aqui, Wolf vai desenvolver uma série de elementos característicos das sociedades camponesas, os quais variam de acordo com a realidade a que estão inseridos os diferentes grupos e podem ser fundamentais para entendimento dos mesmos.



### ***1.3. Camponeses: a interpretação brasileira***

Há certa dificuldade no uso do termo “camponês” para tratar do homem rural brasileiro. Críticas são levantadas com respeito ao emprego do termo no sentido de ser ele uma importação, pois está mais vinculado ao modo de vida do homem rural europeu.<sup>47</sup> Com base em tais críticas alguns estudiosos da questão agrária no Brasil ao tratar do homem do campo preferem denominá-los a partir do uso de termos como: “lavrador”, “caboclo”, “caipira”, “sertanejo”, por exemplo. Antônio Candido, talvez tenha sido um dos primeiros pensadores brasileiros a levantar a questão e em seu estudo sobre o caipira paulista, por um lado, chama atenção para modo de vida do caipira destacando a sua cultura própria e sua especificidade dentro do contexto nacional. Por outro, mediante a falta de uma expressão que seja abrangente o bastante, Candido continua adotando o termo “camponês”, mas faz algumas delimitações a seu uso.<sup>48</sup>

Para Candido, a “cultura caipira” não tem uma boa relação com o progresso, pois qualquer mudança pode representar um perigo à própria. Isto se dá em função dos grupos caipiras levarem um modo de vida marcado por uma espécie de relação “simbiótica” com a natureza. Em conseqüência, é característico da “cultura caipira” possuir um ritmo histórico lento, quase imóvel.<sup>49</sup> O camponês-caipira é descrito em seus variados meios de vida, cujo contato posterior com o capitalismo provocou mudanças, as quais representaram transformações marcantes na sua estrutura tradicional.<sup>50</sup>

Candido analisa a sociedade caipira em sua lógica interna e, também, o quanto a mesma lógica se modifica a partir de influências externas. Tais modificações têm lugar nas mais diversas esferas da vida social como, por exemplo, o trabalho, a relação com a natureza, o abandono de crenças tradicionais e, por fim, a possibilidade de passagem a uma vida urbana, a qual seria a quebra definitiva com o seu estilo de vida tradicional.

---

<sup>46</sup> *Idem*, p. 28-29.

<sup>47</sup> Ver ZARTH, Paulo Afonso. *Os esquecidos da história: exclusão do lavrador nacional no Rio Grande do Sul*. p. 47-79. In: \_\_\_\_, BONETI, LECHAT, GEHLEN (Orgs). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Editora UNIJUI, 1998.

<sup>48</sup> Neste caso Candido prefere utilizar o termo “rústico”, o qual segundo ele “pretende exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígine.” Ver: CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. p. 8.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 61.

<sup>50</sup> *Idem*, p. 147.

Todas as vezes que os indivíduos e os grupos se encontram em presença de novos valores, propostos ao seu comportamento e à sua concepção do mundo, podem teoricamente ocorrer três soluções: os valores são rejeitados, e os antigos mantidos na íntegra; os valores são aceitos em bloco, os antigos rejeitados; os valores antigos se combinam aos novos em proporções variáveis. É o que se observa nos contatos culturais, decorrendo, na mesma ordem, as seguintes consequências: enquistamento; desorganização; aculturação.<sup>51</sup>

Enfim, em *Parceiros do Rio Bonito*, Candido demonstra o processo histórico pelo qual algumas comunidades caipiras do interior de São Paulo passaram a se integrar na lógica capitalista e as mudanças, transformações e permanências que resultaram da sua integração.

Maria Sylvania de Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata*, trata de estudar o modo como vivia o contingente de pessoas que durante o período da escravidão, no Brasil, compunha um sistema de relações e uma forma de organização social característica da época e definida pelos limites impostos pela sociedade escravocrata baseada numa agricultura expansiva, centrada na monocultura e voltada para exportação. Assim, em contraposição e em decorrência da realidade vigente na época os “homens livres” constituíram uma forma de organização social peculiar pelo “modo de vida seminômade, baseado numa agricultura itinerante cujos produtos eram suplementados pela caça, pesca e coleta”.<sup>52</sup>

Como Candido, Franco prefere o termo caipira a camponês. A autora também chama atenção para questões importantes como a relação de dependência que existia entre caipiras e fazendeiros. Mostra como o relacionamento entre ambos adotava um cunho de quase mutualidade, o qual, quando as condições exigiam, era quebrado e, geralmente, eram os fazendeiros que primeiramente rompiam com tais laços.<sup>53</sup> Assim, as constantes tensões, tanto internas aos grupos caipiras quanto impostas pelo exterior, faziam o deslocamento para as áreas ainda não atingidas pela agricultura comercial uma forma de manutenção do modo de vida caipira. Circunstância que igualmente garantia a expansão da fronteira agrícola e a colonização de novas áreas.

Ellen Woortmann, numa análise antropológica, elabora crítica às abordagens que tratam as sociedades camponesas sem levar em conta a questão das relações de parentesco. A

---

<sup>51</sup> *Idem*, p. 161.

<sup>52</sup> FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. p. 31-32.

<sup>53</sup> “A ação dos grupos dominantes frustrava as expectativas de seus dependentes. Sempre que colocado em situação crucial para seus negócios, o proprietário de terras deu prioridade a estes, embora com isto lesasse seus moradores e assim interrompesse a cadeia de compromissos sobre a qual assentava, em larga medida, o seu poder. Diante da necessidade de expandir seu empreendimento, nunca hesitou em expulsá-los de suas terras”. Cf. Franco, *op.cit.*, p. 107.

autora prioriza em seu estudo a temática do parentesco e tenta demonstrar que ele é um elemento importante na organização camponesa. Assim, ela referenda sua crítica com relação a abordagens como a de Mendras, por exemplo, argumentando que as sociedades camponesas definem suas ações não só com base nas pressões impostas pela a sociedade envolvente. Para tanto, realiza uma análise do modo como as colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul e os sitiantes do Nordeste do Brasil constróem suas relações, internamente falando e, da mesma forma, tenta entender a inserção dos camponeses na sociedade que os envolve, a partir de tais relações.

No Brasil, a ênfase de muitas análises sobre o campesinato recaiu sobre o grupo doméstico, como unidade de produção e de consumo, e iluminou certas dimensões fundamentais da reprodução social, isto é, a reprodução, no tempo, da condição camponesa. Minha proposta (...) é diferente: privilegio as relações que interligam grupos domésticos ou, melhor dizendo, famílias, pois pouco me ocupo dessas unidades enquanto produtoras ou consumidoras, e muito me ocupo no que diz respeito a seus valores. Em outras palavras, busco compreender a reprodução camponesa, de geração a geração, através das relações de parentesco.<sup>54</sup>

Para autora, o parentesco está tão intrinsecamente ligado ao modo de vida camponês que os movimentos de imigração e migração, por exemplo, também podem ocorrer baseados no mesmo. Explica que os deslocamentos podem acontecer em função da divisão da terra e da pressão demográfica. Ou seja, a terra é um requisito de reprodução social e a fragmentação dela dentro da unidade familiar, pode chegar a um ponto onde a busca de fronteiras agrícolas torna-se uma das formas pelas quais os camponeses garantem a permanência em sua condição social.<sup>55</sup> Por outro lado, também as áreas originais de onde saem os imigrantes e migrantes chegam a um equilíbrio com a transferência.<sup>56</sup>

Para Woortmann questões como a idéia de uma idade de ouro sonhada e almejada pelos camponeses estão ligadas a importância dada por eles a um certo passado, o qual se destaca como um período ideal, caracterizado por uma pureza étnica que vai ter reflexo no modo como se constitui a unidade familiar campesina.

O lugar idealizado se localiza no princípio da colonização, quando chegaram os primeiros imigrantes vindos da Europa e passaram a constituir a colônia. Ou seja, o passado é

---

<sup>54</sup> WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos no Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo-Brasília: Hucitec, Ednub, 1995, p. 15.

<sup>55</sup> *Idem*, p. 115.

<sup>56</sup> *Idem*, p. 118.

idealizado a partir de um critério étnico onde as pessoas de “bom *Keim*”,<sup>57</sup> representam o ideal camponês. É importante ressaltar que a análise de Woortmann está circunscrita ao entendimento das relações de parentesco dentro de uma colônia de descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e que suas investigações a respeito dos sitiantes do nordeste não serão alvo de análise aqui.

A capacidade de gerar filhos homens, vale dizer, herdeiros da casa, depende de um *Keim* forte. Mas essa classificação tem ainda outro sentido. Os “antigos” possuíam um *Keim* forte, em contraposição às gerações atuais. Há também uma dimensão étnica: os teuto-brasileiros possuem um *Keim* forte, enquanto os “caboclos” ou os “lusos” possuem um *Keim* fraco. Classifica-se, assim, não só famílias, mas também gerações e etnias, legitimando a endogamia étnica.

A perda gradativa da tradição teuto-brasileira faz com que esse *Keim* forte esteja sofrendo um processo de enfraquecimento, o que explicaria, para eles, a decadência das colônias. Mesmo famílias de *Keim* bom são hoje mais fracas, quando comparadas com seus antepassados. A diminuição do número de filhos, muito acentuada, quando se compara a geração atual com a dos “antigos”, seria um indicador desse enfraquecimento.<sup>58</sup>

Na análise de Woortmann os camponeses são apresentados em sua dimensão antropológica o que permite compreender como se organizam internamente, do ponto de vista da unidade familiar, e o quanto o parentesco vai ser decisivo no modo como se definirá a própria organização das sociedades camponesas. A questão de o camponês ser ou não conservador, por exemplo, não aparece em seu estudo, mesmo porque, como o pano de fundo da investigação de Woortmann é o parentesco – talvez um dos pontos mais internos existentes na constituição de um grupo social –, tal atitude seria colocar em pauta um ponto de vista que é externo ao modo de vida camponês.

Enfim, nas linhas acima foram apresentadas algumas abordagens realizadas sobre os camponeses no Brasil. É importante lembrar que não são as únicas; há outros trabalhos tão ou mais importantes dos que aqui foram discutidos. Não há dúvidas que existem divergências entre as análises apresentadas, no entanto, convém chamar atenção para o quanto cada uma delas permite entender os camponeses em seus diferentes aspectos. Cada uma contribui, portanto, para o melhor entendimento das sociedades camponesas e, por fim, o conjunto dos

---

<sup>57</sup> Este termo é nativo e se refere à origem, pureza de raça. O homem de “bom *Keim*” é encarado como o homem ideal, dono de um comportamento ideal. Ou seja, “o princípio do *Keim* classifica pessoas enquanto membros de famílias ou, mais precisamente, de troncos familiares. Além de ser fraco ou forte, (...) ele pode ser bom ou ruim. Um *Keim* bom significa prevalência de atributos socialmente definidos como positivos, enquanto um *Keim* ruim revela uma natureza onde prevalecem atributos negativos, de acordo com os parâmetros de uma sociedade camponesa.” Cf. Woortmann, *op. cit.*, p. 136-149.

trabalhos têm o mérito de não permitir que se faça uma simplificação do complexo que envolve o mundo camponês.

## 1.2. TEORIAS DA ETNICIDADE

### 1.2.1. Aspectos gerais sobre as teorias da etnicidade

Max Weber, ao escrever sobre as relações étnicas no artigo que faz parte do *Economia e Sociedade*, constata a importância das mesmas como fontes “problemáticas” de ação comunitária. Refere-se às relações comunitárias étnicas como constituições caracteristicamente subjetivas que ocorrem quando as pessoas se vinculam, independentemente se os vínculos são de raça ou vizinhança, em torno de uma ação comum, a qual, segundo ele, na maioria das vezes é uma ação política. Outro motivo que leva as pessoas a se vincularem em grupos étnicos está relacionado a uma contraposição, ou seja, resultado de um contraste de um grupo com um outro grupo possuidor de características acentuadamente distintas.<sup>59</sup>

O argumento apresentado por Weber ilumina o caráter relacional das identificações étnicas: a necessidade de um “outro” para servir de base a definição da identidade. Da mesma forma, chama atenção para sua natureza política/estratégica, pois a crença na afinidade de origem, segundo Weber, pode ter conseqüências importantes para a formação de comunidades políticas. As afinidades acentuam a crença subjetiva na procedência comum a ponto de se tornarem importantes para a propagação de relações comunitárias, pelo que a comunhão étnica é apenas um elemento que facilita as relações, mas não constitui, em si mesma, uma forma de comunidade, de modo que a natureza das relações, lembra Weber, tem um caráter profundamente político.

É a comunidade política que costuma despertar, em primeiro lugar, por toda parte, mesmo quando apresenta estruturas muito artificiais, a crença na comunhão étnica, sobrevivendo geralmente à decadência daquela, a não ser que diferenças drásticas de costumes e de hábito ou, particularmente, de idioma o impeçam.<sup>60</sup>

Igualmente importante é a constatação, realizada por Weber, de que a “honra étnica” vem a ser resultado da certeza de que os costumes próprios característicos a um determinado

---

<sup>58</sup> *Idem*, p. 149.

<sup>59</sup> WEBER, Max. *Relações comunitárias étnicas*. p. 267. In. \_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB, vol. 1, 1991.

grupo são superiores ao dos outros. Para comprovar sua argumentação Weber utiliza o exemplo dos brancos pobres dos Estados Unidos durante o período escravocrata, os quais levavam muitas vezes uma existência miserável e eram na época da escravidão os verdadeiros repositórios da antipatia racial, porque a honra social dos homens pobres brancos, segundo Weber, dependia do rebaixamento social dos negros.

A honra étnica caracteriza-se por ser a “honra específica das massas por ser acessível a todos os que pertencem à comunidade de origem subjetivamente imaginada”.<sup>61</sup> Assim, por trás de todos os contrastes étnicos está também a idéia de “povo eleito”, pelo que a repulsão étnica agarra-se a todas as diferenças imagináveis transformando-as em “convenções étnicas”. Por conseguinte, para a formação de um grupo étnico as “qualidades raciais” entram em consideração no caso de grupos demasiadamente heterogêneos, mas não são os únicos elementos envolvidos na constituição de uma comunidade étnica.

Por fim, Weber, em seu estudo sobre as *Relações comunitárias étnicas* – artigo presente no livro *Economia e Sociedade* –, ao mesmo tempo em que chama atenção para as possíveis instâncias a influenciar e definir aquilo que compreende uma relação étnica, também demonstra a especificidade de tais relações e o seu lugar na ação social, além de indicar o significado e o sentido que as relações étnicas têm, tanto para a sociedade como para os grupos que a desenvolvem.

*Grupos étnicos e suas fronteiras* de Fredrik Barth, talvez seja um dos mais importantes referenciais sobre a questão étnica e a forma como se constituem e desenvolvem aqueles grupos que têm sua integração e sociabilidade garantidos por laços étnicos. Barth estuda os grupos étnicos não a partir da idéia, “comumente usada”, que o isolamento geográfico seja um fator a sustentar a diversidade cultural. Para Barth é exatamente o contato entre grupos diferentes que garante a diversidade, portanto, as identidades étnicas são garantidas com base nas relações que os grupos mantêm, isto é, a partir de suas fronteiras. Assim, muitas vezes são as distinções existentes, a mobilidade, a informação e o contato entre os grupos que garantem a constituição das diferentes identidades.

Para Barth, as identificações étnicas se realizam a partir da atribuição e identificação “realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas”.<sup>62</sup> Do que o pertencimento a uma categoria étnica também está ligado ao reconhecimento daquele que se identifica ao seu grupo, cabe-lhe, portanto, o direito de ser

---

<sup>60</sup> *Idem*, p. 270.

<sup>61</sup> *Idem*, p. 272.

julgado e julgar-se de acordo com os padrões da comunidade a que pertence. Por conseguinte, é a fronteira étnica que passa a definir o grupo e não as fronteiras territoriais, sendo que o traço comum presente em qualquer tipo de relações étnicas é a presença de um conjunto “sistemático” de regras dirigindo os contatos interétnicos. Segundo Barth, as comunidades étnicas, em função de suas características, acabam se constituindo em comunidades marcadas por sua resistência à mudança.

As restrições sobre o comportamento de um indivíduo que derivam de sua identidade étnica tendem então a ser absolutas e, nas sociedades poliétnicas complexas, bastante compreensivas; e as convenções morais e sociais que as compõem tornam-se cada vez mais resistentes à mudança por estarem ligadas entre si de forma estereotipada como característica de uma identidade singular.<sup>63</sup>

No entanto, embora os mecanismos sociais tendam a manter “dicotomias” e “fronteiras” o material humano organizado em um grupo étnico não é estático. As identidades étnicas estão vinculadas, também, ao conjunto cultural de padrões valorativos que delimitam sua própria especificidade, limites para além dos quais elas não se sustentam, sendo que o sucesso da identidade depende apenas do desempenho dos outros e das alternativas abertas pelos próprios grupos identitários.

No caso dos grupos minoritários, a situação é mais complexa, pois, segundo Barth, envolve uma variante especial das relações interétnicas. Por exemplo, o caso de alguns grupos párias que sofrem uma rejeição por parte da população hospedeira em função de possuírem traços que rompem com tabus básicos a esta população. A consequência é que tais grupos têm um espaço reduzido para interação com pessoas da população majoritária, contudo, eles podem não ter desenvolvido entre si formas de relação “complexas o suficiente” para serem considerados como grupos étnicos. Tudo porque a fronteira entre os grupos párias e a população hospedeira é mantida apenas pelo uso que última faz da força, conseqüentemente, segundo Barth, os párias só tentam entrar na sociedade mais ampla quando conhecem profundamente a cultura da população hospedeira.

Norbert Elias e John L. Scotson, ao escreverem *Os estabelecidos e os outsiders*,<sup>64</sup> elaboram estudo a respeito das condições gerais envolvidas nas relações sociais entre grupos. Em seu trabalho, Elias e Scotson, demonstram como dois grupos pertencentes ao mesmo nível

---

<sup>62</sup> BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. IN: POUTIGNAT, Philippe; et alii. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998, p. 189.

<sup>63</sup> *Idem*, p. 198.

<sup>64</sup> ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

social – trabalhadores fabris – convivendo conjuntamente em um mesmo local – a fictícia Winston Parva – desenvolvem suas relações a partir de critérios próprios de identificação, os quais levaram a uma não coesão de grupos que, supostamente, deviam ser coesos por causa das semelhanças que tinham em seu modo de vida e trabalho. No estudo de caso realizado por Elias e John L. Scotson o que determina a forma como se estabelece a relação entre os dois grupos alvo de suas análises é a localização da residência das pessoas em diferentes áreas de “Winston Parva”. A diferenciação se dava a partir da convivência travada entre moradores de um bairro relativamente antigo e duas povoações formadas em datas mais recentes em outro local da cidade. Assim, as pessoas que viviam na parte antiga de Winston Parva, consideravam-se humanamente superiores aos residentes da parte vizinha da comunidade, de formação mais recente.

Os recém-chegados – os outsiders – eram tratados como “os de fora” e os moradores antigos – os estabelecidos – limitavam-se a manter qualquer contato social com os primeiros a não ser quando a atividade profissional exigia. Em seu trabalho, os autores estão preocupados em entender como se estrutura a realidade vivenciada em Winston Parva, bem como os mecanismos sociais que possibilitaram a existência da mesma.

A relação entre os grupos fundamentava-se na atribuição, pelos estabelecidos, de sua superioridade diante do outro grupo social, outorgando a si mesmos características humanas superiores em detrimento aos recém-chegados. Condição que era mantida pela utilização de um conjunto de estratégias usadas para controle e justificação do convívio entre os grupos e voltadas para a manutenção da distância entre os mesmos.

Para Elias e Scotson este quadro era garantido pela forte coesão do grupo estabelecido e a baixa unidade dos outsiders, assim os antigos residentes reservavam para pessoas de seu tipo os cargos importantes das organizações locais, das quais os outsiders eram excluídos. Circunstância que se tornava uma arma poderosa para que o grupo estabelecido preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade.

O grupo estabelecido também tendia a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características “ruins” de sua porção “pior”, enquanto que, ele próprio, se identificava a partir de seu setor exemplar, igualmente minoritário. Entretanto, os autores chamam atenção para o fato de que a estigmatização só acontecia em função de o grupo estabelecido estar instalado em posições de poder, dos quais os outsiders eram excluídos. Por conseguinte, imputar ao outro o rótulo de “valor humano inferior” é uma das estratégias usadas pelos grupos instalados. Imagem que geralmente costuma penetrar na auto-imagem do grupo menos poderoso e acaba por enfraquecê-lo. Em contrapartida, a capacidade de estigmatizar diminui e



pode se inverter quando o grupo mais poderoso não tem condições de manter o monopólio das fontes principais de poder e de excluir a participação de outros grupos, quando tal fenômeno acontece, a consequência pode ser uma “contra-estigmatização”.

O sentimento de inferioridade característico dos grupos outsiders e manejados pelos grupos estabelecidos, como forma de justificação de seu status elevado sob alguns aspectos, de acordo com os autores, são iguais no mundo inteiro – por exemplo, a pobreza e o baixo padrão de vida –. Uma vez que os grupos estabelecidos vivenciam seu poder como sinal de seu valor humano mais elevado; os outsiders, quando sua submissão é inelutável e sua coesão descentrada, acabam sentindo sua inferioridade de poder como sinal de inferioridade humana.

No mesmo sentido, pode-se afirmar que as relações raciais constituem relações de estabelecidos-outsidere de um tipo particular, pela qual a presença de diferenças físicas, lingüísticas, etc., servem apenas como reforço que torna os membros do grupo estigmatizado mais fáceis de reconhecer em sua condição. Não existe, segundo os autores, diferenças drásticas na relação entre estabelecidos-outsidere onde a dessemelhança física está presente e aqueles em que estas são indistinguíveis.

*A idéia de raça* de Michael Banton é outro trabalho que está preocupado, como demonstra o título, em compreender o contexto intelectual e o modo como se desenvolveram, em diferentes períodos históricos, as concepções relativas às relações raciais, buscando suas origens, seus desenvolvimentos e seus usos.<sup>65</sup>

A idéia de raça, de acordo com Banton, tem uma similaridade muito profunda com outras duas noções características do século XIX: a concepção moderna de classe e de nação. Raça, classe e nação são princípios que tiveram grande força durante o século XIX e foram exportadas para os pontos mais longínquos do globo. Contudo não alcançaram em amplo sentido o que pretendiam. Por exemplo, o caso da nação como lugar de identificação e unificação de que todo homem um dia faria parte não foi cumprida, pois muitos são os casos de Estados compostos por uma ou mais minorias.

Da mesma forma, a idéia de classe não alcançou sua efetividade da forma como foi pensada, devido a fatores como, por exemplo, a grande estratificação social singular aos dias atuais. A terceira idéia correlacionada à de nação e classe é a de raça, a qual também passou pelo mesmo processo, ou seja, acabou por não acontecer da maneira esperada, pois conhecidas são as críticas realizadas e a não efetividade das concepções racialistas do mundo e do racismo científico.

---

<sup>65</sup> BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1979, p. 12.

As idéias de raça, classe e nação, de acordo com Banton, foram desenvolvidas pela Europa para ajudar na compreensão das relações sociais. Contudo passaram a ser utilizadas com maior proporção, à medida que os europeus perceberam a existência de um crescente número de pessoas ultramarinas que pareciam ser diferentes deles.

Segundo Banton a idéia de raça tem uma história antiga e recebeu diferentes interpretações no tempo e nos contextos que foi usada, mas é no século XIX que passa a ser usada como “representativa de qualidade física inerente”, pela qual passou a se defender que certos povos não tinham capacidade para avançar como os outros. Esse quadro só se altera, no caso dos Estados Unidos, a partir dos anos 30 e 40 do século XX. Contudo, só com o desenvolvimento dos movimentos sociais negros durante os anos 60 que o poder das minorias é “iluminado” demonstrando o poder que elas podiam mobilizar em condições modificadas.

Para Banton há um contraponto entre raça e etnicidade, pois enquanto a primeira representa “tendências negativas de dissociação e exclusão”, a segunda reflete “tendências positivas de identificação e inclusão”.<sup>66</sup> Ele chama atenção para o quanto, ultimamente, vem se registrando um incremento na consciência étnica em todas as partes do mundo e como é difícil tentar achar uma explicação para o fenômeno. Registra o estabelecimento de novas maneiras de interpretar as relações entre grupos, as quais tentam não tornar noções como raça, classe ou nação como qualidades inerentes à natureza humana, da mesma maneira que se fizera durante século XIX. Assim, atualmente,

as pessoas podem cooperar umas com as outras numa situação comunitária sem estar conscientes daquilo que há de característico no seu grupo. Quando encontram estranhos, tornam-se conscientes de aspectos a seu respeito que até tinham tomado como seguros, e a espécie de conscientização que adquirem da sua identidade pode ser influenciada por um desejo de se diferenciarem dos que são os vizinhos mais próximos.<sup>67</sup>

O problema das identidades vem recebendo atenção destacada nos últimos anos, um dos motivos é a importância do tema e o surgimento de vários movimentos e estudos preocupados com a compreensão da forma como se constituem os grupos identitários. O livro, *Identidades culturais na pós-modernidade* de Stuart Hall é um dos exemplos de pesquisas interessadas em entender a questão das identidades. Para Hall, o enfraquecimento das “velhas” identidades – o nacionalismo, por exemplo – que estabilizaram o mundo social por muito tempo fizeram surgir novas formas de identificação que fragmentaram o indivíduo

---

<sup>66</sup> *Idem*, p. 153.

<sup>67</sup> *Idem*, p. 161.

moderno, até então visto como um sujeito unificado. Por conseguinte, a chamada “crise de identidades”, comum aos dias atuais, deve ser vista com um processo amplo de mudanças que está abalando os quadros de referencia que davam uma certa estabilidade aos indivíduos até bem pouco tempo atrás.<sup>68</sup>

Hall parte do princípio de que as identidades modernas estão sendo “descentradas”. O conjunto de transformações – que caracterizam o período contemporâneo – tornaram o “sujeito pós-moderno” destituído de uma identidade fixa, essencial e permanente. Como consequência ocorrem modificações na própria concepção da identidade, a qual torna-se móvel no sentido de que as pessoas passam a constituir suas identidades a partir do conjunto de “sistemas” culturais que as rodeiam.

Baseando-se em Laclau, Hall argumenta que as sociedades modernas não têm um centro e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única “causa” ou “lei”. Ou seja, a sociedade não produz-se a partir de si mesma e de forma evolucionária. Ela está sim “constantemente sendo ‘descentrada’ ou deslocada por forças fora de si mesma”.<sup>69</sup> Por quanto, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida.

A etnia segundo Hall, é o termo utilizado para referir às características culturais que são partilhadas por um povo. O que, do seu ponto de vista, não deixa de ser um “mito”, pois é muito difícil a existência de qualquer nação composta de um único povo, cultura ou etnia. Para Hall, as nações modernas são, todas, “híbridos culturais”. A noção de raça deve ser analisada a partir da mesma lente, pois seu sentido biológico ou genético não tem nenhuma validade científica, ela é sim uma categoria discursiva, ou seja, um discurso simbólico usado com fins de diferenciar socialmente um grupo de outro.

Enfim, é possível perceber, dos estudos até aqui discutidos, que a etnicidade é um tema bastante complexo e envolve uma série de mediações que devem ser levadas em consideração para melhor compreensão dos problemas relacionadas às questões étnicas.

### ***1.2.2. A etnia como uma invenção***

Ninguém poderá negar que no correr dos anos desaparecerão os negros e os índios das nossas plagas assim como os produtos resultantes desta mestiçagem. A nacionalidade embranquecerá a custa de muito sabão de coco ariano.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

<sup>69</sup> *Idem*, p. 16-17.

<sup>70</sup> KEHL, Renato. *A eugenia no Brasil (esboço histórico e bibliográfico)*. In. Actos e trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. *Apud*: MACIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. Revista Anos 90, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999, p. 121-143.

O mundo social é atravessado por uma série de circunstâncias que são significativas no modo como se estabelecem as variadas relações entre os indivíduos e na maneira como se elaboram os distintos modos de vida: a cultura, o econômico, o social, as possíveis identidades a serem adotadas e construídas pelas pessoas e grupos, entre outros fatores mais, são de presença inegável na história.

Assim, é importante compreender como os grupos étnicos constroem/inventam suas identidades, levando em consideração a forma pela qual, historicamente, noções como a de raça e etnia têm sido usadas como argumentos para justificação de formas de dominação – a escravidão no período colonial brasileiro, a expropriação do camponês nacional livre e a política de “favorecimentos” aos imigrantes europeus durante o século XIX, são exemplos da utilização da idéia da superioridade racial dos brancos sobre os homens de “cor” para justificar a exclusão social de que os segundos foram alvos históricos – e, igualmente, demonstrar que a etnicidade também pode servir como um instrumento estratégico de inserção social.

Quanto a noção de “invenção”, destaca-se o trabalho de Hobsbawm e Ranger sobre o tema<sup>71</sup>, bem como todo o complexo de processos que envolvem a constituição de uma identidade étnica. É importante, por conseguinte, chamar atenção para a utilização da complexa idéia de raça, comum ao século XIX, como uma das responsáveis pelo quadro de desigualdade característico do Brasil durante o período<sup>72</sup> e que tem – embora a idéia de raça por diversas vezes já tenha sido contestada – reflexos ainda marcantes nos dias de hoje.

No início do século XX, por exemplo, Manuel Bonfim ao escrever *América Latina: Males de Origem* levantava uma crítica na perspectiva de chamar atenção para a impropriedade das análises biológico-raciais existentes na época e para o mau uso que os intelectuais brasileiros faziam da ciência:

Pobre Darwin! Nunca supôs que a sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios!... Ao ler-se tais despropósitos, duvida-se até da sinceridade desses escritores; Darwin nunca pretendeu que a lei da seleção natural se aplicava à espécie humana, como o dizem os teóricos do egoísmo e da rapinagem.<sup>73</sup>

Thomas Skidmore, em seu livro *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, ao comentar o trabalho de Bonfim, chama atenção para o quanto à análise deste

---

<sup>71</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<sup>72</sup> Cf. IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

<sup>73</sup> BONFIM, Manuel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 249.

autor representava uma rejeição ao determinismo comum aos intelectuais do período.<sup>74</sup> Bonfim argumentava que as análises dos problemas nacionais deviam passar não pelo problema racial, mas primeiramente pelo social, o qual era a chave de interpretação para entender de forma mais precisa a realidade e a própria história brasileira.

É importante registrar o quanto a etnicidade pode ser usada como instrumento estratégico de inserção social, pelo qual, grupos minoritários garantem a reivindicação de direitos.<sup>75</sup> Regina Weber ao estudar os trabalhadores fabris de Ijuí, município do interior do Estado do Rio Grande do Sul, destaca, baseada nos estudos de Abner Cohen, o quanto a “eticidade é uma forma de interação cultural, pela qual os diferentes grupos elaboram sua atuação dentro de contextos sociais comuns”.<sup>76</sup>

As identidades, por conseguinte, estão permeadas por uma série de especificidades que lhes garantem um caráter complexo. A identidade étnica parece ser mais caudatária de tal característica, pois sua unidade pode estar sustentada somente em critérios subjetivos, os quais são usados com o objetivo de os grupos firmarem sua objetividade dentro dos quadros da sociedade – na perspectiva da “ação comunitária” de Weber<sup>77</sup> –. Assim, no momento em que se admite a identidade étnica como um dos diversos modos pelos quais as pessoas constroem sua sociabilidade e inserem-se nos quadros da sociedade como um todo, não há como tornar a vida social inteligível sem uma compreensão prévia das maneiras que os indivíduos têm de socializar suas individualidades. Principalmente se aqueles os quais se pretende tornar inteligíveis têm a etnicidade como elemento principal na definição de seu modo de vida.

A partir dos apontamentos até aqui expostos é importante sublinhar o quanto um grupo pode fazer uso da etnicidade de formas variadas. Por conseguinte, uma possível identidade étnica e seu grau de coesão estão conectados, contudo não determinados, pelo conjunto de fatores que compõe a vida social. Assim, a economia, a cultura, a política, a experiência de vida, a forma como as pessoas pensam sua individualidade e a sua inserção em um determinado grupo, bem como todo o conjunto de meios físico/naturais, de uma forma ou de outra, acabam influenciando na maneira como vão se construir as diferentes identidades.<sup>78</sup>

---

<sup>74</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 130-131.

<sup>75</sup> Cf. Banton, *op. cit.*

<sup>76</sup> WEBER, Regina. *Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: Ed. Unijui, 2002, p. 170.

<sup>77</sup> Cf. Max Weber, *op. cit.*

<sup>78</sup> Hall, *op. cit.*, p. 12-13.

Para Max Weber, a etnia e as relações étnicas devem ser entendidas como construções histórico-subjetivas que as pessoas elaboram e reelaboram na perspectiva de marcar uma certa identidade, cuja razão de ser é a garantia de interesses, necessidades e reivindicações dos diferentes grupos que se identificam e, por conseguinte, delimitam sua singularidade perante a sociedade como um todo e diante de outros grupos. A definição elaborada por Weber permite ao pesquisador delimitar um sentido mais preciso, mas não fechado, ao termo, “etnia”. É importante chamar atenção para esta constatação, pois caso contrário é bastante fácil que se construa uma confusão, pela qual é possível tomar-se por étnicas outras circunstâncias que perpassam a elaboração de identidades culturais mais abrangentes como o nacionalismo, por exemplo, embora a etnia não esteja desconexa de forma abrupta do modo como se constituem as identidades nacionais.<sup>79</sup>

Assim, baseado em constatações de alguns pensadores, Barth, Hall, Weber, Elias e Banton, por exemplo, destaco o quanto as “opções” dos indivíduos e dos grupos, por uma forma de identificação está permeada por um emaranhado de situações que são definidoras do modo como a própria identidade vai se constituir. Por conseguinte, o conceito de identidade deve ser relativizado, pois não existem identidades fechadas: elas são construções históricas, resultado de processos onde estão imbricadas significativas quantidades de situações importantes, cujo sentido é, em última instância, definir um montante quase indefinível de particularidades que não podem ser ignoradas em prol de um suposto caráter coletivo, unificado e fechado.

Um exemplo desta circunstância é o modo como os grupos inseridos em um mesmo contexto podem fazer usos diferentes da etnicidade buscando cada qual, de sua forma, dar cabo de seus projetos. Característica que é possibilitada, como demonstra Barth, pela existência de fronteiras étnicas, em certo sentido, “abertas”, cuja conseqüência é o estabelecimento de relações grupais menos conflituosas. Um exemplo desta realidade é dado por Banton quando relata o caso dos índios Choctaw dos Estados Unidos, os quais se viajarem “umas quarenta milhas, podem mudar de brancos para não brancos”.<sup>80</sup>

Charlotta Widmark, no artigo *Etnicidad y estrategias sociales de Aymaras urbanos em La Paz, Bolívia*<sup>81</sup>, mostra o modo como os aymaras urbanos negociam sua identidade como maneira de obter acesso a recursos econômicos e sociais específicos e assim tentar avançar na

---

<sup>79</sup> Cf. Hall, *op. cit.*

<sup>80</sup> Banton, *op. cit.*, p. 142.

<sup>81</sup> WIDMARK, Charlotta. *Etnicidad y estrategias sociales de Aymaras urbanos em La Paz, Bolívia*. IN: KOONINGS, Kees; SILVA, Patrício (Orgs.). *Construções étnicas y dinamica sociocultural en América Latina*. Quito: Abya Yala, 1999.

hierarquia social. Por conseguinte, a origem aymara ou indígena, de acordo com Widmark, passa a ser negada ou reafirmada, dependendo tanto do tipo de situação como em relação a diferentes grupos. A autora, toma por pressuposto teórico os estudos de Barth e expõe como adotar uma ou outra identidade pode, num contexto onde as fronteiras étnicas não estão bem definidas, ser realizada estrategicamente como forma de benefício próprio.

A etnicidade permite aos diferentes grupos construir tipos de sociabilidade marcados por certa unidade coletiva. Em contrapartida, a uniformidade está longe de ser homogênea e conecta-se, de maneira mais ou menos forte, às necessidades e intenções de cada grupo. Rodrigo de Azeredo Grunewald, ao descrever o modo como um grupo de pessoas que viviam na “Serra do Umã, distrito de Carnaubeira, município de Floresta, sertão pernambucano”,<sup>82</sup> passou a construir uma unidade étnica a partir das pressões feitas por grileiros sobre suas propriedades, as quais não eram reconhecidas oficialmente. A unidade étnica só se fez necessária e vingou a partir do momento que houve pressão e pelo fato do grupo saber que existia uma lei, a qual podia os amparar caso conseguissem comprovar origem indígena. Ao “inventar” a origem indígena o grupo teve legitimada de maneira oficial a posse de suas terras, fato que os livrou da pressão dos grileiros, tornando-os proprietários efetivos das terras que cultivavam a tempos e deu-lhes como ponto em comum uma identidade étnico-cultural, pela qual passaram a ser reconhecidos e denominados de “filhos da Serra de Umã”.

A partir das colocações é possível construir uma idéia a respeito do significado do termo etnicidade, embora seja difícil tentar delimitar de forma precisa um sentido único à palavra, como demonstra Manuela Carneiro Cunha, a etnicidade pode ser mais bem entendida

se vista em situação, como uma forma de organização política: esta perspectiva tem sido muito fecunda e tem levado a considerar a cultura como algo constantemente reelaborado, despojando-se então esse conceito do peso constituinte de que já foi revestido; mas essa perspectiva acarreta também que a etnicidade não difere do ponto de vista organizatório de outras formas de definição de grupos, tais como grupos religiosos ou de parentesco. Difere, isto sim, na retórica usada para se demarcar o grupo, nestes casos uma assunção de fé ou de genealogias compartilhadas, enquanto na etnicidade se invocam uma origem e uma cultura comuns. Portanto, não mais que estes outros grupos, a etnicidade não seria uma categoria analítica, mas uma categoria “nativa”, isto é, usada por agentes sociais para os quais ela é relevante, e creio ter sido um equívoco reificá-la como tem sido feito, destino que aliás partilha com outras categorias, nativas como ela.<sup>83</sup>

<sup>82</sup> GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Índios ou caboclos? Os filhos da Serra de Umã*. Travessia: Revista do migrante. São Paulo: Centro de estudos migratórios. Ano VII. n. 19, maio-agosto 1994. p. 5-6.

<sup>83</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível*. Revista de Cultura e Política, Agosto, 1979, p. 38-39.

Como o objeto em estudo é a etnicidade, outra “noção” que deve ser levada em conta é a “idéia de raça”, pois, de acordo com alguns pensadores, ela foi antecessora dos estudos étnicos.

É importante que não se confunda raça com etnicidade. A noção de raça foi usada, até não muito tempo atrás, como se apreende da leitura de Banton, de forma científica e num sentido “pejorativo”, pois empregada a partir de uma base biológica compreendia a existência de “raças superiores” e “inferiores”. O paradoxo era materializado na relação: brancos x pessoas de “cor”, onde os não-brancos eram tidos como portadores de uma certa “inferioridade” humana. A noção de raça foi muito usada para justificar atitudes de segregação e exploração, como foram, por exemplo, a escravidão no Brasil colonial e o regime nazista na Alemanha de Hitler.

No entanto, a partir de um dado momento – década de 60 do século XX –, a idéia de raça enfrentou uma série de mudanças interpretativas, as quais passaram a dar prioridade a questão social, deixando o caráter biológico em segundo plano e até, de certa maneira, anulando-o.

A idéia de raça, portanto, é herdeira de um legado preconceituoso, o qual, hoje em dia, faz que essa chave de interpretação perca seu espaço na tarefa de entendimento de questões sociais, o que não significa que os preconceitos raciais tenham desaparecido das relações sociais, pelo contrário, mesmo contestados os racistas continuam existindo.

É importante destacar que no Brasil, já no início do século XX, por volta de 1905, um dos primeiros pensadores a levantar críticas à idéia da inferioridade das raças, como destaca Skidmore, dando prioridade à questão social como fonte para explicação da diferença entre pessoas de “cor” e brancos foi Manuel Bonfim. No livro *América Latina: males de origem*, como foi destacado anteriormente, Bonfim constrói uma interpretação do problema da desigualdade social entre negros, brancos, índios e mestiços baseada na forma como se definiu a história brasileira. Demonstra, assim, que o suposto atraso do Brasil com relação a outros países, ao contrário do que pensavam os intelectuais da época, Silvio Romero e Nina Rodrigues, por exemplo, não se devia a presença do negro e do índio e sim a maneira conservadora como se pensou uma forma de desenvolvimento para o país.<sup>84</sup>

O desenvolvimento de estudos culturais muito contribuíram para melhor entendimento das questões relacionadas a etnicidade. Cunha argumenta que “não se podem definir grupos étnicos a partir de sua cultura, embora, (...) a cultura entre de modo essencial na etnicidade”.



A cultura entra, portanto, como um contexto, onde cada signo pode ter um significado diferente dependendo do próprio lugar onde a cultura emerge e, assim, ser usado com fins de legitimação, embora com sentidos alterados, pois “o significado de um signo não é intrínseco, mas função do discurso em que se encontra inserido e de sua estrutura”.<sup>85</sup> Por conseguinte, da mesma forma que a cultura é atravessada por uma série de circunstâncias, dentre elas a etnia, também as identidades étnicas são marcadas pelas relações culturais nas quais os grupos estão inseridos, portanto, é difícil pensar a cultura e as identidades étnicas sem dar a devida atenção às influências de uma sobre a outra.

Quanto à questão da cultura é importante interpretá-la não como um sistema “fechado” é preciso entendê-la da forma mais “aberta” possível na busca de dar conta tanto de suas características externas, assim como dos elementos mais internos que compõem a extensão de circunstâncias que compreendem as relações culturais. “Em suma, a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados...”.<sup>86</sup>

não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos causalmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível.<sup>87</sup>

A cultura, assim, pode ser compreendida como um conjunto de relações, as quais são marcadas pela presença de elementos diversos, como, por exemplo, a religião e que fazem parte significativa daquilo que vai delimitar o que é uma identidade cultural. O homem como resultado histórico de um processo de construção social é marcado pelos limites que impõem as suas vivências culturais e sociais. Cada pessoa é produto e construtora de uma série de circunstâncias que são elementares e singulares a cada indivíduo e a própria sociedade, assim como ambas – a sociedade e os indivíduos sociais – contém o cerne identitário daqueles que formam um determinado grupo, o qual só é “real” e justifica a si próprio mediante a presença de um “outro”.<sup>88</sup>

Assim, as identidades, lembrando Elias e Scotson, aparecem como um limite entre o singular e o diverso, aquilo que está na base da inserção social e da construção da historicidade característica aos diferentes grupos, formados e apoiados na etnicidade ou não.

---

<sup>84</sup> C.f. Bonfim, *op. cit.*

<sup>85</sup> Cunha, *op. cit.*, p. 36.

<sup>86</sup> *Ibidem.*

<sup>87</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989, p. 24.

<sup>88</sup> Cf. Barth, *op. cit.*

Enfim, como demonstra Sahlins “cada esquema cultural particular cria as possibilidades de referência material para pessoas de uma dada sociedade, enquanto esse esquema é constituído sobre distinções de princípios entre signos que, em relação aos objetos, nunca são únicas distinções possíveis”.<sup>89</sup>

Enfim, numa tentativa de melhor definir esse conjunto de situações utilizo um exemplo material localizado nas fontes que pesquisei: o Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX é caracterizado por sua relativa desocupação e por ser uma região fronteira, a qual colocava a questão da ocupação do território no primeiro plano das políticas governamentais tanto nacionais como provinciais. No período era forte a presença de camponeses que viviam as margens das estâncias de criação de gado ou dentro das zonas de matas, onde trabalhavam ora como peões nas fazendas, ora como coletores de erva-mate dentro das matas e realizando uma agricultura baseada no sistema de roças e voltada a subsistência da unidade familiar. Mariano Gomes de Oliveira, 32 anos de idade, natural de Espírito Santo da Cruz Alta, interior do Estado, casado, lavrador, residente no distrito de Botucurahy – hoje Soledade – é um dos representantes destes camponeses. Graças à acusação feita contra ele de ter sido o executor do assassinato de seu sogro tem sua existência registrada na história, no Processo Crime em que foi autuado e interrogado nos seguintes termos:

Perguntado se sabia que fora assassinado seu sogro Pedro Ritter, quando e como soubera, respondeu que já depois de enterrado dito seu sogro e que a mulher dele interrogado lhe contou que havia três dias que o pai dela fora assassinado, isto lhe contara sua mulher por ouvir em casa de Antônio Rodrigues. Perguntado a que distância morava ele interrogado da residência de seu sogro e se com ele entretinha relações de amizade, respondeu que sua morada distava a meia légua da de seu sogro. Interrogado o motivo porque vivia inimidade com seu sogro, respondeu que ele interrogado não era inimigo de seu sogro tanto assim, que o convidou para ser padrinho de sua filha, mas que este lhe votava inimidade por não ser de seu gosto que ele interrogado se casara com sua filha. (...). Perguntado onde se achava ele interrogado no dia e mais ou menos na hora em que foi assassinado seu sogro (...) responde que nesse dia e nessa mesma hora ele interrogado se achava arrancando feijão em sua roça. Perguntado se sabe quem foi que assassinou seu sogro e se tem algum motivo particular que atribua a imputação que lhe fazem de ser o autor deste crime, respondeu que não sabe quem perpetuou esse crime e atribuiu a inimidade que lhe votam os agregados de seu finado sogro. A inimidade que lhe tem seu cunhado João Ritter (...). Perguntando-lhe finalmente o Juiz se conhecia as testemunhas que jurarão no processo e se tem alguma coisa a contestar em seus depoimentos e nas declarações dos informantes cujos depoimentos e declarações neste ato foram por mim lidas e pelo réu ouvidas,

---

<sup>89</sup> SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1977, p. 184.

respondeu que Pacífico Baptista da Silva, Marcos Francisco Lucas, Daniel Francisco de Marau, tem inimizade com ele interrogado por ocasião das divisões políticas desta província, que sua sogra somente por não quere-lo para genro é que lhe atribuiu a perpetuação do crime, que os agregados inquiridos como informantes e Francisco Ferreira da Silva (...) são seus inimigos conforme já referiu e, portanto, os depoimentos e declarações de todas essas pessoas não merecem fé.<sup>90</sup>

O processo é datado de meados de 1850, nele o lavrador Mariano Gomes de Oliveira é acusado do assassinato de seu sogro Pedro Ritter. A única prova mais concreta que justifica a acusação é a possível “rixa” existente entre os dois, a qual parece não ter uma justificativa mais forte que a não aceitação do assassinado e de sua família do casamento perpetuado entre sua filha e o réu. Utilizo o processo porque ele demonstra de forma bastante sutil a complexidade não só das relações interétnicas como também delimita traços gerais presentes nas relações culturais vigentes na época em que aconteceu o caso.

Para um observador atual que analisa o caso a relação étnica surge como uma possível justificativa da não aceitação, por parte de Pedro Ritter e sua família, do casamento de sua filha com um “lavrador”. Em consequência o confronto étnico também poderia ser usado como um elemento definidor de um dos porquês da acusação feita a Mariano Gomes.

Todavia, o que permite tratar o acontecimento como atravessado por questões étnicas? Em primeiro lugar, no interrogatório feito a uma das testemunhas do processo o interrogador se dirige a Antônio de Almeida Leite Penteado – homem branco, natural da província de São Paulo, de idade que disse ter 32 anos, mais ou menos, padre e residente nesta Vila – e faz a seguinte pergunta:

perguntado pelo conteúdo da petição apresentada pelo réu, disse que indo para Botucurahy junto com Francisco de Chaves, no caminho se juntaram com Fideles Rodrigues da Silva e que perguntando este o que era feito do réu presente, dissera ele testemunha estar pronunciado pelo assassinato do *alemão* Pedro.<sup>91</sup> – Grifo meu.

Quanto a questão da presença de um imigrante na região de Cruz Alta no período, sendo que as primeiras colônias de imigrantes a se desenvolverem no local só passam a dar certo a partir de 1890 é possível que a família de Pedro Ritter seja uma das famílias dissidentes da antiga e malograda tentativa de fundação, em 1825, da colônia de São João das

<sup>90</sup> Cruz Alta. Processos Crime. 1844-1855. Maço n° 42. Processo n° 1666. 1850.

<sup>91</sup> *Ibidem*.

Missões. Também é importante lembrar que muito antes da colonização oficial muitas famílias européias se “aventuravam” por esta região.<sup>92</sup>

O réu não tem nacionalidade especificada em todo o processo, o que leva a crer que ele não era de descendência européia não-ibérica, por sua parte, o assassinado, às vezes, é identificado como “alemão Pedro”. Outro motivo para tratar a questão como sendo de confronto étnico pode ser retirado de uma análise que leva em consideração o modo de vida das duas partes envolvidas, pois, como pode se inferir das leituras sobre etnicidade, até agora apresentadas, a identidade étnica também passa pela diferenciação de certos aspectos relacionados à maneira como os grupos elaboram sua vivência cotidiana, por exemplo, a forma diferenciada como um colono imigrante e um lavrador nacional praticam a agricultura. Assim, como lembra Hebe Mattos, “a noção de ‘cor’, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas”.<sup>93</sup>

No caso que serve de exemplo a questão étnica pode ser observada quando Mariano é identificado como “lavrador” e Pedro como “alemão”. Da identificação pode-se inferir que existia uma diferença entre o “alemão” Pedro Ritter e o “lavrador” Mariano Gomes, a qual pode estar baseada no fato de Pedro ser proprietário de terras, posto que no interrogatório é mencionada sua inimizade com alguns agregados seus. Cabe registrar também que, segundo Mattos, durante o século XIX o termo lavrador era usado para especificar aquele camponês livre que vivia de uma agricultura de subsistência caracterizada pelo sistema de roças.<sup>94</sup>

Por outro lado, caso o “alemão Pedro Ritter” e Mariano ocupassem o mesmo lugar social, cabe perguntar porque em nenhum momento do processo o “alemão” é identificado como lavrador? Nota-se, portanto, que a diferenciação: Pedro/alemão e Mariano/sem nacionalidade especificada evidencia uma certa diferença que, segundo Mattos, pode ser fundamentada pela realidade sócio-cultural característica do período escravocrata brasileiro. Assim, o termo lavrador, cujo significado, de acordo com Mattos, era postular uma certa diferença entre camponeses livres, escravos e homens móveis é contraposto, neste caso, ao homem livre de descendência européia. Ou seja, o “alemão”, Pedro Ritter foi assassinado, não se sabe exatamente por quem, contudo o suspeito mais próximo é seu genro, pois ele tinha

---

<sup>92</sup> Cf. ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho – 1850-1920*. Ijuí: UNIJUI, 1997.

<sup>93</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 98-99.

<sup>94</sup> *Idem*, p. 45.

uma certa “inimizade” com seu sogro devido ao fato dele não aceitar o casamento de sua filha com ele Mariano “lavrador”.

Hellen Woortmann em seu estudo sobre uma comunidade camponesa descendente de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul destaca o quanto o parentesco exerce um papel importante na maneira com a qual essa comunidade organiza sua vivência.<sup>95</sup> Também a lógica do parentesco, permite explicar a “rixa” entre Mariano e Pedro, pois, hipoteticamente, a colocação de um estranho – Mariano – dentro do seio da família de Pedro significa um perigo à lógica interna da unidade familiar baseada no parentesco. Perigo que tinha seu principal reflexo numa possível divisão da herança paterna, pois um elemento “de fora” poderia vir a ser beneficiado, bem como a relação interétnica poderia representar a ruptura com a concepção de pureza racial comum aos imigrantes.<sup>96</sup> Talvez venha daí o fato de que tanto a esposa de Pedro como seu filho também devotavam uma certa não conformação com o casamento realizado por sua filha e irmã com Mariano.

Com respeito à questão cultural, no processo aqui utilizado pode-se notar a presença de alguns elementos que caracterizam algumas das relações culturais significativas do século XIX, ou seja, a questão do estabelecimento de um lugar social a partir da lógica dos significados da liberdade,<sup>97</sup> a convivência conflituosa entre brancos e não-brancos, a idéia de “superioridade” dos brancos sobre os homens de “cor”, os diferentes modos de vida e o problema da propriedade como elemento definidor de uma certa hierarquia social. Nota-se que todos os fatores vão estar presentes no modo como vai se constituir aquilo que, posteriormente, e com o desenvolvimento de pesquisas, hoje se define como sendo uma relação étnica.

---

<sup>95</sup> Cf. WOORTMANN, Hellen. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo-Brasília: Hucitec, Edunb, 1995.

<sup>96</sup> Cf. Woortmann, *op. cit.*

<sup>97</sup> Cf. Mattos, *op. cit.*

## Capítulo 2

---

### 2. IMIGRAÇÃO, CAMPESINATO E RESISTÊNCIA.

Adeus Itália: nasci e cresci em teu seio, e deverei morrer no novo mundo, para o qual agora me dirijo. Mas lá espero, pelo menos, com o meu trabalho, melhorar minhas condições, pois em ti tudo acabou e não há nada mais a esperar.<sup>98</sup>

A colonização com imigrantes europeus não-ibéricos é um dos momentos significativos da história brasileira, pois com a sua chegada, principalmente a partir da metade do século XIX, ocorre uma aceleração no processo de ocupação do solo, assim como inicia a se constituir o contingente de mão-de-obra necessária à industrialização.<sup>99</sup> Contudo, alguns estudos demonstram que não coube apenas ao imigrante a tarefa de ocupação e industrialização.<sup>100</sup> Ambos fatos aconteciam, com proporção diminuta, antes da chegada dos imigrantes. Resultado, entre outras coisas, da inserção do Brasil como nação nos quadros da economia mundial, primeiramente com a declaração da Independência em 1822<sup>101</sup> e, posteriormente, com a proibição do tráfico negreiro em 1850. A própria abolição, em 1888 e a instauração da República em 1889 podem ser considerados como marcos referencias para entender o processo de ocupação do território brasileiro.<sup>102</sup>

Quanto ao processo de povoamento e expansão da fronteira agrícola, a tarefa cabia, durante o período escravocrata, ao homem livre<sup>103</sup> e, após a abolição a atuação de uma parte dos escravos libertos também se fez importante. Cabe registrar, entretanto, que mesmo durante a escravatura era comum aos escravos fugidos adotarem como modelo de vida o dos homens livres, comumente lavradores, caracterizado principalmente pela mobilidade dentro

---

<sup>98</sup> DE VALANORA, Toniallo Luigi. *Minha viagem à América - 1893*. p. 12. In: DE BONI, Luis A . La América: escritos dos primeiros imigrantes italianos. Caxias do Sul: UCS, Porto Alegre: EST, 1977.

<sup>99</sup> MARTINS, José de Souza. *Imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

<sup>100</sup> Para o caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, um dos primeiros trabalhos a criticar a idéia do imigrante como “pioneiro” é o de Paulo Afonso Zarth. Cf. ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho – 1850-1920*. Ijuí: UNIJUI, 1997.

<sup>101</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

<sup>102</sup> Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República* São Paulo: Grijalbo, 1977 e MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: LECH, 1981.

<sup>103</sup> FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

da zona de matas<sup>104</sup>. De maneira que, para os imigrantes, coube o papel de acelerar a velocidade da ocupação, sem esquecer que entram no processo de maneira privilegiada em relação aos nacionais.<sup>105</sup>

No texto que segue o objetivo é realizar uma reflexão do modo como se efetivou a imigração/colonização. O propósito é compreender algumas possíveis razões vinculadas as atitudes que levaram uma soma considerável de pessoas a sair da Europa e vir em direção a terras desconhecidas. Dentre tais motivos destaco a resistência. Resistência neste texto adota o sentido de ser tanto uma forma de continuidade e manutenção de um certo modo/estilo de vida – o camponês –, como maneira de ascensão social – a busca de uma vida melhor em outro país –. Estes momentos estão muito ligados à própria imigração, à decisão de imigrar e ao modo como os imigrantes vieram a se socializar nos quadros da sociedade de acolhimento.

É durante o século XIX que um grande número de pessoas partiu da Europa em direção a América na busca de encontrar em solo americano o que a Europa não mais podia oferecer, devido às condições impostas pelo desenrolar da Revolução Industrial e do capitalismo. Thomas Davatz, por exemplo, ao descrever sua experiência de imigrante enumera uma série de causas que levavam os europeus a saírem em direção a “terras distantes, ultramarinas”, as quais têm uma relação muito forte com o processo de transformação no qual se encontrava a Europa e com a perspectiva de encontrar fora da “velha pátria” aquilo que ela não podia mais oferecer.<sup>106</sup>

Emílio Willems, em *A aculturação dos Alemães no Brasil*, também define as transformações pelas quais passavam a Europa como motivos para a imigração, principalmente no caso dos camponeses europeus:

O desejo de evitar a proletarização deve ter induzido também muitos camponeses à emigração. Entre aqueles que podiam escolher entre a vida de um trabalhador rural ou industrial e a emigração para um país onde as terras eram baratas e férteis, muitos se decidiram pela emigração.<sup>107</sup>

É importante, antes de tudo, tentar dar ao termo “resistência” um sentido mais preciso, pois, caso contrário, pode-se cair no erro de dar a palavra um significado tão amplo que passe a englobar qualquer fato ou atitude social. Ou seja, a decisão de imigrar não acontecia ao

---

<sup>104</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravocrata – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>105</sup> Martins, Imigração e crise no Brasil agrário, *op. cit.*

<sup>106</sup> DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. São Paulo: Martins; Ed. da Universidade de São Paulo, 1972, p. 1.

acaso, se dava a partir da *experiência* de mundo que os imigrantes tinham e suas aspirações estavam ligadas direta e indiretamente com a mesma.

A noção de “experiência” aqui utilizada é aquela desenvolvida por E. P. Thompson, pela qual é possível compreender o quanto as mudanças que acontecem na vida em sociedade estão associadas a história e costumes dos grupos envolvidos nas transformações.<sup>108</sup> Assim, pode-se concluir que a resistência não é um fator dado e simples, ela envolve uma série de circunstâncias que delimitam sua existência como, por exemplo, as formas de dominação que a geram.

Por conseguinte, assim como no Brasil existiam planos para os imigrantes eles próprios também tinham “esperanças” com relação a nova terra. Logo, tanto o ato de imigrar como a permanência no Brasil esteve relacionada com a maneira pela qual os imigrantes entraram em choque, entenderam e, por fim, aceitaram sua condição de imigrantes para, a partir disso, se estabelecerem na nova sociedade.<sup>109</sup>

Para dar conta do objetivo, a análise está dividida em três partes: a primeira, na qual o propósito é mostrar a situação histórica em que se encontrava a Europa no século XIX. Uma segunda, onde o centro da análise está em elaborar uma descrição do contexto histórico da sociedade de acolhimento: o Brasil. Na terceira parte, a perspectiva é compreender o horizonte de expectativas que tinham os imigrantes com relação à imigração e, a partir de fontes primárias, analisar alguns fatos acontecidos quando da chegada dos imigrantes no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX.

Uma circunstância que precisa ser destacada é a prioridade que tomará, na análise, a natureza camponesa dos colonizadores, pois parto do pressuposto que a imigração é uma alternativa que os imigrantes tinham de continuar a viver em sua condição social original. Cabe registrar, também, que se, por um lado, imigrar para os imigrantes representava, entre outras coisas, uma alternativa de escapar aos resultados do estado de transformação que se encontrava a Europa, por outro, era uma maneira dos países europeus equilibrarem sua situação econômico-social.<sup>110</sup> É evidente que nem todos os indivíduos que saíram da Europa e

---

<sup>107</sup> WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1980, p. 33.

<sup>108</sup> THOMPSON, E. P. *Costumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995.

<sup>109</sup> Em seu estudo: *Imigração e crise do Brasil agrário*, José de Souza Martins mostra o modo como os imigrantes italianos foram absorvidos, se inseriram, adaptaram e se estabeleceram nos quadros da sociedade paulista, assim como, os objetivos da política imigrantista, o papel que era reservado aos imigrantes na sociedade de adoção e o modo como eles se comportaram diante de toda essa situação. Cf. Martins, *op. cit.*

<sup>110</sup> Sérgio Buarque de Holanda em seu prefácio ao livro de Thomaz Davatz chama atenção para esse fato e mostra como os países Europeus estimulavam “a imigração de elementos que se tornavam onerosos às administrações municipais”. C.f. HOLLANDA, Sérgio Buarque de, *Prefacio do tradutor*. p. XXVIII – XXIX. In: Davatz, *op. cit.*



vieram para o Rio Grande do Sul eram camponeses. Contudo, é importante lembrar que a prioridade era para que fossem, quando não a recepção nem sempre era boa:

Bastava olhar para eles para ver que, bons ou maus de condição, eram todos eles gente da cidade, operários completamente alheios ao trabalho do campo e habituados a tal e qual molície e gozos dos centros populosos. Inaptos para desmontar a mata virgem e incapazes de provarem a sua subsistência pelo seu trabalho e faltando-lhes o estímulo moral do livre-arbitrio para aquela escolha, creio que todos terão desertado em pouco tempo, depois de haver semeado na atual população da colônia os maus exemplos da preguiça e da negligência.<sup>111</sup>

A partir da passagem acima, compreende-se que a prioridade dos agentes de colonização era trazer para as terras rio-grandeses aqueles que na Europa conheciam o trabalho agrícola. Havia a convicção de que, assim, se garantiria uma melhor adaptação dos imigrantes as condições oferecidas pelas colônias gaúchas. Em contrapartida, por parte dos imigrantes, a vinda ao Brasil significava uma possibilidade de vida nova. Em muitos casos, ela não deixava de ter conexão com o modo de vida que levavam na Europa anterior a industrialização, principalmente para aqueles que, no processo, haviam sido expulsos do campo.<sup>112</sup>

Quanto ao termo “camponês” aqui é adotado no sentido clássico da palavra: o homem que trabalha a lavoura com mão-de-obra familiar e com vistas a garantir sua subsistência e da unidade doméstica. Portanto, não visa a produção de excedente, o qual quando existente é usado para a troca por outros produtos que a unidade doméstica não pode produzir.

### ***2.1. Imigração: a Europa durante o século XIX***

Todos os períodos históricos e as diferentes sociedades são marcados por alguma forma de imigração. O século XIX talvez tenha sido, na história do ocidente, o período em que ocorreu o maior movimento de transferência “voluntária” de pessoas de um continente a outro. Por conseguinte, cabe perguntar o que leva uma pessoa a abandonar o local onde nasceu e foi criado – deixando para trás uma parte importante e considerável de sua história de vida – para partir em direção ao desconhecido?

---

<sup>111</sup> Rio Grande do Sul. Inspetoria Geral das Colônias. *Ofícios a presidência da Província. Ofício de 28 de Fevereiro de 1859*. Porto Alegre, AHRS, Códice 276.

<sup>112</sup> Sobre esta questão conferir: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do atlântico*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 205-238, novembro de 2000 e PETRONE, Maria Theresa Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade – 1824-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Numa avaliação, quiçá um tanto “simplificada” e geral, a respeito da Europa do século XIX percebe-se que a história européia, durante o período, tem como características gerais, entre outros fatores, – talvez mais pontuais – o considerável desenvolvimento proporcionado pela expansão da Revolução Industrial e também o fato de ser o momento em que o capitalismo passa definitivamente a firmar-se como modo de produção dominante. Em consequência, tem-se o agravamento dos níveis de desigualdade social e uma transferência acentuada da estrutura econômica dominante do campo para a cidade, ou melhor, da agricultura para fábrica.

O decadente mundo feudal entra em colapso e o resultado é a passagem de uma realidade marcada pela preponderância agrícola a uma centrada na indústria. Como a indústria precisa de pessoas para funcionar, é o montante de homens e mulheres que são expulsos da área rural, devido à expansão do movimento de cercamento dos campos e da extinção das áreas comunais, por exemplo, que vai proporcionar a quantidade de mão-de-obra necessária ao setor industrial. Da mesma forma, os próprios cercamentos – para lembrar um caso – eram incentivados pelo aumento da produção agrícola proporcionado pelo desenvolvimento de novas técnicas de produção.

É impossível, em tal realidade, dissociar o capitalismo e a industrialização da transferência sem limites das pessoas do campo para cidade. Contudo, é importante lembrar, nem todos os indivíduos que passavam de um contexto a outro encontravam um lugar que os acolhesse. Por um lado, as pessoas que, num primeiro momento, não encontravam empregos disponíveis passavam a compor o “exército industrial de reserva”. Por outro, quando encontravam trabalho, na maioria dos casos, era em situações difíceis e passavam a ser vítimas das mais diferentes formas de exploração.

O avanço e afirmação do capitalismo traziam como consequência um agravamento dos níveis de desigualdade, o que acabava por colocar um número cada vez maior de pessoas em condições precárias de vida. Pessoas que eram herdeiras de costumes e viviam de acordo com tradições que eram anteriores ao que vinha se apresentando naquela época. Do que resultava a emergência de vários movimentos de resistência e contestação – “agitações populares”, como preferem alguns autores –, os quais eram uma das formas que as pessoas tinham de manifestar sua insatisfação com respeito o que vinha acontecendo. Como demonstra Rudé, tais “agitações” eram

provocadas tanto por lembranças de direitos costumeiros ou pela nostalgia de utopias do passado como pelas reivindicações presentes ou esperanças de melhoria material, e fazem uma “justiça natural”

violenta e imediata, quebrando janelas, destruindo máquinas, saqueando mercados, queimando efígies de inimigos do momento, incendiando montes de feno e derrubando casas, fazendas, cercas, moinhos ou tavernas, mas raramente fazendo mortes. O motim, portanto, é a forma característica e freqüente do protesto popular que, ocasionalmente, se transforma em rebelião ou revolução.<sup>113</sup>

As revoltas camponesas e urbanas ocupam um lugar especial na história européia. Na medida que o desenvolvimento industrial ganhava terreno, os avanços tecnológicos permitiam uma substituição expressiva da mão-de-obra humana pela mecânica, às velhas estruturas feudais iam cedendo lugar ao capitalismo, os campos cada vez mais se esvaziavam e as cidades ficavam saturadas de pessoas. Também aumentava a incidência de levantes e motins, os quais, na maioria dos casos, ocorriam motivados pela busca de restabelecimento de antigas condições de vida. Thompson ao desenvolver a idéia de “economia moral” permite entender a lógica dos movimentos de protesto levados a cabo pela população em geral na Inglaterra. Igualmente estabelece uma base de análise que faculta uma melhor compreensão dos motivos pelos quais algumas das agitações ocorridas tinham por meta o restabelecimento de condições passadas.

É importante, assim, estabelecer um lugar central ao papel dos costumes para melhor compreender os movimentos de resistência, pois a economia moral – no sentido que Thompson a emprega – tem conexão com a idéia de experiência histórica e é, um dos fatores, capaz de estabelecer sentido histórico às relações sociais. A resistência e as demais relações sociais são entendidas, a partir do ponto de vista de Thompson, como momentos de construção histórico-sociais capazes de dar historicidade à própria sociedade. Isto é, uma atitude de resistência não acontece no presente do nada e por nada, ela sempre vai ter ligação com alguma coisa do passado, assim como terá repercussões no futuro.

Parece que no existe ninguna otra expresión pra describir la forma en que, en las comunidades campesinas y las primitivas comunidades industriales, muchas relaciones “económicas” se regulan de conformidad con normas no monetarias. Estas comunidades existen como un tejido de costumbres y usos hasta que se ven amenazadas por racionalizaciones monetarias y se vuelven conscientes de si mismas como “economia moral”. En este sentido, la economia moral nace como resistencia a la economia de “mercado libre”.(...). Las racionalizaciones o “modernizaciones” del mercado capitalista atentaban contra las normas de la comunidad y continuamente

---

<sup>113</sup> RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 4.

creaban un antagonista “moral”.<sup>114</sup>

Aquilo que Thompson denomina como “um tecido de costumes e usos”, a partir dos quais as pessoas montam a sua existência, vai entrar em choque com a nova ordem que quer tomar lugar social dominante. É o choque que vai determinar a forma como as mudanças acontecem. Não se deve afirmar, portanto, que todos os movimentos que tomavam por base coisas do passado, as quais a realidade presente estava tentando superar foram fracassados mediante a aparente vitória do capitalismo. Porque, de uma forma ou de outra, acabaram por trazer benefícios no sentido de controlar, através da resistência, a dominação. Como demonstra Thompson, a experiência dos motins e levantes na Inglaterra, contribuíram em muito na formação de uma consciência de classe entre os operários.<sup>115</sup>

No processo de sua industrialização a Europa estava mergulhada em uma fase de transformações constantes, decorrentes da consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. As modificações afetavam direta e indiretamente o modo de vida das pessoas e imprimiam na sociedade uma nova forma de organização. Tudo era encarado e experimentado a partir de diversos pontos de vista, os quais estavam centrados na própria experiência de vida que as pessoas da época tinham. Isto é, a nova organização social só podia alcançar êxito através da supressão de antigos costumes, no entanto, eles vão ser determinantes no modo como as novidades vão ser absorvidas.

A Europa do século XIX encontrava-se, pelo que se pode perceber, submersa num estado de “crise”, o qual é marcado pelo desenrolar de uma série de acontecimentos, os quais mudaram profundamente a realidade social, política e cultural da época e foram condicionantes e impulsionadores da imigração. Tais mudanças vão acarretar, entre outras coisas, um inchamento populacional e, além de tudo, vão empurrar um sem número de pessoas para as “margens” da sociedade. O que vai ocorrer por diversos motivos como, por exemplo, a incapacidade da indústria em absorver toda a mão-de-obra que é dispensada do campo e corre em direção das cidades.

Sem dúvidas a resistência é um dos fatores relacionados a imigração e, como pode se depreender da leitura das análises de Thompson e Rudé, resistir não significa apenas opor-se a uma forma de dominação. A resistência está conectada também a tudo aquilo que representa uma forma, organizada ou não, de as pessoas exigirem a realização de seus objetivos enquanto coletividade ou enquanto indivíduos. Assim, pode-se argumentar que muitos

---

<sup>114</sup> THOMPSON, E. P. *La economía moral revisada*. In: \_\_\_\_\_. *Costumbres en común*. Barcelona: Critica, 1995, p. 382-83.

daqueles que imigraram durante o século XIX e imigram/migram hoje em dia não o fazem apenas como forma de fuga ou como uma simples aventura, um passo no escuro, mas também como uma maneira de resistência, no sentido de que, para alguns, imigrar talvez seja a única possibilidade de garantir seu modo e condições de vida.

Há aqueles que se acomodam, mas os mesmos dificilmente se fazem imigrantes. Também não se deve esquecer os “aventureiros” e aqueles que buscam aumentar suas fortunas como os Matarazzo em São Paulo<sup>116</sup>, os Renner e Gerdau no Rio Grande do Sul<sup>117</sup>. Enfim, a vida social é muito complexa e a resistência não pode ser entendida como a única ferramenta de explicação das relações sociais. Tal pretensão limitaria o complexo que é a vida social a um ponto de vista único. No entanto, é importante lembrar o quanto as relações sociais de dominação e resistência podem estar presentes das maneiras mais variadas, de formas sensíveis e até inconscientes no dia-a-dia das pessoas.

Como a maioria dos imigrantes vindos ao Rio Grande do Sul eram alemães ou italianos é importante sublinhar as condições gerais em que estavam mergulhadas as regiões de origem dos mesmos.<sup>118</sup> Emilio Willems enumera uma série de fatos que levaram os alemães a imigrar durante o século XIX, os quais estão ligados de forma direta ou indireta ao conjunto de transformações que caracterizam à Alemanha na época. Dentre as causas motivadoras da imigração alemã, Willems destaca, os problemas relacionados a alta densidade demográfica, principalmente no sul e sudoeste da Alemanha, a fome, decorrente das más colheitas e da super divisão das terras, a questões de cunho político, devido a má administração de alguns territórios e às guerras e revoltas como as revoluções de 1848 e 1849.

Entretanto, segundo Willems, “seria um erro considerar fatos econômicos ou administrativos como motivos únicos da emigração”, pois é necessário dar a devida importância ao papel das promessas realizadas pelos agentes de colonização, as quais “levaram os camponeses a venderem suas propriedades a fim de procurar vida mais fácil na América”. Willems também estabelece como motivo de imigração o fato de que “em muitas regiões da Alemanha já se havia estabelecido uma tradição emigratória”,<sup>119</sup> circunstância que reforçava a eficiência da propaganda de imigração e incrementava o processo.

---

<sup>115</sup> Cf. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol I, II, III, 1981.

<sup>116</sup> MARTINS, José de Souza. *A morte do burguês mítico*. p. 143-150. In: \_\_\_\_ *O cativo da terra*. São Paulo: LECH, 1981.

<sup>117</sup> LAGEMANN, Eugenio. *Imigração e industrialização*. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio (Orgs.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

<sup>118</sup> As condições reinantes na Itália serão abordadas adiante, parte 2.1.2 deste texto.

<sup>119</sup> Willems, *op. cit.*, p. 34-35.

Ellen Woortmann analisa o problema da imigração a partir da lógica do parentesco e segundo ela a vinda de imigrantes da Europa para o Brasil está associada a lógica de reprodução camponesa, pois a maioria dos emigrantes vindos era formada de “‘excedentes estruturais’, isto é, eram não-herdeiros, por efeito da unigenitura; eram os que tinham de abdicar, menos em benefício do herdeiro do que em benefício do todo representado pelo patrimônio indiviso da família”.<sup>120</sup> Por conseguinte, a emigração não pode ser explicada apenas por fatores macro-estruturais, externos ao campesinato, mas “também a partir do próprio sistema camponês”. A emigração, segundo Woortmann, pode ser “desencadeada e organizada pelo sistema de parentesco”. Ela permite a reprodução camponesa, “não só daqueles que migram, mas igualmente daqueles que ficam; ela significa a busca de novas terras, em outro lugar, e a preservação da terra no lugar de origem”.<sup>121</sup> Ou seja, na perspectiva da autora:

a migração interna dos colonos, assim como a emigração de seus antepassados alemães, obedece a uma mesma lógica, decorrente da mesma condição camponesa e de uma ideologia que privilegia a terra como requisito de reprodução social, isto é, de uma reprodução “camponesa”. Essa condição provoca impasses, e os movimentos migratórios são uma resposta a tais impasses, associados à pressão demográfica, mas também aos modelos de organização familiar.<sup>122</sup>

Nestas poucas linhas busquei apresentar uma breve discussão a respeito da experiência histórica vivenciada pelas pessoas que deixaram a Europa e vieram para o Brasil no século XIX. O pressuposto que norteou a discussão centra-se no fato de que alguns acontecimentos daquele período foram incentivadores e mesmo determinantes do processo de imigração. Em contrapartida, a busca de novas terras, no além-mar, além de estar vinculado aos rumos que o capitalismo e a industrialização vinham dando a sociedade européia, obedeciam também a uma lógica de reprodução característica do campesinato.

## ***2.2. Da Europa para o Brasil: imigração e a sociedade de acolhimento***

Para dar conta de construir uma descrição das condições gerais em que se encontrava o Brasil no século XIX, bem como para elaborar uma análise que sirva de apoio para a compreensão das expectativas que os imigrantes tinham, tomarei como suporte os estudos de José de Souza Martins, Emilia Viotti da Costa e Maria Theresa Schorer Petrone. O motivo da

---

<sup>120</sup> WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo-Brasília: Hucitec; Edunb, 1995.

<sup>121</sup> *Idem*, p. 116.

<sup>122</sup> *Idem*, p. 115-116.

escolha está relacionado ao fato de os referidos autores possuírem produção científica importante relativa a questão da imigração e da própria história brasileira, num sentido mais geral.

Em primeiro lugar é importante que se faça uma distinção entre o movimento de imigração ocorrido e direcionado ao Sudeste daquele que aconteceu no Sul do Brasil. A principal característica que possibilita estabelecer essa distinção é que no Rio Grande do Sul os imigrantes, em sua maioria, se tornaram pequenos agricultores enquanto no Sudeste o principal objetivo era a utilização do contingente de imigrantes como mão-de-obra nos cafezais.<sup>123</sup>

De acordo com Emilia Viotti da Costa as primeiras tentativas de atrair imigrantes para o Brasil, ainda nas primeiras décadas do século XIX, não trouxeram os resultados esperados, pois havia resistências nos países europeus, sobretudo nórdicos, à idéia de imigração para o Brasil e as correntes imigratórias eram direcionadas aos Estados Unidos. Assim, o deslocamento de europeus para o Brasil aumentou somente a partir de 1850 com a proibição do tráfico negreiro e devido o desenvolvimento que receberam as políticas de imigração. Aprimoramentos os quais chegaram ao seu ápice com o fim da escravatura.

Para José de Souza Martins, no século XIX, o Brasil encontrava-se mergulhado em uma profunda crise, a qual não se circunscrevia apenas a esfera rural, mas era uma crise geral caracterizada pela passagem de uma sociedade escravocrata a uma organização social dependente do mercado e baseada no trabalho livre. A passagem trazia problemas como, por exemplo, a falta de mão-de-obra. Problemas que ficavam ainda mais complexos em função de as mudanças acontecerem sem se realizarem transformações profundas na realidade nacional. Devido a isso, o Brasil entrava no capitalismo, mas continuava preso às velhas estruturas sócio-econômicas herdadas do período colonial.

O estrangulamento da economia colonial exigiu, (...), a adoção de uma política de constituição de um mercado de trabalho que superasse o descompasso e forjasse as bases de uma reprodução “natural” da força de trabalho. A criação das condições institucionais do mercado livre de trabalho (propriedade capitalista da terra e abolição da escravatura) associou-se, portanto, a uma política de imigração, trazendo para o País o agente humano da realização da ideologia da transformação do trabalhador em proprietário.<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. *Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul*. In: Dacanal, *op. cit.*

<sup>124</sup> Martins. A imigração e a crise do Brasil agrário, *op. cit.*, p. 16.

Martins argumenta que a “ideologia da transformação do trabalhador em proprietário” era uma forma que a elite brasileira tinha de “recriar relações que estavam desaparecendo no país de origem” do imigrante, apresentado, assim, a sociedade brasileira como “boa sociedade” pois “de certo modo, oferecia-lhe de volta o que lhe haviam tirado no país de origem”.<sup>125</sup> Por conseguinte, o imigrante acabava criando uma série de expectativas, – vontade de enriquecer pelo trabalho, por exemplo – as quais na medida que o tempo passava demonstravam impossíveis serem realizadas. Por outro lado, é exatamente a possibilidade das expectativas se efetivarem que vai ser um dos incentivos a impulsionar a vinda dos imigrantes e também sua permanência como trabalhadores nas fazendas de café.

Assim, a necessidade de mão-de-obra barata era suprimida pela vinda dos imigrantes, os quais acreditavam que pelo trabalho poderiam vir a ser proprietários, coisa que dificilmente acontecia, principalmente ao se levar em consideração que tudo foi organizado para que isto não acontecesse. Um exemplo do arranjo prévio é a Lei de Terras de 1850, cuja uma das principais funções era impossibilitar a posse da terra por outros meios que não a compra. Mesmo os imigrantes que conseguiam um lote de terra ficavam sem ter condições de competir com a agricultura de exportação e limitados pelas exigências do Estado (pagamento de dívidas contraídas na aquisição do lote e no recebimento de subsídios), do mercado (agricultura centrada na exportação) e do clima (condições propícias para produção de gêneros de primeira necessidade) acabavam por renderem-se ao trabalho nas fazendas e, posteriormente, na indústria.<sup>126</sup>

Em *O imigrante e a pequena propriedade*,<sup>127</sup> Maria Theresa Schorer Petrone constrói análise sobre a influência dos imigrantes na forma como, no Brasil, se desenvolveu um tipo singular de pequeno proprietário camponês. Petrone em sua análise chama atenção para os motivos que levaram os europeus abandonarem a Europa e virem em direção a América: a procura de trabalho e o sonho de conseguir um pedaço de terra. Por outro lado, as imigrações transoceânicas também inseriam-se no desenvolvimento do capitalismo industrial e desempenham papel bem definido no mesmo.

No Brasil o início das políticas de imigração, assim como os incentivos à mesma ocorrem em 1808 quando por decreto de 25 de novembro D. João permite o acesso à

---

<sup>125</sup> MARTINS, José de Souza. *As relações de classe e a produção ideológica da noção de trabalho*. p. 117-134. In: \_\_\_\_\_. *O cativo da terra*, *op. cit.*, p. 119.

<sup>126</sup> Cf. Martins, *A imigração e crise no Brasil agrário*, *op. cit.*

<sup>127</sup> PETRONE, Maria Theresa Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade – 1824-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1984.



propriedade fundiária a estrangeiros. Tais políticas visavam para aquele imigrante europeu, que se instalasse numa pequena propriedade, um papel específico, pois ele deveria

constituir-se num agente modernizador e transformador da sociedade e da economia brasileira. Com experiências agrícolas e de criação de gado diferentes, com técnicas artesanais novas, com hábitos de vida outros que os das populações existentes, esperava-se que o imigrante contribuísse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado.<sup>128</sup>

Petrone também se interessa em saber quais eram os objetivos dos imigrantes, ou seja, quais os fatores que os levavam a abandonar família, pátria, tradições e culturas para imigrar? Ao que responde: ser dono de um pedaço de terra para trabalhar nela e tirar dela o sustento da família. Segundo a autora os imigrantes tinham a “ideologia do camponês europeu livre”, trabalhando sua própria terra, obtendo dela o sustento da família e vendendo uma parte da produção. O mesmo funcionava para os imigrantes de origem urbana, pois “em geral, não pretendiam repetir na nova terra suas experiência amargas como proletários (...). Sua vida como operários dificilmente deixava saudades. O objetivo, portanto, era dedicarem-se à agricultura na pequena propriedade”.<sup>129</sup> O que demonstra que a imigração estava associada a reprodução da identidade e condição camponesa dos imigrantes e insere-se num quadro de resistência pela qual a emigração surgia como alternativa de manutenção de um modo de vida e mesmo como possibilidade de melhorá-lo.

É evidente, portanto, que se existiam motivos na Europa a incentivar a imigração também no Brasil havia toda uma conjuntura favorável à vinda de imigrantes. Situação que caracterizou boa parte da história brasileira e é com base nela que se desenvolvem as políticas imigrantistas, bem como a elaboração – como apontou Martins – de um projeto de “modernização conservadora”, pela qual se delineou o desenvolvimento e expansão do capitalismo no Brasil.

O movimento de imigração em direção ao Rio Grande do Sul, como foi destacado anteriormente, teve um sentido diferente daquele que recebeu no Sudeste brasileiro. No Rio Grande do Sul os imigrantes estabeleceram-se como pequenos proprietários, recebendo subsídios governamentais nos primeiros anos. Cabe destacar, no entanto, que a situação que se encontrava a então Província de São Pedro não era muito diferente daquela em que se estava o país. A política de imigração no Rio Grande do Sul, por conseguinte, também esteve ligada a defesa dos interesses de uma elite conservadora preocupada simplesmente na manutenção da ordem vigente.

---

<sup>128</sup> Petrone, *op. cit.*, p. 18.

Considerando que os fatores que moviam os imigrantes é tema bastante complexo e de difícil delimitação devido a diversidade de posicionamentos existentes, a partir daqui o propósito é tentar demarcar alguns com base no que os imigrantes ouviam ou liam, ainda na Europa, a respeito do que o Brasil tinha a oferecer. Para tanto, usarei basicamente uma descrição sobre o Rio Grande do Sul elaborada em 1850 por Joseph Hörmayer e publicada em Coblenza na Alemanha em 1854. Serão analisadas também algumas cartas e descrições, compiladas por Luis A. De Boni, de imigrantes italianos recém chegados no Rio Grande do Sul, os quais escreviam a suas famílias na Itália, relatando a experiência que tiveram.<sup>130</sup>

Em sua descrição do Rio Grande do Sul, Hörmayer elabora um pequeno texto que tinha por meta principal dar motivos para que os alemães saíssem de sua terra natal e viessem se “aventurar” em solo rio-grandense. Para tanto, o autor inicia destacando o que ele considerava ser os principais motivos para alguém imigrar: “liberdade e lucro”<sup>131</sup>. E é exatamente com base nesta premissa que elaborou a sua descrição, chamando atenção para o que de “bom” a imigração podia oferecer a quem imigrava e ressaltando as qualidades e possibilidades de “boa vida” que o Rio Grande do Sul podia oferecer:

O que ao colono alemão muito em breve dará saúde e contentamento é o fato de poder semear e colher o ano todo; que sua terra anualmente fornece duas, com sábia divisão, até três colheitas e que ele não necessita adubo nem trabalho duro, devido ao solo fértil e virgem que esta região afortunada lhe proporciona.<sup>132</sup>

Petrone também lembra o quanto à propaganda de imigração foi influente para que os imigrantes tomassem a decisão de imigrar, cita *O guia do emigrante para o Império do Brasil*, escrito pelo Inspetor Geral das Terras e Colonização, Accioli de Vasconcelos, em 1884, no qual, entre outras coisas, constava:

a boa qualidade das terras que lhe são distribuídas, os recursos que encontra para a venda dos seus produtos já nos caminhos que rodeiam o seu lote, já nas vizinhanças das povoações por onde passam nas estradas gerais (...) tudo concorre para que o imigrante possa efetuar muito suavemente o resgate de sua dívida, obtendo o desejado título que o eleva a dono absoluto do seu lote.<sup>133</sup>

---

<sup>129</sup> *Idem*, p. 56.

<sup>130</sup> DE BONI, Luis A. *La América: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: UCS e Porto Alegre: EST, 1977.

<sup>131</sup> HÖRMAYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850. Descrição da província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional*. Porto Alegre: D. C. Luzzato ed; EDUNI-SUL, 1986.

<sup>132</sup> *Idem*, p. 44.

<sup>133</sup> ACCIOLI DE VASCONCELOS. *Guia do emigrante para o Império do Brasil*. Apud: Petrone, *op. cit.*, p. 55-56.

É notório que mediante a propagandas como a de Accioli não restassem muitas idéias a respeito do Brasil que não aquelas que privilegiavam as suas “riquezas”. As descrições que Hörmayer fez do Rio Grande do Sul, assim como os relatos de viagem de outros viajantes; Avé-Lallemant e Auguste de Saint Hilaire, por exemplo, serviam de instrumento para fomentar as expectativas dos imigrantes. E não apenas eles como também o trabalho dos agentes de imigração e da propaganda governamental foram excelentes meios de atração de imigrantes. Contudo, as coisas não eram tão fáceis assim, pois

desde o primeiro momento, a imigração para o Brasil sofreu uma série de reveses, oriundos da complexa e ambígua legislação e da não-correspondência entre a propaganda que se fazia no estrangeiro para atrair os imigrantes e a realidade que aqui lhes era imposta. Isso levou, em alguns casos, à suspensão de várias correntes imigratórias por parte dos países de origem; em outros, a diminuição da entrada espontânea de imigrantes.<sup>134</sup>

Um exemplo pelo qual se pode constatar, tanto o problema da não correspondência entre as promessas dos agentes de colonização como dos revezes pelos quais passou a imigração para o Brasil, é o acontecido com o imigrante Thomaz Davatz que veio ao Brasil para trabalhar na fazenda do senador Vergueiro durante a década de 50 do século XIX. Em seu relato, Davatz, mostra o quanto existia uma distância muito grande entre aquilo que se falava e se escrevia na Europa sobre o Brasil e aquilo que esperava o imigrante no outro lado do oceano. Davatz alerta para a existência de tais problemas, no entanto, aconselha aquele que se decidir por imigrar para o Brasil que o faça, mas escolha as colônias do Sul como destino.<sup>135</sup>

Além do livro de Davatz, embora poucos, existem outros relatos, principalmente cartas de imigrantes retratando, tanto aquilo que pensavam com relação o ato de emigrar e os empurrava a optar pela emigração como o conjunto de acontecimentos que ocorriam nos seus países de origem. Luis De Boni no livro *La América*, reuniu uma série de escritos dos primeiros imigrantes italianos vindos ao Rio Grande do Sul. Nas cartas e descrições que De Boni agrupou constam exemplos seguros dos momentos decisivos para tomada de decisão dos imigrantes, os quais são definidores de suas escolhas.

No conjunto de documentos, reunidos por De Boni, é possível ao observador perceber o quadro complexo que envolvia a atitude de emigrar e o quanto é difícil tentar simplificá-la a ponto de interpretá-la como uma aventura. Se existiram aqueles que se transferiram de um

---

<sup>134</sup> KLIEMANN, Luiza Helena Schimitz. *RS: Terra e poder: história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 35.

<sup>135</sup> Cf. Davatz, *op cit.*

país a outro imbuídos somente pelo espírito de aventura – aventura aqui no sentido restrito, ou seja, aquilo que atrai as pessoas amantes do imprevisível –, os relatos demonstram que foram poucas e que, certamente, na maioria dos casos aquilo que estava em questão era a possibilidade de encontrar em outro lugar condições para melhor poder viver.

Toniazzo Luiggi de Valonara, por exemplo, alfaiate, imigrante italiano que veio para o Rio Grande do Sul em 1893, em sua narrativa sobre a viagem dá exemplos nítidos da situação que vivenciou ao emigrar.

Adeus Itália, agora passo os teus confins. Em ti nasci e tu me conduziste até mais da metade de minha vida, mas agora, não por minha vontade, porém coagido pela miséria que se encerra em teu seio, devo abandonar-te para jamais te ver ou gozar de tua alegria.<sup>136</sup>

Sua descrição sobre as condições de viagem, do navio e do que acontecia durante a travessia do oceano Atlântico também são indicativas da série de reveses que envolviam a imigração: “como estávamos amontoados naquele navio, meu Deus (...) Naquele vapor éramos mais de 1500 pessoas ocupando a terceira classe, apertados como sardinha em uma lata”<sup>137</sup>, e continua “não conseguia compreender como havia tido coragem de lançar-me no meio de tantos desconhecidos”.<sup>138</sup>

Paulo Rossato, também imigrante italiano que veio para o Rio Grande do Sul na década de 80 do século XIX. Instalou-se na colônia de Caxias com a pretensão de formar colônia onde posteriormente instalaria sua família, a qual viria da Itália. Assim escreve para seus pais na Itália:

Tratem de partir alegres, cantando, pois não convém que vocês partam chorando: não tenham medo de deixar amigos que são inimigos. Aqui vocês encontraram amigos e alegria à vontade. Temos comida à fartura para vocês e, dentro de dois anos, também bebida. E a mãe não fique ouvindo seus irmãos a dizer que lamentam que o seu sangue vá pelo mundo: nós partimos pelo mundo, mas para melhor viver.<sup>139</sup>

Com base nas descrições é possível perceber que o sentido da imigração adotava um caráter específico de busca daquilo que os países de origem dos imigrantes não podiam mais oferecer. Pode-se depreender, igualmente, que o “melhor viver”, a que se refere o imigrante Rossato, tem o significado de ruptura, tanto que quando tem sua primeira filha na colônia

<sup>136</sup> Toniazzo, *Minha viagem à América*, *op. cit.* p. 15

<sup>137</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>138</sup> *Ibidem*.

<sup>139</sup> ROSSATO, Paulo. *Do Sul, colônia n° 1. 22 de Junho de 1884*. In: De Boni, *La América: escritos dos primeiros imigrantes italianos*, *op. cit.*, p. 50.

resolve chamá-la Itália “porque espero jamais ela vá a Itália”.<sup>140</sup> Por outro lado, o “melhor viver” também tem o significado de ser um encontro com uma forma de vida ideal com comida, amigos, bebida, alegria e fartura<sup>141</sup>. Uma vida camponesa onde com trabalho e dedicação tal objetivo poderia ser realizado: “penso que poderia ter aqui minha mãe, tão eficiente na criação de galinhas e porcos, e poderíamos ter quantos animais quiséssemos”, e continua “quem tem de trabalhar em terras arrendadas e pagar aluguel de casa, que deixe tudo aí, pois poderá aqui ter a sua terra”.<sup>142</sup>

### ***2.3. Os imigrantes no Rio Grande do Sul***

Anteriormente foi destacado o ponto de vista de alguns autores sobre a imigração e, num panorama geral das conclusões a que chegaram pode-se compreender que a vinda dos imigrantes, sua chegada e permanência nas colônias acontece dentro de um longo e complexo processo. Processo que envolve, tanto o contexto em que estava submerso o país de acolhimento quanto aquilo que vinha acontecendo na sociedade de origem, assim como as expectativas e intenções existentes em ambos os lados.

A vinda de colonizadores estrangeiros para o Brasil estava mediada por uma série de promessas que, na maioria das vezes, não eram cumpridas. O descompasso, sem dúvidas, gerava descontentamentos e não são poucas as agitações e reclamações dos imigrantes a respeito da questão:

os choques entre colonos e comissões, ao contrario do que a literatura geralmente narra, eram muito comuns. Existem em função da cobrança da dívida colonial e dos problemas com hospedagem, alimentação, transporte e localização nos núcleos.<sup>143</sup>

As ações dos imigrantes voltadas a exigência de cumprimento e realização de suas expectativas precisam ser tomadas como um dos pontos interconectados entre a motivação, o modo como se deu à imigração e a assimilação dos imigrantes à nova sociedade. Tais atitudes são decisivas na maneira como vai acontecer, em última instância, a incorporação do imigrante à sociedade de acolhimento. Condutas, cujo sentido é o da resistência, e que foram,

---

<sup>140</sup> *Idem*, p. 42.

<sup>141</sup> É importante citar aqui o trabalho de Robert Darnton sobre as histórias de camponeses do século XVIII na França. Em sua análise Darnton demonstra o quanto a alimentação era importante para os camponeses, tanto que os contos, em sua maioria, fazem menção a mesas fartas com muita comida e bebida. Cf.: DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

<sup>142</sup> Rossato, *Idem*, *op. cit.*, p. 41.

<sup>143</sup> Kliemann. *Idem*, *op. cit.*, p. 66.

também, motivos a partir dos quais as políticas de colonização eram elaboradas e reelaboradas.

Ilmo. Exmo. Snr - Participa-me o Diretor de Santo Ângelo que alguns dos colonos remetidos para aquela colônia, fim do ano passado, depois de terem recebido os subsídios sem empoeçar, sob diversos pretextos, até agora o serviço dos trabalhos nos prazos coloniais que lhes tem sido distribuídos, querendo agora arranchar-se em terras de antigos colonos com concessão destes em lugar de co-habitar nos próprios prazos. A julgar, o dito diretor semelhante procedimento pouco conveniente, pede esclarecimento se deve ou não consentir nisso. Rogo, portanto, a V.Ex<sup>a</sup> a atitude que se deve tomar neste caso e em outros idênticos, que para no futuro venham aparecer.<sup>144</sup>

Talvez os motivos pelos quais os colonos não tenham aceitado ficar no lugar que lhes fora destinado estejam ligados à pouca fertilidade do lote que haviam recebido; à grande distância de alguma fonte de água potável; à falta de vias de acesso que resultava na pouca comunicação com outras comunidades. Várias são as razões possíveis de serem enumeradas e que poderiam estar ligadas com a decisão dos imigrantes em abandonar os lotes a eles reservados. Da mesma forma, é notório o fato de que não aceitaram ficar nas terras e o quanto a atitude deixou a diretoria de colonização confusa.

Muitas eram as formas que os colonos tinham de reclamar pelo descumprimento de alguma das condições que asseguravam o contrato que haviam assinado na chegada e as promessas que lhes foram feitas antes da vinda. Assim, as obrigações do Estado quando a colônia era pública e dos proprietários quando era particular, eram observadas e quando descumpridas, algumas vezes, cobradas. Para se ter uma pequena idéia da condição em que se encontravam alguns recém chegados, transcrevo abaixo parte de uma carta remetida por colonos enviados a Nova Palmeira, Rio Grande do Sul, em 18.05.1876, ao presidente da província:

Vossa excelência queria ter a bondade de ouvir nossos pedidos e desculpar nossas queixas. Não podemos mais agüentar essa qualidade de vida e viver nesta malandricia e miséria. Faz cinco meses estamos neste lugar de desgraça, sem serviço, padecendo de fome e frio. Um diretor não aparece e nossas terras que já muito tempo estão medidas e prontas para cultivar, estão à toa. Bem sabemos que o governo emprega toda a força de satisfazer os emigrantes, mas os “agentes” e o diretor não fazem suas obrigações e eles enchem as algibeiras de dinheiro e os pobres emigrantes tem de padecer. Nós esperamos que V. Ex<sup>a</sup>. mande socorro a nós; as razões de nossas queixas são as seguintes:

---

<sup>144</sup> Rio Grande do Sul. Inspecoria Geral das Colônias, *Ofícios a presidência da província 1859-1861*. Ofício de 26 de Novembro de 1860. Porto Alegre, AHRS. Códice 276.

1. Já cinco meses estamos aqui em Nova Palmeira vivendo na malandricia, nossas roupas estão rasgadas e se não podemos ganhar algum dinheiro, estamos com nossas famílias nuas;

(...)

3. Nós sabemos que o governo paga 105\$000 por cada casa dos emigrantes, depois está pronto. Se nós pudermos ganhar este dinheiro e fabricar mesmo nossas casas a nosso gosto, ajudaria muito, porém nosso “agente” que se chama José Lettor, tem contratado aquelas casas com os engenheiros e manda fazer agora barracas, que o primeiro vento derruba e não valem 30\$000 cada uma.

(...)

Desta maneira estão as circunstâncias por aqui e temos a esperança que V.Ex<sup>a</sup>. tenha dor de nossas famílias e mande-nos socorro.

Temos honra de ser de V.Ex<sup>a</sup>. muito obedientes criados.<sup>145</sup>

A carta, escrita por um colono e enviada ao Presidente da Província, mostra, mais ou menos, as dificuldades a que eram jogados os imigrantes e, também, o quanto era difícil encontrar formas de resistir aos abusos a que eram submetidos. Certamente, o procedimento de escrever uma carta ao presidente da província queixando-se da situação, tenha sido a melhor saída encontrada por aqueles colonos. Distantes muitos quilômetros de sua terra natal, jogados em meio a uma terra desconhecida tendo como principal apoio o tal agente, que estava mais preocupado em “encher as algibeiras”, fica difícil tomar alguma atitude que se demonstre eficiente.

Outro exemplo de uma ação de resistência voltada à cobrança das “obrigações” dos colonizadores é o levante ocorrido na Fazenda de Ibicaba do Senador Vergueiro, o precursor a fundar colônias de parceria em São Paulo. No levante, os imigrantes organizam-se em torno de Thomas Davatz, o qual, posteriormente, ao retornar à Europa escreveu um livro cuja meta era contar os acontecidos na Fazenda de Ibicaba na busca de alertar aos “desavisados” quanto aos riscos a que estava exposto quem decidia imigrar.

O relato de Davatz, hoje em dia tem sido bastante utilizado como fonte para o entendimento da imigração, dos imigrantes e da colonização. Para fins de exemplo de como as ações dos imigrantes podiam tomar várias formas e usar de diferentes estratégias para dar cabo de suas reivindicações, transcrevo o abaixo assinado, datado de 22 de Dezembro de 1866, escrito por Davatz e rubricado pelos colonos da fazenda.

Os colonos abaixo assinados vêm, por meio desta, afirmar que sua, situação está bem longe de ser tão excelente e vantajosa quanto o prometiam as noticias divulgadas aqui e na Europa, que vivem

---

<sup>145</sup> Rio Grande do Sul. Órgãos de terras e colonização, Repartição especial de Terras Públicas. *Documentação avulsa, 1867-1876*. Porto Alegre, AHRs. Lata 279; maço 7.

sujeitos a arbitrariedades de toda ordem e que sua situação é em suma antes de lamentar do que de causar inveja. Por conseguinte, decidiram firmemente fazer valer seus direitos pelas vias legais e junto às autoridades competentes — aquelas que a seu ver possam facilitar melhor a realização dos seus desejos —, solicitando um inquérito que lance luz sobre toda a situação. Obrigam-se, portanto, a não praticar nenhum ato de violência e nenhum excesso contra seus empresários ou contra a diretoria. Comprometem-se, outrossim, a praticar lealmente seus deveres enquanto aqui permaneçam na qualidade de colonos. Esperam, pois, e com grande empenho, que de parte dos Snrs. Vergueiro & Cia. sejam cumpridas todas as obrigações expressas nos contratos e também que não sejam cometidos contra nenhum colono, atos de violência, como sejam expulsão da fazenda, prisão, etc.<sup>146</sup>

Situação semelhante aconteceu no Rio Grande do Sul, na colônia de São Lourenço. Colônia particular, situada próximo a cidade de Pelotas e administrada pelo empresário Jacob Rheingantz. Em relatório apresentado a Assembléia Legislativa provincial no ano de 1868, o então presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco Marcondes Homem de Mello descreve a situação da colônia São Lourenço da seguinte forma:

Nos dias 23 e 24 do ano findo, os colonos deste núcleo, em número superior a 200 dirigiram-se a casa do empresário Jacob Rheingantz, pelo que este encerrando-se na mesma, procurou impedir o ingresso dos turbulentos, fechando as portas de sua habitação. Não tardaram estes a invadi-la arrombando as portas e pondo aquele empresário em coação. Deste modo assinou ele, sob pressão de força irresistível as declarações que lhe foram apresentadas pelos colonos.

Dos relatórios que me foram presentes e que V. Ex. encontrará na secretaria, tive conhecimento das causas que motivaram aquelas ocorrências, sendo a principal, o modo imperfeito por que o empresário procedeu a distribuição e venda dos lotes coloniais.<sup>147</sup>

As ações de contestação e resistência podiam acontecer das mais diversas maneiras e inesperadamente. Embora seja difícil, em alguns casos, demarcar especificamente os motivos pelos quais elas aconteciam não há dúvidas que os imigrantes descontentes, sempre que pudessem, encontravam uma forma de demonstrar sua insatisfação. E isto faziam dentro dos limites das “vias legais”, como é possível perceber no abaixo assinado dos colonos de Ibicaba, ou através da ação direta como aconteceu em São Lourenço. Exemplos existem e podem ser encontrados ao folharem-se os livros de ofícios das Diretorias de Colonização ao Presidente da Província e os relatórios dos presidentes apresentados a Assembléia provincial:

---

<sup>146</sup> Davatz, *op. cit.*, p. 206.

<sup>147</sup> MELLO, Francisco Marcondes homem de. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Marcondes Homem de Mello, passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de Abril do ano de 1868, p. 28-29. (AHR - A 7.10).



Ilmo Exmo. Snr. – Tenho o pesar de incluir a Vex<sup>a</sup> uma relação de 15 colonos, que tendo ordem de partir para Santa Cruz, na próxima passada terça-feira, esquivaram-se de a executar, fugindo do depósito dos colonos, ao chegar a lancha que devia embarcá-los.<sup>148</sup>

A trajetória dos imigrantes é marcada por um sem fim de reveses, os quais são consequência, entre outras coisas, de sua busca para encontrar, em terras distantes, condições que lhes garantissem, como bem definiu o imigrante Rossato na carta que mandou a família na Itália, uma “vida melhor”, a qual, muitas vezes, não passava de um reencontro com um modo de vida que conheciam na Europa pré-industrial.

## 2.2. A LEI DE TERRAS DE 1850

A terra criou o gado, o gado fixou o homem, o homem defendeu a terra e o gado.<sup>149</sup>

Agora apresento o modo como a questão agrária vem sendo pensada pelos quadros intelectuais e acadêmicos no Brasil. O objetivo é descrever e tratar das reflexões de alguns pensadores que se preocuparam em entender a história brasileira a partir da análise da forma como se processou a ocupação territorial no país. Num sentido mais específico também serão abordadas obras de pesquisadores que refletiram sobre o problema agrário no Rio Grande do Sul.

### 2.2.1. A Lei n. 601.

18 de setembro de 1850. Talvez essa seja a data mais importante a fixar os contornos a partir dos quais se definiria o problema agrário no Brasil. A Lei n. 601 promulgada a 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, é o marco que, no Brasil, estabelece uma regularidade ao problema da terra e da ocupação do território.

Em a *Pequena história territorial do Brasil*<sup>150</sup> Ruy Cirne Lima, argumenta que a história territorial do Brasil começa em Portugal, pois a origem do regime de terras brasileiro é a instituição das sesmarias, cuja procedência é o regime das terras comunais do município medievo de Portugal.

<sup>148</sup> Rio Grande do Sul. Inspeção Geral das Colônias, *Ofícios a presidência da província 1859-1861*. Ofício de 17 de maio de 1859. Porto Alegre, AHRs. Códice 276.

<sup>149</sup> CÉSAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música: a administração de um latifúndio Rio-Grandense em 1832*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1978, p. 17.

<sup>150</sup> LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

A Lei n. 601 de dezembro de 1850, segundo o autor, tem suas origens na Resolução de 17 de julho de 1822 que põe fim ao regime de sesmarias e, principalmente, nos avisos de 6 de junho e 8 de julho de 1842. Contudo, esta Lei deve ser considerada uma errata, aposta a legislação de sesmarias, porque “quem a percorre, referindo-lhe os dispositivos aos princípios antes vigentes, tem a impressão de ser bruscamente advertido: - onde se lê ... leia-se...”<sup>151</sup>

Cirne Lima chama atenção para o fato de que a Lei de 1850 não surtiu o efeito pretendido. Um exemplo é que trinta anos após a criação da Repartição Geral das Terras Públicas ela não funcionava nos termos como havia sido pensada. Assim, na seqüência da legislação agrária brasileira, com a Constituição de 1891, coube aos Estados organizar e administrar a questão das terras. Contudo,

o padrão da legislação estadual subsequente – boa ou má, cumprida ou descumprida – a Lei de 1850 é, pois, verdadeiramente (...), o último traço de nossa evolução administrativa, no capítulo das terras devolutas.<sup>152</sup>

*Da Monarquia à República*,<sup>153</sup> estudo desenvolvido por Emilia Viotti da Costa, composto por uma série de artigos que tratam do século XIX, os quais estão voltados a compreensão do período e trazem esclarecimentos a respeito da questão não só da terra, como, igualmente, dos acontecimentos marcantes e definidores da forma com a qual se dá a passagem, como destaca o título do livro, da Monarquia à República.

De acordo com Costa durante o século XIX a expansão do mercado internacional e a revolução no sistema de transportes significou a abertura de novas possibilidades para agricultura brasileira. A possibilidade de abolição da escravidão, que se torna mais forte a partir de 1850, resulta também em preocupações, principalmente por parte dos fazendeiros cafeicultores do Sudeste, com relação ao problema da mão-de-obra e da propriedade da terra, os quais são solucionados com a imigração e com a promulgação da Lei de Terras, respectivamente. Momentos que estão ligados porque a possibilidade da abolição ao colocar o problema da mão-de-obra em pauta também coloca a questão da terra no rol das discussões nacionais, pelo que o objetivo da Lei de 1850 é, além de regular a propriedade, também impossibilitar o acesso fácil à terra, circunstância que forçaria os imigrantes ao trabalho nas fazendas.

Outro fator a desenhar a paisagem nacional era sua economia voltada a agro-exportação, cuja conseqüência era a expansão das grandes fazendas voltadas à produção de

---

<sup>151</sup> *Idem*, p. 64.

<sup>152</sup> *Idem*, p. 79.

artigos para fins comerciais em detrimento da agricultura de subsistência, sendo que, a partir da intensificação do uso da terra e do trabalho para a produção dos gêneros voltados a exportação, acontece a expulsão de arrendatários e meeiros e a expropriação das pequenas propriedades e das terras comunitárias. As pessoas que foram expulsas de suas antigas propriedades, acabaram por, em alguns casos, saindo em direção a áreas ainda não povoadas, sendo responsáveis pela expansão da fronteira agrícola e, noutros casos, eram absorvidas pelo trabalho assalariado nas próprias fazendas ou migravam para as cidades.

José de Souza Martins, no *Cativeiro da terra*, centra sua análise no entendimento do modo como, no Brasil do século XIX, acontece a passagem do trabalho escravo ao emprego de homens livres como mão-de-obra nas fazendas de café do Sudeste brasileiro. Para ele os significados da questão agrária estão dispostos na própria maneira pela qual se efetiva a passagem da propriedade do escravo – mão-de-obra – à propriedade da terra, ou seja, do “cativeiro do homem ao cativeiro da terra”.

A substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra livre assalariada ou em regime de colonato representa uma contradição, pois ela aconteceu somente voltada a “preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil”, cuja definição encontrava-se na “subordinação da produção ao comércio”.<sup>154</sup> O advento do trabalho livre tem significados diferentes para os principais agentes envolvidos na mudança – o escravo e o imigrante –. Para o primeiro, ela representava a aquisição da propriedade de sua força de trabalho, enquanto que para o segundo, despojado de toda propriedade representava a possibilidade de venda de sua força de trabalho.

Assim, enquanto o escravo ganhava sua força de trabalho, ao imigrante era a única coisa que restava. Martins entende que a realização deste quadro é resultado da capacidade que o capitalismo tem, em sua expansão, de não só redefinir antigas relações, como subordiná-las à reprodução do capital, engendrando relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a reprodução do próprio capitalismo.

Sob tais condições, até 1850, a terra era praticamente destituída de valor e alcança preço nominal apenas para efeitos práticos, porque, durante o período escravocrata, era o escravo fator privilegiado da produção, ele quem tinha valor e sua propriedade era condição para que os fazendeiros conseguissem custeio para expansão de suas fazendas; o escravo era penhor de pagamento dos empréstimos. Em 1850, com a Lei de Terras, a situação passa a mudar, pois com a proibição da posse e a exigência de legitimação das propriedades, assim

---

<sup>153</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à Republica: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

<sup>154</sup> Martins, O cativeiro da terra, *op. cit.*, p. 13.

como a estipulação de que as terras devolutas não poderiam ser ocupadas por outros meios que não fosse a compra, transfere para a terra o valor da produção, ou seja, a partir da Lei n. 601 é a propriedade da terra que passa a ser requisito para financiamentos e penhoras, por exemplo.

Outro trabalho sobre a questão agrária no Brasil é a *História da agricultura brasileira*<sup>155</sup> de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, o qual se insere no quadro de pesquisas que estão preocupadas em delimitar um campo de investigação, destacando as produções já existentes, as possibilidades de pesquisas abertas e, ao mesmo tempo, levantam críticas a algumas interpretações.

Em seu trabalho Linhares e Silva vão realizar uma discussão a respeito daquilo que já foi escrito e também dos acontecimentos que envolvem a questão agrícola no Brasil. Fazem um levantamento que enfoca principalmente o meado do século XIX e a década de 50 e 60 do século XX, na perspectiva de mostrar a forma como a agricultura foi pensada no país. O motivo da escolha deve-se ao fato de serem esses dois momentos pontos cruciais na história da agricultura brasileira, pois:

em meados do século XIX, o rush cafeeiro impunha uma modernização dos instrumentos da política econômica e a incorporação de novos segmentos sociais ao poder, processo esse que se repetirá em meados do século XX, com a industrialização.<sup>156</sup>

Para os autores, à política agrícola no Brasil está muito ligada aos grupos que historicamente detêm o poder estatal, os quais produziram reformas, apenas quando necessárias, sempre de cunho conservador e, simplesmente, voltadas a legitimar o *status quo*. Eles lembram também a pouca presença de estudos a respeito da importância da pequena propriedade na forma como se desenvolve a história do Brasil.

Estudos preocupados com questão da importância e significados da produção de subsistência no Brasil iluminariam, segundo os autores, uma das faces ocultas da história brasileira. É conhecida a importância que os pequenos agricultores tinham na tarefa de produzir gêneros alimentícios para dar conta das necessidades das fazendas e do próprio país durante grande parte de sua história. Contudo, as interpretações centradas ou na fazenda de café ou no engenho de açúcar, dependendo do período que está em estudo, ainda estão presentes de forma forte nos livros que contam a história do Brasil, principalmente, nos manuais didáticos usados pelas escolas.

---

<sup>155</sup> LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Lígia Osório Silva em *Terras devolutas e latifúndio*<sup>157</sup> ao estudar a Lei de Terras demonstra o quanto existia uma divergência de opiniões a respeito da questão da propriedade por parte dos grandes proprietários de terras e o Estado. De acordo com a autora, para o “senhoriato rural” era interessante que a apropriação livre de terras continuasse da maneira como historicamente vinha se efetivando no Brasil. As mudanças na legislação agrária brasileira, por conseguinte, só passam a acontecer a partir de 1850 em função de pressões internacionais, as quais passaram a exigir mudanças estruturais no Brasil, devido ao desenvolvimento do capitalismo e do comércio internacional, fomentado principalmente pela Inglaterra.

A Lei de Terras, dessa forma, não está vinculada apenas a questão da substituição da mão-de-obra escrava pela livre e a conseqüente impossibilidade de se adquirir terra, devido ao 2º parágrafo da Lei. A autora argumenta que um dos objetivos principais da Lei de Terras era também regularizar o acesso à terra dos proprietários nacionais, visando, assim, “por força de sua aplicação (ou não)” buscar criar “um novo espaço de relacionamento entre os proprietários e o Estado”.<sup>158</sup> Fato que justifica porque a Lei demorou tanto tempo para ser aprovada e que gerou uma série de resistências, as quais imprimiram os contornos gerais na forma como a Lei foi, posteriormente, aplicada.

O resultado de todo esse processo foi a elaboração de uma lei que é marcada por seu “espírito conciliatório”, pois além de estar voltado a não prejudicar os proprietários buscava satisfazer os interesses do Estado. Cabe destacar que ambos interesses não eram muito diversos, mas em suas especificidades foram responsáveis pelo modo como se estruturou a propriedade fundiária no Brasil. Enfim,

no Império, enquanto durou o regime escravista, o senhoriato rural continuou tendo acesso às terras devolutas porque o governo imperial não conseguia impedi-lo. Para avaliar globalmente os efeitos da lei de 1850, é necessário conhecer a história da sua aplicação quando finalmente a forma predominante do trabalho deixou de ser o escravo. Admitindo-se que um dos objetivos da lei era impedir o acesso à terra dos imigrantes pobres, para garantir mão-de-obra abundante nas fazendas, é necessário saber como esse objetivo foi alcançado, já que a lei não podia impedir o acesso apenas aos imigrantes e os itens relativos ao apossamento eram, até certo ponto, contraditórios.<sup>159</sup>

---

<sup>156</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>157</sup> SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

<sup>158</sup> SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 137.

<sup>159</sup> *Idem*, p. 222-223.

### ***2.2.2. Ocupação do território no Rio Grande do Sul***

No caso do Rio Grande do Sul o processo de ocupação do território não se faz desvinculado dos apontamentos acima relacionados. Talvez a grande diferença seja a marcante presença de incentivos a criação de áreas de colonização e o grande afluxo de imigrantes europeus não-ibéricos para o Estado, principalmente, a partir dos fins do século XIX. No entanto, em seu sentido específico, a ocupação do espaço e a questão agrária no Rio Grande do Sul passa pelos mesmos problemas e é resultado das mesmas políticas agrícolas que caracterizaram o país no período.

Neste sentido, o trabalho de Nilo Bernardes: *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*<sup>160</sup> se destaca por sua proposta de análise e pelas conclusões a que chega. Bernardes tenta compreender as razões pelas quais a ocupação no Rio Grande do Sul acontece de forma tão diferenciada nas regiões de campanha e nas regiões de matas do Estado.

De acordo com o autor, a existência de contrastes coincide exatamente com os limites das zonas de mata com o campo, mas não é, “como era de se esperar”, a presença de grandes rios ou de clima e relevo favorável ao trabalho que estabeleceram as razões pelas quais uma região é mais povoada que outra, o contrário acontece, ou seja, nas áreas onde clima e relevo são mais hostis onde há a maior concentração de pessoas.

Para entender esse conjunto de circunstâncias deve-se levar em consideração que o Rio Grande do Sul foi um dos últimos espaços territoriais brasileiro a ser povoado e que a ocupação do mesmo está ligada, primeiramente, a questão militar em função das constantes lutas com os espanhóis. Entretanto, o que veio realmente fixar o povoamento foi o desenvolvimento da exploração aurífera mais ou norte do país. Por conseguinte, o povoamento do Rio Grande do Sul além de estar vinculado ao problema de ocupação das fronteiras, também está relacionado ao desenvolvimento interno do país.

A ocupação da Campanha e das Serras do Sudeste do Estado está muito ligada ao ciclo de guerras que se iniciam em 1763 com a grande invasão espanhola. No início do século XIX as guerras ainda não tinham acabado, mas a região da campanha já se encontrava “salpicada” de estâncias, as quais iam sendo estabelecidas pelos militares. Expansão que aconteceu de forma livre e desordenada, sendo que as extensas propriedades foram se multiplicando na região e ainda caracterizam atualmente as zonas pastoris do Estado.

---

<sup>160</sup> BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: UNIJUI, 1997.

A agricultura era feita, no período, somente em caráter de subsistência e em escala diminuta. Na primeira década do século XIX, as áreas de campo do Rio Grande do Sul já estavam todas sob posse de fazendeiros, mas as zonas de matas ainda continuavam em abandono, sendo ocupadas em seus limites por pequenas roças ou penetradas regularmente para a realização da coleta de erva-mate. Só a partir dos fins da segunda década do século XIX que se inicia o desbravamento das matas e se desencadeia um novo ciclo povoador, mas os povoadores são outros, pois “o povoamento luso-brasileiro”, escreve Bernardes, “esmoreceu na fímbria da mata, até onde ia o espaço para rodar o laço e atirar as boleadeiras”.<sup>161</sup>

O povoamento das regiões florestais do Rio Grande do Sul acontece de forma tardia e vinculado aos interesses da já formada elite pastoril. Em 1824, é fundada a colônia São Leopoldo: aos colonos vindos da Europa, principalmente alemães, seriam dados lotes de 77,44 hectares, parte em campo, terras para lavoura, e parte em mata virgem. Em datas aproximadas a fundação da colônia São Leopoldo também se dá a criação das colônias de São João das Missões em 1825 e de Três Forquilhas em 1826, mas ambas malogram devido à distância de Porto Alegre e aos rigores da vida na mata.

A forma como acontece a ocupação da região de campanha e da região florestal do Rio Grande do Sul vão ser representativas das diferenças existentes entre as duas áreas. A baixa densidade de uma contraposta às altas densidades da outra região, bem como o tamanho das propriedades são exemplos do processo histórico de ocupação das terras no Estado.

Helen Osório em sua pesquisa sobre a *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço Platino*<sup>162</sup> trata do processo de ocupação do território durante o período colonial. Em seu estudo chama atenção para questões importantes que perpassam a historiografia a respeito, tais como a idéia de facilidade de acesso à terra devido à vastidão territorial desocupada no período, destacando que o acesso não era tão fácil como geralmente se dá a entender. Segundo Osório em 1732 quando as primeiras sesmarias foram distribuídas no Rio Grande, a repartição do solo já era praticada a quase dois séculos e existia uma volumosa legislação a respeito, a qual se avolumava e modificava constantemente, sendo que as mudanças ocorriam conforme os interesses da metrópole, muitas vezes em confronto com os colonos estabelecidos.

---

<sup>161</sup> *Idem*, p. 65.

<sup>162</sup> OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990. (dissertação de mestrado).

A Lei de sesmarias, de acordo com Osório, foi instrumento de expansão dos domínios portugueses e “respondeu as necessidades do mercado mundial em formação e do capital comercial que subordinava a produção colonial”.<sup>163</sup> No entanto, no Brasil, a distribuição de sesmarias não obedecia as regras gerais da Lei, sendo que em certos espaços as regras jamais foram aplicadas.

Assim, a posse e a concessão de sesmarias “são as duas formas básicas de apropriação de terra na conformação do espaço rio-grandense”, sendo que em “ambas prevaleceu a força social de militares e de pessoas vinculadas à administração colonial, no sentido de apropriarem-se de extensões muito superiores às suas possibilidades de aproveitamento”.<sup>164</sup>

Enfim, as abordagens analisadas acima permitem compreender os mecanismos envolvidos no processo de ocupação e povoamento do território no Rio Grande do Sul e, da mesma forma, demonstram que às bases do atual quadro fundiário lança suas origens ainda no período colonial. Em conseqüência, compreender o encontro entre imigrantes e caboclos exige levar em consideração o modo como se dá a apropriação da terra.

---

<sup>163</sup> *Idem*, p. 47.

<sup>164</sup> *Idem*, p. 77.



## Capítulo 3

---

### 3. CABOCLOS

A definição etimológica da palavra “caboclo” tem sua raiz histórica localizada no período colonial brasileiro, quando o termo era utilizado para definir o produto da miscigenação do colonizador português com o nativo indígena. De acordo com o dicionário Houaiss esta palavra adota historicamente as seguintes grafias: “têm sido propostos como originário do vocábulo *caboclo*” as palavras “*caouocolo* em 1645, *cabocolo* em 1648, *cabocoro* em 1757 e *caboclo* a partir de 1781”.<sup>165</sup> Palavra de origem indígena quer designar, ainda de acordo com o dicionário Houaiss, o “indivíduo nascido de índia e branco (ou vice-versa), fisicamente caracterizado por ter pele morena ou acobreada e cabelos negros e lisos” e/ou “indivíduo (especialmente habitante do sertão) com ascendência de índio e branco e com físico e os modos desconfiados, retraídos”. A palavra também tem um sentido religioso: “nas religiões ou seitas afro-brasileiras” é a “designação genérica dos espíritos de ancestrais indígenas brasileiros que supostamente surgem nas cerimônias rituais e que foram idealizados, já no século XX, segundo os modelos de orixás da teogonia jeje-nagô e do Indianismo literário da fase romântica”.<sup>166</sup>

O termo “caboclo”, além de ter sentido étnico e religioso, também tem significado sociológico. De acordo Zarth, “atualmente o conceito de caboclo é fortemente marcado pelo aspecto cultural”, pois a expressão foi utilizada por alguns pesquisadores como Leo Waibel, por exemplo, “para designar imigrantes alemães que decaíram em seu nível de vida

---

<sup>165</sup> HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

<sup>166</sup> *Ibidem*.

semelhante ao lavrador nacional ou caboclo”. Em contrapartida, “embora o conceito não seja puramente étnico, pode-se afirmar que o caboclo é, na imensa maioria, descendente de índios, portugueses pobres e africanos”.<sup>167</sup>

Antônio Candido em seu estudo sobre o camponês pobre paulista destaca a existência de uma equivalência, no Brasil, entre a palavra “caboclo” e “rústico”, sendo que o último, para Candido, quer se referir “às culturas camponesas” e o primeiro “as modalidades étnicas”, assim, no seu trabalho, para tratar dos aspectos culturais prefere adotar o termo “caipira”. O motivo da escolha é que o termo “caipira” tem “a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista”.<sup>168</sup>

Um dos primeiros pesquisadores a empregar sentido cultural à palavra “caboclo” foi Emilio Willems: no trabalho *A Aculturação dos alemães no Brasil*,<sup>169</sup> Willems elabora análise sobre o modo como os imigrantes alemães foram sendo assimilados e assimilando-se à cultura nacional, bem como a maneira com que passaram a construir uma cultura própria – “teuto-brasileira” – a partir da influência de elementos culturais que traziam de suas regiões de origem e daqueles que eram característicos ao Brasil.

Para Willems o contato entre os alemães e os nacionais – “caboclos”, “caiçaras” – exerceu influência fundamental na maneira com a qual os imigrantes passaram a constituir um processo de “nacionalização”. Segundo o autor, a consciência nacional do caboclo e do caiçara depende dos contatos que os mesmos tinham com “as instituições destinadas a transmitir os valores representativos da nacionalidade”. Contudo, como a relação dos caboclos com as instituições nacionais não eram muito fortes e como, geralmente, os caboclos e caiçaras “eram mais caboclos e caiçaras do que brasileiros, isto é, representam valores antes locais do que nacionais”,<sup>170</sup> os imigrantes que se associavam a eles acabaram seguindo o mesmo caminho no seu processo de nacionalização, em outras palavras, “acaboclarão-se”. Convém registrar que os contatos entre nacionais e imigrantes não aconteciam de forma harmônica, no entanto, eram eivados de preconceitos, principalmente por parte dos alemães:

(...) não admira que a palavra “caboclo” se tenha tornado (para o imigrante alemão) símbolo verbal de “inferioridade cultural”,

<sup>167</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: UNIJUI, 2002, p. 172-173.

<sup>168</sup> CANDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964, p. 8.

<sup>169</sup> WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.

<sup>170</sup> *Idem*, p. 15.

chegando mesmo a ser insulto na boca do teuto-brasileiro. “Caboclo” é o homem que não trabalha, que é analfabeto e cachaceiro, sifilítico e opilado, que não educa seus filhos e não pensa no dia de amanhã.<sup>171</sup>

A influência do contato entre caboclos e imigrantes teve maior efetividade, de acordo com Willems, no modo como os imigrantes absorveram alguns aspectos culturais locais e principalmente os instrumentos de trabalho utilizados nas lides agrícolas, sendo que a adaptação dos imigrantes ao novo meio foi regulada pela pressão das condições mesológicas. Isto é, a impossibilidade de usar em terras brasileiras as técnicas agrícolas que conheciam em sua região de origem fez com que os imigrantes passassem a adotar as técnicas de trabalho que os caboclos já utilizavam, por exemplo, a agricultura no sistema de roças. Entretanto, o fato de os imigrantes estarem distante de sua terra natal e a necessidade de adaptação a nova realidade, paulatinamente, diminuiu a distância cultural entre caboclo e imigrante: “o ‘acaboclamento’ de teuto-brasileiros é um fato registrado por toda a parte onde se fixaram imigrantes alemães”.<sup>172</sup> Willems também sublinha que distância não diminui apenas em função do “empobrecimento cultural” do alemão, mas porque o caboclo passou a incorporar em seu patrimônio cultural alguns elementos culturais oferecidos pelos imigrantes.

Contatos com a população cabocla têm agido no sentido de alienar os teuto-brasileiros a seu regime de trabalho tradicional. O grau de assiduidade que o caboclo geralmente revela no trabalho obedece às necessidades da auto-suficiência. (...) Não é elevado o número de caboclos que adotaram, no decurso de duas ou três gerações, o regime de trabalho dos teuto-brasileiros. Mas numerosos são os casos de teuto-brasileiros economicamente desnivelados que aceitaram um regime de trabalho itinerante característico do sistema econômico de auto-suficiência.<sup>173</sup>

Ao tratar das questões ligadas à aculturação dos alemães no Brasil, Willems, sempre que emprega o termo “caboclo” usa-o na perspectiva de definir o contato entre os imigrantes e a população nacional, ou melhor, o camponês característico do Brasil, o qual ele define com a palavra “caboclo”. No texto de Willems, a palavra tem o sentido de representar um modo de vida e toda uma série de elementos culturais, tanto materiais como intelectuais, que abrangem desde os instrumentos usados no trabalho agrícola, até formas de interpretação do mundo e da sociedade, assim como de relação com a natureza. A palavra “caboclo” quer representar,

---

<sup>171</sup> *Idem*, p. 134.

<sup>172</sup> *Idem*, p. 144.

<sup>173</sup> *Idem*, p. 246-247.

portanto, um tipo social que habita o mundo rural e está fora das comunidades de imigrantes, vivendo uma vida diferenciada, que é interpretada pelo imigrante como “pobre”.

Por outro lado, o caboclo ao entrar em contato com o imigrante não está livre de adotar formas de convívio social e de trabalho que são característicos aos imigrantes. Não obstante, na leitura que Willems faz, também o colonizador alemão, mediante a influência do caboclo, do meio, do contexto social, da crise da passagem de um contexto ao outro, do desconhecimento do trabalho agrícola por uma boa parte deles e das dificuldades de manutenção da sua cultura original “acabocla-se”. Isto é, deixa de lado os traços que, teoricamente, os diferenciavam da população rural nacional passando a viver como vivia a mesma.

Como se pode perceber, outro termo recorrente nas leituras realizadas sobre o mundo do camponês brasileiro e sua relação com os imigrantes é “acaboclado”. Com relação a esta palavra, Giralda Seyferth, em artigo que escreve sobre a relação entre identidade camponesa e identidade étnica argumenta que o mesmo

engloba, conceitualmente, a adoção da lavoura extensiva que, ao esgotar a terra rapidamente, face às técnicas primitivas de cultivo, leva à procura sistemática de novas terras. Nesse sentido, os colonos teriam sucumbido ao nomadismo caboclo e à “indolência” cabocla representada por menor jornada de trabalho, entre outras coisas.<sup>174</sup>

No mesmo sentido, Arlene Renk em *Sociodisséia as Avestas* ao tratar do modo como aconteceu a integração e a reprodução social dos colonos que ocuparam o Oeste de Santa Catarina, mediante o desenvolvimento de relações capitalistas de produção no campo, chama atenção para o contato entre colonos e lavradores nacionais naquele contexto. Destaca que do contato, após a Guerra Santa do Contestado, entre colonos e nacionais, resultou a constituição de “trajetórias opostas aos dois campesinatos, diferenciados etnicamente”, pois os “brasileiros” além de sofrerem expropriação de suas terras e transformarem-se em trabalhadores sazonais passaram por um processo de desestruturação de seu modo de vida tradicional, do que “a colonização representou um processo de etnogênese”, em consequência, os nacionais “foram transformados na condição de minoria étnica e caracterizados enquanto bárbaros e antônimos de ‘civilização’”.<sup>175</sup>

Por conseguinte, do ponto de vista dos colonos estudados por Renk, qualquer atitude ou circunstância que represente um decréscimo em seu padrão de vida é interpretado como

---

<sup>174</sup> SEYFERTH, Giralda. *Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)*. Anuário Antropológico/91. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1993, p. 33.

<sup>175</sup> RENK, Arlene. *Sociodisséia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000, p. 16.

sinal de acaboclamento. Ao tratar da “crise” vivenciada pelos colonos que é decorrente do processo de mudanças resultantes do desenvolvimento do capitalismo, do avanço da fronteira agrícola e do descrédito pelo qual a condição camponesa é percebida pelos próprios colonos, a autora demonstra que aspectos como, por exemplo, a “falta de cuidado” com a propriedade – casas, jardins, pomares, hortas, etc. – é percebida como sinal de desânimo dos colonos com respeito a sua condição e interpretada como declínio da mesma. Assim, as casas que fogem à “ideologia da construção social da propriedade camponesa, pelo viés étnico dos de origem” passam a ser apresentadas como taperas; palavra que originariamente, “referia-se às habitações provisórias dos brasileiros errantes, os outros, com os quais se contrastam para construir sua identidade de colono. A tapera estaria próximo ao declínio, o que equivale a um discurso escatológico da trajetória do campesinato parcelar na região”.<sup>176</sup>

Em torno da expressão “caboclo” giram alguns preconceitos, os quais estão ligados ao seu modo de vida tradicional, ao seu suposto isolamento em relação à sociedade nacional e em função de sua proximidade com o “nível de vida original do indígena”. Tal conjunto de situações permite diferir o camponês caboclo do imigrante, pois o último tem um “nível de vida mais elevado e mais inserido no mercado, além de levar uma vida cultural distinta”.<sup>177</sup> Contudo, a idéia do isolamento – a qual aparece de forma constante nos relatórios provinciais, por exemplo – que serve para justificar argumentos que definem o caboclo como indolente, marginal, preguiçoso e violento, de acordo com alguns historiadores, não pode ser confirmada, pois no caso do Rio Grande do Sul:

os camponeses nacionais (...) não estavam isolados e nem totalmente fora do mercado. Um exemplo notável da inserção do caboclo nas atividades de produção de mercadorias é a produção de erva-mate. Milhares de lavradores nacionais dedicavam-se ao extrativismo do mate, produto exportado para os países do Prata e consumido internamente e que movimentava grandes somas em dinheiro. O tributo sobre a exportação da erva-mate era a principal fonte de renda dos municípios do Planalto.<sup>178</sup>

Embora, como demonstra Zarth, o isolamento dos caboclos não fosse tão completo como algumas fontes da época dão a entender – relatórios dos presidentes da província – não há como negar que o lavrador nacional mantinha um certo distanciamento da sociedade nacional, cuja causa, por um lado, está associada a situação social vigente no período podendo

---

<sup>176</sup> *Idem*, p. 48-49.

<sup>177</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Os esquecidos da história: exclusão do lavrador nacional no Rio Grande do Sul*. p. 62. In.: \_\_; BONETI; LECHAT e GEHLEN (Orgs.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998, p. 45-81.

não ser escolha própria dos caboclos, por outro, pode ser encarada como uma estratégia de resistência às pressões da sociedade nacional como um todo – como a discussão realizada no capítulo 2 sobre a questão do campesinato pode demonstrar.

Outro fator a caracterizar o camponês-caboclo e que é perceptível nas fontes analisadas é a sua mobilidade dentro da zona de matas que, de acordo com Franco, é um dos elementos a justificar, entre outras coisas, a existência de ajustes violentos dentro dos grupos de camponeses pobres.<sup>179</sup> Entretanto, é exatamente a mobilidade que possibilitou ao caboclo ser o responsável pela expansão da fronteira agrícola e pelo desbravamento do sertão brasileiro, assim como pela pacificação do elemento indígena, situações que facilitaram, posteriormente, a ocupação realizada pelos imigrantes europeus.

A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas origens nômades. A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia, largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. Por isso, na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura.<sup>180</sup>

Portanto, a idéia comumente difundida de que o imigrante europeu foi o responsável pela conquista e “civilização” de áreas consideradas, até sua chegada, inexploradas deve ser questionada, pois antes da presença do imigrante o lavrador nacional já explorava tais áreas. Aqui também é importante lembrar que antes do próprio caboclo as terras que as autoridades geralmente consideravam desocupadas eram habitadas pelo elemento indígena. Embora a presença de caboclos e indígenas não alterasse muito a paisagem natural em função de seu trabalho e produção estarem voltados a subsistência, sua atuação, principalmente a dos caboclos, foi fundamental no sentido de dar aos imigrantes condições mais facilitadas de ocupação da zona de matas.

A forte religiosidade também é um dos elementos que está intimamente ligado ao modo de vida do camponês caboclo, daí a não ser estranho a existência de uma série de movimentos messiânicos envolvendo-os. Convém registrar, que a religiosidade dos caboclos é marcada por um caráter popular e fruto da interpretação comum ao seu modo de vida, bem como da não presença da Igreja e seus sacerdotes nas áreas que eram por eles ocupadas. Situação que dava uma certa margem para os caboclos determinarem o significado dos textos

---

<sup>178</sup> *Ibidem*.

<sup>179</sup> Cf. FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

<sup>180</sup> Candido, *op. cit.*, p. 20.

bíblicos, cujo resultado era a elaboração de formas próprias de cultuarem suas crenças, as quais eram profundamente marcadas pela presença de elementos escatológicos e apocalípticos, principalmente ao se tratar dos casos de messianismo.<sup>181</sup> Constatação que não é válida apenas para os camponeses-caboclos, pois entre os colonos imigrantes o messianismo também estava presente como, por exemplo, no caso acontecido em São Leopoldo em 1875 e conhecido como a revolta dos Muckers.<sup>182</sup>

Antônio Candido constrói interpretação a respeito do modo de vida do caipira paulista, mostrando o quanto o mesmo tinha modos próprios de se relacionar, tanto dentro das suas comunidades como com a sociedade envolvente, da mesma forma apresenta a maneira como, à medida que o capitalismo vai avançando em direção às zonas rurais, o caipira vai “abrindo” mão de seu modo próprio de vida e se inserindo dentro dos moldes do processo de “modernização” do país. Para Candido, a sociedade “caipira tradicional” elaborou “técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio”, desenvolvendo “uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência”.<sup>183</sup> Assim, o caipira passou a elaborar formas de equilíbrio ecológico, as quais se apegou e as tornou “expressão da sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade”.

Esse caçador subnutrido, senhor do seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhe foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil. O escravo e o colono europeu foram chamados, sucessivamente, a desempenhar o papel que ele não pode, não soube ou não quis encarar. E, quando não se fez cidadão, foi progressivamente marginalizado, sem renunciar aos fundamentos da sua vida econômica e social.<sup>184</sup>

Candido descreve a vida do caipira como “fechada sobre si mesma”, em função de sua atividade agrícola favorecer uma simbiose com a natureza, a qual o funde ao ciclo agrário, do que o caipira fica submetido “à resposta que a terra dará ao seu trabalho”,<sup>185</sup> cuja consequência é a existência de uma história “quase imóvel, que custa a fluir”.

A presença dos caboclos no Rio Grande do Sul foi alvo de alguns estudos que, embora não muitos, se preocuparam em definir a origem e atuação dos mesmos na constituição do

---

<sup>181</sup> Sobre essa questão conferir: RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997; PEREIRA, André; WAGNER, Carlos Alberto. *Monges barbudos e o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981; FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre: UFRGS; UFSC, 1995; e AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: UFSC, 2001.

<sup>182</sup> Cf. AMADO, Janaina. *Conflito social no Brasil: a revolta dos “mucker”*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

<sup>183</sup> Candido, *op. cit.*, p. 19.

<sup>184</sup> *Idem*, p. 60.

espaço agrário regional. Um destes estudos é a pesquisa realizada por Maria Luiza Filippozzi Martini.<sup>186</sup>

Em seu trabalho, Martini elabora minuciosa análise a partir da qual procura definir, mediante estudo bibliográfico, a constituição de um campesinato pobre no Rio Grande do Sul; no período que vai do Brasil colônia até a época republicana. Para tanto, a autora estuda em cada período da história nacional – Colônia, Império e República – o modo como se deu a ocupação do espaço territorial do Rio Grande do Sul, levada a cabo pela atuação do elemento indígena, dos paulistas bandeirantes, dos missionários, dos colonos açorianos e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tiveram presença destacada no processo.

No trabalho de Martini a palavra “caboclo” adota o sentido de camponês pobre. Martini aprofunda a sua análise na perspectiva de encontrar a origem social dos caboclos, isto é, de quais correntes migratórias e imigratórias eles são provenientes, a maneira como atuaram no processo de ocupação das terras rio-grandenses e o modo como a política nacional os encarava.

Martini argumenta que o princípio da constituição de um campesinato pobre (caboclo) no Rio Grande do Sul é resultado do modo característico como se deu a ocupação do espaço no Brasil. O avanço em direção ao sertão se faz basicamente pela atuação do elemento colonizador português na busca de encontrar aquilo que a economia monocultora centrada na exportação necessitava para seu desenvolvimento, num primeiro momento a mão-de-obra indígena, para – na proporção que o processo de ocupação se complexifica e passa a fazer novas exigências – mudar seus objetivos; como no caso da busca do gado a partir da descoberta do ouro nas “minas gerais”. Outro elemento a influenciar na constituição do campesinato caboclo é a constante existência de guerras envolvendo o Brasil e os países do Prata, situação que era responsável pelo deslocamento de uma soma considerável de pessoas de outras regiões do Brasil até o Rio Grande do Sul.

Também a “desestruturação identitária” do elemento indígena, a qual ocorre em função do avanço do colonizador europeu, vai ser fator a contribuir no processo, pois o resultado da desestruturação é o isolamento dos indígenas para dentro da zona de matas, onde “permaneciam náufragos, novos cristais culturais, marcados pelo trauma colonial associado a qualquer instituição vinda do branco, poderoso e ameaçador”. Conseqüência, segundo a autora, é o nascimento de “um primeiro caboclo, nas florestas desde as matas do Rio Negro

---

<sup>185</sup> *Idem*, p. 95.



(Paraná) ao norte do Rio Grande do Sul”.<sup>187</sup> Para Martini, o caboclo é um camponês “sui-generis”, porque

“vivia andejo, grande parte do tempo, participando das expedições ervateiras e da descoberta de minas, isto é, de novos ervais; camponês, economicamente, porque ligado a pequena propriedade familiar que produzia gêneros de subsistência; politicamente, porque envolver-se-ia em relação social de oposição, encabeçando alianças com os mais humildes caboclos, os itinerantes, os bugres, contra um adversário comum, o militar-estancieiro, sesmeiro, que visava anexar os ervais, impedindo a passagem dos ervateiros para chegarem às florestas reservadas, em suas terras ou adjacências.”<sup>188</sup>

Outro estudioso do mundo agrário brasileiro, que escreveu na década de 40 do século XX, a usar a palavra “caboclo” no sentido de designar o camponês nacional pobre, portador de um modo de vida próprio, foi Leo Waibel. É importante destacar que para Waibel a palavra caboclo designava um tipo étnico, cuja principal característica era sua inferioridade técnica e intelectual em relação ao camponês europeu. Waibel chega afirmar, ao definir a agricultura de *plantage*<sup>189</sup> tropical, que este sistema agrícola só pode ser bem administrado por uma pessoa de cultura européia: “é verdade que há chineses nas Índias Holandesas, cingaleses no Ceilão, árabes em Zanzibar, crioulos e mestiços na América tropical, entre os proprietários de *plantage*. Neste caso trata-se, em regra, de estabelecimentos menores e menos organizados, que muitas vezes representam apenas uma transição para as culturas rotineiras dos nativos”.<sup>190</sup>

Quando trata do europeu que imigrou para o Rio Grande do Sul e da prática agrícola que exerciam nas colônias, Waibel destaca que o método de trabalho adotado pelos colonos era “o mais primitivo sistema agrícola do mundo”. O método agrícola ao qual se refere Waibel consistia da derrubada da mata sua posterior queima para, a partir disto, usar a terra por um ou dois anos e, após o período, o solo era deixado em descanso enquanto que a mesma prática era usada novamente nos terrenos que ainda tinham mata. Sistema que é denominado

---

<sup>186</sup> MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. *Sobre o caboclo-campones: “um gaúcho a pé”*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Filosofia Ciências e Letras, 1993. (Dissertação de Mestrado)

<sup>187</sup> *Idem*, p. 66.

<sup>188</sup> *Idem*, p. 157.

<sup>189</sup> Para Waibel o termo *plantage* quer designar “um grande estabelecimento agro-industrial, que, geralmente, sob direção de europeus produz, com grande emprego de trabalho e de capital, produtos agrícolas valorizados para o mercado mundial”. Cf. WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 74.

<sup>190</sup> *Idem*, p. 74.

de “roça” ou “capoeira”. É na adoção do sistema agrícola de roças que, de acordo com Waibel, o colono se aproxima ao nível de vida do caboclo ou mesmo se torna um.<sup>191</sup>

O sociólogo Emílio Willems, no seu livro “A aculturação dos alemães no Brasil” (1946), compreendeu o verdadeiro caráter do sistema agrícola dos colonos, explicou o seu efeito deteriorante sobre a cultura e a vida social. (...) Os pequenos proprietários europeus não poderiam aplicar, por gerações sucessivas, o sistema agrícola mais extensivo e mais primitivo do mundo sem abrir mão e perder elementos essenciais da sua cultura e tradição. Especialmente nas áreas montanhosas, de povoamento antigo e nas regiões remotas, muitos colonos alemães, italianos, polacos e ucranianos tornaram-se verdadeiros “caboclos”, gente extremamente pobre, com muito pouca ou nenhuma educação e vivendo nas casas mais primitivas.<sup>192</sup>

Como se pode depreender da leitura dos textos que trataram de forma direta ou indireta da presença, atuação e importância do caboclo na história brasileira é possível perceber que à palavra “caboclo” foi adotando diferentes significados no tempo, mas um não negou ao outro. Assim, o que, a primeira vista, parece uma confusão tem o objetivo de melhor delimitar os grupos em estudo. Embora os sentidos se alterem e a palavra permita, de acordo com Willems e Waibel, tratar o imigrante empobrecido como caboclo, para este estudo se estabelecerá uma divisão “étnica” entre o colono imigrante e o lavrador nacional.

“Étnica” porque mesmo o imigrante empobrecido se reconhece e é identificado pelos “outros”, conforme as fontes de época, como colono europeu. Por outro lado, como os textos acima discutidos permitem compreender, o termo “caboclo” toma mais um tom pejorativo de exclusão do que de identificação/pertencimento. Isto é, quando os autores usam expressões tais como “caboclos europeus” a usam mais na perspectiva de descrever a situação social em que os imigrantes encontravam-se e, em nenhum momento, dão a entender que os mesmos identificavam-se enquanto caboclos. Eram colonizadores imigrantes europeus que devido a uma série de fatores haviam “renunciado” a alguns dos traços culturais que os caracterizavam como europeus, por exemplo, o abandono da noção de trabalho tradicional a sua herança cultural para adotar aquela característica dos caboclos, isto é, o trabalho voltado apenas à auto-suficiência e menos integrado ao mercado, como chamou atenção Willems.

Para este trabalho não será adotada a exo-definição pejorativa e negativa utilizada por aqueles grupos que entravam em contato com os caboclos e assim os encaravam como os

---

<sup>191</sup> Quando trata das colônias do planalto do Rio Grande do Sul ao descrever a situação em que os colonos aí residentes se encontravam Waibel utiliza a seguinte frase: “o número de caboclos europeus é surpreendentemente elevado, mesmo em colônias que há 25 anos eram consideradas como colônias modelo”. Cf. Waibel, *op. cit.*, p. 252.

<sup>192</sup> *Idem*, p. 246.

“outros”. O termo caboclo, para este trabalho, quer representar aquele camponês que tinha um modo de vida singular, caracterizado pela mobilidade e pela forma como atuou no processo de ocupação do território, assim como pela prática de uma agricultura voltada para a subsistência.

A inserção econômica do caboclo, no Rio Grande do Sul, variava entre a coleta extrativista de erva mate, o trabalho com o gado nas estâncias onde o lavrador nacional poderia ocupar o lugar de agregado, além do que podia também pertencer a um ou outro determinado bando de “ladrões/contrabandistas”, integrar-se com povos indígenas, alistar-se – de modo opcional ou imposto – como soldado em alguma tropa, praticar o comércio de mulas, gado vacum e cavalos nas troperias e, enfim, cultivar pequenas roças para a subsistência. Todo este conjunto de fatores resultava na construção de um modo de vida regido pela não pertença a uma única situação tanto econômica como social, caracterizado exatamente pela mobilidade.<sup>193</sup>

Nas diversas fontes examinadas no Rio Grande do Sul, os homens livres pobres recebem mais de uma denominação, em função de suas atividades econômicas, e aparecem citados na literatura ou nas fontes de diversas formas. (...) Em geral, esses homens são mestiços de origem indígena, portuguesa e africana.<sup>194</sup>

Zarth descreve alguns tipos de ocupações que serviam para definir o camponês nacional pobre no Rio Grande do Sul, são elas a categoria de *agregado* que era um “tipo de camponês livre que morava no interior de um estabelecimento privado fazendo sua roça”, caracteriza-se pela dependência ao proprietário que em troca do direito de morar e cultivar a roça em suas terras exigia dele a lealdade e a prestação de serviços temporários. Outra categoria é a do *posseiro*, o qual “era um camponês que ocupava pequenas áreas e era vítima constante de expulsão à medida que avança a fronteira agrícola”, as terras que ocupavam geralmente eram terras públicas ou em processo de privatização. Outra denominação que recebia o lavrador nacional era a de *intruso*, ou seja, aquele que “ocupava terras públicas sem o consentimento prévio das autoridades”. Talvez a categoria mais conhecida, principalmente na região do Planalto rio-grandense seja a de *ervateiro*, ele era um camponês que se dedicava ao “extrativismo a erva-mate e à agricultura de autoconsumo nos ervais públicos”. Enfim,

O termo mais comum para designar os camponeses livres é lavrador nacional. No censo de 1872, a profissão lavrador é a mais comum

<sup>193</sup> Cf. Martini, *op. cit.*; Zarth. Do arcaico ao moderno, *op. cit.*; *Candido, op. cit.*; MARTINS, José de Souza. *Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983 e Franco, *op. cit.*

<sup>194</sup> Zarth, *op. cit.* p. 168.

entre os recenseados de alguns municípios agrícolas do interior da província. A palavra é empregada, basicamente, para designar o que a literatura especializada chama de camponês. Frequentemente emprega-se o adjetivo nacional para diferenciá-lo do lavrador imigrante.

Uma palavra muito comum na documentação e na literatura é caboclo que tem sentido étnico, mas também cultural ou sociológico. (...) A palavra caboclo é largamente utilizada na literatura para designar genericamente o lavrador nacional pobre, com um sentido mais cultural do que étnico.<sup>195</sup>

Outra função que cabia ao lavrador pobre na época era a de *posteiro*, ou seja, aquele homem que se estabelecia em um determinado ponto da estância e se responsabilizava por cuidar do gado ou da própria propriedade.

Com relação às fontes utilizadas neste trabalho – processos crime – a diferenciação entre um e outro grupo é possibilitada pela própria fonte, pois nos processos que envolviam o camponês nacional ele era denominado como lavrador, peão, agregado, jornaleiro: importante se faz registrar que não é incomum nos processos o mesmo processado ora ser identificado como lavrador, ora como jornaleiro, ora como peão, fato que demonstra a grande mobilidade social dos mesmos. Com respeito os processos relacionados aos imigrantes os indivíduos eram definidos com expressões e termos como “lavrador imigrante”, “colonos”, “o alemão/italiano/etc. fulano de tal”, para citar alguns exemplos. Os processos crime analisados também comprovam o argumento da mobilidade dos caboclos, pois em sua grande maioria os lavradores processados ao serem perguntados seu local de nascimento respondiam ser “naturais” de outras províncias do Brasil.

Concluindo, a análise até aqui realizada possibilita entender melhor o sentido que tem o termo “caboclo” e assim define de maneira mais pormenorizada o tema aqui em pesquisa. Ao delimitar conceitualmente o objeto em estudo busco definir os grupos envolvidos na pesquisa e, assim, iluminar a compreensão a respeito da temática em desenvolvimento. Embora os caboclos ainda não tenham sido profundamente estudados e sejam pouco conhecidos pela historiografia, principalmente a regional, existe uma produção importante tratando do mundo do lavrador nacional, a qual dá uma base segura aos assuntos aqui tematizados.

### ***3.1. O modo de vida do lavrador nacional***

---

<sup>195</sup> *Idem*, p. 168-172.

“Violento”, “preguiçoso”, “degenerado”, “ignorante” são alguns dos adjetivos dirigidos ao caboclo. Embora compondo parcela considerável da população nacional durante o século XIX ele era tido, principalmente pelas autoridades e por aqueles que pensavam o país, como incapaz de propiciar, a partir de seu trabalho as condições necessárias ao desenvolvimento da nação.

A maneira como o caboclo é interpretado provém de preconceitos existentes a respeito do seu modo de vida; considerado “lento” e “desligado” das exigências que o mundo de então fazia. Convivendo juntamente com a instituição escravista o caboclo ocupava o lugar social que lhe era propiciado pelas condições da época, tendo como perspectiva de vida a agricultura de subsistência nas áreas ainda não ocupadas, isto é, o sertão ou os vazios formados pelas grandes propriedades. Espaços que aos poucos foram absorvidos pela expansão da economia monocultora e pela expansão das correntes imigratórias.<sup>196</sup> Por conseguinte, após as primeiras leis voltadas à abolição da escravatura – a lei de terras de 1850 principalmente – observa-se um agravamento da situação do caboclo, o qual à medida que a história se desenvolve da segunda metade do século XIX até o XX vê as perspectivas de manutenção de seu modo de vida cada vez mais diminuídas.<sup>197</sup>

Com a abolição da escravatura o problema da mão-de-obra se tornou uma das principais preocupações da elite governamental, tanto no país como no Rio Grande do Sul. Assim, era necessário encontrar soluções ao mesmo, as quais foram localizadas principalmente na imigração, pois além das questões relacionadas a adaptação dos homens livres às formas de trabalho exigidas existiam preconceitos com relação a eles. Como destaca Fernando Henrique Cardoso em seu estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo e a escravidão no Rio Grande do Sul:

desde antes do fim do tráfico havia preocupação não apenas com a mão-de-obra livre, mas com a mão-de-obra que seria, por assim dizer, regeneradora e civilizadora. Por esse motivo, a mão-de-obra livre eventualmente disponível não era a mão-de-obra capaz de operar o milagre desejado: a radicação no país de uma população “industrial” e “civilizadora”.<sup>198</sup>

Outro elemento a influenciar diretamente na transformação do modo de vida do caboclo é a intensificação do movimento de imigração a partir de 1850. O imigrante europeu

---

<sup>196</sup> Cf. Franco, *op. cit.*

<sup>197</sup> Cf. SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

<sup>198</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1977, p. 190.

ocupou diferentes tarefas dentro do Brasil. Tudo dependia do lugar em que se instalava. Assim enquanto no sudeste brasileiro veio para substituir a mão-de-obra escrava, no Rio Grande do Sul se transformou em camponês e teve a tarefa de ocupar as zonas ainda não “exploradas” da Província de São Pedro, ou seja, a zona de matas.

Cabe registrar, no entanto, que no Rio Grande do Sul, à medida que o processo de libertação dos escravos se intensificou, os governantes da província passaram a pensar na possibilidade de usar a mão-de-obra dos imigrantes para substituir a falta que os braços escravos fariam na área pastoril, como se pode perceber da fala dirigida a Assembléia Legislativa provincial em 1874 pelo então presidente João Pedro Carvalho de Moraes:

A exploração dos grandes prédios rurais não encontra braços que a auxiliem; o preço do salário agrícola não guarda proporção com o resultado útil do trabalho, o estado imperfeito das vias de comunicação onera os transportes dos gêneros e diminui os lucros do produtor: enfim, o sistema de colonização atualmente seguido produz, a par de todas as suas vantagens, o inconveniente de dificultar a união do capital e do trabalho, afastando os imigrantes dos estabelecimentos já criados, e convidando-os a formarem pequenos prédios rústicos cujo solo, por maior que seja a sua fecundidade, não pode suprir senão lentamente a falta de capital.<sup>199</sup>

Tanto no sudeste quanto no sul do país o processo de colonização aconteceu à revelia do lavrador nacional, o que mostra o quanto o projeto de inserção do Brasil dentro dos moldes do capitalismo mundial foi elaborado sem dar grande importância a parte de sua população. Contudo, é conveniente salientar, mesmo que a presença dos caboclos fosse em número considerável não era o suficiente para levar a cabo a ocupação total dos espaços vazios existentes no país. Assertiva válida principalmente para o caso do Rio Grande do Sul, pois a forte influência dos países do Prata sempre foi motivo de preocupação para o governo brasileiro, daí a necessidade de levar a cabo da forma mais rápida o possível a ocupação do território Rio-grandense e a solução para o problema foi encontrada na imigração.<sup>200</sup>

O modo de vida do lavrador nacional no Rio Grande do Sul ainda não é profundamente conhecido, talvez tal situação se deva ao reduzido número de fontes existentes que tratem do mundo dos mesmos. Embora algumas pesquisas históricas regionais tenham avançado no sentido de conhecer um pouco melhor as condições em que viviam, as formas de relação social, a cultura, a economia e a inserção política dos grupos de camponeses caboclos,

---

<sup>199</sup> MORAES, João Pedro Carvalho de. Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, em a 2º sessão da 15º Legislatura, 1874, p. 70. (AHRS - A 7.13).

<sup>200</sup> Cf. Zarth, *op. cit.*

ainda existem lacunas para serem preenchidas. Em linhas gerais, aqui não será tratado de cada um dos elementos acima em específico, mas a preocupação é descrever de maneira bastante abrangente alguns traços caracterizadores dos grupos caboclos.

Autores como Candido, Franco, Martini e Zarth descobriram, em suas pesquisas, diversos elementos que possibilitam traçar um perfil geral sobre a questão. Mesmo que tenham trabalhado em contextos regionais diferentes: o sudeste do Brasil para os dois primeiros e o sul para os últimos, o trabalho deles têm pontos em comum, o que mostra a existência de algumas características comuns a representar o lavrador nacional. Assim, a mobilidade, a agricultura de subsistência no modelo de roças, a presença constante de formas violentas de ajuste social e a dependência do caboclo em relação aos rumos da política e da economia nacional são fatores sempre presentes nos estudos que tratam sobre e tentam caracterizar o camponês-caboclo.

Para compreender o modo de vida dos caboclos antes é preciso compreender a realidade histórica caracterizadora do Brasil durante o século XIX: um país agro-exportador, de economia basicamente agrícola, centrada na monocultura, na grande propriedade e no trabalho escravo, como era de se esperar, não podia deixar grandes margens de alternativas aos homens livres.<sup>201</sup> Restava, portanto, às pessoas que não estavam diretamente inseridas na agricultura agro-exportadora a ocupação de áreas ainda não exploradas. Ocupação que também não era garantida, pois o avanço das grandes propriedades sempre empurrava os caboclos para além de suas divisas em direção a fronteira agrícola. Daí um dos principais fatores a caracterizar o mundo do camponês-caboclo é a adoção de um modo de vida que tinha muita semelhança com o do indígena, vivendo numa relação – para lembrar Candido – “simbiótica” com a natureza, definida pelo seu ritmo lento.

A relação do caboclo com a sociedade nacional pode ser definida como uma relação ambígua, onde se destaca o preconceito ao qual o lavrador era exposto quando entrava em contato com a mesma. Entretanto, havia a necessidade de que o contato acontecesse, seja em função da aquisição de materiais que o caboclo não podia produzir ou pela imposição das condições de desenvolvimento do país. Por último, também havia uma repulsa do caboclo a sociedade que o envolvia – natural à sua condição camponesa, principalmente ao se levar em consideração o paradoxo rural/urbano – a delinear a ambigüidade da relação caboclo/sociedade nacional.

---

<sup>201</sup> Franco, *op. cit.*

Leo Waibel quando escreveu sobre a prática agrícola exercida pelos caboclos – a roça – a descreve como a “mais primitiva do mundo”. Para o autor mesmo os imigrantes que vinham de uma realidade cultural onde a prática agrícola estava mais desenvolvida em relação a dos caboclos, quando chegavam no Brasil devido as condições materiais, mesológicas e sociais acabavam deixando de lado as formas de trabalho rural comuns à Europa e adotando o sistema de roças. Todavia, com o decorrer do processo histórico, o desenvolvimento das colônias e a influência da imigração constante os colonizadores, em alguns casos, superaram a prática de agricultura no sistema de roças e passaram a adotar modos de trabalho definidos por Waibel como mais racionais<sup>202</sup>.

A forma de trabalho agrícola que Waibel descreve como a “mais primitiva do mundo”, entretanto, não deixa de ter um conteúdo racional, pois, de acordo com Éster Boserup, a passagem de um sistema agrícola a outro, ou seja, um menos intensivo a um mais intensivo, não está associado apenas a questões de cunho cultural ou intelectual, mas está intimamente ligado a pressão demográfica e conseqüentemente as necessidades de sobrevivência dos camponeses.<sup>203</sup> Boserup na análise que faz sobre a influência que a pressão demográfica exerce na agricultura em alguns países africanos destaca:

Uma população francamente esparsa começa a realizar um pouco de trabalho agrícola como um suplemento à coleta de alimento e à caça. Quando seu território se torna mais povoado, seus habitantes devem trabalhar mais e conseguir quase todos os alimentos por meio do trabalho agrícola, mas este ainda pode ser realizado somente em umas poucas horas ocasionais e não exige um trabalho regular diário. Um posterior crescimento da população obriga-os a passar do sistema com pousio florestal para o sistema com pousio arbustivo e a reduzir ainda mais o pousio arbustivo a prolongar os períodos de cultivo. Atinge-se finalmente um ponto em que a população deve aceitar a realização de um trabalho realmente penoso em um ou dois picos sazonais relativamente curtos. Ainda assim, eles continuam a ter longos períodos com nenhum ou muito pouco trabalho agrícola. No curso do longo desenvolvimento agrícola, antes que seja alcançado o ponto onde o pico de atividades se torna excessivamente penoso para um agricultor de subsistência, o cultivador, individualmente, poderá produzir mais trabalhando mais penosamente, sem necessidade de investir o que quer que seja ou de mudar o seu sistema de cultivo. (...) Pode-se admitir, com toda segurança, que tais mudanças realizar-se-iam somente sob a compulsão do aumento populacional ou sob a compulsão de uma hierarquia social.<sup>204</sup>

---

<sup>202</sup> Waibel, *op. cit.*

<sup>203</sup> Para um exemplo do uso de Boserup na análise, ver: Zarth, *op. cit.* p. 153-197.



A prática de uma agricultura no sistema de roças, portanto, – pousio longo que podia ter como concomitante o arbustivo<sup>205</sup> – comum aos caboclos, ao se levar em consideração as constatações de Boserup, era o sistema agrícola que melhor satisfazia, no período, a proporção entre trabalho aplicado na agricultura e a satisfação esperada do mesmo. Assim, para a autora, o que vai determinar, no caso dos imigrantes de que trata Waibel, o abandono das atividades agrícolas mais avançadas que conheciam é exatamente a equação do trabalho exercido e os objetivos esperados. Ou seja, a “experiência latino-americana de aparente regressão técnica, quando a população declina ou quando as pessoas se movem para áreas de densidade demográfica mais baixa, está longe de ser única”, pois países como o Vietnã, o Ceilão e a Índia, onde “cultivadores que usavam métodos intensivos em seus distritos de origem densamente povoados abandonaram estes métodos após haverem sido reassentados em distritos de menor densidade populacional, onde haviam recebido maior área de terra por família”.<sup>206</sup> Constatação que permite questionar a noção de que a causa principal do uso de métodos de cultivo extensivos seja resultado da ignorância dos camponeses, pois, como mostra Boserup, no âmago das escolhas está um raciocínio econômico, o qual não pode ser interpretado como questão de indolência.<sup>207</sup>

Com relação ao problema dos costumes e o modo de vida dos caboclos é importante chamar atenção para o preconceito existente em relação ao lavrador nacional, principalmente por parte da elite governamental e de alguns intelectuais que pensavam a questão nacional, os quais tomavam como ponto de partida para às suas críticas argumentos de cunho racial.<sup>208</sup> Embora a existência de preconceitos a respeito do lavrador nacional fosse matéria constante no século XIX ela não pode ser encarada como fator determinante de regulação social dentro dos grupos de camponeses-caboclos, mas estava presente e tinha influência na maneira como eles se relacionavam entre si e, principalmente, com aqueles que estavam fora de sua esfera sócio-cultural, o que lembra a análise de Thompson sobre o paradoxo entre cultura popular e cultura de elite na Inglaterra dos séculos XVIII e princípios do XIX.

---

<sup>204</sup> BOSERUP, Éster. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1987, p. 59-60.

<sup>205</sup> Boserup define 5 diferentes grupos de cultivos, os quais são: o *cultivo com pousio longo ou florestal*; *cultivo com pousio arbustivo*; *cultivo com pousio curto*; *cultivo anual* e *cultivos múltiplos*. Para conferir a especificidade de cada um desses cultivos ver Boserup, *op. cit.* p. 13-14.

<sup>206</sup> *Idem*, p. 72.

<sup>207</sup> *Idem*, p. 77.

<sup>208</sup> Para uma noção geral a respeito de o problema ver: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

A análise de Thompson mostra como a relação entre “patrícios e plebeus” era regulada por um conjunto de situações e costumes que definiam as posições sociais e estruturava a própria relação entre os distintos grupos sociais. No entanto, mesmo que acontecendo de forma desigual os vínculos entre patrícios e plebeus possibilitavam a ambas as partes um auto-reconhecimento de sua importância e necessidade dentro do conjunto da sociedade. Isto é, apesar de seu poder e hegemonia os patrícios precisavam do apoio dos pobres e, por outro lado, os pobres também sabiam de sua importância para os ricos. Do que, nas palavras de Thompson, resulta a seguinte realidade para Inglaterra:

durante casi cien años los pobres no fueron los completos perdedores. Conservaron su cultura tradicional; lograron atajar parcialmente la disciplina laboral de los primeros tiempos del industrialismo; quizás ampliaron el alcance de las leyes de pobres; obligaron a que se ejerciera una caridad que pudo evitar que los años de escasez se convirtieran en crisis de subsistencias; y disfrutaron de las libertades de lanzarse a las calles, empujar, bostezar y dar hurras, tirar las casas de panaderos o disidentes detestables, y de una disposición bulliciosa y no vigilada que asombraba a los visitantes extranjeros y casi les indujo erróneamente a pensar que eran “libres”.<sup>209</sup>

Assim, aqueles traços e características que a elite nacional usava para pintar o modo de vida do camponês-caboclo como “selvagem”, “rústico” ou “grosseiro” também podem ser compreendidos como estratégias camponesas de conservação de sua cultura tradicional e de resistência contra das pressões a que estavam submetidos.

Para aqueles que estão de fora ou inseridos numa realidade social diversa daquela em que viviam os caboclos é fato surpreendente a espontaneidade com que eles passavam da diversão a violência. Violência que geralmente chegava a seu limite tendo como resultado a morte de uma das partes envolvidas na discussão. A questão da violência será aprofundada posteriormente. Neste momento, portanto, será analisada mais diretamente a problemática da presença de formas de comportamento que eram utilizados genericamente, como mostra Zarth, tanto por jornalistas da época que escreviam artigos destinados a tratar da questão agrícola, como pela elite governamental e pelos imigrantes para caracterizar o lavrador nacional.<sup>210</sup>

Também é importante salientar que a violência não se restringia aos grupos de homens pobres, pois a elite estadual também é historicamente caracterizada pelo seu comportamento violento, exemplo disso é a violência que atravessa acontecimentos como a Revolução

---

<sup>209</sup> THOMPSON, E. P. *Patrícios e plebeyos*. p. 115. In: *Costumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995.

Farroupilha de 1835 e a Federalista de 1891,<sup>211</sup> e o próprio coronelismo que passa a vigorar a partir da Proclamação da República.<sup>212</sup>

A existência de rixas e a conseqüente violência delas resultante, assim como os frouxos nós sociais que “atavam” as relações entre os caboclos podem ser vistas como expressões de uma configuração social característica do período, do contexto e da própria cultura dos camponeses-caboclos. Por conseguinte, qualquer tentativa de interpretação do mundo do lavrador nacional que tome por base pontos de vista externos à realidade que vivenciavam na época pode não dar conta de delimitar efetivamente o significado e o sentido da existência de certas atitudes e comportamentos.

Um exemplo que caracteriza tal constatação, encontrado nas fontes da pesquisa, é o fato ocorrido no ano de 1854 e que envolveu Pedro Rodrigues de Moura, testemunha chamada a depor em processo que julgava a culpa de Benedito Antônio Barbosa na morte de Vasco de Oliveira Furquim. No interrogatório, a Pedro é perguntado o motivo pelo qual Benedito feriu a Vasco, sua resposta é a seguinte:

Respondeu (...) que estando o dito Benedito jogando com ele testemunha, João Belarmino e Diogo Trilha achava-se também presente o dito Vasco e ao largar o jogo exigiu dito Benedito de Diogo Trilha um patacão que lhe ficara devendo e já com alguma rixa conseguiu o pagamento, disso passou o mesmo Benedito a exigir de João Belarmino meio patacão que também lhe ficou a dever e como este recusou o pagamento Benedito arrancou uma faca e quis forçar João Belarmino a lhe pagar e metendo-se ele testemunha no meio de ambos conseguiu afastá-los; então disto Vasco posto que desarmado foi se chegando ao dito Benedito que começou a recuar dizendo a Vasco que não lhe chegasse e assim foi até a porta que da sala comunica-se com a varanda, onde o dito Benedito feriu com a faca o dito Vasco de cuja ferida morreu no dia seguinte.<sup>213</sup>

O processo é demonstrativo do modo como as interpretações, comuns nos Relatórios dos Presidentes da Província, que tomam a passagem da diversão a violência como algo imediato e “natural” dentro dos grupos de camponeses-caboclos devem ser analisadas sob outro prisma. Na seqüência do testemunho Pedro Rodrigues é perguntado se “sabia se entre o dito Vasco e Benedito havia alguma rixa?” A resposta de Pedro é afirmativa – “respondeu que ouviu dizer que entre ambos antigamente houve desavença” – situação que demonstra que as

---

<sup>210</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Unijui, 1997, p. 77-82.

<sup>211</sup> Cf.: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

<sup>212</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

<sup>213</sup> Cruz Alta, *processo crime 1844 a 1855*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1893, maço 42, 1854.

ações violentas não aconteciam de forma tão imediata como geralmente se dá a entender, contudo tem raízes profundas na própria teia de relações sociais em que vivia o lavrador nacional. Destaca-se que a grande maioria dos processos analisados que envolvem situações semelhantes tem o mesmo conteúdo, isto é, as ações violentas não eram imediatas, mas mediadas por um conjunto de relações que eram comuns ao modo de vida do caboclo, as quais podiam ou não ser respeitadas.

Outro exemplo demonstrativo do quanto as rixas entre os caboclos envolviam um processo duradouro é o acontecido em 1857 com Dario Gomes Damião, homem de 30 anos de idade, solteiro, morador em Passo Fundo, “que vive do trabalho de roça e de fazer ervas”, que “sabe apenas assinar o nome”. Dario é levado a julgamento por ter ferido a José Breno. A história do caso, de acordo com interrogatório de Dario, é a seguinte: os dois envolvidos “eram guardas de uma polícia que havia no Passo Fundo”, na qual José “comete uma desatenção ao comandante da mesma polícia”, a partir da desobediência a José é dada ordem de detenção; Dario é encarregado de executar a prisão, no entanto José consegue escapar. O conjunto de situações em que se envolvem José e Dario é responsável pelo surgimento de inimizade entre eles.

Numa certa noite de “divertimento” os dois tornam a se encontrar “em casa de uma mulher chamada Luzia”. Ao se retirar da casa “pela madrugada” quando chega próximo a um quartel Dario “foi acometido pelo dito José Breno armado de uma espada com a qual tentou ferir a ele interrogado que também se viu obrigado a defender-se com sua espada (...) saindo deste conflito o mesmo José Breno ferido (sem um braço)”. Convém registrar que o processo é executado 12 anos após o acontecimento da briga e que, segundo depoimento de Dario, o processo foi levado a cabo não por denuncia de José, mas pela “justiça”. Na seqüência do processo quando é perguntado “se tanto ele interrogado como José Breno tem sempre residido e estão no Passo Fundo e se hoje se acham relacionando? Respondeu que ambos tem sempre residido no Passo Fundo e que hoje já se acham conciliados de maneira que o mesmo José Breno o tem vindo visitar na sua prisão”.<sup>214</sup>

A situação vivida por Dario e José permite visualizar algumas circunstâncias que são caracterizadoras do mundo do camponês-caboclo, isto é, a existência de um espaço de tempo entre surgimento da rixa até o momento em que as personalidades se medem de forma prática a partir do uso da violência, a mobilidade econômica destas pessoas que fica visível no caso

---

<sup>214</sup> Cruz Alta, *processo crime 1855 a 1858*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1726, maço 43, 1857.

de Dario que no interrogatório deixa claro que além de viver “do trabalho de roça e de fazer ervas” também exercia função como guarda “numa polícia que havia em Passo Fundo”.

O processo também mostra uma situação que é constante em uma grande quantidade dos processos: ser lavrador e trabalhar como guarda em algum destacamento. Fato que se destaca na análise dos processos, pois além de ser constante é demonstrativo de que a inserção social do lavrador nacional não era tão marginal quanto se acredita. Da mesma forma, permite compreender que os camponeses-caboclos podiam exercer o trabalho de manutenção de uma ordem social, cuja uma das características era manter um quadro exclusão de quem o principal alvo, ao fim e ao cabo, eram eles próprios.

Outro fato interessante no processo é que José não denunciou a Dario, mesmo que tenha saído da briga sem um braço. O que chama mais atenção é que no momento em que Dario foi preso, isto é, 12 anos após a briga, José foi visitar seu agressor na prisão. O processo não permite definir o porque da situação ter tomado tais contornos. É difícil, portanto, levantar hipóteses embasadas em critérios sociais que justifiquem a amizade entre os dois depois do que aconteceu, principalmente ao se considerar o tipo de sociabilidade comum ao mundo do lavrador nacional. É importante lembrar também que o fato de José não ter prestado queixa quando aconteceu a rixa pode ser demonstrativo da distância que separava os homens livres pobres das instituições oficiais representantes do Estado ou sua descrença nas mesmas.

São nos momentos de diversão e trabalho que melhor aparecem aqueles caracteres que permitem definir o modo de vida do caboclo, pois são dois momentos em que surgem de maneira mais nítida aqueles elementos que tinham o papel de regulação social e também são demonstrativos do tipo de sociabilidade comum ao lavrador nacional. Estudos como o de Maria Sylvia de Carvalho Franco destacam que as formas da diversão nos grupos de camponeses-caboclos tinham ou adotavam um caráter violento em função da sua “cultura simples”, onde o confronto de personalidades era elemento comum e definidor cultural, pois os grupos de homens livres pobres, segundo Franco, tinham uma cultura que era caracterizada pelo “caráter eminentemente pessoal das relações sociais”, sendo que a valentia era o “valor maior”<sup>215</sup> de suas vidas.

As análises realizadas por Franco são importantes para compreender o mundo social do caboclo, pois suas constatações não são validas apenas para o caipira de São Paulo, mas também servem para definir o caboclo do Rio Grande do Sul. Um exemplo que pode ser

---

<sup>215</sup> Franco, p. 62-63.

usado para comprovar o “caráter eminentemente pessoal” que adotavam as relações sociais entre os caboclos, assim como a valentia e a personalidade rixosa que eram comuns aos mesmos é o processo que envolve João Rodrigues da Costa e Salvador Alves de Matto, moradores do distrito de Cadeado, Cruz Alta:

No dia 6 do corrente mês (março) no mesmo lugar denominado Cadeado no dito distrito dirigindo-se o acusado Salvador Alves de Matto a casa de Francisco Rodrigues da Costa, filho do suplicante (João Rodrigues da Costa), a fim de cobrar-lhe a quantia de 3\$000 réis ou o valor de 6 (ilegível) de milho, o filho do suplicante respondeu-lhe que na ocasião não tinha como pagar-lhe, porém que como o acusado estava devendo também a seu pai poderiam descontar essa quantia.

Não ouvindo o acusado a essa proposta rompeu com palavras insultantes e atirando-se do cavalo com uma faca em punho dirigiu-se contra o filho do suplicante e o feriu gravemente no braço.<sup>216</sup>

Algumas noções comportamentais como a de fidelidade, honra, ciúmes, etc., estão presentes e são definidoras do modo de vida do lavrador nacional. Um dos exemplos é o processo datado de 28 de março de 1879. No processo é julgada uma desavença, na qual José Reis Filho, lavrador, com 19 anos de idade e solteiro é ferido por seu irmão Manoel dos Reis no momento em que o primeiro estava “tirando a casca de uma madeira própria para curtume em um mato nas imediações de sua casa”. Ao ser inquirido sobre o motivo pelo qual Manuel o feriu, José responde que seu irmão “foi levado por ciúmes que tinha de sua mulher com ele ofendido”.<sup>217</sup>

A questão da honra, como mostra John Davis, está associada a distribuição da riqueza, conserva uma forma própria de representação política e está relacionada com o controle individual de recursos. Segundo Davis, a honra “es um atributo moral del grupo o de los individuos: procede do cumplimiento de determinados roles, por regla general domésticos, aunque en algunas comunidades pueden valorarse otros roles.”<sup>218</sup> Davis argumenta que a honra não está associada fundamentalmente as relações sexuais, mas ao cumprimento do papel sexual: “quien es Bueno em su clase tiene honor, y eso puede incluir la capacidad de proteger a las mujeres de los avances sexuales de otros hombres y la de atacar otros hombres através de sus mujeres; pero en realidad los roles sexuales son más que nada económicos y domésticos”<sup>219</sup>

<sup>216</sup> Cruz Alta, *processo crime 1875 a 1877*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1895, maço 48, 1875.

<sup>217</sup> Cruz Alta, *processo crime 1875 a 1877*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1935, maço 48, 1879.

<sup>218</sup> DAVIS, John. *Antropologia de las sociedades mediterrâneas*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977, p.83.

<sup>219</sup> *Ibidem*.

Assim, à honra defini-se por seu caráter local, pois está associada ao grupo que a compartilha e não pode ser deslocada de um grupo a outro. Tem por características principais ser um sistema de estratificação pelo qual se descreve a distribuição da riqueza em uma linguagem social e “prescribe el comportamiento adecuado de las personas situadas en los distintos puntos de la jerarquía; entraña la aceptación de la superordenación y de la subordinación”. Outra característica da honra é ser um sistema absoluto, onde cada indivíduo ocupa uma posição única na hierarquia social, pelo que “la estratificación del honor invita a los iguales a pelear y afirma la dependencia cooperativa de quienes tienen menos honor con quienes tienen más”. Enfim, a honra também está vinculada a integridade, a qual “se refiere a todo el individuo. Ahora bien, lo que es el hombre íntegro varía de una sociedad a otra”.<sup>220</sup>

Quanto aos costumes – sentido que Thompson dá a palavra<sup>221</sup> – também aparece como elemento norteador da vida dos caboclos. As relações sociais dentro dos grupos de camponeses-caboclos eram definidas por um conjunto de costumes que tinham relação com o próprio modo de vida dos mesmos, com sua inserção social nos quadros da sociedade nacional e, se por um lado, serviam para estabelecer bases a partir das quais os caboclos se relacionavam entre si, com a mudança social e com a sociedade envolvente, por outro, eram depositárias de conteúdos que serviam para a identificação social dos mesmos. Um exemplo do uso do costume como suporte para justificar atitudes voltadas a cobrança ou restabelecimento de “direitos” antigos acontece em 1860:

Ignácio Xavier Pedroso, morador no 2º distrito desta Vila (Cruz Alta), no lugar denominado Espinilho, onde o suplicante é senhor de um campo no qual se acha encravada uma casa com suas benfeitorias. Antes, porém de aí se estabelecer havia um pequeno trilho que não sendo estrada real apenas servia para os moradores e alguns andantes cruzarem pelo dito campo a título de atalho (...). Comprado que fora o campo tratou o suplicante de estabelecer no boqueirão fazendo casa, mangueiras e mais benfeitorias. Com o estabelecimento do suplicante não deixaram alguns vizinhos e viandantes de pedirem licença para uma ou outra vez por aí passarem, porém sempre com consentimento do suplicante, (...) para tanto era necessário atravessarem por dentro de uma mangueira contígua a casa do morador e muitas vezes escaparam animais pela imprudência de alguns deixarem as porteiras abertas e mesmo porque alguns carreteiros que obtinham licença para passar deixavam por terras as tranqueiras. Acontece que no dia 21 do corrente mês e ano às 8 horas da manhã chegou a casa do suplicante Alexandre Jacinto da Silva acompanhado de 5 ou 6 pessoas armadas (...) e disse que queria

<sup>220</sup> *Idem*, p. 102-103.

<sup>221</sup> Thompson, *Costumbres en comum*, *op. cit.*

passar com umas carretas então o suplicante fez-lhe ver por boas maneiras que ali não era estrada e que mesmo as porteiras eram estreitas para passarem as carretas, não obstante estas admoestações o suplicado não quis atender a nada porque já vinha muito de propósito e caso pensado para aí passar, sendo verdade que dias antes e mesmo na véspera já sabia que as ditas porteiras eram estreitas. Quando, Ilmo Sr., o suplicante pensou que seria atendido e respeitada sua propriedade foi em tudo desatendido, sendo que o suplicado valendo-se de sua prepotência com toda a arrogância mandou arrancar as porteiras e mais alguns paus deitando tudo por terra, tal é o exemplo que acabou de dar a seus concidadãos o subdelegado de policia do 2º distrito Alexandre Jacinto da Silva!<sup>222</sup>

Não há como tratar os envolvidos no processo como representantes do campesinato caboclo, visto que no processo eles não são identificados como lavradores, mas sim, no caso de Ignácio, como “senhor de um campo” e de Alexandre como “subdelegado de polícia”. Uso tal exemplo para demonstrar uma atitude que tem por base o costume que está inserido e, portanto, nada distante da realidade social em que viviam os camponeses-caboclos. Entretanto, para alguns pesquisadores, a questão da propriedade e sua extensão pode não ser critério para definir se o proprietário é um lavrador nacional ou não. Luis Augusto Ebling Farinatti, por exemplo, em sua dissertação de mestrado sobre os lavradores nacionais que habitavam a região de Santa Maria do ano de 1845 a 1880, menciona a existência de lavradores nacionais proprietários de extensões superiores a 1000 hectares.<sup>223</sup>

A constatação de Farinatti deve ser vista com olhos críticos, pois pensar um camponês proprietário de uma extensão tão vasta seria dar a palavra “camponês” uma “abertura” muito grande, a qual pode descaracterizar o próprio objeto de estudo. Assim, para o trabalho que aqui está se desenvolvendo toma-se como ponto de partida para definir a noção de camponês a pequena propriedade<sup>224</sup>, embora para o contexto e para o tipo de agricultura praticada pelos caboclos, como argumenta Farinatti, 1000 hectares não represente ser uma grande extensão, acredito que a posse legítima de tal extensão de terras rouba do dono o seu caráter camponês, mesmo que não a explorasse em toda sua extensão. Portanto, o que está em discussão é uma questão de conceitos.

Esta constatação é válida, neste caso, em função de que por “lavrador nacional” e/ou “caboclo” está se entendendo um grupo social que está situado entre o grande estancieiro e o

<sup>222</sup> Cruz Alta, *processo crime 1858 a 1862*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1754, maço 44, 1860.

<sup>223</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, dissertação de mestrado, 1999, p. 88.

<sup>224</sup> Como definir o que é uma pequena propriedade no século XIX? Para resolver tal problema adota-se como sinônimo de pequena propriedade a extensão dos lotes coloniais, os quais geralmente tinham extensão menor a 41 hectares. Cf. Zarth, *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*, *op. cit.* p. 47-50.



colono imigrante. No entanto, a posse de uma “grande” extensão de terras não rouba ao proprietário a possibilidade de manter um estilo de vida típico do caboclo tradicional, ocupante de roçados em terras devolutas ou em pequenas propriedades. Por conseguinte, dessa assertiva é importante se questionar sobre a possibilidade da existência de diversas categorias de lavradores nacionais. Resposta que pode ser encontrada apenas pelo avanço das pesquisas sobre este problema.

Como mencionei anteriormente os momentos de diversão são objetos propícios para análise e compreensão do modo de vida do caboclo. Por conseguinte, o fandango surge como uma das festas mais tradicionais do lavrador nacional, é no fandango, assim como no mutirão que se dão os momentos de maior sociabilidade, onde todos se congregam em torno de uma causa, ou seja, a festa no primeiro e o trabalho no segundo caso. O mutirão, sua prática e especificidade já foi alvo de alguns estudos e descrições, portanto não se fará uma análise detalhada dele,<sup>225</sup> mesmo porque o número de fontes encontradas sobre o mutirão não permitem uma análise mais pormenorizada do mesmo.

Quanto ao fandango, na pesquisa foram encontrados alguns processos que tem origem na realização desta festa. Tomo um deles como exemplo por considerá-lo mais demonstrativo de algumas características do camponês-caboclo: Antônio Rodrigues, 40 anos, casado, lavrador, natural de Sorocaba Província de São Paulo, não sabe ler e escrever resolve no “1º domingo do mês de novembro” de 1870 fazer um fandango em sua casa, sendo um de seus convidados Candido de Deus, lavrador, com 25 anos de idade, o qual em testemunho assim descreve o fandango:

Neste dia chegando ele ainda mui cedo não encontrou o réu (Antônio Rodrigues) que com outras pessoas se achava ocupado em revista na companhia do capitão Manoel Rodrigues Dias e então muito depois ele testemunha viu o réu chegar com o falecido conversando em boa harmonia e apeando-se ambos o falecido pediu sogá, estaca e machado ao mesmo réu e este dando-os observou que era melhor por seu cavalo a sogá noutra lugar que não ao pé da casa que havendo outras estacas podia culear o cavalo, o falecido foi junto com o réu ver melhor lugar e esse voltando a casa e sendo já mais noite que dia viu aproximar-se os outros convidados que salvaram com tiros de pistola, o réu disse que ia responder a esta (...), então lançou mão de sua pistola e saindo a porta onde se achava ele testemunha, achando-se um cavaleiro atravessado (ilegível) o réu estendeu o braço para um dos lados da casa e disparou fogo e logo viu o falecido largar o machado com que batia a estaca e cair.<sup>226</sup>

---

<sup>225</sup> Sobre o mutirão ver Candido, *op. cit.*; Franco, *op. cit.*; LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

<sup>226</sup> Cruz Alta, *processo crime 1867 a 1871*. Porto Alegre: APRGS, Processo nº 1853, maço 46, 1871.

Nota-se que a prática da salva acabou resultando em conseqüências inesperadas, isto é, a morte não cogitada de um dos participantes do fandango, o que demonstra que as formas de sociabilidade comuns ao mundo do camponês-caboclo quando não controladas podiam provocar desacertos. Da mesma forma é possível perceber um certo “fascínio” pela arma, ou pelo poder que ela poderia representar. O uso constante de armas é fato que transparece não só nos processos crimes como também nos Relatórios dos Presidentes da Província, o que mostra uma certa liberdade para que a violência aparecesse na vida diária do lavrador nacional. A falta de um controle que regulasse algumas situações a que estavam submersos os caboclos certamente era raiz de alguns comportamentos que definiam o próprio modo de vida dos mesmos. Enfim, num tipo de configuração social onde qualquer desajuste poderia ser instantaneamente regulado pelas partes envolvidas não era estranho que a desconfiança fosse um símbolo de identificação.

### ***3.2. O caboclo e a ordem paternalista***

Quando contemplo a situação desta bela cidade colocada na desembocadura dos majestosos rios que lhe estão em frente, quando, seguindo o curso destes, vejo as boas terras de que são bordados nos respectivos vales que formam, quando mais ao longe descubro essa grande serra, que é um verdadeiro tesouro, encontro logo reunidas para as colônias agrícolas as suas três principais condições de vida e de progresso; terras de boa produção, transporte fácil e barato e mercado certo. O que falta, pois, para que Porto Alegre se torne em pouco tempo uma das principais cidades da América? Um sistema de colonização que atraindo a colonização européia não somente composta de proletários, a quem nos encarregaremos de fazer proprietários, mas também de capitalistas; venha seus braços e capitais fecundar nossas terras desaproveitadas e fazer desta cidade o centro de todo o movimento.<sup>227</sup>

No trecho supra, escrito por João Lins de Vieira Cansansão de Sinimbú, Vice-Presidente da Província, em fala dirigida na abertura da Assembléia Legislativa provincial em 6 de Outubro de 1853 é possível perceber a preferência que recebia o imigrante europeu em detrimento ao lavrador nacional. O imigrante era considerado aquele que poderia trazer o verdadeiro progresso e desenvolvimento à Província, tanto é que Sinimbú afirma: “venha seus braços e capitais fecundar nossas terras desaproveitadas...”, o que dá a entender que a forma

---

<sup>227</sup> SINIMBÚ, João Lins Cansansão. Relatório do Vice-Presidente da Província do Estado de São Pedro do Rio Grande do Sul. Abertura da Assembléia Legislativa provincial, 6 de Outubro de 1853, p. 20. (AHRS - A 7.02).

como até então eram exploradas as terras da província não satisfaziam os interesses e demandas da camada da população que Sinimbú representava.

Contudo, na época em que Sinimbú escreveu o relatório apresentado à Assembléia, a ocupação da Província de São Pedro embora ocorresse de forma desigual e o aproveitamento de parte considerável de suas terras fosse inexpressivo do ponto de vista econômico, existia uma quantidade considerável de lavradores que efetivamente e de forma dispersa a ocupavam e a aproveitavam no sentido de garantir sua subsistência. Também é importante lembrar que a necessidade de ocupação do território estava ligada a outros interesses como, por exemplo, as questões militares: as constantes guerras travadas entre o Brasil e os países do Prata que sempre motivaram os esforços de ocupação realizados no Rio Grande do Sul.<sup>228</sup> Quanto ao problema da ocupação dispersa, Francisco José de Souza Soares de Andréa, também Presidente da Província, anterior a Sinimbú, chamava atenção em 1849:

Um dos maiores obstáculos que se tem posto nesta Província ao desenvolvimento da agricultura, e mesmo ao da população, é a existência de grandes fazendas, ou antes, grandes desertos, cujos donos cuidando só, e mal, da criação, tem o direito de repelir dos seus campos as famílias desvalidas que não tem nem aonde se conservar de pé.<sup>229</sup>

O objetivo aqui é discutir a relação que existia entre os camponeses-caboclos e aqueles que, na época, ocupavam um lugar de domínio no do Rio Grande do Sul. Portanto, é importante salientar o modo como as instituições oficiais lidavam com os lavradores nacionais, bem como descrever os interesses e atitudes tomadas pelo Estado no sentido de inserir a província nos quadros da sociedade nacional e mesmo ocupá-la para evitar possíveis problemas com os países vizinhos e, também, dar um “destino” econômico, principalmente às áreas de matas que estavam, até então, “desocupadas”.

Anteriormente quando busquei, a partir da análise das fontes e da bibliografia que trata do lavrador nacional, descrever quem era o caboclo e seu modo de vida, uma característica que veio a tona foi a distância que separava o lavrador nacional dos aparelhos do Estado. Pelo que o caboclo-camponês precisou elaborar formas próprias de relação com aqueles que, na hierarquia social, estavam acima de sua condição, ou seja, as autoridades policiais ou políticas, os estancieiros, os comerciantes e os próprios colonos imigrantes. Geralmente o caboclo é caracterizado por sua submissão àqueles que detinham o poder, mas a análise de

---

<sup>228</sup> Cf. Zarth, *Do arcaico ao moderno, op. cit.*

<sup>229</sup> ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Abertura da Assembléia Legislativa provincial, 1 de Junho de 1849, p. 35-36. (AHRs - A 7.02).

fontes da época mostra que a realidade era mais complexa, pois tais relações eram mediadas por um conjunto extenso e estratégico de táticas sociais.

E. P. Thompson, ao trabalhar a questão dos costumes na Inglaterra mostra o quanto à relação entre “patrícios” e “plebeus” é mediada não por uma submissão dos últimos aos primeiros como a idéia de “paternalismo” geralmente dá a entender, mas, ao contrário, segundo Thompson, existiam formas populares de protesto e resistência que tinham vínculos diretos com os interesses da população. A resistência popular, por conseguinte, estava assentada nos costumes e era definidora dos comportamentos adotados tanto por patrícios como por plebeus.<sup>230</sup>

Para Thompson, a relação *gentry-plebe* da Inglaterra do século XVIII não pode ser caracterizada como uma luta inflexível entre “antagonistas irreconciliáveis”. A relação acontecia como se formando um tipo de “campo de força”, onde a atuação, tanto dos ricos como dos pobres, era regulada pelo poder e pelos interesses vinculados às ações a que as partes se filiavam. Assim, enquanto as ações da aristocracia tinham por base a lei e o Estado que representavam, da mesma forma a população como um todo também tinha leis e costumes próprios que legitimavam suas condutas. Entretanto, a

cultura plebeya está, finalmente, restringida a los parámetros de la hegemonia de la *gentry*: la plebe es siempre consciente de esta restricción, consciente de la reciprocidad de las relaciones *gentry-plebe*, vigilante para aprovechar los momentos en que pueda ejercer su propia ventaja. La plebe también adopta para su propio uso parte de la retórica de la *gentry*.<sup>231</sup>

Para o caso brasileiro existem alguns estudos que se preocuparam em pensar a forma como se dá o relacionamento entre as camadas populares nacionais e as autoridades no processo de transformação que caracterizou o Brasil durante os anos que compreendem o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Sidney Chalhoub, por exemplo, ao analisar o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da *Belle Époque* mostra que “a transição para ordem burguesa no Rio de Janeiro” não respeitou uma única forma – aquela desejada pela elite dominante – no entanto, a

Desconfiança e a resistência dos populares em relação à intervenção das autoridades policiais e judiciárias em suas vidas têm um sentido cultural profundo, enraizado no próprio modo de vida das classes trabalhadoras: os populares estavam imbuídos de normas próprias reguladoras de suas desavenças, possuíam noções próprias de justiça

---

<sup>230</sup> Thompson, Patricios e plebeyos *op. cit.* p. 38.

<sup>231</sup> *Idem*, p. 91-92.

e, quando envolvidos em situações de conflito, seguiam rituais de conduta que mostravam apego a valores muitas vezes opostos àqueles prezados pelas classes dominantes.<sup>232</sup>

Analisar a relação caboclo-camponês com seu padrão/estancieiro tomando por suporte as descobertas de Thompson, as quais serviram de suporte para o estudo realizado por Chalhoub, pode ser muito frutífero, pois, no Rio Grande do Sul ela toma contornos semelhantes a relação *gentry-plebe* da Inglaterra estudada por Thompson e trabalhadores/burguesia do Rio de Janeiro durante a *Belle Époque*. Assim, tanto caboclos quanto estancieiros usavam dos meios que lhes eram possíveis, inclusive a violência, para garantirem seu modo de vida e, no caso dos estancieiros e coronéis, seu status social. Em ambos os lados ocupava lugar destacado aquilo que Thompson denomina de teatrealidade, isto é, as estratégias político-simbólicas que são utilizadas no sentido de mediar as relações sociais. Estratégias que na maioria das vezes podem ser mais eficientes que as práticas violentas.<sup>233</sup> Um exemplo desta constatação pode ser encontrado no desenvolvimento de idéias como a do “gaúcho” e da “democracia racial”,<sup>234</sup> por exemplo.

Com a promulgação da Lei de Terras em 1850, à primeira vista, parece que os laços de dependência do caboclo em relação aos estancieiros se tornaram mais fortes, pois a Lei exigia a demarcação do território ocupado e a ocupação das terras devolutas apenas pela compra. Circunstância que deixava o lavrador nacional em situação bastante difícil, pois se, por um lado, o caboclo não tinha condições de efetivar a posse dos espaços que ocupava, por outro, os grandes proprietários tentavam se apossar de toda a terra que fosse possível. Conseqüentemente, os caboclos ficavam presos entre a sede de terras dos estancieiros e sua falta de condições materiais para efetivamente delimitarem sua posse e estabelecerem a propriedade da terra que ocupavam. Cabe registrar que somado a tal conjunto de fatores deve-

---

<sup>232</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 210.

<sup>233</sup> Thompson, *op. cit.* p. 60-62.

<sup>234</sup> A noção de “democracia racial” é desenvolvida por Jorge Salis Goulart. Cf. GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul: EDUCS, 1985. Alguns estudos históricos, ultimamente, têm tratado de criticar a idéia difundida pela historiografia tradicional de que existia uma “democracia racial” no Rio Grande do Sul. Interpretação a partir da qual a escravidão no Estado é considerada não tão cruel quanto foi em outros estados do país. Os estudos atuais têm demonstrado que, tanto em quantidade como em importância, os escravos tiveram presença destacada no Rio Grande do Sul e que a noção do gaúcho como homem justo e despreocupado com os desníveis sociais não passa de uma “invenção” – sentido de Hobsbawm e Ranger – formulada para manter o equilíbrio social. Cf. BAKOS, Margareth. *RS: escravismo e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fibra de gaúcho tchê!* In: Revista Nossa História. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, dezembro de 2003, p. 42-47; e DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980 e CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

se relacionar o desconhecimento dos caboclos da legislação que regulava as questões vinculadas à propriedade da terra.

No entanto, a “dependência” não era completa e deve ser antes encarada como uma relação de interdependência: noção que permite melhor compreender os laços que ligavam estancieiros e caboclos. Norbert Elias, no livro *O processo civilizador* desenvolve a noção de interdependência, a qual segundo ele, possibilita que “a imagem do homem como ‘personalidade fechada’” seja “substituída (...) pela de ‘personalidade aberta’, que possui um maior ou menor grau (mas nunca absoluto ou total) de autonomia em face de outras pessoas”.<sup>235</sup> Assim, se por um lado, os caboclos estavam presos ao estancieiro em função da legitimidade da posse das terras, por exemplo. Por outro lado, os fazendeiros também precisavam dos caboclos, tanto para serem alocados como mão-de-obra barata nas suas estâncias, para produção de gêneros de primeira necessidade quanto para fins políticos.<sup>236</sup> Enfim:

Não é particularmente frutífero conceber os homens à imagem do homem individual. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes formando configurações (isto é, grupos ou sociedades de tipos diferentes) entre si.<sup>237</sup>

Ao analisar Processos Crime da Comarca de Cruz Alta foi possível encontrar alguns exemplos que comprovam que a relação entre caboclos e aqueles que tinham uma condição social um tanto mais elevada era mediada por uma série de fatores, dentre os quais se destaca a interdependência. A análise dos processos demonstra que mesmo não dispondo de meios materiais para se tornarem proprietários efetivos de seus roçados e assim alçarem uma maior “liberdade” em relação aos poderosos ou quando viviam na condição de agregados, por exemplo, os caboclos não estavam imersos numa situação de total dependência e muito menos eram inertes aos acontecimentos e a realidade de então.

Pelo contrário, os caboclos agiam, mas agiam, como era de se esperar, de acordo com aquilo que sua condição social, sua história, costumes, cultura e a sociedade de então possibilitava. Por conseguinte, era preciso que, tanto o lavrador nacional como os estancieiros, tomassem atitudes equilibradas com as expectativas existentes em relação uns aos outros, pois o contrário significaria desordem. Entre os vários processos que giram em torno de situações que envolvem um certo cumprimento de expectativas e regras legitimadas

---

<sup>235</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. I, 1994, p. 249.

<sup>236</sup> Cf.: SCWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

<sup>237</sup> *Ibidem*.

pelos costumes e que pode servir para comprovar a idéia de interdependência, destaca-se o seguinte, o qual é representativo do que acontecia:

O Major Tristão José de Oliveira, morador neste distrito, no lugar denominado Capão-Grande, vem com todo respeito implorar a V. S<sup>a</sup> providências a respeito do que tem sofrido e continua a sofrer. (...). O suplicante, Ilmo. Sr., vive de sua fazenda de criar gados vacum e animais cavalares no lugar referido. De há muito tempo que sofre continuados furtos de seus gados, pois que a quatro anos a esta parte não mais de cem rezes tem sido carneadas além de 2 burros (ilegível) também furtados e sem que o suplicante tivesse certeza de quem podia ser o ladrão. Hoje, porém, é que a poder de continuadas pesquisas pode o suplicante saber que o verdadeiro ladrão era um seu agregado André Alixo que vive nos campos do suplicante e que avezado a cometer um semelhante furto não tem dado o prejuízo menos de 2:000\$000 Réis.<sup>238</sup>

Pela análise do processo é possível compreender que a relação travada entre os camponeses-caboclos com aqueles que estavam inseridos em um lugar de domínio não era de completa submissão. Mas sim uma relação complexa, a qual envolve além de resistência, deferência e acomodação uma forte interdependência pela qual se constituem não só as atitudes tomadas pelas partes envolvidas como também a identidade das mesmas.

A interdependência pode ser visualizada ao se levar em consideração que a condição de agregado que ocupava André Alixo era regulada por um certo tipo de “contrato social” pelo qual a Alixo cabia a tarefa de cumprir alguns preceitos como, por exemplo, o trabalho esporádico na propriedade do Major Tristão. Em troca, André receberia como retribuição a autorização de cultivar uma pequena parte da terra que pertencia ao Major. Um dos trabalhos esporádicos que Alixo poderia exercer é exatamente cuidar do gado pertencente a Tristão, no entanto, pelo que a queixa deixa evidente André Alixo estava roubando gado e mulas que a principio devia cuidar para o Major. Assim, o Major Tristão precisava do trabalho de André, o qual, por sua vez, necessitava do Major para poder cultivar um pedaço de terra, entretanto, tal circunstância não impedia que André rompesse com as expectativas do Major, o qual ao ver seu interesse frustrado presta queixa de seu agregado. É importante sublinhar também que ao prestar queixa de seu agregado, o Major Tristão não estava fazendo mais do que exigir que a ordem que caracteriza a relação proprietário/agregado se restabelecesse.

Outro dado interessante é o uso que os caboclos faziam das instituições estatais, da lei e da justiça para garantirem a execução de seus “direitos”. Muitas vezes se utilizavam de instâncias legitimadas para fugir às dificuldades comuns ao seu modo de vida e ao tipo de

---

<sup>238</sup> Cruz Alta, *processo crime 1855 a 1858*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1718, maço 43, 1855.

inserção social que lhes era comum. Muitos são os processos crimes encontrados onde o lavrador nacional levantava questões e acusava abusos de que era vítima. Por exemplo, a 21 de Agosto de 1855, Jacinto José Correa

natural da Vila dos Pinheiros da Província de São Paulo, morador neste distrito, vem respeitosamente perante V. S<sup>a</sup> apresentar sua queixa e pedir a punição de todos os crimes perpetrados contra o suplicante por Francisco José da Silveira e Diogo José de Oliveira, moradores desta freguesia, cuja queixa é a seguinte: (...), sucedeu no dia 22 de Setembro de 1847, indo ajudar parar rodeio na fazenda de Manuel Jacinto Ferraz, foi no campo assaltado e capturado por Francisco José da Silveira e Diogo José de Oliveira, (...), de ali escoltado pelos agressores foi levado à casa de Francisco de Barros Miranda depois a casa de Diogo José de Oliveira, finalmente, pelos mesmos, recolhido ao General da Companhia de Pedestres aqui destacada, onde passou o suplicante obter de V. S<sup>a</sup> ordem de soltura. Os suplicados ordenaram ordem (sic.) de prisão sem terem para isso competente autoridade, sem culpa tomada e sem ser em flagrante delito. Executaram a prisão do suplicante sem ordem legal escrita de legítima autoridade, sem serem militares ou oficiais de justiça incumbidos da prisão dos malfeitores, nada mais que arbitrariamente prenderam o suplicante em cárcere privado. Por todos estes assuntos estão os suplicados sujeitos as penas de prisão, ordenadas nos artigos 181 e 183 do Código Criminal.<sup>239</sup>

Situação semelhante aconteceu, em 25 de Julho de 1875, com Angélica Joaquina, viúva, moradora no 3<sup>o</sup> distrito de Cruz Alta, agricultora que recebeu ordem de despejo e que não estando em casa quando da chegada dos oficiais de justiça teve sua casa invadida e seus objetos e pertences lançados à rua. Um filho de Angélica “de nome Lourenço José de Oliveira que se achava em casa indagou a causa de semelhante resultado” e foi respondido por Prudêncio Gonçalves de Jesus “que aquilo fazia por ordem do Juiz Municipal e lhe deu a cópia de um mandato”.<sup>240</sup> Contudo, o mandato era destinado a Dona Gertrudes Telles da Silva, moradora do 8<sup>o</sup> distrito de Cruz Alta, isto é, os oficiais estavam no lugar errado e praticando despejo na casa da pessoa errada, como resultado Angélica faz queixa exigindo que seus “ofensores” sejam autuados nos termos da Lei e assim são processados.

Além das vias oficiais, os caboclos também tinham outras alternativas que representavam, de certa forma, uma maneira de escapar as vicissitudes comuns a sua realidade. Assim faz, por exemplo, Honório Pereira da Silva, natural da Província do Paraná, de profissão soldado de polícia, acusado em processo por ter praticado crime de ferimento

---

<sup>239</sup> Cruz Alta, *processo crime 1855 a 1858*. Porto Alegre: APRGS, Processo n<sup>o</sup> 1701, maço 43, 1855.

<sup>240</sup> Cruz Alta, *processo crime 1875 a 1877*. Porto Alegre: APRGS, Processo n<sup>o</sup> 1899, maço 48, 1875.



grave, do qual resulta, em 22 de Março de 1858, a sentença de nove anos e quatro meses de prisão simples com multa de 18 dias.

À 22 de Junho de 1865, ou seja, no momento já havia cumprido um pouco mais de 7 anos de sua pena, Domingos José da Costa Campara a pedido de Honório escreve uma carta, cujo destino é o Imperador: por meio da carta Honório pede perdão de sua culpa e estabelece como retribuição para isto: “ir fazer parte no exército de operação e pagar com seu sangue no campo de batalha a pena que se aliviar, defender a pátria e tornar-se digno da clemência imperial”.<sup>241</sup> Convém chamar atenção para o fato de ser exatamente o período em que iniciam os movimentos que vieram a resultar na Guerra do Paraguai e que, embora no processo não conste se a carta foi enviada ou não, é provável, caso tenha sido remetida ao Imperador, que o pedido de Honório foi aceito, pois conhecidas são as necessidades que o exército brasileiro, ainda em formação na época, tinha.

A relação entre caboclos e a ordem paternalista que caracterizou não só o Rio Grande do Sul, mas todo o Brasil durante grande parte de sua história e é uma questão bastante forte na realidade brasileira hoje, pelo o que até aqui foi apresentado é mais complexa do que, a primeira vista pode dar a entender. Muitos pesquisadores que estudaram o século XIX têm tratado a questão do paternalismo como um dos principais elementos a influir no modo como se definiam as relações sociais durante o período. Em alguns casos a ênfase é dada basicamente ao papel exercido pelos grupos dominantes enquanto os grupos subalternos são entendidos e representados como se não tivessem grande expressão dentro daquele contexto e, assim, estavam a disposição das vontades dos grupos dominantes.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, por exemplo, em seu estudo sobre os homens livres durante o período escravocrata, ao tratar da relação entre fazendeiros e caipiras centra sua observação quase que exclusivamente na dominação dos proprietários e constata que “nas fontes do século XIX quase não há referências a conflitos entre grandes e pequenos proprietários”.<sup>242</sup>

Na análise que elabora, Franco define os homens livres como pessoas que, dentro do contexto e pela lógica de produção característica da época, levavam uma “existência dispensável”, cujo resultado, em última instância, levou-os “a conceber sua própria situação como imutável e fechada, na medida em que as suas necessidades mais elementares dependeram sempre das dádivas de seus superiores”. Em consequência, a “dominação foi experimentada como uma graça”, sendo a sujeição “suportada como benefício recebido com

---

<sup>241</sup> Cruz Alta, *processo crime 1855 a 1858*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1732, maço 43, 1857.

<sup>242</sup> Franco, *op. cit.*, p. 95.

gratidão e como autoridade voluntariamente aceita”<sup>243</sup>. A partir do que Franco destaca que “plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa criatura domesticada: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos. Assim, para aquele que está preso ao poder pessoal se define um destino imóvel, que se fecha insensivelmente no conformismo”<sup>244</sup>.

Procuro demonstrar, baseado na análise de algumas fontes do período, nas quais a presença de conflitos entre proprietários e homens pobres se faz presente de forma considerável, que o destino dos homens livres pobres não era tão “imóvel”, mas contextualizado a sua época e dono de um ritmo próprio. A noção de paternalismo na forma como comumente é usada para explicar a relação entre pobres e ricos durante o século XIX, pode não dar conta de toda a complexidade que envolvia aquela realidade. Não é intenção afirmar que o paternalismo não seja uma chave de explicação importante, mas, baseando-se em Thompson, por exemplo, pode-se pensar que a noção de “paternalismo” pode ser

un término descriptivo impreciso. Tiene considerablemente menos especificidad histórica que términos como feudalismo o capitalismo; tiende a ofrecer un modelo de orden social visto desde arriba; contiene implicaciones de valor y de relaciones personales que suponen nociones valorativas; confunde lo real con lo ideal. No significa esto que debemos desechar el término por completa inutilidad para todo servicio. Tiene tanto, o tan poco, valor como otros términos descriptivos generalizados – autoritario, democrático, igualitario – que por si mismos, y sin substanciales añadiduras, no pueden calificar un sistema de relaciones sociales. Ningún historiador serio debe calificar toda una sociedad de paternalista o patriarcal. Pero el paternalismo puede, como en la Rusia zarista, en el Japón meiji o en ciertas sociedades esclavistas, ser un componente profundamente importante no sólo de la ideología, sino de la mediación institucional en las relaciones sociales.<sup>245</sup>

Assim, é importante chamar atenção para a idéia de interdependência, pela qual fica difícil pensar qualquer relação entre grupos diferenciados como se dando numa simples dependência de um em detrimento a outro. Toda configuração social é relativa a um contexto histórico e formada pela interação entre os grupos e indivíduos que fazem parte da mesma e da relação que estabelecem com a própria sociedade, assim como da influência que a sociedade exerce sobre as pessoas e, também, dos respectivos grupos sociais a que elas pertencem.<sup>246</sup>

---

<sup>243</sup> *Idem*, p. 111.

<sup>244</sup> *Idem*, p. 95.

<sup>245</sup> Thompson, Patrícios e plebeyos, *op. cit.* p. 38.

<sup>246</sup> Cf. Elias, *op. cit.*

Sem dúvidas os estancieiros do Rio Grande do Sul do século XIX tinham maior liberdade e melhores condições de vida que seus agregados e peões, o que não quer significar que os últimos estivessem presos aos desígnios de seus patrões. Existia, pelo contrário, uma ligação muito forte entre os mesmos, a qual era mantida à custa do cumprimento do papel social que cada um tinha que desempenhar. Isto é, as ações tanto dos caboclos como dos estancieiros entre si e uns para com os outros era definida por aquilo que cada um esperava do outro e não raro quando a ordem era alterada o resultado era a violência. Duglas Teixeira Monteiro em seu estudo sobre a Guerra do Contestado, ao tratar das condições sociais gerais na região onde ocorreu o conflito, destaca:

Na sociedade rústica que se constituiu impunham-se a necessidade de cooperação e a vigência de uma autoritarismo quase militar. Por outro lado, a manutenção das clientelas e o custeio das tarefas de desbravamento exigiam dos que comandavam uma disponibilidade mínima de recursos materiais. Tem-se, dessa maneira, três elementos condicionadores da formação de um mundo social que, como ocorreu em outras partes do Brasil, iria caracterizar-se pela presença de laços de interdependência entre iguais e entre desiguais, de um autoritarismo escalonado em pirâmides de poder e de chefias fundadas na possibilidade de disposição de recursos.<sup>247</sup>

Um exemplo da constatação a que chega Duglas Monteiro pode ser encontrado no fato acontecido em 1872 com Geraldo Xavier Ignácio, com idade de 17 para 18 anos, solteiro, brasileiro, campeiro e lavrador, não sabe ler nem escrever. Geraldo ajustou-se como camarada de Ignácio Joaquim Gusmão na “viagem que iam fazendo de Alegrete para Vacaria” para vender alguns animais de propriedade de Gusmão. Na viagem Geraldo mata seu patrão e assim descreve o modo como processou o assassinato: “Chegando no lugar denominado Dois Irmãos, estando o morto sentado junto ao fogo tomando mate, viera ele com um cassete e dera-lhe uma bordoadada na cabeça, matando-o imediatamente”. Quando perguntado, em interrogatório, se tinha “fatos a alegar ou provas que mostrem a sua inocência? Respondeu que tem e que era muito maltratado por Ignácio de Gusmão seu patrão e que nesse dia do crime ele lhe tinha dado com um laço, em consequência do que, fora levado a cometer o crime pelo qual responde”.<sup>248</sup>

Situações como esta, durante o período em estudo, são constantes nos processos crime analisados: em 14 de Junho de 1868, Joaquim Moreira – esposo de Hipólita Maria da Silva, a qual vivia as expensas de seu marido que era lavrador, tinha 48 anos de idade e residente no

<sup>247</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974, p. 21.

<sup>248</sup> Cruz Alta, *processo crime 1871 a 1875*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1868, maço 47, 1872.

2º distrito da Vila de Cruz Alta – assassina um homem e é levado a julgamento. Hipólita em interrogatório é perguntada o motivo pelo qual seu marido Joaquim, com mais ou menos 80 anos de idade, assassinou “com muitas facadas a José Pereira da Motta em um capão a beira de um campo as proximidades da casa de moradia dela respondente?

Respondeu que seu marido estava no capão apagando o fogo da cinza que tinha feito e que nesta (...) o dito Motta (...) deparando com o marido dela respondente meteu-lhe o cavalo e apeando-se investindo com a faca na mão e Joaquim Moreira recuando um pouco dissera: o que quer Snr. Motta? É isto mesmo seu patife! E imediatamente Motta continua investindo contra o marido dela respondente e pegaram-se em ato contínuo. Ela respondente vira José Pereira da Motta cair de costas e o marido dela respondente lançar-se sob ele, ouvindo ela na mesma ocasião gritos de Motta que diziam não me mate! Ao que redargüiu Joaquim é o que tu queres patife, ladrão não hás de incomodar mais ninguém!<sup>249</sup>

O motivo porque Joaquim matou José Pereira Motta, pelo que fica explícito no processo crime, foi uma rixa antiga existente entre os dois, proveniente de desacertos em relação à pertença do capão onde Joaquim estava “apagando fogo da cinza”. De acordo com a queixa, feita pela esposa de José Pereira ele fora assassinado com 15 facadas e na mesma queixa ela também acusa a mulher de Joaquim como participante no crime, pois, segundo ela, Joaquim em seus 80 anos não conseguiria sozinho praticar o crime.

O próprio depoimento de Hipólita evidencia que a briga aconteceu em função de causas antigas, pois ao ser perguntada sobre as relações que ela e o marido mantinham com os vizinhos, “respondeu que seu casal vive por muitos anos com relações inteiramente cortadas com aquele finado: pelos vexames e continuados insultos que dele sofriam e até os ia fazer a seu marido na casa de sua propriedade”. Ao fim do processo Joaquim é considerado culpado e condenado a prisão, no entanto, havia fugido no mesmo dia em que cometera o assassinato e a participação de Hipólita no crime não é comprovada devido à falta de evidências.

O fato acontecido entre Joaquim e José mostra o quanto as relações sociais da época eram marcadas por um conjunto profundo e complexo de comportamentos que estavam vinculados às expectativas e à maneira como as pessoas interagem umas com as outras e com a própria sociedade. Tal interação era resultado do processo histórico pelo qual havia se constituído a configuração social caracterizadora do período e, por conseguinte, da forma como as pessoas que faziam parte daquela realidade elaboravam suas identidades e isto a partir do lugar social e cultural que ocupavam. Isto é, no caso dos caboclos, por exemplo, sua

<sup>249</sup> Cruz Alta, *processo crime 1867 a 1871*. Porto Alegre: APRGS, Processo nº 1825, maço 46, 1868.

identidade era definida pelo seu modo de vida, sua relação com a sociedade como um todo e com os outros grupos com quem conviviam.

Outro fator que mostra que a interdependência entre caboclos e estancieiros era mais presente e forte do que a idéia de dependência imposta de cima para baixo dá a entender foi o papel exercido pelos tropeiros. José Alípio Goulart em seu importante estudo sobre os tropeiros além de mostrar o significado e importância das troperias no processo de expansão da fronteira brasileira, chama atenção para outro importante papel exercido pelos tropeiros: mercadores responsáveis por integrar o sertão com os centros populosos do país e com o que acontecia nos mesmos. Por outro lado, era pelo intermédio dos tropeiros que os fazendeiros conseguiam adquirir aquilo que não podia ser produzido pela lavoura: roupas, objetos de uso ordinário, algumas manufaturas, produtos importados de outros países, etc.. Goulart ao descrever o tropeiro exagera a ponto de afirmar que

o único caso de tropeiro desonesto que se conhece é aquele narrado por Gustavo Pena em conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Contou o conferencista que certo dono de tropa, em conluio com um velhaco, desviou mercadoria pertencente a outra pessoa enriquecendo no fim de alguns anos. Mas de tal maneira viu-se roído de remorso que procurou o espoliado, encontrando-o já velho e falido, a quem pagou a dívida com todos os juros.<sup>250</sup>

Não é objetivo aqui discutir a honra dos tropeiros, nem mesmo se o fato mencionado por Goulart realmente aconteceu, no entanto, pensar o quanto a existência da história representante do “bom caráter”, considerado comum aos tropeiros, está ligada a função social que exerciam. Isto é, sendo tropeiros precisavam ter quem comprasse as mercadorias que transportavam e necessitavam, assim, da confiança dos fazendeiros para poderem transportar e comercializar os produtos que os últimos produziam, portanto, qualquer mancha ou acusação contra um tropeiro se traduziria em um problema de difícil solução para o mesmo. Por outro lado, a possibilidade de um fazendeiro ficar sem receber a visita de uma tropa poderia significar seu desconhecimento em relação aquilo que acontecia fora do espaço de sua estância ou a impossibilidade de colocar sua produção no mercado, a qual quando não eram mulas, gado e cavalos geralmente eram gêneros de primeira necessidade – feijão, milho, etc. - de difícil conservação, do que resultaria a perda da produção.

---

<sup>250</sup> GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, p. 115.

Todavia, tal situação não quer dizer que tropeiros e fazendeiros cumprissem a risca suas determinações: em 16 de Junho de 1868, o bacharel José Veloso da Silveira registra queixa contra Antônio José da Costa,

Português, sem domicilio certo, sendo o motivo de sua queixa o que passa a expor: no dia 14 de Maio último o suplicante enviou para Porto Alegre uma sua escrava parda de nome Maria consignada à casa dos negociantes Noronha & Pessoa e passou procuração bastante para eles realizarem a venda e o produto ser remetido ao queixoso pelo intermédio do negociante desta vila Veríssimo Lucas Antunes sobre quem fazia o saque. Independentemente dessa escrava o queixoso remeteu nessa mesma ocasião 428 oitavas de prata velha para várias obras, um selim inglês (...) dois cavalos baios mansos de custo 50 mil Réis e tudo foi portador o querelado Antônio José da Costa. Este chegando a Porto Alegre não entregou as cartas e objetos de que foi portador e pelo contrário seguiu pra o Rio Grande com destino ao Rio de Janeiro levando a escrava alheia contra a vontade e determinação de seu dono.<sup>251</sup>

No processo Antônio é julgado culpado, mas não foi preso por não se saber ao certo seu paradeiro, sendo que em 28 de Outubro de 1868 José Veloso presta nova queixa na qual registra a possibilidade de Antônio estar na “Província do Paraná ou de São Paulo”, enfim, o paradeiro de Antônio continuava incerto. Não há dúvidas que Antônio era um tropeiro, o que poderia complicar a afirmação é o fato dele ser um europeu, mas, neste sentido, Goulart destaca que “juntamente com mamelucos e reinóis, encontra-se no exercício da tropeiragem o francês, como um certo August Certain de quem se vai encontrar referência nas cartas de tropeiros, (...) o alemão, como Hermam Burmeister e possivelmente homens de outras nacionalidades”.<sup>252</sup>

Com respeito ao tropeiro Maria Sylvia de Carvalho Franco argumenta que “este era um tipo que estava pouco ligado ao grande fazendeiro, porque ambos entravam em contato em termos de uma relação de mercado, sem a interferência de obrigações necessárias de ordem pessoal”. No entanto, de acordo com a autora, a relação mercantil entre tropeiros e fazendeiros pode ser compreendida apenas “quando nuançado em função do sistema de dominação a que se conjuga” Assim, as relações entre fazendeiros e tropeiros estiveram “longe de cumprir pelas vias racionais ‘livres’ que a natureza mercantil do contacto estabelecido entre eles poderia virtualmente engendrar”. Na fase de abertura das fazendas, por exemplo, o “fazendeiro esteve preso ao tropeiro”, entretanto, à medida que as fazendas iam se

---

<sup>251</sup> Cruz Alta, *processo crime 1867 a 1871*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1832, maço 46, 1868.

<sup>252</sup> Goulart, *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*, *op. cit.* p. 109.

estabelecendo e as fortunas sendo definidas a relação se invertia e eram os tropeiros que acabavam por se verem presos a dominação dos fazendeiros.

Embora fossem elementos móveis e não tivessem paradeiro definido devido a lógica de seu trabalho, segundo Franco, os tropeiros não conseguiam fugir a dominação dos fazendeiros, enfim, “o que importa ressaltar é o fato de que, para subsistir e alcançar os seus objetivos, o tropeiro supõe a existência do senhor de terras. Embora itinerante e submetido circunstancialmente a proprietários diferentes, haverá sempre um senhor, sob cuja égide se encontrará e de cuja mercê dependerá o êxito de seu trabalho”<sup>253</sup>.

Para concluir, utilizo um último exemplo demonstrativo das estratégias usadas pelos caboclos no sentido de suprimir algumas das dificuldades decorrentes de seu modo de vida e representativo dos problemas que determinadas acepções da noção de paternalismo pode carregar. A 19 de Julho de 1880, Firmino Alves de Oliveira, 22 anos, solteiro, jornaleiro, brasileiro, natural de Cruz Alta, sem sabe ler e escrever foi preso quando transportava de Cruz Alta a Santo Ângelo 11 bois que havia roubado dos campos de Justo Ferreira.

A razão pela qual o roubo foi descoberto se deve ao fato de Firmino quando estava “passando pela casa do Capitão José Carlos de Moraes, ofereceu-lhe vender os ditos bois, declarando, em seguida, os haver roubado de Justo seu padrinho”, pelo que “foi preso o delinqüente, (...) naquele município, encontrando-se ainda em seu poder os 11 bois referidos”. O depoimento de uma das testemunhas arroladas no processo esclarece bem o caso: Joaquim Paes de Freitas, 52 anos de idade, casado, criador ao ser perguntado a respeito do roubo realizado por Firmino responde:

Quando o réu Firmino Alves de Oliveira ia escoltado e remetido pelo inspetor de quarteirão ao subdelegado de política chegara à escolta com o dito réu em casa dele depoente. Então perguntando a Firmino porque vinha preso lhe respondeu que por haver furtado 11 bois da propriedade de seu padrinho Justo Pereira, dizendo mais o dito Firmino que não se culpasse mais ninguém porque ele foi quem furtou os ditos bois.<sup>254</sup>

Mesmo o fato de Firmino ser sobrinho de Justo não impediu que ele roubasse os bois de seu tio, o que mostra juntamente com os outros exemplos aqui apresentados, que a noção de paternalismo, como foi usada algumas vezes, ou seja, privilegiando uma leitura histórica feita de cima para baixo na hierarquia social, talvez não dê conta de uma parte importante dos problemas vivenciados na época.

<sup>253</sup> Franco, *op. cit.* p. 67-69.

<sup>254</sup> Cruz Alta, *processo crime 1878 a 1881*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1940, maço 49, 1880.

### 3.3. “Aqui quem governa é este facão”: a violência entre os caboclos

Os homens eram irascíveis e valentes, matando-se uns aos outros com freqüência atestada pelas cruces e “capelinhas” votivas, desconfiando do estranho, mas prontos à hospitalidade desde que não surgissem dúvidas.<sup>255</sup>

Como definir o sentido da violência entre os caboclos? Talvez esta seja a pergunta de mais difícil resposta dentro do contexto do trabalho. Nas poucas e dispersas pesquisas existentes que tratam de estudar os caboclos, não há dúvidas, o problema da violência é questão presente, cuja relevância vem sendo discutida e analisada a partir de diferentes pontos de vista, dos quais sobressaem-se aqueles que colocam a violência como forma de sociabilidade, de ordenamento social, fruto do próprio modo de vida “rústico” dos caboclos ou, enfim, como resultado de sua “ignorância” e pouca erudição cultural. Procurarei discutir essa bibliografia, assim como apontar outras alternativas de análise que permitem priorizar o sentido político e social da violência.

Para alguns autores que pensaram direta ou indiretamente a violência, Norbert Elias<sup>256</sup>, Hannah Arendt<sup>257</sup> e Eric Hobsbawm<sup>258</sup>, por exemplo, ela está vinculada à questão do poder e da centralização do mesmo no Estado. Para os autores, o que marca a passagem de formas de comportamento considerados violentos a outros considerados “civilizados” – para usar uma expressão de Elias – está vinculada a lógica de formação do Estado. Assim, outro momento importante da discussão será compreender a lógica associada entre a constituição dos aparelhos “repressores” do Estado e seu alcance dentro das comunidades de camponeses. Fato que, de certa forma, está relacionado à própria expansão do capitalismo no campo, pois como lembra Antônio Candido em seu estudo sobre o caipira paulista: o caipira tinha modos próprios de se relacionar, tanto dentro das suas comunidades como com a sociedade envolvente, as quais à medida que o capitalismo avançou em direção as zonas rurais, mudam e, ao fim, a “vitória” do capitalismo faz com que o caipira se integre dentro dos moldes do processo de “modernização” do país.<sup>259</sup>

Quanto ao problema do desenvolvimento do capitalismo e a questão da violência no Brasil, Ruben Oliven desenvolve análise que mostra como existe uma relação entre essas duas

---

<sup>255</sup> Candido, *op. cit.*, p. 23.

<sup>256</sup> Elias, *op. cit.*

<sup>257</sup> ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

<sup>258</sup> HOBBSAWM, E. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.



esferas. De acordo com Oliven, embora o “capitalismo brasileiro tenha demonstrado uma natureza bem dinâmica, ele não é capaz de incorporar ao sistema produtivo toda a população em idade de trabalho”. Em consequência, a violência no Brasil tem uma função “eminente política”, pois, por um lado, tem a especificidade de “contribuir para preservar a hegemonia das classes dominantes e assegurar a participação ilusória das classes médias nos ganhos da organização política baseada nessa repressão”. Por outro, ela também se transforma numa estratégia de sobrevivência para as classes dominadas que a usam no sentido de “recuperar parte do excedente daqueles por quem foram expropriadas”.<sup>260</sup>

É importante ressaltar o quanto o estudo da violência é tema complexo, pois, como alerta Oliven, “não existem dados fidedignos sobre a violência no Brasil”, principalmente em função de que tais dados são produzidos “pela polícia que define criminalidade e violência com critérios próprios que freqüentemente levam em consideração seu interesse em maximizar a ocorrência de certos tipos de comportamento”.<sup>261</sup>

Um outro trabalho que analisa o problema da violência e que tem relação com o estudo aqui desenvolvido é o artigo escrito por Heloisa Jochims Reichel: “*Conflito e violência na Campanha Platina: séculos XVIII e XIX*”. O artigo além de estar relacionado com o contexto e, principalmente, com o tempo objeto da proposta aqui apresentada, permite pensar a questão da violência e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo, bem como aborda o tema da “resistência da classe trabalhadora rural à imposição ao trabalho permanente e assalariado na campanha platina”.<sup>262</sup>

A constituição do capitalismo na região platina, no período abordado pela autora – 1830 a 1840 –, é acompanhada de uma divisão social do trabalho que exige dos trabalhadores rurais uma integração ao mercado e um abandono de seu modo de vida tradicional. A alteração no modo de vida dos trabalhadores rurais, para Reichel, é garantida por um sistema repressivo que buscava disciplinar a mão-de-obra necessária ao desenvolvimento do próprio capitalismo. Tal sistema repressivo era garantido por um aparato judicial e policial, cuja estrutura “se encontrava sob estrito controle político, que perseguiu e marginalizou todo aquele que não tivesse um trabalho conchavado ou contratado”. As restrições buscavam “submeter, gradativamente, o habitante da campanha a não só trabalhar para viver, mas viver

---

<sup>259</sup> Candido, *op. cit.*, p. 19.

<sup>260</sup> OLIVEN, Ruben George. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 14-17.

<sup>261</sup> Oliven, *op. cit.*, p. 15.

<sup>262</sup> REICHEL, Heloisa Jochims. *Conflito e violência na Campanha Platina: séculos XVIII e XIX*. Porto Alegre: Humanas: revista do IFCH-UFRGS, v. 16, n.2, jul/dez., 1993, p. 25.

para trabalhar”.<sup>263</sup> Contudo, as mudanças não acontecem sem resistência por parte do trabalhador rural da campanha.

É importante transcrever a conclusão que a autora chega sobre a criminalidade e a violência rural na campanha platina. Ela pode servir de base para compreender o modo como se deu a integração do lavrador nacional do Rio Grande do Sul ao processo de consolidação do capitalismo e da centralização do poder no Estado:

A criminalidade não pode ser vista apenas como manifestação de um comportamento anti-social provocado por socialização patológica ou inadequada de indivíduos. Em alguns momentos, o crime expressa um *status* social definido pela maneira como o indivíduo é percebido, valorizado e tratado pelas autoridades legais. Visto sob o prisma das relações sociais, onde a classe dominante utilizou-se da lei para defender seus interesses e fez dela instrumento de poder, de dominação. Nesse caso, os grupos sociais que não se adaptam às determinações da lei são classificados como criminosos.<sup>264</sup>

Hannah Arendt ao tratar sobre a violência destaca que na violência, principalmente quando constante, não há lugar para a política.<sup>265</sup> Para a autora a diferença entre política e violência está na relação meio e fim, isto é, na ação política os meios suplantam os fins, visto que, o fim da ação humana nunca pode ser previsto de maneira confiável e, portanto, “os meios utilizados para alcançar os objetivos políticos são muito freqüentemente de maior relevância para o mundo futuro do que os objetivos pretendidos”.<sup>266</sup> Quanto à violência, para entendê-la, é necessário contrapô-la a outros fenômenos tais como o poder, o vigor, a força e a autoridade, os quais fazem parte da vida política e embora muitas vezes confundidos e interpretados como iguais são, na teoria e na prática, diferentes.

As distinções que Arendt faz não devem ser interpretadas como correspondentes a compartimentos estanques existentes no mundo real. A diferenciação conceitual entre poder e violência, por exemplo, não implica que na sua efetividade os dois conceitos não se cruzem. A violência, argumenta Arendt, sem estar embasada em alguma forma de poder não pode alcançar resultados: “homens sozinhos, sem outros para apoiá-los, nunca tiveram poder suficiente para usar da violência com sucesso” do que “o poder é de fato a essência de todo governo, mas não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios,

---

<sup>263</sup> *Idem*, p. 26.

<sup>264</sup> *Idem*, p. 32.

<sup>265</sup> ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>266</sup> *Idem*, p. 14.

ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser essência de nada”.<sup>267</sup>

É neste sentido que Arendt melhor ilumina as análises que podem ser elaboradas a respeito da violência no mundo rural, isto é, a questão do poder e de sua relação com a violência, pois segundo ela, “o domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido”.<sup>268</sup>

Contra as teorias que tornam a violência e suas implicações algo natural, Arendt argumenta que ela não é bestial nem irracional. Destaca que não é impossível “criar condições sob as quais os homens são desumanizados – tais como os campos de concentração, a tortura, a fome –, mas isto não significa que eles se tornem animais; e, sob tais condições, o mais claro indício da desumanização não são o ódio e a violência, mas sua ausência conspícua”. Mesmo que, freqüentemente, a violência advenha do ódio e que ele pode realmente ser irracional ou patológico, os outros sentimentos humanos não estão livres da irracionalidade.

Para Arendt, o ódio “aparece apenas onde há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não são”. Assim, “recorrer à violência em face de eventos ou condições ultrajantes é sempre extremamente tentador em função de sua inerente imediatidade e prontidão”. Por conseguinte, existem situações em que apenas a prontidão de um ato violento pode ser um “remédio apropriado”, ou seja, “em certas circunstâncias, a violência – o agir sem argumentar, sem discurso ou sem contar com as conseqüências – é o único modo de reequilibrar as balanças da justiça”. Enfim, “o ódio e a violência que às vezes – mas não sempre – o acompanha pertence às emoções ‘naturais’ do humano, e extirpá-las não seria mais do que desumanizar ou castrar o homem”.<sup>269</sup>

Como a análise de Arendt está vinculada a questões de cunho político é importante também traçar uma apresentação geral da presença social da violência no mundo ocidental, para tanto tomo como base as análises desenvolvidos por Norbert Elias, as quais permitem entender a questão da violência a partir de sua relação com o poder e com a formação do Estado.

A história do lavrador nacional se confunde com a história da ocupação do território no Brasil e no Rio Grande do Sul, portanto, é importante pensar o modo como os grupos de lavradores nacionais, à medida que a história do Brasil avança no tempo do período colonial até os dias atuais, vem inserindo-se dentro deste processo e o quanto o mesmo representa uma

---

<sup>267</sup> *Idem*, p. 40-41.

<sup>268</sup> *Idem*, p. 42.

<sup>269</sup> *Idem*, p. 47-48.

história de “civilização” dos caboclos. Para tanto, a violência, ou melhor, a mudança de um comportamento que tinha a violência como algo característico, no sentido de estar presente nas relações sociais de forma constante, para formas de vivência social que colocam a violência de lado, centralizando-a em instituições como o Estado, por exemplo, servirá de pano de fundo para a análise.

Para Elias, o conceito de civilização está ligado ao nível de desenvolvimento tecnológico que uma sociedade pode chegar, a suas maneiras, o progresso dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes, em resumo: “nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’” o que torna difícil, segundo o autor, elencar em poucas palavras o que o termo “civilização” pode representar. Entretanto, Elias sublinha que o conceito de civilização quer se referir “a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. Tal conceito “resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’”.<sup>270</sup>

É através da palavra “civilização”, que o Ocidente procura definir o que lhe dá um caráter mais especial e aquilo do que se orgulha. Contudo, não quer dizer que a civilização está acabada, pelo contrário, é uma construção, um processo, cuja especificidade é a existência – em cada período histórico e em diferentes tipos de relações sociais –, de uma “estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento”. Enfim, é um “processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos”<sup>271</sup> e, embora aparente chegar acabada a cada indivíduo, encontra-se em constante transformação.

Com relação à violência, a análise que Elias elabora demonstra como a sociedade ocidental – na proporção que avança o tempo da Idade Média aos dias atuais – vai se desvinculando de formas violentas de comportamento. No cotidiano das pessoas, por exemplo, as atitudes que possam lembrar alguma ação violenta são cada vez mais colocadas para trás das cortinas das relações sociais. Como acontece no caso do uso da faca a mesa onde, de acordo com as boas e “civilizadas” maneiras, “ninguém deve virar a ponta da faca na direção de alguém, como se num ataque”, pois “o mero significado simbólico desse ato, a recordação de uma ameaça belicosa, é desagradável”.<sup>272</sup>

Para Elias, a vida em sociedade exige uma série de “restrições” e “proibições” que são produtos de construções sociais, nas quais os indivíduos estão inseridos e que, com o passar

---

<sup>270</sup> Elias, *op. cit.*, p. 23.

<sup>271</sup> *Idem*, p. 73.

<sup>272</sup> *Idem*, p. 130

do tempo, acabam se ritualizando e internalizando no comportamento das pessoas. Entretanto, nos primeiros contatos dos indivíduos com o padrão social característico a uma sociedade, o que impera é uma restrição externa que os obriga a se conformar com a mesma. Assim, ao estudar o movimento da sociedade é possível perceber, por exemplo, que “diminuem as compulsões originadas diretamente na ameaça do uso das armas e da força física, e que as formas de dependência que levam à regulação dos efeitos, sob a forma de autocontrole, gradualmente aumentam”.<sup>273</sup>

Ao analisar o pensamento de Arendt sobre a violência, destacou-se o trabalho que ela tem em tentar diferenciar conceitos como poder, violência, força, vigor e autoridade. Arendt chama atenção para o fato de a violência aparecer em sociedade, geralmente, como resultado do enfraquecimento do poder que um grupo, instituição ou indivíduo pode exercer sobre outro, Elias chega a conclusões semelhantes, pois, para ele, a presença constante da violência na sociedade medieval, por exemplo, é resultado da não existência, durante o período, de “um poder central suficientemente forte para obrigar as pessoas a se controlarem”. Contudo, “uma vez tivesse o monopólio da força física passado a autoridades centrais, nem todos os homens fortes podiam se dar ao prazer do ataque físico. Isto passava nesse instante a ser reservado àqueles poucos legitimados pela autoridade central (como, por exemplo, a polícia contra criminosos)”.<sup>274</sup> Contudo,

A manifestação de sentimentos na sociedade medieval é, de maneira geral, mais espontânea e solta do que no período seguinte. Mas não é livre ou sem modelagem social em qualquer sentido absoluto. O homem sem restrições é um fantasma. Reconhecidamente, a natureza, a força, o detalhamento de proibições, controles e dependências mudam de centenas de maneiras e, com elas, a tensão e o equilíbrio das emoções e, de idêntica maneira, o grau e tipo de satisfação que o indivíduo procura e consegue.<sup>275</sup>

Para melhor entender a violência nos grupos de lavradores nacionais, as conclusões a que Elias chega são muito importantes. Embora mantendo formas de sociabilidade diferentes daquelas que a sociedade nacional e o próprio mundo ocidental apregoava como “civilizadas”, o lavrador nacional não vivia sem formas de restrição social, as quais, por seu turno, eram comuns ao seu modo de vida e é a partir desta constatação que parte a análise aqui desenvolvida.

---

<sup>273</sup> *Idem*, p. 185-186.

<sup>274</sup> *Idem*, p. 199.

<sup>275</sup> *Idem*, p. 211.

*a) Estado e violência no Rio Grande do Sul (1850-1900)*

Relatos a respeito da violência no Rio Grande do Sul, durante a segunda metade do século XIX, aparecem de forma constante nos Relatórios dos Presidentes da Província. Nos capítulos intitulados *Segurança individual e de propriedade*; os presidentes descrevem a situação geral em que se encontrava a província naquilo que tangia a questão da segurança e da perpetuação de crimes entre seus habitantes. Uma circunstância que sobressai em tais capítulos é a insistência dos presidentes em atribuir os motivos da alta criminalidade como sendo resultado dos hábitos dos habitantes da província. É sobre os costumes, como se pode depreender da leitura dos relatórios, que se assentavam na época “as causas gerais que determinam a multiplicidade de crimes, principalmente de homicídio e ofensas físicas” existentes na província.

Antes de tudo, é importante fazer ressalva ao fato de não existirem trabalhos de pesquisa que tratem especificamente sobre a questão da violência e da centralização do poder e formação do Estado no Rio Grande do Sul, portanto, a análise que segue será realizada basicamente a partir do estudo dos assuntos relacionados à temática em questão nos relatórios de presidente de província. Cabe destacar, assim, que o objetivo não é definir detalhadamente o processo, mas elaborar um quadro geral que dê conta de desenhar um esboço geral do problema.

Um fator a que era atribuída a presença constante de crimes na província era a sua proximidade com os países vizinhos, pois a mobilidade de um ponto a outro, tanto dentro do Império como para fora do Brasil, era maneira que os “criminosos” tinham de fugir as malhas da justiça:

A vida quase errante dos proletários da campanha, sem morigeração e sem hábitos de trabalho, que lhes permite passarem desconhecidos de um a outro ponto do território, porque a nossa legislação e mais que ela os costumes inveterados da população, autorizam essa mobilidade sem outro corretivo mais do que serem expulsos dos distritos aqueles sobre quem recai suspeita de não estarem isentos de crimes: corretivos que raras vezes tem aplicação.<sup>276</sup>

Nota-se, a partir do trecho que a mobilidade era um problema à execução da justiça. A expulsão dos indivíduos suspeitos dos respectivos distritos onde residiam era uma forma de punição, entretanto, o próprio Barão de Muritiba reconhece a ineficiência do procedimento e chama atenção para as raras vezes que tinha aplicação. Fica evidente, portanto, o quanto, em

1856, a questão da violência e o uso de formas violentas de ação para resolver problemas cotidianos estava presente na vida dos habitantes do Rio Grande do Sul e como não existia ainda, por parte do Estado, uma forma de controle sobre a violência.

Quando se refere aos habitantes da campanha o Barão de Muritiba os caracteriza como portadores de um modo de vida “quase errante”, “sem morigeração e sem hábitos de trabalho”, o que demonstra a existência de um ponto de vista crítico por parte de um segmento da sociedade – a elite governamental – com respeito à forma como tais indivíduos levavam sua vida. Situação que lembra o contra-ponto “civilizados” – trabalhadores e morigerados – e “incivilizados” – desprovidos de “morigeração e hábitos do trabalho” –. Embora o Barão de Muritiba não empregue os termos “civilizado” e “incivilizado”, sua fala permite perceber a existência de uma forma de comportamento considerada ideal, ou seja, aquela representada pela morigeração e pelo trabalho e, igualmente, a existência de costumes que acabam incentivando a criminalidade e que, portanto, devem ser combatidos.

Outra questão que se faz presente na fala de Muritiba é a falta de uma Legislação que dê conta de punir os responsáveis pelos crimes existentes na Província, do que se percebe a inexistência de formas legitimadas de controle da violência. Não existia um corpo organizado de policiais, por exemplo, tanto em número quanto em organização, capaz de dar conta e controlar, assim como fazer cumprir a Lei nos diferentes pontos da Província:

As deserções freqüentes do nosso exército, a falta de instrução na classe inferior da sociedade, o uso inveterado de armas de defesa, a deficiência da força policial, a impunidade com que contam os criminosos logo que transpõem a barreiras para estados vizinhos, a negligencia das autoridades em alguns pontos da província, e a dificuldade em outros para os provimentos dos cargos da polícia, tudo isso concorre poderosamente para que em geral a Lei não seja garantida em toda a sua plenitude (...).<sup>277</sup>

Nesta fala, proferida pelo presidente Joaquim Antônio Fernandes Leão em 1859, emergem mais alguns motivos que na época eram considerados responsáveis pelo grau de violência e criminalidade existente na província. Além dos já mencionados pelo Barão de Muritiba em 1856 no relatório do presidente Leão aparecem, convém registrar novamente, as deserções do exército, a falta de instrução da classe inferior da sociedade, o uso inveterado de

---

<sup>276</sup> MURITIBA, Barão de. *Relatório com que entrega a presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a Jeronymo Francisco Coelho, 28 de Abril de 1856*. p. 7. (AHRs - A 7.05).

<sup>277</sup> LEÃO, Joaquim Antônio Fernandes. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 2ª sessão da 8ª Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antônio Fernandes Leão, 1859*. p. 4. (AHRs - A 7.06).]

armas, a deficiência da força policial, a impunidade, a negligência das autoridades e a dificuldade de provimento dos cargos de polícia como causas da dificuldade em se controlar a criminalidade na província. Todas as causas apontam para uma direção, ou seja, o domínio da violência não estava centralizado no corpo do Estado. A “ineficiência” do Estado em controlar a violência e punir os criminosos era tão patente que o presidente Leão destaca: “os termos de Piratini, Jaguarão, Canguçu e em geral as Comarcas de Santo Antônio e Cruz Alta estão contaminadas de criminosos de importância, e tão ousados são eles, que as autoridades temem persegui-los”.<sup>278</sup>

É importante destacar que à medida que o tempo passa a situação perdura e em 1861 Joaquim Fernandes Leão ao passar a presidência da província para Patrício Correa da Câmara torna novamente a enunciar as mesmas preocupações com relação à segurança na província, destacando que não havia meios de estender a ação das autoridades para todos os pontos do território gaúcho. Segundo Leão, a justiça pública era substituída pela particular de maneira que, em função de todos os fatores já mencionados, acrescidos da “falta da necessária, da indispensável educação religiosa”, permaneciam “nos espíritos certas idéias selvagens e sanguinárias que muito conviria desenraizar”, não era estranho, portanto, para Leão, que uma simples rixa pudesse acabar resultando em “cena de sangue”.<sup>279</sup>

Seis anos após o então presidente da província Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, anuncia aquela que seria uma das primeiras medidas no sentido de regular a questão da violência no território rio-grandense. Regular aqui tem sentido de centralizar a violência sob o domínio do Estado e não de neutralizá-la ou extinguí-la. Em fala dirigida para segunda sessão da 12<sup>o</sup> legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1867 o presidente Homem de Mello anuncia a criação de um corpo volante de policiais que percorreria os distritos da província na perspectiva de apreender detratores e criminosos, assim como “capturar” indivíduos que estivessem “em caso de servir no exército”.<sup>280</sup> Aos comandantes superiores das guardas volantes caberia a tarefa de, a cada 15 dias, enviar relatórios ao presidente da província participando das diligências executadas. No relatório não consta se as diligências tiveram sucesso, contudo a simples menção a elas é representativa de mudanças na perspectiva de o Estado buscar exercer um maior controle sobre a sociedade.

---

<sup>278</sup> *Ibidem.*

<sup>279</sup> LEÃO, Joaquim Antônio Fernandes. *Relatório que o Conselheiro Joaquim Antônio Fernandes Leão, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentou a Assembléia Legislativa da mesma Província, na sessão extraordinária de 1861.* p. 3 (AHRS - A 7.07).

<sup>280</sup> MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa provincial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo Presidente Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, em a 2<sup>o</sup> sessão da 12<sup>o</sup> Legislatura, 1867.* p. 13 (AHRS - A 7.09).



As mudanças, embora tímidas, começam a apresentar resultados que podem ser observados nas falas dos presidentes, as quais passam a demonstrar um ponto de vista menos pessimista com relação ao índice e controle dos crimes na província. Mesmo que a realidade não estivesse próxima dos níveis de segurança e tranqüilidade idealizados pelos presidentes, seus comentários, por vezes, tomam um tom esperançoso, chegando a demonstrar um certo avanço real no sentido de controle da violência. Contudo, a situação ainda não é tranqüilizadora e os problemas assinalados pelo Barão de Muritiba em 1856 ainda se fazem presentes em São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1871:

A civilização que de mais e mais aqui se vai desenvolvendo, pelas relações comerciais com os portos estrangeiros e pela instrução disseminada entre o povo, opõem obstáculos a esses desvarios da razão, e bem assim a perpetração dos crimes que nodoam e desonram a humanidade. E se a estatística dos delitos cometidos parece desmentir minhas palavras não é porque assim o seja realmente, mas porque melhorando o serviço de polícia, à medida que lhe são aplicados mais extensos recursos, a descoberta e punição de culpados que escapavam até agora a ação da justiça faz-se em maior escala. Daí procede à falsa aparência de não ser resultado de um bem, como é a civilização, outro bem como a diminuição dos crimes.<sup>281</sup>

Francisco Xavier Pinto Lima, autor do trecho acima, destaca situações que merecem uma análise mais aprofundada, são elas: o tratamento que dá a violência como sendo um “desvario da razão” o “aumento da instrução entre o povo” e o contato com o estrangeiro. Tais instâncias querem representar os lados opostos de uma mesma moeda, também presente no discurso de Pinto Lima, ou seja, a “civilização” do modo como ele a entendia e a violência como negação da civilização.

O aumento da imigração e o crescimento populacional das colônias a partir da década de 50 colocam a Província frente um novo problema, ou seja, como solucionar a questão da segurança e da justiça nas colônias, sendo que ele era bastante presente em São Pedro do Rio Grande do Sul no período anterior à formação das primeiras colônias. A 10 de Fevereiro de 1878, por exemplo, o presidente Francisco de Faria Lemos, descreve fato ocorrido na colônia de Caxias envolvendo colonos e oficiais do destacamento da colônia.

Os colonos estavam reunidos entretendo-se em danças no Hotel de Nicolau Fredrichs quando “casualmente apareceram ali e tomaram parte no divertimento o oficial que comandava o destacamento da colônia e um cadete”. Houve conflito entre o cadete e um

colono, do qual o cadete saiu ferido. O oficial comandante, que no momento do conflito havia se retirado do hotel, avisado pelo cadete do acontecido, supõe “ameaçada a ordem na colônia”, retornou “a casa de Nicolau acompanhado de alguns praças aramados e municidados”, do que resultou o seguinte:

o oficial encaminhou-se para a sala da dança e logo após ouviram-se várias detonações, as quais seguiram-se outras durante alguns segundos, ocasionando a morte de um colono que procurava sair da sala em direção ao sótão e de uma das colonas (...), de nacionalidade polaca, e grande ferimento em outra que mais tarde veio a falecer.<sup>282</sup>

O acontecido é demonstrativo do quanto os próprios encarregados pela segurança não tinham bem definido seu papel e usavam de forma descontrolada o poder que lhes era conferido pelo Estado.

A 26 de Janeiro de 1879, o presidente Américo de Moura Marcondes de Andrade, descreve como “anormal e extraordinário o estado da colônia São Lourenço, no município de Pelotas, devido aos repetidos fatos criminosos que ali se tem dado”. Destaca também que as autoridades locais não conseguem, por falta de força, “garantir a segurança indispensável aos laboriosos colonos de tão importante núcleo”, em consequência encaminha a colônia um contingente de 20 praças para cooperar “com as autoridades policiais para o restabelecimento da tranqüilidade da população que vive alarmada com as correrias dos bandidos”.<sup>283</sup>

A 19 de Julho de 1879, o presidente Felisberto Pereira da Silva após descrever conflito envolvendo um italiano e um brasileiro acontecido no distrito de Povo Novo, município de Rio Grande, sublinha que era “necessário rever vários acontecimentos envolvendo confronto entre pessoas de diferentes etnias”, pois ainda não existia, segundo Felisberto, “um maior detalhamento dos mesmos” na Província.<sup>284</sup> Nos relatórios dos Presidentes da Província essa é a primeira menção aos confrontos étnicos existentes nas colônias, os quais, pelo que se pode deferir da fala de Pereira da Silva, eram desconhecidos ou passavam despercebidos até então, tanto que ele passa a exigir um “maior detalhamento dos mesmos”.

<sup>281</sup> LIMA, Francisco Xavier Pinto. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima abriu a 1ª sessão da 14ª Legislatura provincial, em 14 de Março de 1871, p. 4. (AHRS - A 7.11).

<sup>282</sup> LEMOS, Francisco de Faria. Relatório com que o Exmo. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Chaves Campello, 2º Vice-Presidente, no dia 1 de Fevereiro de 1878, p. 6-7. (AHRS - A 7.15).

<sup>283</sup> ANDRADE, Américo de Moura Marcondes de. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Américo de Moura Marcondes de Andrade passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva, no dia 26 de Janeiro de 1879, p. 9-10. (AHRS - A 7.15).

<sup>284</sup> SILVA, Felisberto Pereira da Silva. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores, no dia 19 de Julho de 1879, p. 7-8. (AHRS - A 7.15).

Outro fenômeno presente no Rio Grande do Sul e que tem relação com às atitudes do Estado no controle da justiça e da violência é a ação popular – no sentido da “economia moral” desenvolvida por Thompson –. Muitos são os exemplos da ação da população na busca do cumprimento da lei/costumes, manutenção da ordem ou cobrança de falhas. Assim aconteceu em 1863 quando em função de questões existentes entre o Império e a Inglaterra, resultantes do naufrágio de uma embarcação inglesa “na praia de Albardão desta província e da prisão do capelão e dois oficiais da fragata (...) efetuada pelo destacamento policial do Morro da Tijuca no município da Corte”. De acordo com o presidente Esperidião de Barros Pimentel, um jornal alemão de Porto Alegre – *Deutsch Zeitung* – referindo-se ao acontecimento apresenta artigo “chasqueando em mau estilo da situação do Brasil nas questões com a Inglaterra”. O artigo “provocou um estado de superexcitação do espírito de nacionalidade” pelo que os jornais brasileiros passaram a exigir satisfação pública “igual a ofensa que lhes parecia ter sofrido”, no entanto,

Os diretores da imprensa alemã concordavam em principio na necessidade de dar-se satisfação pedida, mas divergiram no modo de leva-la a efeito e nada fizeram.

Entretanto reuniram-se no dia 23 as 11 horas da manhã algumas pessoas gradas para deliberarem sobre a maneira de obterem a satisfação que os nacionais exigiam e os alemães não recusavam, discutiu-se, mas também não se acordaram, ao passo que reunia-se povo e agitava-se. Como quer que seja, parece que parte dessas pessoas assertaram entre si destruir a imprensa alemã como uma reparação do insulto feito a nação já que não era possível obter uma satisfação nos termos em que exigiam.<sup>285</sup>

A manifestação foi controlada pela polícia que impediu que as pessoas reunidas levassem a cabo seu objetivo, contudo das movimentações saiu ferido um alemão que se encontrava dentro da casa editorial do referido jornal.

Em 1882 o presidente da província, José Leandro de Godoy e Vasconcelos relata o assassinato de um colono acontecido em Pelotas, o qual fora levado a cabo por diversos moradores do distrito, o motivo que levou ao assassinato foi à absolvição do colono de processo no qual era acusado. No relatório não consta qual o crime o colono André Poulsen

---

<sup>285</sup> PIMENTEL, Esperidião de Barros. Relatório apresentado pelo Presidente a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Esperidião de Barros Pimentel, na 2ª sessão da 10ª Legislatura da Assembléia provincial, 1863, p. 8. (AHRS - A 7.07).

cometera, no entanto, pode-se deduzir pelo fato de ter sido assassinado por uma série de outros colonos, que deve ter sido algo que a população local não aceitou.<sup>286</sup>

Outro problema constante na província de São Pedro do Rio Grande do Sul era a presença de bandos armados de “bandidos” que viviam do saque das propriedades. A atuação de “quadrilhas de ladrões” é assunto constante nos relatórios e ocupava bastante a preocupação tanto dos habitantes da província como dos governantes.

Os atentados contra as pessoas e a propriedade são constantes; quadrilhas de ladrões e malfeitores infestam a campanha, levando o roubo e o assassinato por toda parte, trazendo a população em constante sobressalto.<sup>287</sup>

No início do texto foram sublinhados aqueles que, segundo o presidente Barão de Muritiba em 1856, eram os motivos da presença constante de crimes na Província. Trinta anos depois em relatório apresentado a Assembléia Legislativa a 7 de março de 1886, o presidente Henrique Pereira de Lucena justifica a presença de crimes na Província da seguinte forma:

A taberna, o copo, o baile noturno são os pontos de reunião mais convidativos para essas classes (baixas): aí há desde os licores que mergulham o homem numa embriaguez apática e pesada, até aqueles outros que causam no organismo a mais furiosa exaltação: o punhal, a adaga ou a pistola estão no cinto; por pouco trava-se a rixa e daí a momentos estão infelizes os que entraram amigos desfeixando-se golpes sobre golpes aos quais não raro sucumbem algum.

Na fala de Lucena novamente vem à cena o argumento da morigeração e do trabalho, assim como trata a existência de alta criminalidade na província como conseqüência do tipo étnico que a habitava, por conseguinte, quando se refere aos crimes contra a propriedade argumenta: “não cessarei de clamar contra a vadiagem que no brasileiro, mais do que a cobiça é a causa fatal que leva a esse gênero de crime”. Lucena não vê alternativa ao problema, pois, segundo ele, “não há, com efeito, esperar operários laboriosos e pacientes, ativos industriais de meninos que foram criados vagabundeando nas ruas, dissipando em fúteis recreações,

---

<sup>286</sup> VASCONCELOS, José Leandro de Godoy e. Fala dirigida a Assembléia Legislativa pelo Presidente Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcelos, na 2º sessão da 20º Legislatura, 1882, p. 4. (AHRS - A 7.17).

<sup>287</sup> VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. Relatório apresentado ao Ilmo e Exmo. Sr. Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, 3º Vice-Presidente, por S. Exª o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º Vice-Presidente ao passar-lhe a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 27 de Outubro de 1887, p. 13. (AHRS - A 7.19).

senão em vícios precoces, o tempo e tudo mais que colhem da condescendência da família”.<sup>288</sup>

Em 1887, as causas dos crimes são alocadas sobre os seguintes motivos: “a grande extensão do território da província, o aumento da sua população, a falta de instrução das classes inferiores, a deficiência da força policial, a benevolência do júri e a convivência com as republicas vizinhas são os motivos dos crimes”.<sup>289</sup> A partir de 1888, com a libertação dos escravos um novo elemento surge na fala dos presidentes como justificativa dos crimes na província. Os escravos libertos passam a ser responsabilizados pelo aumento da situação de intranqüilidade e insegurança vigente em São Pedro do Rio Grande do Sul.

Mas se era precária nas condições normais a segurança individual e de propriedade depois da promulgação da Lei de 13 de maio do corrente ano que declarou livres todos os escravos existentes, e como consequência depôs todos os contratos e obrigações que se basearam em Leis que mantinham o elemento servil, a vida e a propriedade do cidadão ficaram quase sem amparo e defendidas antes pelos recursos pessoais de cada um do que pelo poder social, a cuja sombra embalde procuram os ameaçados acolher-se pedindo garantias.<sup>290</sup>

Enfim, o estado de indefinição a respeito do controle da criminalidade, da violência e do cumprimento das Leis caracterizou o Rio Grande do Sul durante todo período imperial. A situação começa a esboçar mudanças mais eficientes a partir da proclamação da República, mais precisamente com a estruturação do Estado sustentado por bases políticas provenientes da doutrina de Augusto Comte. O positivismo significou uma mudança no sentido da construção de um Estado “organizado”, onde os esforços estavam voltados a uma maior centralização do poder embora tal organização estivesse longe de ser aquela idealizada pela doutrina positivista, como mostra a bibliografia que trata a respeito do positivismo no Rio Grande do Sul.<sup>291</sup>

<sup>288</sup> LUCENA, Henrique Pereira de. Fala apresentada a Assembléia Legislativa provincial do Rio Grande do Sul pelo Presidente da Província o Exmo. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena ao instalar-se a 2º sessão da 21ª Legislatura, em 7 de Março de 1886, p. 100. (AHRS - A 7.17).

<sup>289</sup> LISBOA, Bento Luiz de Oliveira. Relatório apresentado ao Ilmo e Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Conselheiro Bento Luiz de Oliveira Lisboa por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 25 de Abril de 1887, p. 4. (AHRS - A 7.19).

<sup>290</sup> VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a S. Exª o Barão de Santa Tecla, 1º Vice-Presidente, no dia 9 de Agosto de 1888, p. 5. (AHRS - A 7.19).

<sup>291</sup> Cf. DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980 e FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

Exemplos que demonstram a maior centralização do poder podem ser encontrados na própria Constituição estadual de 1891 e seu caráter autoritário e, com respeito à questão do controle da criminalidade é no governo de Júlio de Castilhos em 1893 que os serviços policiais passam a ser remunerados o que demonstra uma maior preocupação com a efetividade do controle da criminalidade.

Sabeis que terão de ser de ora em diante remunerados os serviços das autoridades policiais, sem o que se tornará talvez absolutamente impossível encontrar pessoal apto e disponível para os cargos, que exigem a constante atividade e inteira contratação dos que o exercem.<sup>292</sup>

Os primeiros anos da República no Rio Grande do Sul são marcados pela ocorrência de uma série de conflitos entre os grupos que disputavam o controle do poder. Conflitos que marcaram a história do Rio Grande do Sul e vão ser responsáveis por mudanças profundas na forma como eram organizadas as estruturas do Estado. Contudo, devido a grande quantidade de fontes que deveriam ser analisadas para dar conta deste estudo e mesmo a extensão da bibliografia que trata sobre o problema, bem como as limitações comuns ao trabalho de se escrever uma dissertação – tempo, principalmente – opto por não entrar na discussão, mas chamo atenção para sua importância e para a inexistência de pesquisas que tratem do tema da violência no Rio Grande do Sul durante a primeira República.

### ***b) O caboclo e a violência***

Para Maria Sylvia de Carvalho Franco a violência entre os homens livres pobres no Brasil escravocrata estava associada ao seu padrão cultural.<sup>293</sup> Os ajustes violentos não eram, portanto, esporádicos, mas ligados a circunstâncias banais submersas no próprio cotidiano, visto que há uma sobreposição de interesses em tais comunidades. A sobreposição de interesses de que fala Franco é resultante da pobreza técnica com que a natureza é explorada pelos homens livres pobres, dos poucos limites de aproveitamento do trabalho e da escassez de recursos de sobrevivência, dos quais disponibilizavam.

Por conseguinte, em caso de conflito, a manutenção das prerrogativas de uma das partes envolvidas significa a eliminação da outra, ou seja, “uma cultura pobre e um sistema social simples efetivamente tornam necessárias relações de recíproca suplementação por parte de seus membros, também aumentam a frequência das oportunidades de conflito e

---

<sup>292</sup> CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes, a 8 de Fevereiro de 1893 pelo Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado, p. 1. (AHR - A 7.20A).

radicalizam as soluções”.<sup>294</sup> A autora continua seu raciocínio argumentando que nas comunidades de homens livres pobres a violência não está ligada apenas a questões que envolvem a manutenção da sobrevivência, mas está associada a acontecimentos irrelevantes. Ao tratar das relações de vizinhança, por exemplo, a autora argumenta:

A violência está incorporada como uma regularidade, eclodindo de circunstâncias que não comprometem as probabilidades de sobrevivência e apresentando um caráter costumeiro suficientemente arraigado para ser transferido a situações que apresentam pelo menos alguns sinais de mudança.<sup>295</sup>

Quando trabalha com a questão da violência no trabalho, referindo-se ao caso do mutirão, Franco chama atenção para o quanto o mutirão não trazia em si formas cristalizadas de controle e disciplina, sendo que o trabalho era regularizado apenas por formas de condutas assentadas na tradição. O que se devia ao modo como os grupos de homens livres pobres foram incorporados a sociedade nacional e ao lugar de “marginalidade” que ocupavam dentro da própria, pois, de acordo com Franco, os homens livres pobres caracterizavam-se pelo seu modo de vida seminômade, tendo como base de sustentação a prática de uma agricultura itinerante complementada pela caça, pela pesca e pela coleta.

Apenas a mobilidade, portanto, aparecia como recurso às condições adversas de existência. Assim, como é a mobilidade o principal elemento a caracterizar os homens livres pobres a cooperação não encontrava suporte para fixar condutas uniformes “prescritas e respeitadas de modo estrito”.<sup>296</sup> O que pode ser justificado em função do alto grau de independência existente entre as pessoas, o que, somado à “pobreza de cultura”, levava a uma paridade social caracterizada pela baixa divisão do trabalho e pelo isolamento.

Ao tratar da violência de forma direta, Franco demonstra o quanto quando, em determinada situação, ela aparece “os agressores perdem de vista os fins prefixados e acabam por completo enredados no processo que desencadearam”. A violência passa a valer por si, momento em que os envolvidos “vivem o mais exíguo presente, no plano de suas atividades conscientes”, onde “as respostas violentas irrompem de maneira quase reativa”<sup>297</sup> o que lembra o argumento de Arendt, isto é, quando a prática da violência não tem um resultado imediato ela “muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais

---

<sup>293</sup> Franco, *op. cit.*, p. 24.

<sup>294</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>295</sup> *Idem*, p. 30.

<sup>296</sup> *Idem*, p. 31-32.

<sup>297</sup> *Idem*, p. 38.

violento”.<sup>298</sup> Entretanto, para explicar a violência, Franco define a existência da mesma como resultado da “pobreza cultural” dos grupos de homens livres:

Em uma cultura tão simples, em que a grande maioria dos problemas de adaptação ao ambiente são triviais e a criação intelectual se resume numa literatura oral pobre, é facilmente compreensível que os temas de recreação sejam primordialmente baseados no confronto de personalidades que se medem. Define-se com isto um processo competitivo, em que os participantes procuram afirmar-se uns em detrimento dos outros e em que a comunicação assume quase sempre a forma de zombarias e provocações.<sup>299</sup>

Análise desenvolvida por Franco tende por priorizar a violência entre os homens livres pobres como resultado de sua “pobreza cultural”, sua rusticidade, contudo é conveniente registrar o quanto tratar uma cultura como “pobre” pode ser insuficiente para compreensão do grupo que compartilha dessa cultura. Robert Darnton, por exemplo, em *O grande massacre dos gatos* mostra como é arriscado estabelecer divisões entre cultura superior “com C maiúsculo” e uma cultura popular “com c minúsculo”, pois “operando ao nível corriqueiro, as pessoas comuns aprendem a ‘se virar’ e podem ser tão inteligentes, à sua maneira, quanto os filósofos”.<sup>300</sup>

Um mundo atravessado pela violência, a qual podia surgir por questões de honra, de política e de terra, assim Duglas Teixeira Monteiro descreve o sertanejo que habitava os sertões do Contestado. Violência cujo significado, segundo Monteiro, estava “consagrada nos costumes” das pessoas.

No sertão, o crime por excelência era o furto, como a ação sorrateira e, particularmente, o furto de gado. O bandido solitário, que iniciava sua carreira a partir de um homicídio de honra e podia tornar-se um matador profissional, não sofria condenação moral – era vítima do destino; o chefe de uma grande família, que comandava uma vasta clientela, era honrado, mesmo que suas posses se fundamentassem na violência expropriadora contra chefes rivais; a violência contra adversários políticos estava nos costumes. Nada disto era crime, no sentido de ato moralmente condenável.<sup>301</sup>

Para explicar a presença constante de violência no sertão do Contestado o autor retoma de forma crítica o estudo de Franco, anteriormente discutido, e argumenta que a violência era

<sup>298</sup> Arendt, *op. cit.*, p. 58.

<sup>299</sup> Franco, *op. cit.*, p. 42.

<sup>300</sup> DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. XIV.

<sup>301</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*. São Paulo: Duas cidades, 1974, p. 37-38.



resultado da falta de uma diferenciação social, tanto entre os sertanejos como entre eles e aqueles que deviam ocupar um lugar de domínio naquela configuração social. Era natural, de acordo com Monteiro, “que a busca de recursos sociais propiciadores de equalização e atenuadores da subordinação se concentrasse na valorização de virtudes pessoais”. Um dos fatores a influenciar e determinar o nivelamento social que acabava levando à violência era, para o autor, a disponibilidade de terras que possibilitou a disseminação de pequenos posseiros. Da mesma forma, outro problema a pesar na equação era a existência de uma certa “frouxidão dos laços especificamente econômicos que vinculavam (...) os agregados aos fazendeiros”, o que reduzia os laços de dependência dando margem ao surgimento de acertos violentos.<sup>302</sup>

Situação que era, de acordo com Monteiro, conseqüência de um “sistema social e econômico que implicava num gênero de vida incompatível com uma subordinação disciplinada”, onde subordinadores e subordinados se reconheciam como pessoas integrais. Para Monteiro, a autonomia resultante do nivelamento social não é resultado do reconhecimento do outro como pessoa, mas, pelo contrário, surge no sistema patrimonial de dominação como “necessidades funcionais de manutenção”. Assim, as oportunidades de exercício de autonomia, por exemplo, que na maioria das vezes caía na violência, eram encontradas “dentro do cotidiano de subordinação” e eram necessários ao processo produtivo caracterizador daquele contexto.<sup>303</sup>

O mundo do sertão brasileiro, ou seja, o mundo onde viviam os caboclos pode ser caracterizado, entre outras coisas, pela pouca influência dos aparelhos de controle do Estado e pela mobilidade das pessoas que o habitavam. Certamente esta circunstância era uma das responsáveis pela presença quase constante da violência na vida cotidiana dos habitantes do sertão e pelo modo como as pessoas que o habitavam eram tratadas pelos representantes do Estado e da sociedade como um todo. Isto é, o argumento da “incivilidade” dos caboclos, que se apresenta de forma constante nos relatórios dos presidentes de província do Rio Grande do Sul, por exemplo, era justificado pelo não enquadramento dos mesmos as normas características daquela parte da sociedade nacional que se considerava representante da “civilização”.

O argumento da pouca presença e da falta de organização do Estado e de seus aparelhos de controle no interior do Rio Grande do Sul pode ser facilmente comprovado, tanto a partir dos relatórios dos presidentes de província como pelos próprios processos crime. Não

---

<sup>302</sup> *Idem*, p. 40-41.

<sup>303</sup> *Idem*, p. 41-42.

é incomum constar nos processos queixas de delegados, juizes de paz, sub-delegados a respeito da não existência de um controle eficaz da justiça em suas comarcas:

No dia 28 para 29 do mês próximo passado foi assassinado Manuel Alves de Maia que procedi auto de corpo de delito, sendo os assassinos Francisco de tal e Theodoro de tal, como pelos grandes esforços que fiz foi preso um deles, o Francisco, porque minhas atribuições não alcançam proceder sumário e porque o respectivo sub-delegado desta ainda se acha enfermo e não haja quem se onere para emprego supra.

O processo é encaminhado a julgamento a 6 de Abril de 1849 sem que se elabore o seu respectivo sumário. Nele o dito Francisco de tal é acusado de ter assassinado a Manuel Alves de Maia, ambos, tanto assassinado como assassino, são ervateiros. O motivo do assassinato, segundo depoimento de José Caetano, preto forro, natural da província de São Paulo, casado, com sessenta anos mais ou menos, residente no distrito de Botucarahy, hoje Soledade foi rixa travada entre Manuel Alves de Maia e Francisco em função do último e Theodoro estarem na casa de Manuel a tocar viola, coisa que Manuel não gostou e “disse que não queria fandango em sua casa e logo saiu para fora o réu presente com a pistola na mão, então ele testemunha vendo que a intenção do réu era fazer mau ao dono da casa, o atacou dizendo-lhe o que queria fazer, enquanto o finado montava a cavalo e galopou a chamar Cláudio de Lara que ia passando com umas mulas e logo depois viu ele testemunha o réu presente seguro pelo dito Lara e o finado Maia brigando com Theodoro”.

No interrogatório ao ser perguntado do seu envolvimento na morte de Maia, Francisco responde que “sabe que foi assassinado dito Maia por ouvir dizer a outras pessoas e que os assassinos foram ele interrogado e Theodoro de tal, porém se ele interrogado teve parte nessa morte ignorava, porque nada se lembra do que nesse dia ocorreu, por ter ido em casa de Joaquim Gonçalves, sogro do assassinado, tratar uma carreira com um genro deste e ali tomara muita cachaça, a ponto de perder o sentido”.<sup>304</sup>

O processo é representativo de algumas peculiaridades que devem ser levadas em consideração para melhor compreender o modo como se processavam as relações sociais entre os camponeses caboclos, pois nele aparecem elementos que, de certa forma, vão estar presentes de maneira mais ou menos contínua nos processos que envolvem camponeses nacionais. São eles a “facilidade” com que se passa de uma desavença simples a um confronto de extermínio, a participação de expectadores que podem ou não intervir no conflito, o porte

---

<sup>304</sup> Cruz Alta, *processo crime 1840 a 1918*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1647, maço 41, 1849.

livre de armas, geralmente facas e facões por vezes pistolas, o pano de fundo que nos mais das vezes é uma diversão: tocar viola, jogar baralho, carreiras, beber em grupos, etc. e, por fim, a justificativa usada por Francisco em seu interrogatório: a embriaguez profunda causada pelo consumo da cachaça.

Outro exemplo demonstrativo do consumo de bebidas alcoólicas pelos caboclos e da influência da mesma nas rixas que ocorriam é o fato ocorrido entre dois irmãos no ano de 1851, onde Pedro Pereira da Silva mata seu irmão Antônio Pereira da Silva depois de longa bebedeira, a qual de acordo com o depoimento da testemunha Manuel das Dores Silva Machado foi o motivo do crime. Em seu depoimento, Pedro diz que matou seu irmão “em defesa da sua pessoa”.<sup>305</sup>

Um problema complexo relacionado ao processo anterior é compreender porque a exigência de Manuel Maia de que não se fizessem fadangos em sua casa veio resultar-lhe a morte? Não há dúvidas que a indagação não pode ter uma resposta exata, principalmente se se tomar por base padrões de comportamento característicos dos dias atuais ou de outros grupos sociais. Parece-me que a resposta mais acertada para a questão é pensar as relações entre os camponeses-caboclos como resultado de uma configuração social em específico, regida por normas próprias de convivência e regulação, as quais, por sua vez, são difíceis de definir devido a inexistência de fontes produzidas especificamente pelos nacionais.

Situação semelhante à ocorrida entre Manuel e Francisco acontece em 1850 entre João Gonçalves e José Pedroso: na casa de João, José travou desavença com Guerrino de tal, pela qual Gonçalves expulsou os dois contendores de sua casa. No dia seguinte José sentindo-se ofendido desafia João para uma briga em um campo, desafio o qual João não aceita. Mesmo assim José vai até a casa do desafiado e tenta atacá-lo com uma espada, mas não consegue êxito, João fazendo uso da mesma espada fere a José que dias depois morreu.

Em interrogatório ao ser perguntado o motivo da morte de José, João Gonçalves responde que sabia que José Pedroso “tinha morrido de paixão”. Mas o que seria morrer de paixão? Floriano Antônio Nunes, testemunha do caso em seu depoimento explicita a questão dizendo que José sentindo-se ofendido pela expulsão que sofrera prometera “beber o sangue” de Gonçalves, do que surge o desafio, a posterior briga e a morte de Pedroso que segundo o depoimento de Nunes morreu “dizendo que não era da ferida que morria, porém de paixão de não ter bebido o sangue” de Gonçalves.<sup>306</sup>

---

<sup>305</sup> Cruz Alta, *processo crime 1844 a 1855*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1672, maço 42, 1851.

<sup>306</sup> Cruz Alta, *processo crime 1844 a 1850*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1659, maço 42, 1850.

Aqui é a honra que surge como mais um elemento caracterizador do modo de vida do camponês caboclo, da mesma forma, ela também aparece como justificadora da violência. Numa quantidade considerável de processos que envolvem rixas de extermínio o motivo principal das desavenças é a ofensa a honra de uma das partes envolvidas e talvez ela seja uma das principais causas da morte. Convém registrar que a constatação não é regra, antes uma observação que somente a análise de uma quantidade maior de processos de Comarcas de outras regiões do Rio Grande do Sul poderia dar uma base mais concreta. Entretanto, é importante chamar atenção para o fato de que autores que estudaram o lavrador nacional em outros estados do Brasil já alertaram para a importância da honra entre esses grupos:

A visão de si mesmo e do adversário como homens integrais impede que as desavenças sejam conduzidas para lutas parciais, mas faz com que tendam a transformarem-se em lutas de extermínio. Em seu mundo vazio de coisas e falta de regulamentação, a capacidade de preservar a própria pessoa contra qualquer violação aparece como a única maneira de ser: conservar intocada a independência e ter coragem necessária para defendê-la são condições que o caipira não pode abrir mão, sob pena de perder-se.<sup>307</sup>

Como ressaltai, confrontos e desavenças relacionados à honra são matéria constante nos processos crime que envolvem o lavrador nacional. Arlene Renk ao estudar os ervateiros do Oeste de Santa Catarina, argumenta que

os valores nobres dessa população consistem na lealdade, na honra e na coragem, esta era a maior virtude. Estes aspectos refletem-se no cotidiano, através de práticas, como a preferência pelos santos guerreiros: São Jorge, São Sebastião, São Benedito, São Jerônimo e nas lutas por questões de honra. Neste esquema, a preservação da honra nunca foi vista como crime, antes como algo que deveria ser defendido. Permanecer vivo equivaleria a ser o vencedor, prova da coragem e invencibilidade, a que não se poderia fugir.<sup>308</sup>

Tais confrontos estão ligados a ofensa pessoal, à quebra de algum preceito considerado importante para o grupo social em questão e o desafio de personalidades que se medem em função dos mais diversos motivos, sejam eles insignificantes como uma palavra solta no ar ou de maior repercussão social, como acontece no caso de Ubelina dos Santos Lorena, a qual acusada por seu companheiro Alexandre Ramão Trilha de ser “uma alcoviteira de suas filhas”, motivo pelo qual ele passa a espancar tanto Ubelina como sua filha Damazia Trilha com um “reio de encheirar, dizendo que Damazia estava prostituída e que esse era o

---

<sup>307</sup> Franco, *op. cit.* p. 62-63.

motivo porque a espancava”. Após a “sova” Ubelina e Damázia fogem de casa e procuram auxílio de Thomázia, “viúva do finado Lourenço Padilha, a fim de valerem-se desta senhora e que Dona Thomázia lhes dissera que não lhes podia valer por ser uma mulher viúva”.

Como Thomázia nega ajuda a Ubelina e Damázia elas procuram ajuda de Joaquim da Silva Genro, no que são atendidas. Alexandre dando falta das duas “fugitivas” sai a procura das mesmas encontrando-as na casa de Genro, para o qual conta “o que tinha feito a elas em sua casa e que pretendia fazer-lhe mais do que tinha feito”. Convém registrar que o casal tinha uma terceira filha chamada Ubelina Trilha, a qual ficou em casa com o pai quando sua mãe e irmã fugiram, sendo que no ínterim Alexandre “tentou servir-se dela e para esse fim agarrou-a a força e por esse meio conseguiu seus intentos”.<sup>309</sup>

Da leitura do processo é possível inferir que a questão vai além de um problema social e de defesa de honra chegando a ser um problema de índole psicológica, pois em seu depoimento José da Silva Genro, o protetor de Ubelina mãe e Damázia, conta como Alexandre lhe relatou a forma com que processou a agressão de sua “concubina” e sua filha: Genro diz em seu depoimento que Alexandre lhe contou que surrou sua filha em função dela “ter se prostituído” e que “colocando-a de quatro pés levantando-lhe os vestidos e ameaçou introduzir um cabo de arreador e que ela fugira com o cú e que ele dissera que se ela se defendesse da mesma maneira quando a desonraram que hoje não estaria prostituída e disse mais que para satisfazer seu desejo que havia de surrá-la até deixá-la de gatinhas em estado de não poder caminhar, disse mais que também tinha surrado muito a sua concubina Ubelina e que não se retirava deste lugar sem antes matá-la, por ser a causa de seus prejuízos, (...) dizendo que não era daqui, que morava para diante do inferno três léguas e que anoitecia aqui e amanhecia lá”.<sup>310</sup>

Evidentemente o comportamento de Alexandre não pode ser generalizado como atitude padrão, mas há no acontecimento situações que são caracterizadoras do mundo do camponês nacional pobre. Demonstra o quanto ele era moldado pela violência e por preceitos comuns a sociedade nacional, principalmente aqueles envolvendo as relações sexuais.

Outra situação interessante que vem à tona no processo envolvendo Alexandre e sua concubina está relacionada à interpretação que os habitantes do sertão tinham do próprio; o quanto as malhas da Lei e do Estado não alcançavam o sertão e como essa característica facilitava o uso da violência como forma de resolução de problemas. Fato que é perceptível

---

<sup>308</sup> Renk, A luta da erva, *op. cit.*, p. 99.

<sup>309</sup> Cruz Alta, *processo crime 1867 a 1871*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1837, maço 46, 1869.

<sup>310</sup> *Ibidem*.

no relato que Genro faz da conversa que tivera com Trilha quando ele diz “que não era daqui, que morava para diante do inferno três léguas e que anoitecia aqui e amanhecia lá”. Assim, o sertão aparece como um lugar desconhecido ficando “adiante do inferno três léguas”, onde poucos poderiam chegar e que nem todos conheciam e, da mesma forma, era um esconderijo propício àqueles que eram visados pela Lei.

Um dos exemplos encontrados que mostra de forma clara o quanto a ausência de formas institucionalizadas de controle social propiciavam uma certa “liberdade” ao uso de formas violentas de ajuste social é o processo crime envolvendo Osório Francisco Reinaldo, 25 anos, casado, jornalista, cuja forma é a seguinte:

O Promotor Público da Comarca vem perante V. S<sup>a</sup> denunciar Osório Francisco Reinaldo pelo crime que passa a relatar: na noite de 23 de maio do ano corrente (1886), chegando Filisbino José dos Santos, praça da secção policial desta cidade, em casa de Generosa Cezarina do Rosário e aí encontrando inesperadamente o denunciado acima nomeado, perguntando-lhe: o que faz e o que pretende você, um homem que tem mulher e filhos nesta casa e desta mulher com quem convivo? Ao que respondeu Osório: não tenho a dar-lhe contas; porque hoje o que governa aqui é este facão. E tirando de tal arma precipita-se sobre seu adversário, que teria recebido na cabeça o golpe que recebeu na mão se não levasse o braço em defesa. Sentindo-se ferido Felisbino lança mão de uma acha de lenha que encontrou e investe para o seu agressor que o vendo ensangüentado deitou a fugir.<sup>311</sup> – grifo meu.

A profissão do ofendido, praça de polícia, demonstra a existência de uma força policial em Cruz Alta e também alerta para uma questão que Hobsbawm chamara atenção em seu estudo sobre o banditismo, isto é, o fato de as autoridades, por vezes, serem “cidadãos naturais do lugarejo”,<sup>312</sup> o que dá maior margem ao descumprimento de alguns preceitos legais. Outra circunstância a ser destacada é que ao fim do processo Osório é inocentado e considerado livre de culpa pelo Júri, fato que mostra certa tolerância da Justiça para alguns casos de infração da ordem.

Outra questão que deve ser destacada é a existência da violência nas áreas de colonização com imigrantes europeus, convém ressaltar o quanto ela estava presente em tais áreas e, da mesma forma, a semelhança que tinha com os ajustes violentos presentes entre os

---

<sup>311</sup> Cruz Alta, *processo crime 1886 a 1887*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1993, maço 52, 1886.

<sup>312</sup> “As condições ideais para o banditismo são aquelas em que os homens que exercem a autoridade são cidadãos naturais do lugarejo, operando em complexas situações locais, e em que uma viagem de alguns poucos quilômetros pode colocar o bandido além da jurisdição ou mesmo do conhecimento de um conjunto de autoridades e no território de outras, que não se importam com o que acontece ‘no exterior’”. Cf: HOBSBAWM, E. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976, p. 15.

caboclos camponeses. Circunstância que demonstra como o argumento usado pelos incentivadores da colonização de que os imigrantes seriam responsáveis pelo desenvolvimento de formas mais “civilizadas” de comportamento no Brasil, não condizia com a realidade existente nas colônias, pois no que tange a violência, o que acontecia era muito semelhante a situação já existente no país. Um dos muitos exemplos encontrados que retratam esta constatação é o fato acontecido no dia 17 de Fevereiro de 1892, quando, na colônia Ijuí, o colono Adolfo Kemas maltratou um cão de propriedade de Júlio Berick, em consequência Kemas foi repreendido por Berick, do que resulta alteração entre os dois,

Intervindo um outro colono, em cuja casa deu-se a alteração Júlio Berick retirou-se, sendo perseguido por Adolfo Kemas. Nesse ato Júlio Berick lançou mão de um facão, descarregando sobre Kemas um golpe que produziu-lhe o ferimento constante do auto de corpo de delito (...), de cujo ferimento veio a falecer o referido Kemas.<sup>313</sup>

A partir de 1890, com a fundação da colônia Ijuí, processos crime envolvendo colonos começam a ter uma presença destacada entre os processos analisados, assim casos de lutas de extermínio, rixas, desavenças são tão constantes em Ijuí quanto o eram nas zonas em que a presença de imigrantes era menos intensa. O que vem a demonstrar, novamente, que o problema da violência entre os caboclos não era tanto resultado de seu modo de vida considerado, pelas autoridades da época e talvez ainda hoje, pouco morigerado e inábil ao trabalho ou por terem uma cultura “rústica”, mas, como tem sido aqui destacado, resultado, entre outras coisas, da ausência de formas de controle social que colocassem os instrumentos de violência e ajuste social sob responsabilidade do Estado, bem como da forma como se desenvolveu o capitalismo e a apropriação da terra no Brasil.<sup>314</sup>

---

<sup>313</sup> Cruz Alta, *processo crime 1892 a 1897*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 2050, maço 55, 1892.

<sup>314</sup> Cf. Oliven, *op. cit.*

## ***Capítulo 4***

---

### **4. CABOCLOS E IMIGRANTES NO PLANALTO DO RIO GRANDE DO SUL**

#### **4.1. A Província, a colonização e a agricultura.**

Os indivíduos que vinham, estranhos aos misteres da agricultura, imitaram os nacionais.<sup>315</sup>

É a partir de 1850 que o processo de ocupação do território no Rio Grande do Sul toma um incremento significativo decorrente do aumento do número de imigrantes que vinham da Europa para se instalar em território brasileiro. Não é objetivo aqui elaborar uma história da colonização no Rio Grande do Sul, entretanto demonstrar com base nos relatórios



dos presidentes da província, de modo geral, a forma como ocorreu o processo de colonização com imigrantes europeus não-ibéricos, bem como os interesses e metas relacionados ao processo, os quais podem ser visualizados pela análise das falas dos presidentes.

A historiografia que trata da questão agrária no Rio Grande do Sul tem demonstrado o quanto a colonização estava vinculada à necessidade de ocupação do espaço no Estado, situação que estava associada à proximidade da província com os países vizinhos de fala espanhola e as constantes guerras nas quais o Brasil estava envolvido com tais países. Assim, o perigo de uma invasão estrangeira sempre ocupou as preocupações dos governantes brasileiros de maneira que a colonização com imigrantes europeus foi uma das soluções encontradas para resolver o problema da falta de pessoas para povoar os espaços vazios da província.<sup>316</sup> Além disso, problemas como o abastecimento da província, a questão do branqueamento e da necessidade de mão-de-obra foram importantes no desenvolvimento da colonização.

Contudo, a vinda de imigrantes fez vir a tona outro problema que passou a preocupar os governantes brasileiros, ou seja, o perigo da não assimilação dos imigrantes à realidade e nacionalidade brasileira.

A tendência que tem todos os colonos logo que chegam a esta província de se unirem a seus patrícios, tem tornado a colônia de São Leopoldo maior do que era preciso; e como não devemos querer uma Alemanha entre nós, é justo que se proíba a admissão de novos colonos naquele lugar.<sup>317</sup>

O receio que demonstra o presidente Andréa em 1849 acompanhou toda a história da colonização com estrangeiros no Rio Grande do Sul. Tanto é que as colônias provinciais que passaram a ser fundadas a partir de 1890 são formadas de maneira a receber e abrigar representantes de diversas etnias – alemães, italianos, poloneses, etc. – estratégia que era usada para evitar o problema da assimilação dos imigrantes e da formação de quistos étnicos, a qual, no entanto, não surtiu os resultados esperados.<sup>318</sup>

Tal circunstância demonstra a existência de diversos problemas relacionados a colonização: por um lado, havia a necessidade de ocupar o território para evitar o perigo de

---

<sup>315</sup> LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. Relatório com que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Vice-Presidente Comendador Patrício Correa da Câmara, 1861, p. 48. (AHRS - A 7.07).

<sup>316</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: UNIJUI, 2002.

<sup>317</sup> ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Abertura da Assembléia Legislativa provincial, 1 de Junho de 1849. (AHRS - A 7.02).

<sup>318</sup> Cf. ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969; e WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.

uma invasão estrangeira do Prata, por outro, existia o problema da nacionalização dos imigrantes, bem como a descrença por parte dos governantes de que a ocupação e desenvolvimento da província pudesse advir do trabalho do lavrador nacional. Fato que surge de maneira constante nas falas dos presidentes, os quais fazem questão de destacar que apenas pela colonização européia a província poderia alcançar os meios que lhe faltavam para desenvolver e diversificar sua produção.

Agora, porém que a indústria pastoril tem diminuído e os produtos da terra têm aumentado o valor, a profissão agrícola abre-se para província com a perspectiva de um futuro brilhante, e as questões que a ela se ligam, tomam uma importância de primeira ordem: a principal destas questões, senhores, é inquestionavelmente a colonização européia, porque só com ela poderá obter a província os braços e capitais que lhe faltam para povoar e dar valor as suas terras.<sup>319</sup>

Em 1858 o então presidente da província, Ângelo Muniz da Silva Ferraz faz menção ao relatório do presidente Andréa de 1849, no qual Andréa destacava que a agricultura era “um ramo quase desconhecido na província”. Ferraz argumentava que nove anos depois do relato de Andréa a colonização conseguia colocar o Rio Grande do Sul “em uma posição contrária”, pois “hoje esta província é essencialmente agrícola. Além dos diferentes produtos com que são abastecidos os nossos mercados, anualmente exporta uma não mesquinha quantidade de cereais para diferentes portos do Império”.<sup>320</sup>

Cabe destacar que embora Andréa e Ferraz destaquem e coloquem a agricultura antes do desenvolvimento da colonização como um “ramo desconhecido na província” ela não era inexistente. Pelo contrário, tinha uma importância significativa e era sustentada basicamente pelo trabalho do lavrador nacional.

Luís Augusto Ebling Farinatti em sua dissertação de mestrado lembra o quanto a historiografia regional, com algumas exceções, tende a não mencionar a importância do lavrador nacional para a agricultura do Rio Grande do Sul. Esta historiografia tende a centrar – da mesma forma que fez o presidente Ferraz – o desenvolvimento agrícola como resultado da imigração. No entanto, Farinatti argumenta que a agricultura dos caboclos, “ainda que fosse pequena e talvez insuficiente para a demanda da própria província, essa atividade

---

<sup>319</sup> SINIMBÚ, João Lins Cansansão. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa provincial, 2 de Outubro de 1854, p. 25. (AHR - A 7.02).

<sup>320</sup> FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Apresentado a Assembléia Legislativa provincial na 1º sessão da 8º Legislatura, 1858, p. 33. (AHR - A 7.06).

permitia a existência de um grande contingente de famílias de lavradores e fazia parte do comércio local e regional”.<sup>321</sup>

Os lavradores nacionais de Santa Maria não estavam, pois, isolados do sistema de trocas inter-regionais e, ainda que produzissem, principalmente, para sua subsistência, seus pequenos excedentes eram comercializados no município e mesmo fora dele. Articulavam-se, portanto, com os demais grupos sociais do local e da província, o que lhes permitia permanecer estabelecidos como lavradores, ainda que não fizessem parte dos centros dinâmicos da economia gaúcha, como os complexos pecuário-charqueador e colonial-imigrante.<sup>322</sup>

Além da questão da nacionalidade, outro problema que a província teve que enfrentar no processo de povoamento com imigrantes foi o da “qualidade” dos colonizadores vindos ao Rio Grande do Sul. Constantes são as queixas dos presidentes com relação a este quesito, em suas falas eles destacam o quanto a falta de controle nos contratos elaborados com os agentes de imigração resultava na vinda de elementos “indesejados”, os quais acabavam se desviando da atividade agrícola.<sup>323</sup>

Em conseqüência, a eficiência da imigração passa a ser questionada e em suas falas alguns presidentes começam a se referir em uma frustração de suas expectativas chegando a afirmar que os colonos – dos quais se esperava a introdução de sistemas agrícolas aperfeiçoados na província – acabam por “imitar” os nacionais. Joaquim Antão Fernandes Leão, ao entregar relatório da sua administração em 1861, argumentava que as formas como foram travados os contratos de imigração, tanto pelo governo como pelos particulares, não permitiram atrair ao Brasil homens capazes de dar à agricultura o aperfeiçoamento esperado.

Só a grande propriedade, dispondo de consideráveis recursos pode tentar as experiências caras e aventuras donde surgem as novas descobertas: os nossos cultivadores que não estão nessas circunstâncias, que não têm mesmo conhecimento do que se faz em outros países, pelas longas distâncias e dificuldade de comunicação com os centros de civilização, iam seguindo os processos comumente

---

<sup>321</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, dissertação de mestrado, 1999, p. 140.

<sup>322</sup> *Idem*, p. 149.

<sup>323</sup> “Os especuladores e contratadores de colonos não tem feito mais do que atender a seus lucros; os colonos que em muitas ocasiões nos tem vindo são de pior qualidade. Os males e abusos que nos provém desse sistema, á são conhecidos e, pois convém estar em guarda, para que não se reproduzam”. – Ver: LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 2ª sessão da 8ª Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, 1859, p. 37-38. (AHRS - A 7.06).

praticados e recebidos acompanhados de novos colonos. Tal é a principal explicação do atraso de nossa agricultura.<sup>324</sup>

Anteriormente, com base nos estudos de Waibel, Willems, Roche e Boserub, foram apresentadas algumas das justificativas pensadas para explicar o porque de os colonizadores ao chegarem no Brasil abandonaram os modos tradicionais com que cultivavam a terra na Europa e adotaram as formas de trabalho agrícola comuns ao caboclo. Entretanto, é importante destacar o quanto tal situação vai ser responsável por uma mudança de opiniões e atitudes por parte dos governantes com respeito à imigração. Em consequência há um descrédito, por parte dos governantes, na eficiência da imigração, tanto é que a partir de 1874 os investimentos do governo provincial a imigração, como demonstra Jean Roche, passaram a diminuir:

**Relação entre o total do orçamento provincial  
e o do capítulo “Colonização”.**<sup>325</sup>

Ano	<i>Despesas com imigração</i>
1874	61000 mil-réis
1876	31000 mil-réis
1880	19000 mil-réis

Sobre a redução das verbas destinadas a colonização, o presidente Francisco de Faria Lemos, escreve em 1878:

Em aviso circular de 17 de outubro último chamou o Ministério da Agricultura a atenção desta presidência para a urgente necessidade de reduzir as despesas que correm por conta da verba – terras públicas e colonização – e recomendou indicasse as reduções que se devem fazer não só no pessoal das comissões existentes nesta província, mas também em tudo quanto se referir a colonização e medição de terras, de maneira que o dispêndio total no presente exercício não exceda o crédito distribuído para correr ao referido serviço.<sup>326</sup>

É importante registrar – mesmo que os resultados da imigração não tenham sido satisfatórios – nos relatos dos presidentes o desenvolvimento da agricultura ainda continuava

<sup>324</sup> LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. Relatório com que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Vice-Presidente Comendador Patrício Correa da Câmara, 1861, p. 48. (AHRs - A 7.07).

<sup>325</sup> Fonte: ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, p. 114.

<sup>326</sup> LEMOS, Francisco de Faria. Relatório com que o Exmo. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Chaves Campello, 2º Vice-Presidente, no dia 1 de Fevereiro de 1878, p. 37. (AHRs - A 7.15).

sendo associado à imigração. O que demonstra uma alternância de opiniões, as quais variavam de presidente a presidente, bem como o quanto o processo de colonização não seguia uma linha reta, mas tinha seus reveses.<sup>327</sup>

A imigração para o Rio Grande do Sul estava, portanto, atrelada a problemas de cunho financeiro; em relatório apresentado ao presidente Antônio da Costa Pinto em 1869, pelo então agente interprete Carlos Von Koseritz, o mesmo destaca que a imigração “constará sempre de gente pobre, porque pobres foram todos os colonos que até hoje vieram para a província e suas relações não passam da parte pobre da sociedade”. Koseritz chama atenção para a necessidade do governo pagar a diferença da passagem entre o Rio Grande do Sul e os Estados Unidos, sem o que os imigrantes “pobres como são, deixariam de vir para esta província”.<sup>328</sup>

Em 1870, o então Agente Interprete, Lothar de La Rue, sublinha aqueles que seriam os imigrantes mais propícios a virem a Província de São Pedro, isto é, os germanos. Ao mesmo tempo chama atenção para as mudanças que deveriam ocorrer para que os trabalhos de colonização dessem melhores resultados, dentre as quais destaca: “reforma completa na legislação colonial, estabelecimento de uma rede de estradas e os tentames para confundir e amalgamar na população nacional a população imigrante”. No relatório de Lothar aparece novamente a preocupação com a assimilação dos imigrantes no Brasil, assim como alerta para as relações que eram travadas entre os imigrantes e os nacionais:

Suas relações, (dos imigrantes) com os filhos do país são reduzidas a alguns encontros ocasionais e desgraçadamente acontece que nesses encontros por vezes tem que tratar com indivíduos pouco aptos para inspirar confiança. E, não obstante, querem que o colono conheça o idioma da nova pátria e ame suas instituições.<sup>329</sup>

Embora os esforços voltados a colonização e imigração fossem consideravelmente grandes reinava na província uma certa desorganização a respeito das mesmas, principalmente

---

<sup>327</sup> Exemplo desta situação pode ser percebido na fala do presidente Francisco de Assis Pereira Rocha, o qual em 1862, um ano após o relato do presidente Leão destaca: “sabeis que a agricultura apresenta na província novo e lisonjeiro aspecto, ela vai progredindo gradualmente devido isto em grande parte a emigração alemã”. Ver: ROCHA, Francisco de Assis Pereira. Relatório com que o Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Vice-Presidente o Comendador Patrício Correa da Câmara no dia 18 de Dezembro de 1862, p. 77. (AHRs - A 7.07).

<sup>328</sup> KOSERITZ, Carlos Von. *Relatório do agente interprete*. p. 01. In: PINTO E SILVA, Antônio da Costa. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antônio da Costa Pinto e Silva, Presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcelos, no dia 20 de Maio de 1869. (AHRs - A 7.10).

<sup>329</sup> DE LA RUE, Lothar. *Relatório do agente interprete*. p. 06. IN: SERTÓRIO, João. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Sertório, Presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º Vice-Presidente, no dia 29 de Agosto de 1870, p. 06. (AHRs - A 7.11).

com relação à questão da posse dos lotes coloniais e da legislação que regulava a colonização.<sup>330</sup> Nos relatórios dos presidentes da província as reclamações sobre tal situação são constantes e em sua maioria giram em torno dos problemas da administração das colônias e da não existência de uma legislação capaz de dar conta dos meandros relacionados à colonização.<sup>331</sup> Outro fator a pesar na questão era a proibição que alguns países europeus impunha a imigração para o Brasil, circunstância que dificultava os esforços de povoamento com imigrantes.<sup>332</sup>

Assim, no relatório escrito pelo presidente Francisco de Carvalho Soares Brandão em 1882, surge aquela que talvez fosse a solução encontrada para o problema da dificuldade em se encontrar imigrantes “dispostos” ou autorizados pelos governos de suas regiões de origem a imigrarem ao Brasil. No relatório, Brandão menciona autorização concedida por parte do Ministério da Agricultura, datada de 17 de agosto de 1881, permitindo a admissão de “nacionais” nas colônias da província – Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias e Silveira Martins –. Contudo, a autorização concedida pelo Ministério da Agricultura impunha uma série de restrições às famílias de nacionais que poderiam vir a receber lotes dentro das colônias. Aos nacionais, portanto, seriam

Distribuídos lotes de terras dos que ali existam preparados e disponíveis, uma vez que mostrem ser chefes de família, moralizados e laboriosos e se obriguem a pagar, na forma do regulamento de 19 de Janeiro de 1867, a importância dessas terras e as despesas de sua medição e demarcação. Nenhum outro favor ou auxílio lhes será, porém, concedido conforme o determinou o mesmo Ministério.<sup>333</sup>

Depreende-se da leitura do trecho que o fato de os “nacionais” não receberem nenhum “favor” por parte do governo provincial demonstra o desequilíbrio existente entre os esforços para a atração e contextualização dos imigrantes europeus à província e aqueles voltados a

---

<sup>330</sup> KLIEMANN, Luiza Helena Schimitz. *RS: Terra e poder – História da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

<sup>331</sup> Ver, por exemplo: MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo Presidente Conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, em a 2º sessão da 14º Legislatura, 1872, p. 30. (AHRS - A 7.12).

<sup>332</sup> O presidente da Província de São Pedro em 1875, João Pedro Carvalho de Moraes, assim argumenta a respeito dos problemas advindos da proibição imposta por alguns países europeus à imigração para o Brasil: “A questão da imigração continua nesta Província assim como no resto do Império, nas mesmas circunstâncias que a tem colocado a oposição constante dos governos da Europa aos esforços que temos empregado para atrair ao nosso país trabalhadores que nos auxiliem a desenvolver os elementos de prosperidade que nos oferecem ao nosso solo”. Cf.: MORAES, João Pedro Carvalho de. Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, em a 1º sessão da 16º Legislatura, 1875, p. 30. (AHRS - A 7.13).

<sup>333</sup> BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco De Carvalho Soares Brandão, Presidente da Província, entregou a administração da Província do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, Vice-Presidente, no dia 18 de Janeiro de 1882, p. 32. (AHRS - A 7.15).

instalação dos “nacionais” que já a habitavam. Não raras vezes nos relatórios dos presidentes aparecem trechos onde os mesmos mencionam a necessidade de prestar auxílio aos colonizadores europeus devido às condições em que se encontravam, contudo o mesmo não acontece em relação aos “nacionais”.<sup>334</sup>

Embora os imigrantes recebessem maior auxílio, por parte do governo provincial, do que os nacionais, convém registrar que o mesmo não era suficiente. Assim, outro fator constante nos relatórios era as queixas relacionadas ao grau de abandono a que eram deixadas as colônias, a falta de organização na transferência dos colonos de um ponto a outro da província e a deficiência na alimentação que lhes era destinada:

A câmara municipal de São Sebastião do Caí comunicou-me que aos imigrantes, quando chegavam aquela vila, e em caminho para as colônias faltava alimentação.<sup>335</sup>

Enfim, embora os problemas relacionados à colonização se demonstraram constantes desde quando iniciou o processo de imigração e as opiniões e incentivos a imigração variassem de período a período a colonização sempre recebeu o caráter de ser aquela que colocaria a província em condições de encontrar progresso e desenvolvimento, principalmente naquilo que tange à agricultura e à moralidade de seus habitantes. Em seus relatórios os presidentes dão a entender que ao imigrante caberia o papel de “civilizar” a província, destacam os problemas advindos da imigração e por vezes demonstram-se críticos a mesma, contudo não deixam de acreditar na sua eficiência em dar cabo de algumas de suas expectativas quanto ao desenvolvimento da província e do próprio país.

O colono aqui transforma-se logo em pequeno proprietário agrícola, sente imediato bem estar na sua modesta propriedade, adquire condições de fixidez normal, radica-se afetosamente ao solo hospitaleiro e fértil que lhe dá o pão para a família e a prosperidade doméstica como pronto resultado do seu trabalho honesto e frutífero, adapta-se facilmente aos nossos hábitos, familiariza-se em pouco tempo com nossa língua, procura, enfim, nacionalizar-se sem nenhum constrangimento, associando-se as nossas

---

<sup>334</sup> Em 1875, o presidente João Pedro Carvalho de Moraes, deixa exemplo claro desta circunstância ao tratar dos imigrantes da colônia de São Feliciano: “São todos com raras exceções extremamente pobres, tendo-se visto o diretor por isso obrigado muitas vezes a auxiliá-los a sua custa, e ainda ultimamente tendo alguns chefes de família representado ao governo provincial sobre a penúria em que se achavam suas famílias, o que talvez os obrigasse a abandonar a colônia, resolveu a presidência mandar auxiliá-los por adiantamento com 2 meses de subsídio, auxílio que nas circunstâncias especiais em que eles se acham talvez ainda não lhes seja suficiente para poderem aguardar a colheita do que tem plantado”. Cf: Moraes. *Idem, op. cit.* p. 10.

<sup>335</sup> LISBOA, Bento Luiz de Oliveira. Relatório apresentado ao Ilmo e Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Conselheiro Bento Luiz de Oliveira Lisboa por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 25 de Abril de 1887, p. 24. (AHR - A 7.19).

alegrias e as nossas mágoas, como se tivesse nascido nesta terra privilegiada.<sup>336</sup>

Para concluir, cabe ressaltar que a fala de Castilhos, em seu tom apologético, ao ser tomada por si só não permite observar as vicissitudes, reveses e problemas resultantes do processo de colonização no Rio Grande do Sul. Contudo, por um bom tempo a historiografia que tratou da imigração no Estado insistiu em compreendê-la a partir de observações como as que realiza Castilhos esquecendo de contextualizá-las no processo histórico e no próprio período em que as mesmas eram elaboradas. Portanto, o que se tentou aqui, foi, de maneira rápida, ilustrar o modo como se deu a imigração e a colonização com base nos esforços governamentais, bem como no papel que foi relegado ao lavrador nacional dentro do processo de ocupação do espaço Rio-grandense.

#### **4.2. A ocupação do território e as relações interétnicas entre caboclos e imigrantes**

O Brasil não é feliz porque não trabalha e não trabalha porque é ignorante, não sabe aproveitar os elementos de vida que possui.<sup>337</sup>

A historiografia que tem tratado de estudar os caboclos vem apresentando-os como um segmento da população nacional que historicamente tem se caracterizado pela mobilidade e por ocupar o lugar social indefinido socialmente, por estar exposto ao processo de ocupação do território brasileiro sem ter condições de firmar-se como proprietários e pelo preconceito racial de que foi alvo devido às suas características fenotípicas, por ser o produto da miscigenação entre negros, brancos e índios. Definir o caboclo enquanto indivíduo social requer levar em consideração o pressuposto de que ele só pode ser compreendido a partir das constatações acima levantadas.

Em conseqüência, se a mobilidade, logo, a condição de não estar fixo e não ter como legitimar sua propriedade é uma das principais características do caboclo é difícil tratá-lo, como faz a historiografia que se preocupou em analisá-lo, como um “expropriado” do processo de povoamento, pois no momento que o lavrador nacional se tornasse um proprietário e se fixasse a um espaço determinado e, assim saísse de sua condição de

<sup>336</sup> CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Júlio Prates de Castilhos, na 4ª e última sessão ordinária da 2ª Legislatura, 2 de Setembro de 1896, p. 25. (AHRN - A 7.21).

<sup>337</sup> D'AVILA, Henrique. *Fala de Henrique D'Avila a assembléia*. p. 4. In: FLORES, Carlos Thompson. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao 3º Vice-Presidente o Exmo. Sr. Dr. Antônio Corrêa de Oliveira, a 15 de Abril de 1880.



“expropriado”, perderia exatamente um dos elementos que mais o caracterizava, ou seja, a mobilidade e a forma tradicional como praticava a agricultura. Por conseguinte, paulatinamente perderia os traços característicos de seu modo de vida e se aproximaria do tipo de agricultura e modo de vida do colono imigrante, portanto, do ponto de vista econômico-social, deixaria de ser “caboclo”.

Breno Antônio Sponchiado, em sua dissertação de mestrado *O positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul* ao estudar a presença dos “nacionais” na região Norte do Estado, bem como às políticas governamentais voltadas aos mesmos, faz menção às impressões de viagem elaboradas por Maximiliano Beschoren, o qual, durante as décadas de 70 e 80 do século XIX, realizou medições na região do município de Palmeira e elaborou uma descrição sobre a região na qual ele caracteriza os habitantes que encontrou da seguinte forma:

Mesmo que se cultivem os demais produtos, como feijão, milho, mandioca, tabaco, etc., encontrando sempre um bom mercado, ninguém planta mais do que é preciso para o consumo. As pessoas querem apenas viver, pensam somente no “hoje”.<sup>338</sup>

As impressões de viagem e descrições produzidas no século XIX que elaboraram uma narrativa sobre o lavrador nacional, em sua maioria, são unânimes em representar o caboclo e seu modo de vida de forma semelhante a que fez Beschoren. Evaristo de Affonso Castro, erudito que em 1887 escreve a *Notícia descritiva a região missioneira*, na qual faz descrição da região das missões, quando trata de caracterizar de um dos habitantes daquela região – o ervateiro – o faz da seguinte maneira:

Observa-se que o ervateiro, que vive unicamente do fabrico da erva-mate, pelo sistema primitivo, transmitido pelos guaranis, é homem sem nenhuma instrução; na generalidade indolente, cultivando algum milho e feijão, que na maioria dos casos não basta para sua subsistência; vivem em uma profunda indiferença por tudo quanto é progresso: e eis aí o traço distintivo de seu caráter.<sup>339</sup>

As duas descrições permitem observar traços gerais que dão os contornos do modo de vida característico do caboclo, embora, tanto Beschoren como Castro, demonstrem um certo

---

Este ao Exmo. Sr. Dr. Henrique D’Ávila a 19 do mesmo mês. Fala com que o último abriu a 2ª sessão da 18ª Legislatura da Assembléia provincial, no dia 1 de Maio de 1880. (AHRS - A 7.16).

<sup>338</sup> BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. p. 51. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989, p. 51. *Apud*: SPONCHIADO, Breno Antônio. *O positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, dissertação de mestrado, 2000, p. 88.

preconceito com relação a forma como o lavrador nacional levava sua vida, as narrativas que os autores constróem são importantes no sentido de possibilitarem conhecer um pouco melhor o caboclo, pois por mais parcial que suas descrições tenham sido, trazem em si argumentos iluminadores que autorizam conhecer de forma um tanto mais detalhada o modo de vida do caboclo.

Antônio Candido ao tratar das situações de contato de “indivíduos e grupos” com “novos valores” propõem como resultado do encontro três conseqüências: “enquistamento”, “desorganização” e “aculturação”.<sup>340</sup> No caso do contato dos caboclos com os imigrantes e com o próprio processo de desenvolvimento de relações capitalistas no Rio Grande do Sul pode-se concluir que os efeitos são semelhantes. Tanto há exemplos de lavradores nacionais que adotaram o modo de vida dos imigrantes como de imigrantes que “acaboclam-se”.<sup>341</sup> Assim como, também há casos em que “os valores são aceitos em bloco” e em que há combinação “em proporção variáveis” dos diversos valores envolvidos na relação.<sup>342</sup> Por conseguinte, qualquer alteração profunda no modo de vida característico do caboclo representaria a sua passagem para um tipo de vida e relações sociais que lhe roubariam aquelas características que permitiram identificá-lo enquanto caboclo. Portanto, ele não era um “expropriado” literalmente falando, mas aqueles fatores que permitem considerá-lo um “expropriado” são os mesmos que lhe garantem um modo de vida singular.

A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada. Daí o fato de encontrarmos nela uma continuidade impressionante, uma sobrevivência das formas essenciais, sob transformações de superfície, que não atingem o cerne senão quando a árvore já foi derrubada – e o caipira deixou de o ser.<sup>343</sup>

Assim, é o fato de estar sem condições, tanto materiais como ideológicas, de se inserir economicamente enquanto proprietário de terras que produz o caboclo e conseqüentemente resulta na construção de um modo de vida e de um tipo cultural em específico. Aquilo que de um ponto de vista externo demonstra ser uma “expropriação” pelo próprio caboclo não é

---

<sup>339</sup> CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira*. Cruz Alta: Tipografia do Comercial, 1887, p. 276.

<sup>340</sup> CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964, p. 161.

<sup>341</sup> Cf: Willems, *op. cit.*; SEYFERTH, Giralda. *Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)*. Anuário Antropológico/91. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1993 e RENK, Arlene. *Sociodidécia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.

<sup>342</sup> Candido, *op. cit.*, p. 161.

experimentado como tal, pois a noção de propriedade, comum ao capitalismo ocidental, não era característica de sua cultura e costumes, principalmente ao se levar em consideração que a forma como eles exploravam a terra era comum ao seu modo de vida desde o período colonial.

A mobilidade e o desbravamento da fronteira agrícola são circunstâncias comuns a seu cotidiano, do que é exatamente o avanço da fronteira agrícola e não a propriedade do espaço que ocupava que vai ser o centro a partir do qual ele passa a ter que alterar seu modo de vida tradicional. Por conseguinte, é o desenvolvimento do processo de ocupação de terras no Rio Grande do Sul que vai “expulsar” o lavrador nacional, mas não da propriedade do solo – que talvez não lhe fosse interessante – e sim da possibilidade de conquistar a fronteira agrícola, a qual avança à medida que avança também o processo de colonização. Enfim, legitimar a propriedade do caboclo seria o mesmo que lhe roubar a condição de camponês-caboclo ou, nas palavras de Candido, derrubar a árvore.

Um exemplo que melhor pode definir a situação é o fato acontecido com uma família de lavradores nacionais que em 1863 é alvo de processo por estarem cultivando áreas florestais pertencentes à nação. No processo, Antônio Lemes Pinheiro, Francisco Xavier Antunes, Francisco Antunes de Oliveira, Manuel Lemes da Silva, Raimundo Lemes da Silva, Fideles Lemes da Silva e Manuel Lemes da Silva Filho, são denunciados por estarem infringindo o “disposto no Art. 2º da Lei n. 601 de 18 de Setembro de 1850” – a Lei de Terras –. Ao serem interrogados todos os envolvidos identificam-se como lavradores, sendo que Manuel Lemes da Silva ao ser perguntado se tinha “provas que justifiquem ou mostrem sua inocência?” responde que “por ignorância fez roças em terras nacionais”. À mesma pergunta Francisco Xavier Antunes dá a seguinte resposta: “disse que sendo muito pobre e carregado de filhos não tendo terras de sua propriedade fez roças em terras nacionais ignorando se fazia mal”.<sup>344</sup>

Todos os envolvidos no processo dão a entender que a prática agrícola que exerciam era natural e antiga. A partir do processo é possível perceber um problema muito importante que está relacionado com a questão da propriedade da terra e da noção de propriedade comum ao lavrador nacional. O processo referido é datado de 02 de Janeiro de 1863, nele o denunciante é identificado como Bernardo José Fagundes e os denunciados foram identificados acima. Entretanto, em 23 de Agosto de 1863, Francisco Lemes da Silva – um dos denunciados por Bernardo – abre processo acusando Bernardo José Fagundes, Raymundo

---

<sup>343</sup> *Idem*, p. 61.

<sup>344</sup> Cruz Alta, *processo crime 1862 a 1866*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1796, maço 45, 1863.

José Fagundes, Ângelo R. da Fonseca, José Alves Quirino, Salvador Francisco Tambeiro, Paulo Domingues dos Santos, “como incursos nas penas marcadas no Artigo 2º da Lei n. 601 de 18 de Setembro de 1850”. Assim, 7 meses após sofrer denúncia de Bernardo por estar cultivando em “matas nacionais”, Francisco abre processo acusando Bernardo de cometer a mesma infração.<sup>345</sup>

Os processos demonstram que a Lei de Terras teve efeitos também dentro dos grupos de camponeses-caboclos e que eles não estavam tão desinformados a respeito da mesma, contudo as queixas de Bernardo em relação a Francisco como a do último em relação ao primeiro não lhes garantiria a posse das terras que estavam em questão, do que cabe perguntar a que circunstâncias estavam atreladas as referidas queixas? A primeira vista, a resposta mais propícia a questão parece ser uma compensação de ofensas, mas no processo em que Francisco e seus companheiros são acusados surge um elemento que pode iluminar a questão, isto é, uma carta do Rio de Janeiro, rubricada pelo Imperador absolvendo os réus de suas penas:

Querendo manifestar por atos de clemência e grande júbilo do meu fraternal coração no dia de hoje que se celebra o casamento de minha muito prezada e querida filha, a sereníssima princesa imperial Dona Isabel e usando da atribuição que me confere o artigo 101 § 8º da Constituição do Império: hei por bem perdoar a Antonio Lemes Pinheiro, Francisco Xavier Antunes, Francisco Antunes de Oliveira, Manuel Lemos da Silva, Raimundo Lemes da Silva, Fideles Lemes da Silva e Manuel Lemes da Silva Filho a pena de dois meses de prisão a que foram condenados por sentença do Juiz Municipal do Termo de Cruz Alta na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, datado de 17 de Setembro do ano passado, como incursos no artigo 2º da Lei n. 601 de Dezesete de setembro de 1850. = Francisco José Furtado – Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Justiça o tenha assim entendido e faça executar = Palácio do Rio de Janeiro em 15 de Outubro de 1864, 43º da Independência e do Império = com a rubrica de S. M. o Imperador.<sup>346</sup>

O que leva, tanto Bernardo quanto Francisco, dois lavradores pobres, a prestarem queixa um do outro baseados no artigo 2º da Lei de Terras? Cabe ressaltar novamente que a punição de um ou de outro não resultaria na efetivação da posse dos espaços em questão. A resposta à pergunta só poderia ser alcançada de maneira satisfatória pela análise mais atenta e aprofundada de uma quantidade maior de fontes que tratem especificamente da questão da terra e da noção de propriedade comum aos caboclos. Assim, tal problemática pode ser tema para pesquisa posterior e foge dos contornos deste trabalho, ela serve, contudo, para

---

<sup>345</sup> Cruz Alta, *processo crime 1862 a 1866*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1793, maço 45, 1863.

demonstrar que o modo como se deu o avanço da colonização e a conseqüente apropriação das terras por parte dos colonizadores imigrantes foi central no modo como aconteceu o encontro entre caboclos e imigrantes.

Com referência ao problema da propriedade e da possibilidade dela representar uma quebra com o modo tradicional de vida dos caboclos outro exemplo pode ser encontrado no conjunto de medidas que foram tomadas a partir de 1910 pela diretoria de Terras e Colonização, no sentido de tentar fixar os nacionais a terra. A colônia de Santa Rosa, fundada em 1915, foi uma das primeiras tentativas de, sob as pressões do Estado, tornar os caboclos agricultores a semelhança dos imigrantes.<sup>347</sup> Cabe destacar que Ellen Woortmann, no estudo que faz sobre os colonos do sul do Brasil, situa o ano de 1880 como o período em que, no Rio Grande do Sul, tanto empresas de colonização como o próprio Estado passam a privilegiar “o assentamento e reassentamento de brasileiros, ou de naturalizados, de modo a reduzir os custos” investidos na colonização e “apressar os retornos de capital investido”<sup>348</sup> na mesma.

Nos relatórios que tratavam de Santa Rosa, Torres Gonçalves, então diretor da Diretoria de Terras e Colonização, dá indicativos da situação. Por exemplo, quando se refere a prática de colonização usada até sua administração escreve: “no começo de nossa ação ali era por assim dizer unânime o parecer que nada se conseguiria com os nacionais, porquanto habituado à vadiagem, retirar-se-iam no primeiro momento”. Ao comparar os nacionais aos colonos estrangeiros Gonçalves argumenta:

“o fundo de nossa ação tem sido este: nunca lhes lançarmos em rosto sua inferioridade industrial em relação aos estrangeiros, porém chamar-lhes atenção sobre isto para lhes fazer sentir que podem chegar a obter tanto como eles; jamais induzi-los como se costumava fazer, abandonarem as terras para darem lugar a agricultores estrangeiros; pelo contrário, por todos os modos lhes fazer sentir que os preferimos, que nos empenhamos pela sua permanência nas terras que ocupam (...).”<sup>349</sup>

O relatório de Torres Gonçalves ilumina um aspecto importante que deve ser levado em consideração ao se procurar compreender o contato entre imigrantes e lavradores nacionais, isto é, o papel mediador que exerceu o Estado. No trecho acima, quando Gonçalves escreve: “jamais induzi-los (os nacionais) como se costumava fazer, abandonarem as terras

---

<sup>346</sup> Cruz Alta, *processo crime 1862 a 1866*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1796, maço 45, 1863.

<sup>347</sup> Sponchiado, *op. cit.*, p. 95-99.

<sup>348</sup> WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo, Brasília: Hucitec, Edunb, 1995, p. 100.

<sup>349</sup> *Relatório da excursão ao Município da Palmeira e às colônias de Santa Rosa e Guarany*, prestado ao Secretário dos Negócios das Obras Públicas, por C. Torres Gonçalves, em 11/05/1917, p. 10-12. *Apud*: Sponchiado, *op. cit.* p. 96.

para darem lugar a agricultores estrangeiros”, resume de forma clara a prática de colonização adotada pelo Estado até a fundação da Colônia de Santa Rosa: a substituição do nacional pelo imigrante e o conseqüente avanço do caboclo em direção a fronteira agrícola. Circunstância que tornou o contato, principalmente durante o século XIX, menor. Contudo, é exatamente o estreitamento da fronteira agrícola que vai estreitar os contatos, de modo que até o governo estadual passa a se preocupar com o lavrador nacional.

Certo dos resultados que poderíamos conseguir, sentindo por outro lado, a necessidade inadiável e imperiosa, de fixar os nacionais, tanto por dever de fraternidade em relação a eles como por civismo para melhorarmos a sua situação e promovermos a fusão gradual com o elevado elemento de origem estrangeira existente entre nós, empenhamos o máximo dos nossos esforços neste objetivo. Estabelecemos mesmo este princípio para nosso uso: embora consigamos melhorar muito, sob o aspecto industrial, a organização dos serviços de colonização, como, aliás, é necessário, se não pudermos fixar o elemento nacional, de muito pouco terá válido o nosso esforço. E para evitarmos desânimos com os primeiros desapontamentos possíveis, admitamos, diante do ocorrido em outros casos, que seriam precisos alguns anos (...) para chegar-se ao resultado desejado.<sup>350</sup>

Assim, os esforços da diretoria de colonização além de estarem voltados a ocupar os espaços vazios do Estado passam a ser, também, “fixar os nacionais”. Como se pode depreender do relatório de Torres Gonçalves há uma série de outros objetivos fixados a tentativa de dar aos caboclos um lugar fixo como, por exemplo, “a fusão gradual com o elevado elemento de origem estrangeira”, mas é o “fixar” o caboclo ao solo que parece ser a tarefa mais difícil a ser encarada, tanto é que a todo o momento, em seu relatório, Torres Gonçalves dá destaque a isto.

O caboclo, portanto, durante o século XIX, não era um “expropriado”, pois a noção de propriedade não lhe era comum e seguia seu modo de vida característico, de maneira que é mais conveniente pensar que ele estava situado à revelia<sup>351</sup> do processo de construção da propriedade fundiária no Brasil, na qual, com o passar do tempo, acabou inserindo-se em função das pressões exercidas pelo próprio processo. Por conseguinte, ele só passa a ser um “expropriado” propriamente dito, ou seja, aquele que, no sentido jurídico do termo, “foi

---

<sup>350</sup> *Ibidem.*

<sup>351</sup> Aqui o termo “revelia” me parece ser mais apropriado em função de em seu sentido jurídico representar, de acordo com o dicionário Houaiss, a “falta de contestação por parte do réu em relação à ação proposta em face dele”. Assim, o caboclo era alvo de uma ação – a colonização e a construção da propriedade -, mas enquanto existiam os espaços da fronteira agrícola não contestou tal ação, basicamente por ela, nos primeiros momentos, não alterar em muito o seu modo de vida.

privado daquilo que lhe pertencia”,<sup>352</sup> quando a propriedade passa a ser um quesito importante, talvez o único, para que pudesse continuar vivendo em sua condição de camponês.

Dentro desta lógica, ao contrário do colono imigrante, não é a propriedade do solo que definiu a condição camponesa do caboclo durante o século XIX, mas a possibilidade de perpetuar a mesma pela expansão rumo a fronteira agrícola. Tanto é que os imigrantes que se viram “obrigados” a rumar em direção às novas colônias mediante ao esgotamento dos espaços e da terra nas antigas colônias, principalmente a partir da década de 70 do século XIX, viam tal atitude como sinal de acaboclamento.<sup>353</sup>

Paulo Zarth, ao tratar do problema da ocupação do território no Rio Grande do Sul, em sua pesquisa de mestrado: *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*, argumenta que houve uma diferenciação no modo como os imigrantes europeus e os caboclos foram tratados pelas instituições estatais na apropriação do solo, sendo que os colonos estrangeiros eram privilegiados por serem considerados os “encarregados do desenvolvimento agrícola e não os caboclos”. De acordo com Zarth, os colonos imigrantes “eram tão ignorantes dos aspectos jurídicos como os caboclos; alguns sequer conheciam a língua portuguesa; no entanto um funcionário público levava-os até o lote rural e entregava-o para ser pago em suaves prestações”.<sup>354</sup>

Uma das conseqüências da forma como foi realizada a ocupação e colonização do território no Rio Grande do Sul é a interpretação que toma como razão do desenvolvimento agrícola no Estado o trabalho do colonizador europeu. Contudo, lembra Zarth:

Atribuir o sucesso da empresa agrícola na região (Planalto) exclusivamente à obra dos colonos imigrantes é incorrer num erro capaz de mascarar o processo de ocupação e apropriação das terras na fronteira agrícola. Não se trata apenas de uma questão ideológica com objetivos enaltecendo o trabalho desta ou daquela etnia em detrimento de outra, mas sim de analisar a questão da fronteira sob outro prisma que não seja excludente e nem apoiado na análise étnica ou numa expansão pura e simples da pressão demográfica das áreas mais antigas de colonização no Rio Grande, que, nesse sentido e nessa forma de analisar, estariam fadadas a emigrar para novas áreas. Isso é uma explicação cujo centro está fora da fronteira.<sup>355</sup>

<sup>352</sup> HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

<sup>353</sup> Cf: Renk, Sociodicéia às avessas, *op. cit.* Roche. *Idem, op. cit. e Willems. Idem, op. cit.*

<sup>354</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho – 1850-1920*. Ijuí: Editora UNIJUI, 1997, p. 77.

<sup>355</sup> *Idem*, p. 99-100.

Quanto à questão do encontro e das relações étnicas travadas entre caboclos e imigrantes, o fato de o contato não ter sido tão intenso devido à possibilidade que os caboclos tinham de se retirar em direção a fronteira agrícola, à medida que a colonização com imigrantes europeus avançava, lembrando que a busca do lavrador nacional pela fronteira, por vezes, tenha sido realizada mediante a influência do Estado<sup>356</sup>, não impossibilitou a construção de espaços de “fronteira étnica” e mesmo de conflitos que giravam em torno deste problema.

Nos relatórios dos presidentes da província, encontrei uma menção ao problema étnico. Ela estava relacionada aos conflitos existentes dentro das regiões coloniais e era resultado de rixa que surgiu, em 1879, entre um colono italiano e um “brasileiro” no distrito de Pouso Novo, município de Rio Grande. A partir do acontecimento o então presidente Felisberto Pereira da Silva, escreve sobre a necessidade de “rever vários acontecimentos envolvendo confronto entre pessoas de diferentes etnias”, pois ainda não existia, segundo Felisberto, “um maior detalhamento dos mesmos” na Província.<sup>357</sup> O trecho do relatório do presidente Felisberto é demonstrativo da existência de confrontos étnicos em São Pedro do Rio Grande do Sul e, da mesma forma, mostra que eles não eram incomuns.

Anteriormente – capítulo 1 –, ao tratar das teorias relacionadas à etnicidade destaquei os estudos realizados por Max Weber, Fredrik Barth, Norbert Elias, John Scotson, Michael Banton e Stuart Hall. As pesquisas desses autores permitem melhor compreender a maneira como se processou os contatos entre caboclos e imigrantes. Como procurarei demonstrar adiante, a análise das fontes e da bibliografia sobre a colonização e sobre os caboclos no Rio Grande do Sul, permite perceber situações que foram teorizadas pelos autores referidos.

A história do Rio Grande do Sul e de sua ocupação estão marcadas por circunstâncias como a formação de “relações comunitárias étnicas”, principalmente entre os colonos imigrantes. Pela construção de uma relação de estabelecidos e outsiders, onde os imigrantes, embora tenham chegado posteriormente ao Rio Grande, estabelecem-se em condição de

---

<sup>356</sup> Esta questão fica clara nos relatórios elaborados por Alberto Torres Gonçalves, o qual ao se referir as práticas de colonização adotadas até sua administração o faz de forma crítica, questionando a maneira como eram tratados os “nacionais”: “À criação de cada nova comissão de terras ou à instalação de cada novo núcleo, seguia-se geralmente a retirada gradual da maioria dos nacionais moradores das regiões. Uns retiravam-se alegando a falta de proteção da administração pública; outros por fazerem bom negócio imediato transferindo as suas terras, ou simplesmente os seus pretendidos ‘direitos de posse’, ao primeiro colono de origem estrangeira que aparecia propondo-se a isto. E era crença generalizada, mesmo entre as pessoas que manifestavam interesse pelos nacionais, constituir fatalidade imodificável a impossibilidade de prede-los à terra. In: Relatório da Diretoria de Terras e colonização, 1917, p. 41. *Apud.* Sponchiado, *op. cit.* p. 91.

<sup>357</sup> SILVA, Felisberto Pereira da Silva. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores, no dia 19 de Julho de 1879, p. 7-8. (AHRN - A 7.15).



domínio em detrimento aos caboclos, devido a sua organização e ao apoio que recebiam da sociedade nacional. Também há a construção de “fronteiras étnicas” onde, por exemplo, caboclos e imigrantes, disputam sua identidade, bem como é possível perceber o uso da “idéia de raça” para justificar a considerada superioridade dos imigrantes sobre o lavrador nacional e assim explicar os benefícios que os primeiros receberam.

As fontes que analisei – principalmente os processo crime – autorizam visualizar a existência de confrontos étnicos dentro da região de Cruz Alta, os quais passam a aumentar à medida que a colonização com imigrantes avança rumo àquela direção. Entretanto, eles não são tão contínuos quanto o inicialmente suposto. Circunstância que certamente é resultado da forma como se processou a colonização, ou seja, pela expulsão do lavrador nacional rumo a fronteira agrícola. Não obstante a existência de tal meandro há processos que giram em torno de questões étnicas e que são esclarecedores da forma como os dois grupos em estudo percebiam um ao outro.

Em 31 de janeiro de 1884, Manuel Correa de Moura – “vulgo Maneco Biriba” – e João Hermes são acusados em processo por desavença acontecida entre os dois. Manuel é identificado como lavrador, tinha 48 anos, era casado, brasileiro e nascido em Lapa – Paraná –. João Hermes tinha 55 anos, era casado, natural de São Pedro do Rio Grande do Sul e sua profissão era curtidor. O motivo da briga e do processo, segundo a queixa elaborada pelo promotor público da comarca é o seguinte:

Achando-se o denunciado Hermes com sua família em passeio em casa de João Vollmo, situada no 4º distrito deste termo. Isto no dia 14 de janeiro do corrente, aí também chegou o primeiro denunciado Manuel Correa de Moura e em ocasião que se retirava ao mesmo Hermes dirigindo-se a Correa disse: “você prometeu acabar com os alemães, eles aqui vão”, ao que respondeu Correa: “eu não prometi isso, mas sou homem”. Em seguida lançou mão de um facão e agrediu Hermes que, por sua vez, lançou mão de uma pistola, no que foi imitado pelo mesmo Correa e assim dispararam-se reciprocamente dois tiros, sendo que o disparado por Correa acertando derrubou por terra o mencionado Hermes, que depois de caído ainda recebeu em um braço um talho de facão ainda dado por Correa que saiu são e salvo da referida rixa.<sup>358</sup>

No processo Manuel alega legítima defesa e é inocentado. Em contrapartida, a queixa deixa nítida a existência de “fronteiras étnicas”, levadas ao extremo a ponto de permitirem o surgimento da violência, as quais tinham o papel de definir a relação e a identidade de caboclos e imigrantes. Quando Hermes desafia Manuel, perguntando-lhe sobre a promessa de

---

<sup>358</sup> Cruz Alta, *processo crime 1881 a 1884*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1973, maço 50, 1884.

“acabar com os alemães” evidencia, na continuidade de sua fala, uma relação identitária, onde contrapõem, certamente de forma inconsciente, o “eles” – os alemães – ao “nós” – os caboclos –. Assim, Hermes identifica-se como pertencente a um grupo que é o mesmo de Manuel e que se difere do grupo dos alemães que representava o “outro”.

O caso lembra a argumentação de Barth, o qual quando se refere as identidades étnicas escreve que elas se realizam a partir da atribuição e identificação “realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas”.<sup>359</sup> Portanto, a diferenciação que Hermes estabelece quando trata os alemães como “eles” – os “outros” – e ao mesmo tempo demonstra o próprio avanço da colonização com imigrantes e a força que a mesma tinha – “eles aqui vão” – atribui uma identidade étnica a si e a Manuel. Da mesma forma como estabelece uma diferença entre a identidade que “cria” para si e o grupo no qual estava inserido da dos alemães que na sua fala “vão” sem levar em consideração as promessas de Manuel e a própria presença do grupo que ele representava.

Emilio Willems ao estudar os alemães no Brasil demonstra o quanto o avanço da colonização era acompanhado do recuo dos caboclos em direção à fronteira agrícola: “o caipira lavrador era e ainda é, em grande parte, intruso. Geralmente arredio, recua com a aproximação de colonos”.<sup>360</sup> Willems também escreve sobre uma divisão social do trabalho entre caboclos e imigrantes, onde os primeiros eram responsáveis por produzir aqueles produtos que eram mais característicos ao Brasil como, por exemplo, a rapadura e a farinha de mandioca, bem como a influência do contato entre os dois grupos levou os imigrantes a produzirem também tais produtos. Assim, no que tange à língua falada pelos imigrantes no Brasil, Willems escreve:

As associações culturais que o uso de palavras portuguesas envolve, indicam a direção em que o observador deve procurar as vias por onde um vasto vocabulário português se infiltrou no linguajar teuto. (...). Entregues a si próprios não tinham outro recurso senão a aceitação da cultura ergológica do caboclo. Foram estas relações, de natureza nitidamente secundária, que determinaram a aquisição de inúmeros elementos relativos a criação de animais, à lavoura, à alimentação, à casa, etc., que foram integrados, juntamente com suas denominações, à cultura teuto-brasileira. As relações com instituições políticas, jurídicas e administrativas afiguram-se como outra veia muito importante por onde termos portugueses passaram para o idioma dos imigrantes.<sup>361</sup>

<sup>359</sup> BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. IN: POUTIGNAT, Philippe; *et alli*. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998, p. 189.

<sup>360</sup> Willems, *op. cit.*, p. 78.

<sup>361</sup> *Idem, op. cit.*, p. 221.

Como é possível perceber a influência que a cultura característica dos caboclos exerceu sobre os imigrantes era mais forte naquilo que se refere às técnicas agrícolas adotadas pelos europeus que vinham ao Brasil. De acordo com Willems, isto estava ligado ao desconhecimento que os imigrantes tinham do trabalho agrário, fato que, por outro lado, “facilitou a integração” do imigrante “ao meio brasileiro”.

Quanto à questão de existência de uma divisão étnica do trabalho entre caboclos e imigrantes constatada por Willems, Arlene Renk em sua pesquisa de mestrado: *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense* constata que no processo de colonização do Oeste catarinense também ocorre uma divisão do trabalho, a qual se estrutura sobre critérios étnicos e tem função de definir identidades, sendo que naquela região

há uma hierarquia de atividades construída sob uma divisão étnica do trabalho entre os grupos locais: os de origem, neste caso os italianos, e os brasileiros. Esta divisão do trabalho tem correspondência às posições estruturais ocupadas no espaço social. Coube aos italianos: a colônia, a lavoura, o comércio e a indústria, ocupando posições dominantes no espaço social. A situação dos brasileiros ou caboclos passa a apresentar peculiaridades, onde, a distância social com os italianos, de nativos são transformados em estrangeiros. A condição de alienígena é externada pelas representações dos colonizadores, como: “não são filhos daqui”; “não são filhos de italianos”; “estes que hoje estão aqui e amanhã ali”. Voltados à atividade extrativa, que é o espaço por onde os italianos não transitam, estes classificam a posição estrutural daquele ofício como a mais baixa na hierarquia das atividades laborativas e de exclusividades dos brasileiros. Fazem suas leituras “eles (caboclos) só sabem fazer isso”; “só fazem isso”; naturalizando este ofício como “coisa” ou “trabalho de caboclo”.<sup>362</sup>

No que se refere às uniões matrimoniais entre caboclos e imigrantes Willems argumenta que eram difícil acontecer, pois “os colonos desprezavam os caboclos porque, no seu modo de ver as coisas, estes eram vadios e pobres”. Assim, era “preciso, primeiro, que uma das duas partes subisse ou descesse na escala social”<sup>363</sup> para que a miscigenação ocorresse de forma mais tranqüila e facilitada. Outra situação a influenciar nas relações matrimoniais é a consciência de uma origem étnica, a qual aparece de forma mais forte entre os imigrantes, e foi responsável por dificultar relações conjugais entre caboclos e imigrantes.<sup>364</sup> Neste sentido, Renk argumenta que a endogamia, para o caso que ela estuda – a relação étnica entre “brasileiros” e “italianos” no processo de colonização do Oeste

<sup>362</sup> RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997, p. 10.

<sup>363</sup> Willems, *op. cit.*, p. 326.

<sup>364</sup> Cf. Woortmann, *op. cit.*

catarinense –, é um traço que diferencia italianos e brasileiros, pois há uma resistência entre os italianos para casar com brasileiras devido à elas não partilharem dos mesmos valores: “são fortes as acusações às mulheres brasileiras, de se fazerem sustentar pelos maridos, e de serem pouco parcimoniosas”, pelo que a autora demonstra que:

na área em estudo, sempre foi afirmado que “italiano não se cruza com os de outra nação”, neste caso, os brasileiros. Lógico, sempre há espaços para exceções. Embora raros, nos casos conhecidos de italianos casarem com brasileiras, estas eram portadoras de certos capitais, como o escolar. Trata-se de um brasileiro diferente, na avaliação dos italianos.<sup>365</sup>

Quanto à questão do lugar social que ocupavam os imigrantes, anteriormente, foram expostas aquelas interpretações que tenderam a descrever o imigrante que baixou na escala social como “acaboclado”. Na análise dos processos crime foi possível encontrar alguns que envolviam imigrantes exercendo a prática agrícola comum aos caboclos, isto é a agricultura no sistema de roças. Os processos crime em questão permitem compreender que o contato desses imigrantes “acabocladados” com o lavrador nacional era mais comum do que aquele que mantinham os colonos tradicionais<sup>366</sup> com os caboclos. Em 1851, o “alemão” João de Castro abre processo contra Antônio Ferreira Torres que o “maltratou” enquanto trabalhava em um roçado que Torres considerava ser seu. Joaquim Ignácio de Oliveira Pimenta é chamado a depor e assim descreve o fato:

Perguntado se sabia quem tinha ofendido e maltratado com pancadas o alemão João de Castro? Disse que no dia 23 do mês de dezembro do ano próximo passado, sendo convidado pelo mencionado alemão João de Castro para ajudar a roçar uma capoeira de matos, e que estando nesse serviço pelo meio-dia mais ou menos (...), ali chegara Antonio Ferreira Torres e cumprimentando a todos apeou-se do cavalo e dirigiu-se ao mencionado Castro em voz muito baixa que diz ele testemunha nada ter ouvido apesar da pouca distância em que se achava e que só viu quando o mencionado Torres por ida como vinha, sem outras armas com o armador de tocar cavalos deu com o cabo do mesmo duas pancadas sucessivas na cabeça do mencionado Castro que imediatamente caiu por terra e que ainda depois de caído lhe dera um (ilegível) com o mencionado atirador. (...) Perguntou mais ele Juiz a ele testemunha se sabia consistira ou ao menos ouviu dizer qual motivo do comportamento do mencionado Torres para com o ofendido Castro? Disse que era apenas porque Torres queria proibir a ele Castro de fazer semelhante roçada, quando disse ele testemunha

<sup>365</sup> Renk, A luta da erva, *op. cit.*, p. 80.

<sup>366</sup> Por “colono tradicional” quero representar aqueles colonos que, segundo Zarth, “se estabeleceram como agricultores em pequenas propriedades e constituíram-se numa nova classe na estrutura sócio-política da região”. Cf: Zarth. História agrária do planalto gaúcho – 1850-1920, *op. cit.*, p. 179.

não se sabe com que direito pudesse Torres proibir o serviço que ali se estava fazendo.<sup>367</sup>

O depoimento de Joaquim possibilita perceber que a relação entre imigrantes e caboclos passava pela questão da terra e da apropriação da mesma, assim como permite visualizar que os contatos eram mais freqüentes quanto mais os imigrantes estivessem, em condição social, próximos ao lavrador nacional.

Os confrontos étnicos estavam presentes e aparecem de forma pulverizada nas relações sociais cotidianas vivenciadas pelos habitantes do agro Rio-grandense. Tais confrontos envolviam os mais diferentes argumentos, bem como adotavam significados diferenciados dependendo daqueles que estavam envolvidos na relação. Assim acontece, por exemplo, quando Guilherme Frederico Buschls, em 1872, abre queixa contra Ricardo Neto por ferimento que lhe foi causado pelo último. De acordo com a queixa, Guilherme estava passando em frente a casa de uma senhora, que no processo é identificada como “Teresa Gorda”, quando foi convidado a entrar na casa da referida Teresa por Alexandre Azevedo Coutinho. Em conversa travada entre Guilherme e Alexandre o último se dirige a seu companheiro de conversa e chama-o de “gringo” ao que Guilherme responde que é “um gringuinho bom”. Ricardo Neto que estava próximo aos dois conversadores entendeu que Guilherme havia se dirigido a ele como “indiozinho” do que resulta desavença entre os dois: Guilherme, “disse que não tinha dito tal palavra e que não referia-se a ele Ricardo. Este disse ao queixoso (Guilherme) que não teimasse porque o encostaria na parede, levantou-se por esta ocasião o queixoso para retirar-se e foi agredido pelo suplicado (Ricardo)”.<sup>368</sup>

Nota-se que o motivo de toda desavença está sustentado num caráter étnico, pois mesmo que Guilherme não tenha se dirigido a Ricardo e não tenha utilizado o termo “indiozinho” o fato de Ricardo ter entendido que Guilherme estava falando dele o desagradou e daí resultou a agressão. O que demonstra que as fronteiras étnicas, naquele contexto, já haviam sido mais ou menos delimitadas pelos próprios personagens envolvidos no processo. Situação que pode ser visualizada quando Guilherme se identifica como “guinguinho bom”, reconhecendo que vem de fora daquele contexto, pois a palavra “gringo” usualmente tem o caráter de representar o estrangeiro. A situação se repete quando Ricardo não aceita ser identificado como “indiozinho”, mesmo que a atribuição de identidade não tenha sido realizada. Por outro lado, esse processo é demonstrativo de uma certa estratificação étnica existente no contexto e período, pois nele aparecem três identificações possíveis: o imigrante,

---

<sup>367</sup> Cruz Alta, *processo crime 1844 a 1855*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1674, maço 42, 1851.

<sup>368</sup> Cruz Alta, *processo crime 1871 a 1875*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 1870, maço 47, 1872.

o brasileiro e o índio, sendo que elas obedecem a uma hierarquia, onde o imigrante sente-se superior ao caboclo que, por sua vez, não aceita ser comparado ao índio.

Para findar é conveniente apresentar um último exemplo demonstrativo da atribuição de identidade pela qual passaram imigrantes e lavradores nacionais. Em algumas descrições realizadas da região de Cruz Alta e mesmo a bibliografia que trata do mundo do lavrador nacional estabelece um papel muito importante a magia dentro dos grupos caboclos. Evaristo de Affonso Castro, por exemplo, escreve referindo-se aos nacionais:

a falta de crença religiosa, que existe entre este povo; persuadido de que a igreja é a casa onde o padre ambicioso e avaro, vai extorquir o dinheiro de seus paroquianos, o conduz a idéias supersticiosas, porque foge da igreja e não conhece o catecismo; assim como descrê da religião, e clama contra o padre, especulador, crê no feitiço e nos milagres feiticeiros.<sup>369</sup>

A importância dada ao poder da magia e da feitiçaria não é comum apenas entre os lavradores nacionais, mas está presente também dentro das áreas de colonização. Parece que a crença na feitiçaria é uma prática comum dentro das sociedades camponesas<sup>370</sup>, no entanto, para o caso brasileiro, principalmente para o caso das áreas de colonização com imigrantes no Rio Grande do Sul, ela não foi profundamente estudada. Os contornos desta pesquisa não permitem fazer uma pesquisa detalhada sobre a existência de trabalhos que tratam sobre esta questão, mas na pesquisa foram encontrados alguns processos crime relatando fatos acontecidos na colônia Ijuí em que a causa das rixas e agressões era exatamente a feitiçaria. Cabe destacar que não foram encontrados processos com o mesmo teor envolvendo caboclos, fato que demonstra ser deveras interessante.

No dia primeiro do corrente (1891), na colônia do Ijuí, 5° distrito deste termo, o individuo Augusto Schimidt, sob o privado pretexto que Cristina Boglin havia enfeitiçado uma vaca de sua propriedade, assassinou-a, despachando-lhe um tiro pelas costas e descarregando-lhe sobre a cabeça diversas bordoadas.

Da leitura do inquérito evidencia-se o grau de perversidade do denunciado, pois que tendo Cristina caído ao receber o primeiro tiro despachou-lhe um segundo e como negasse fogo, foi sobre ela e a bordoadas acabou de matá-la desrespeitando e ameaçando todos que intercederam em favor da vítima de sua malvadez.<sup>371</sup>

<sup>369</sup> Castro, Notícia descritiva da região missioneira, *op. cit.*, p. 276.

<sup>370</sup> Cf: GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; e MANDROU, Robert. *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

<sup>371</sup> Cruz Alta, *processo crime 1890 a 1891*. Porto Alegre: APRGS, Processo n° 2040, maço 54, 1891.

Enfim, apresento este exemplo apenas para demonstrar que embora caboclos e imigrantes estivessem separados por uma série de questões cuja abrangência vai desde os problemas étnicos até a importância que ambos exerceram no processo de constituição do agro Rio-grandense e a forma como eles se inseriram e foram vistos pela sociedade nacional como um todo, ambos tinham em comum o fato de serem camponeses. Circunstância que lhes garantiu a existência de muitos traços que os tornam semelhantes e, muitas vezes, são as bases a partir das quais constroem uma identidade e uma lógica de inserção e relação social que é própria do mundo camponês.

### *Considerações finais*

---

Há uma lógica própria característica às sociedades camponesas. No processo de ocupação do espaço no Rio Grande do Sul que, nos anos que compreendem a segunda metade do século XIX, foi levada a cabo – na região de matas do Estado – basicamente pela atuação

de indígenas<sup>372</sup>, de caboclos e de imigrantes é possível perceber os contornos gerais que caracterizam esta lógica de reprodução camponesa. Tal lógica, neste trabalho denominada como “uma lógica camponesa”, é caracterizada pela atuação dos dois grupos que foram alvo do estudo no sentido de reproduzir o seu modo de vida tradicional. Cabe destacar que a pouca menção, neste trabalho, a presença indígena e negra na região deve-se a questões de cunho prático, pois não ignoro a importância desses grupos para o contexto, mas uma discussão mais aprofundada do problema poderia inviabilizar a realização da pesquisa no tempo que lhe foi estipulado.

O objeto estudado aqui se caracteriza por envolver questões relacionadas à ocupação do território, à imigração, às situações que dizem respeito ao problema das identidades étnicas e ao estabelecimento de uma lógica camponesa de relação com o processo de configuração das relações sociais caracterizadoras do Rio Grande do Sul e do país na época. A “luta” de caboclos e imigrantes pela reprodução de sua identidade camponesa, como este trabalho permitiu compreender, pode ser visualizada no próprio processo de ocupação e povoamento do espaço. Aos caboclos coube o papel de perpetuar seu modo de vida através da conquista da fronteira agrícola. Aos imigrantes, com o apoio dos aparelhos de Estado, a reprodução camponesa foi garantida pela apropriação da terra com a compra de pequenos lotes coloniais. Fato este que demonstra como, nos dois casos, a manutenção do modo de vida camponês esteve intimamente vinculado à terra e a sua ocupação.

Assim, todo o conjunto de medidas tomadas pelas autoridades governamentais, tanto da Província de São Pedro como da nação, durante o século XIX e voltadas ao povoamento do território resultaram na construção de uma “etnogênese”, marcada pela elaboração de “fronteiras étnicas”, as quais se definiram à medida que o contato entre os diferentes grupos envolvidos no processo foi aumentando.

Aqui foi privilegiada a análise de uma das esferas envolvidas na constituição desta etnogênese, ou seja, as relações travadas entre imigrantes e caboclos. Pelo estudo destas relações pode-se perceber que embora os grupos etnicamente se diferenciasssem através, principalmente, de sua auto-atribuição de identidades – “nós” x “outros” – existem pontos em comum entre os dois grupos, os quais vão definir sua identidade camponesa, num sentido mais geral, como, por exemplo, a existência de alguns traços culturais – crença na magia –

---

<sup>372</sup> Sobre a importância do elemento indígena no processo de povoamento da região norte do Rio Grande do Sul conferir: SIMONIAN, Ligia T. L. *Terra de posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional, 1981, p. 05. (Dissertação de Mestrado).



econômicos – agricultura de subsistência com mão-de-obra familiar – e sociais – a relação que os camponeses travam com a sociedade envolvente e com a política.

Uma questão que se demonstrou constante, tanto na análise das fontes como da bibliografia que trata de estudar caboclos e imigrantes, foi a “luta” desses grupos para reproduzir o seu modo de vida – o camponês –, luta cuja presença permite falar na existência de uma lógica camponesa que está associada exatamente, mas não só, à reprodução do modo de vida camponês. Por conseguinte, foi a partir do estabelecimento das diferenças entre caboclos e colonos e do modo como eles interpretavam as mesmas e agiam no processo de ocupação que partiu a análise, buscando construir uma interpretação da história camponesa e da relação travada entre caboclos e imigrantes no do Rio Grande do Sul durante a segunda metade do século XIX.

Este estudo centrou-se nas hipóteses de que as identidades camponesas constituídas no Rio Grande do Sul são resultado do processo histórico de ocupação do território. Que a ocupação não ocorreu de forma pacífica e envolveu resistências tanto dos caboclos como dos colonos imigrantes, as quais tiveram reflexo na compreensão que uns têm sobre os outros e na relação que os mesmos estabeleceram. Que a relação travada entre caboclos e colonos imigrantes constitui-se num espaço de fronteira interétnica em que os dois grupos construíram limites de convivência, os quais demarcaram a sua própria identidade. Que os preconceitos da sociedade nacional, como um todo, relacionados ao modo de vida do caboclo, ignoram esta fronteira e constróem um ideal do homem camponês baseado no imigrante, sendo que este ideal “esquece” de levar em consideração que ambos os lados centram suas atitudes em critérios próprios de racionalidade. E que o avanço da fronteira agrícola, à medida que a colonização avançava, foi responsável pelo avanço dos caboclos em direção às áreas desocupadas da província, pelo que, os caboclos saíram a frente do processo e atuaram como “pioneiros” na ocupação. Circunstância que dificultou o seu contato com os imigrantes, mas não o impossibilitou.

Enfim, além da comprovação das hipóteses acima referidas, este estudo possibilitou visualizar que entre os principais acontecimentos relacionados ao encontro entre imigrantes e caboclos está a formação de uma etnogênese, cuja presença, como alguns estudos ultimamente tem demonstrado,<sup>373</sup> é forte naquelas regiões onde a ocupação do espaço foi

---

<sup>373</sup> Cf. RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997; \_\_\_\_\_. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000; SEYFERTH, Giralda. *Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)*. Anuário Antropológico/91. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1993 e WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo-Brasília: Hucitec;

levada a cabo pela atuação de colonizadores estrangeiros. É importante, neste sentido, destacar a importância da etnicidade como chave de análise para compreender de forma mais próxima à realidade o que acontecia e os resultados do encontro entre imigrantes e caboclos-camponeses, tanto durante o período em discussão quanto nos dias atuais, principalmente ao se levar em consideração que os processos de etnogênese estão sempre em constante renovação e, portanto, não são fechados.<sup>374</sup>

## Bibliografia e fontes

---

### ***FONTES PRIMÁRIAS***

---

Edunb, 1995; \_\_\_\_\_. *Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do atlântico*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 6, n. 14, novembro de 2000.

<sup>374</sup> Cf. BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe; *et alli*. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

## **ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS)**

### ***Manuscritas***

Repartição do Agente Interprete. *Ofícios recebidos da Presidência da Província e dos diretores das colônias provinciais, 1871 a 1873.* Códice 241.  
 Diretoria de colonização. *Ofícios para a Presidência da Província, 1861 a 1871.* Códice 244.  
 Inspetoria Geral de medições. *Ofícios a diversas autoridades: 1859 a 1861.* Códice 273.  
 Inspetoria Geral das Colônias. *Ofícios à presidência da província: 1859-1861.* Códice 276.  
 Órgãos de terras e colonização - Repartição especial de Terras Públicas. *Documentação avulsa: 1867-1876.* Lata 279, maço 7.

### ***Impressas***

#### ***Relação das falas e relatórios dos presidentes da província – 1849/1889***

ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Abertura da Assembléia Legislativa provincial, 1 de Junho de 1849. (AHRS - A 7.02).  
 BUENO, José Antônio Pimenta Bueno. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Abertura da Assembléia Legislativa provincial, 4 de Outubro de 1850. (AHRS - A 7.02).  
 BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Abertura da Assembléia Legislativa provincial, 1 de Outubro de 1852. (AHRS - A 7.02).  
 SINIMBÚ, João Lins Cansansão. Relatório do Vice-Presidente da Província do Estado de São Pedro do Rio Grande do Sul. Abertura da Assembléia Legislativa provincial, 6 de Outubro de 1853. (AHRS - A 7.02).  
 SINIMBÚ, João Lins Cansansão. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa provincial, 2 de Outubro de 1854. (AHRS - A 7.02).  
 MURITIBA, Barão de. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa provincial, 1 de Outubro de 1855. (AHRS - A 7.02).  
 COELHO, Jeronymo Francisco. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa provincial, 15 de Dezembro de 1856. (AHRS - A 7.02).  
 MURITIBA, Barão de. Relatório com que entrega a presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a Jeronymo Francisco Coelho, 28 de Abril de 1856. (AHRS - A 7.05).  
 CÂMARA, Patrício Correa da. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Abertura da Assembléia Legislativa provincial, 11 de Outubro de 1857. (AHRS - A 7.05).  
 BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Relatório com que o Vice-Presidente entregou a presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Barão de Muritiba, 26 de Setembro de 1855. (AHRS - A 7.06).  
 FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Apresentado a Assembléia Legislativa provincial na 1ª sessão da 8ª Legislatura, 1858. (AHRS - A 7.06).  
 FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. Relatório com que o Exmo. Sr. Ângelo Muniz da Silva Ferraz entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-

Presidente Exmo. Sr. Comendador Patrício Correa da Câmara, no dia 22 de Abril e este ao Exmo. Sr. Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão em 4 de Maio de 1859. (AHRS - A 7.06).

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 2º sessão da 8º Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, 1859. (AHRS - A 7.06).

FROES, José Henrique da Silva. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo 1º Tenente da Armada José Henrique da Silva Froes, encarregado de fazer o itinerário da viagem do vapor “Cachoeira” ao Porto de São Gabriel pelo Rio Vacacai, 1860. (AHRS - A 7.06).

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 1º sessão da 9º Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, 1860. (AHRS - A 7.07).

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. Relatório que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentou a Assembléia Legislativa da mesma Província, na sessão extraordinária de 1861. (AHRS - A 7.07).

CÂMARA, Patrício Correa da. Fala com que o Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Comendador Patrício Correa da Câmara abriu a 2º sessão da 9º Legislatura da Assembléia provincial, 1861. (AHRS - A 7.07).

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. Relatório com que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Vice-Presidente Comendador Patrício Correa da Câmara, 1861. (AHRS - A 7.07).

ROCHA, Francisco de Assis Pereira. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1º sessão da 10º Legislatura da Assembléia provincial, 1862. (AHRS - A 7.07).

ROCHA, Francisco de Assis Pereira. Relatório com que o Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Vice-Presidente o Comendador Patrício Correa da Câmara no dia 18 de Dezembro de 1862. (AHRS - A 7.07).

PIMENTEL, Esperidião de Barros. Relatório apresentado pelo Presidente a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Esperidião de Barros Pimentel, na 2º sessão da 10º Legislatura da Assembléia provincial, 1863. (AHRS - A 7.07).

PIMENTEL, Esperidião Eloy de Barros. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, na 1º sessão da 11º Legislatura da Assembléia provincial, 1864. (AHRS - A 7.08).

PIMENTEL, Esperidião Eloy de Barros. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. 2º Vice-Presidente Comendador Patrício Correa da Câmara e com que este passou ao Exmo. Sr. João Marcelino de Souza Gonzaga, atual presidente da Província, 1864. (AHRS - A 7.08).

GONZAGA, João Marcelino de Souza. Relatório com que o Bacharel João Marcelino de Souza Gonzaga entregou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Boa Vista, 1865. (AHRS - A 7.08).

BOA VISTA, Visconde. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha pelo Visconde de Boa Vista, ao passar-lhe a administração da mesma Província no dia 16 de Abril de 1866. (AHRS - A 7.08).

CUNHA, Antônio Augusto Pereira da. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Francisco Iganácio Marcondes Homem de

Mello, pelo Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha, 2º Vice-Presidente, 1867. (AHRs - A 7.08).

MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. Fala dirigida a Assembléia Legislativa provincial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo Presidente Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, em a 2º sessão da 12º Legislatura, 1867. (AHRs - A 7.09).

SERTÓRIO, João. Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo Presidente Dr. João Sertório em a 1º sessão da 13º Legislatura, 1869. (AHRs - A 7.09).

CUNHA, Antônio Augusto Pereira da. Fala com que o Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha abriu a 1º sessão da 12º Legislatura da Assembléia provincial em 3 de Novembro de 1866. (AHRs - A 7.09).

MELLO, Francisco Marcondes homem de. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Marcondes Homem de Mello, passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de Abril do ano de 1868. (AHRs - A 7.10).

CUNHA, Joaquim Vieira da. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza, no dia 14 de Julho de 1868. (AHRs - A 7.10).

SOUZA, Guilherme Xavier de. Relatório com que o Exmo. Sr. Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcelos, 1º Vice-Presidente da mesma, no dia 1º de Agosto de 1868. (AHRs - A 7.10).

BARCELOS, Israel Rodrigues. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcelos, 1º Vice-Presidente desta Província passou a administração ao Exmo. Sr. Dr. Antônio da Costa Pinto Silva, no dia 16 de Setembro de 1868. (AHRs - A 7.10).

PINTO E SILVA, Antônio da Costa. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antônio da Costa Pinto e Silva, Presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcelos, no dia 20 de Maio de 1869. (AHRs - A 7.10).

BARCELOS, Israel Rodrigues. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcelos passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ao Exmo. Sr. Dr. João Sertório, no dia 14 de Junho de 1869. (AHRs - A 7.10).

SERTÓRIO, João. Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Sertório, em a 1º sessão da 13º Legislatura, 1869. (AHRs - A 7.10).

SERTÓRIO, João. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Sertório, Presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º Vice-Presidente, no dia 29 de Agosto de 1870. (AHRs - A 7.11).

CASTRO, João Capistrano de Miranda e. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º Presidente da Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima presidente, no dia 4 de Novembro de 1870. (AHRs - A 7.11).

LIMA, Francisco Xavier Pinto. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima abriu a 1º sessão da 14º Legislatura provincial, em 14 de Março de 1871. (AHRs - A 7.11).

LIMA, Francisco Xavier Pinto. Relatório com o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Coronel João Simões Lopes, 1º Vice-Presidente, no dia 24 de Maio do ano de 1871. (AHRs - A 7.12).

LOPES, João Simões. Relatório com que o Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente da Província Coronel João Simões Lopes passou a administração da mesma ao 2º Vice-Presidente, Exmo. Sr. Dr. João Dias de Castro, no dia 12 de Setembro de 1871. (AHRS - A 7.12).

CASTRO, João Dias de. Relatório com que o Exmo. Sr. 2º Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. João Dias de Castro passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Conselheiro Senador Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, no dia 20 de Outubro de 1871. (AHRS - A 7.12).

MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo Presidente Conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, em a 2º sessão da 14ª Legislatura, 1872. (AHRS - A 7.12).

MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, Presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, no dia 11 de Julho de 1872. (AHRS - A 7.12).

JÚNIOR, José Fernandes da Costa Pereira. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Presidente desta Província passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, no dia 1 de Dezembro de 1872. (AHRS - A 7.12).

FRANCO, João Pedro de Carvalho. Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João Pedro de Carvalho Franco, Presidente da Província, abriu a sessão da 15ª Legislatura da Assembléia Legislativa provincial, no dia 1 de Março de 1873. (AHRS - A 7.13).

MORAES, João Pedro Carvalho de. Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, em a 2º sessão da 15ª Legislatura, 1874. (AHRS - A 7.13).

MORAES, João Pedro Carvalho de. Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, em a 1º sessão da 16ª Legislatura, 1875. (AHRS - A 7.13).

CASTRO, José Antônio de Azevedo. Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. José Antonio de Azevedo Castro, em a 2º sessão da 16ª Legislatura, 1876. (AHRS - A 7.13).

ARARIPE, Tristão de Alencar. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2º Vice-Presidente, no dia 5 de Fevereiro de 1877. (AHRS - A 7.14).

CASTRO, João Dias de. Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo 2º Vice-Presidente Dr. João Dias de Castro, em a 1º sessão da 17ª Legislatura, 1877. (AHRS - A 7.14).

CAMPELLO, João Chaves. Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João Chaves Campello abriu a 2º sessão da 17ª Legislatura, no dia 12 de Março de 1878. (AHRS - A 7.14).

LEMOS, Francisco de Faria. Relatório com que o Exmo. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Chaves Campello, 2º Vice-Presidente, no dia 1 de Fevereiro de 1878. (AHRS - A 7.15).

ANDRADE, Américo de Moura Marcondes de. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Américo de Moura Marcondes de Andrade passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva, no dia 26 de Janeiro de 1879. (AHRS - A 7.15).

SILVA, Felisberto Pereira da Silva. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores, no dia 19 de Julho de 1879. (AHRS - A 7.15).

OLIVEIRA, Antônio Correa de. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antônio Correa de Oliveira, 3º Vice-Presidente passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Henrique D'Ávila, no dia 19 de Abril de 1880. (AHRS - A 7.15).

BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco De Carvalho Soares Brandão, Presidente da Província, entregou a administração da Província do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, Vice-Presidente, no dia 18 de Janeiro de 1882. (AHRS - A 7.15).

SOARES, Joaquim Pedro. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcelos, a 27 de Fevereiro de 1882. (AHRS - A 7.15).

VASCONCELOS, José Leandro de Godoy e. Relatório apresentado por S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Presidente Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcelos ao passar a administração desta Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 9 de Setembro de 1882, ao Exmo. Sr. Dr. Leopoldo Antunes Maciel, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente. (AHRS - A 7.15).

MACIEL, Leopoldo Antunes. Relatório apresentado por S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Dr. Leopoldo Antunes Maciel, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente, ao entregar a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Conselheiro José Antônio de Souza Lima, no dia 28 de Outubro de 1882. (AHRS - A 7.15).

LIMA, José Antônio de Souza. Relatório com que o S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Conselheiro José Antônio de Souza Lima passou a administração da Província do Rio Grande do Sul, em 1 de Junho de 1883, ao Exmo. Sr. Dr. Menandro Rodrigues Fontes, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente. (AHRS - A 7.15).

FONTES, Menandro Rodrigues. Relatório com que S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Dr. Menandro Rodrigues Fontes, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 16 de Julho de 1883, ao Exmo Sr. Conselheiro Dr. José Júlio de Albuquerque Barros. (AHRS - A 7.15).

SILVA, Felisberto Pereira da. Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. Felisberto Pereira da Silva, em a 1<sup>o</sup> sessão da 18<sup>o</sup> Legislatura, 1 de Março de 1879. (AHRS - A 7.16).

FLORES, Carlos Thompson. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao 3<sup>o</sup> Vice-Presidente o Exmo. Sr. Dr. Antônio Corrêa de Oliveira, a 15 de Abril de 1880. Este ao Exmo. Sr. Dr. Henrique D'Ávila a 19 do mesmo mês. Fala com que o último abriu a 2<sup>o</sup> sessão da 18<sup>o</sup> Legislatura da Assembléia provincial, no dia 1 de Maio de 1880. (AHRS - A 7.16).

SOARES, Joaquim Pedro. Fala com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, Vice-Presidente da Província abriu a 1<sup>o</sup> sessão da 19<sup>o</sup> Legislatura da Assembléia Legislativa provincial, no dia 7 de Março de 1881 e relatório com que foi lhe passada a administração pelo Exmo. Sr. Dr. Henrique D'Ávila, a 4 do mesmo mês. (AHRS - A 7.17).

VASCONCELOS, José Leandro de Godoy e. Fala dirigida a Assembléia Legislativa pelo Presidente Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcelos, na 2<sup>o</sup> sessão da 20<sup>o</sup> Legislatura, 1882. (AHRS - A 7.17).

LIMA, José Antônio de Souza. Fala dirigida a Assembléia Legislativa pelo Presidente Conselheiro José Antônio de Souza Lima, na 1<sup>o</sup> sessão da 21<sup>o</sup> Legislatura, 1883. (AHRS - A 7.17).

LUCENA, Henrique Pereira de. Fala apresentada a Assembléia Legislativa provincial do Rio Grande do Sul pelo Presidente da Província o Exmo. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena ao instalar-se a 2<sup>o</sup> sessão da 21<sup>o</sup> Legislatura, em 7 de Março de 1886. (AHRS - A 7.17).

SANTA TECLA, Barão de. Fala que à Assembléia Legislativa provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul dirigiu o Exmo. Sr. Barão de Santa Tecla, Vice-Presidente da Província, ao instalar-se a 2<sup>o</sup> sessão da 22<sup>o</sup> Legislatura, em 27 de Novembro de 1888. (AHRS - A 7.17).

SANTA TECLA, Barão de. Relatório com que o Exmo. Sr. Barão de Santa Tecla, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente passou a presidência da Província de São Pedro de Rio Grande do Sul ao Exmo.

Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel, Presidente da Província em 8 de Dezembro de 1888. (AHRS - A 7.17).

PIMENTEL, Joaquim Galdino. Fala que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel, Presidente da Província, dirigiu à Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul por ocasião de ser instalada a 1º sessão da 23ª Legislatura, em 1 de Março de 1889. (AHRS - A 7.17).

BARROS, José Júlio de Albuquerque. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcelos, 2º Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelo Exmo. Sr. Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros ao passar-lhe a presidência da mesma Província, no dia 19 de Setembro de 1885. (AHRS - A 7.18).

BARCELOS, Miguel Rodrigues. Relatório apresentado a S. Exª o Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelo Exmo. Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcelos, Vice-Presidente, ao passar-lhe a administração da mesma Província, no dia 28 de Outubro de 1885. (AHRS - A 7.18).

LUCENA, Henrique Pereira. Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Desembargador Henrique Pereira Lucena, Presidente da Província do Rio Grande do Sul a S. Exª o Sr. Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca, 1º Vice-Presidente ao passar-lhe a administração da mesma Província, em 8 de Maio de 1886. (AHRS - A 7.18).

FONSECA, Manuel Deodoro. Relatório apresentado a S. Exª o Sr. Desembargador Miguel Calmon Du Pin Almeida, Presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Exmo. Sr. Marechal de campo Manoel Deodoro da Fonseca, 1º Vice-Presidente ao passar-lhe a administração da mesma Província, aos 9 dias do mês de Novembro de 1886. (AHRS - A 7.18).

CASTRO, Fausto de Freitas e. Relatório apresentado a S. Exª o Sr. Conselheiro Bento Luiz de Oliveira Lisboa, Presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Exmo. Sr. Dr. Fausto de Freitas e Castro, 1º Vice-Presidente ao passar a administração aos 23 dias do mês de Janeiro de 1887. (AHRS - A 7.18).

LISBOA, Bento Luiz de Oliveira. Relatório apresentado ao Ilmo e Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Conselheiro Bento Luiz de Oliveira Lisboa por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 25 de Abril de 1887. (AHRS - A 7.19).

VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. Relatório apresentado ao Ilmo e Exmo. Sr. Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, 3º Vice-Presidente, por S. Exª o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º Vice-Presidente ao passar-lhe a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 27 de Outubro de 1887. (AHRS - A 7.19).

MENDONÇA, Joaquim Jacinto. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, 3º Vice-Presidente passou a administração da Província do Rio Grande do Sul ao Presidente Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, em 27 de Janeiro de 1888. (AHRS - A 7.19).

VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a S. Exª o Barão de Santa Tecla, 1º Vice-Presidente, no dia 9 de Agosto de 1888. (AHRS - A 7.19).

SANTA TECLA, Barão de. Relatório com que o Exmo. Sr. Barão de Santa Tecla, 1º Vice-Presidente passou a presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel, Presidente da Província em 8 de dezembro de 1888. (AHRS - A 7.19).

LEITÃO, João de Freitas. Relatório apresentado a S. Exª o Sr. Conselheiro Gaspar Silveira Martins, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo 2º Vice-Presidente Exmo. Sr. Coronel João de Freitas Leitão ao passar-lhe a administração da Província, em 26



de Julho de 1889. Precedem-no os ofícios com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel entregou a administração da Província ao Exmo. Sr. Major Antônio Ferreira Prestes Guimarães, 1º Vice-Presidente, a 25 de Julho de 1889 e o Exmo. Sr. Major Antônio Ferreira Prestes Guimarães passou a mesma administração da Província, a 8 de Julho de 1889 ao Exmo. Sr. Coronel João de Freitas Leitão, 2º Vice-Presidente. (AHRs - A 7.19).

SOARES, Joaquim Pedro. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Pedro Soares, Vice-Presidente passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Soares de Carvalho Brandão, no dia 19 de Maio de 1881. (AHRs - A 7.19).

BARCELOS, Miguel Rodrigues. Fala que a S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcelos, Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul dirigiu a Assembléia Legislativa provincial, no dia 20 de Outubro de 1885 por ocasião da instalação de sua sessão ordinária. (AHRs - A 7.19).

### ***Mensagens enviadas a assembléia dos representantes – 1891/1900***

ABBOTT, Fernando. Mensagem apresentada ao Conselho Constituinte do Estado, em 25 de Junho de 1891 pelo 1º Vice-Governador em exercício Dr. Fernando Abott. (AHRs - A 7.20A).

CASTILHOS, Júlio Prates de. Primeira mensagem enviada a Assembléia dos Representantes, aos 28 de Julho de 1891 pelo Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado. (AHRs - A 7.20A).

CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes, aos 20 de Setembro de 1891 pelo Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado. (AHRs - A 7.20A).

MONTEIRO, Victorino. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes, em 19 de Julho de 1892 pelo Dr. Victorino Monteiro, Vice-Presidente do Estado em exercício. (AHRs - A 7.20A).

ABBOTT, Fernando. Mensagem apresentada a Assembléia dos Representantes, aos 3 de Janeiro de 1893 pelo Dr. Fernando Abott, secretário dos negócios do interior no exercício do cargo de Presidente do Estado. (AHRs - A 7.20A).

ABBOTT, Fernando. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes, a 21 de Janeiro de 1893 pelo Dr. Fernando Abbott. (AHRs - A 7.20A).

CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes, a 8 de Fevereiro de 1893 pelo Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado. (AHRs - A 7.20A).

CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes, a 16 de Fevereiro de 1893 pelo Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado. (AHRs - A 7.20A).

CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes, a 7 de Novembro de 1893 pelo Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado. (AHRs - A 7.20A).

CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes, em 20 de Setembro de 1894 pelo Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado. (AHRs - A 7.20A).

CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes, em 26 de Setembro de 1894 pelo Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado. (AHRs - A 7.20A).

CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes, na sessão ordinária de 20 de Setembro de 1895 pelo Dr. Júlio Prates de Castilhos, presidente do Estado. (AHRs - A 7.20A).

CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Júlio Prates de Castilhos, na 3º e penúltima sessão ordinária da 2º Legislatura, 2 de Setembro de 1895. (AHRs - A 7.21).

CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Júlio Prates de Castilhos, na 4º e última sessão ordinária da 2º Legislatura, 2 de Setembro de 1896. (AHRs - A 7.21).

CASTILHOS, Júlio Prates de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Júlio Prates de Castilhos, na 1º sessão ordinária da 3º Legislatura, em 20 de Setembro de 1897. (AHRs - A 7.21).

MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros, na 2º sessão ordinária da 3º Legislatura, em 20 de Setembro de 1898. (AHRs - A 7.21).

MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros, na 3º sessão ordinária da 3º Legislatura, em 20 de Setembro de 1899. (AHRs - A 7.21).

## ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERGS)

### Processos Crime dos Cartórios Cível e Crime de Cruz Alta – 1840-1900.

NÚMERO DO MAÇO	NÚMERO DOS PROCESSOS	ANOS
41	1588 a 1654	1840 a 1918
42	1655 a 1700	1844 a 1855
43	1701 a 1737	1855 a 1858
44	1738 a 1777	1858 a 1862
45	1778 a 1816	1862 a 1866
46	1817 a 1858	1867 a 1871
47	1859 a 1892	1871 a 1875
48	1893 a 1919	1875 a 1877
49	1920 a 1943	1878 a 1881
50	1944 a 1974	1881 a 1884
51	1975 a 1991	1884 a 1886
52	1992 a 2011	1886 a 1887
53	2012 a 2027	1887 a 1889
54	2028 a 2047	1890 a 1891
55	2048 a 2074	1892 a 1897
56	2075 a 2099	1897 a 1900

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLI DE VASCONCELOS. *Guia do emigrante para o Império do Brasil*. Apud: PETRONE, Maria Theresa Schorer. O imigrante e a pequena propriedade – 1824-1930. São Paulo: Brasiliense, 1984.

AMADO, Janaina. *Conflito social no Brasil: a revolta dos “mucker”*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A questão camponesa na teoria marxista clássica*. In: CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o futuro*. São Paulo: Editra Perspectiva, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: UFSC, 2001.
- AVE-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.
- BAKOS, Margareth. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe; et alli. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BAUD, Michel; KOONINGS, Kees; OOSTINDIE, Gert; OUWENEEL, Arij; SILVA, Patricio. *Etnicidad como estrategia en America Latina y Caribe*. Quito: Abya-Yala, 1996.
- BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: UNIJUI, 1997.
- BONFIM, Manuel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BOSERUP, Éster. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1987.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas*. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org.) *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 19-39.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira*. Cruz Alta: Tipografia do Comercial, 1887.
- CÉSAR, Guilhermino. *O Conde de Piratini e a Estância da Música: a administração de um latifúndio Rio-Grandense em 1832*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível*. Revista de Cultura e Política, Agosto, 1979.
- CHALHOUR, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAYANOV, Alexander. *Sobre as teorias dos sistemas econômicos não capitalistas*. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. São Paulo: Martins; Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.
- DAVIS, John. *Antropologia de las sociedades mediterrâneas*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.

- DE BONI, Luis A. *La América: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: UCS e Porto Alegre: EST, 1977.
- DE VALANORA, Toniiallo Luigi. *Minha viagem à América – 1893*. In: DE BONI, Luis A. . *La América: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: UCS, Porto Alegre: EST, 1977.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. I e II, 1994.
- \_\_\_\_; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre: UFRGS; UFSC, 1995.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999. (dissertação de mestrado).
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GEHLEN, Ivaldo. *Terres de lutte et lutes pour la terre*. Nanterre, 1991. (Tese de doutorado apresentada à Université Paris X).
- \_\_\_\_. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da fazenda Sarndi*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983. (dissertação de mestrado).
- GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul: EDUCS, 1985.
- GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- GRAMSCI, Antônio. *Cuadernos de la cárcel*. México: Ediciones Era, vol I, II e III, 1981.
- GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Índios ou caboclos? Os filhos da Serra de Umã*. Travessia: Revista do migrante. São Paulo: Centro de estudos migratórios. Ano VII. n. 19, maio-agosto 1994.
- GRUPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HOBSBAWM, E. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- \_\_\_\_. *Los campesinos y la política*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.
- \_\_\_\_; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HÖRMAYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850. Descrição da província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional*. Porto Alegre: D. C. Luzzato ed; EDUNI-SUL, 1986.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.
- IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

- KEHL, Renato. *A eugenia no Brasil (esboço histórico e bibliográfico)*. In: Actos e trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. *Apud*: MACIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. Revista Anos 90, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999.
- KLIEMANN, Luiza Helena Schimitz. *RS: Terra e poder: história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- KUJAWA, Henrique Ancieto. *Cultura e religiosidade cabocla: movimento dos Monges Barbudos no Rio Grande do Sul – 1938*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- LA BRUYÈRE, Jean de, 1688. *Les caractères*, Paris, 1869. p. 292-293. *Apud*. HOBBSBAWM, Eric. Los campesinos y la política. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.
- LAGEMANN, Eugenio. *Imigração e industrialização*. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio (Orgs.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. *Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul*. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio (Orgs.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- LÊNIN, V. I. *Aliança da classe operária e do campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Aos camponeses pobres: explicação, para uso dos camponeses, daquilo que pretendem os social-democratas*. In: \_\_\_\_\_. *Aliança da classe operária e do campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983.
- LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- MACIEL, Maria Eunice de S. *A eugenia no Brasil*. Revista Anos 90, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999.
- MANDROU, Robert. *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. *Sobre o caboclo-camponês: “um gaúcho a pé”*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Filosofia Ciências e Letras, 1993. (Dissertação de Mestrado).
- MARTINS, José de Souza. *A morte do burguês mítico*. p. 143-150. In: \_\_\_\_\_. *O cativo da terra*. São Paulo: LECH, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O cativo da terra*. São Paulo: LECH, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- NICHOLS, Madalaine Wallis. *O gaúcho*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde ed., 1946.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos: a situação dos Tukúna do Alto Solimões*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1964.
- OLIVEN, Ruben George. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990. (dissertação de mestrado).

- \_\_\_\_\_. *Estancieiros, Lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 1999. (tese de doutorado).
- PEREIRA, André; WAGNER, Carlos Alberto. *Monges barbudos e o massacre do fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fibra de gaúcho tchê!* In: Revista Nossa História. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, dezembro de 2003.
- PETRONE, Maria Theresa Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade – 1824-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- REICHEL, Heloisa Jochims. *Conflito e violência na Campanha Platina: séculos XVIII e XIX*. Porto Alegre: Humanas: revista do IFCH-UFRGS, v. 16, n.2, jul/dez., 1993.
- RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, vols. I e II, 1969.
- ROSSATO, Paulo. *Do Sul, colônia nº 1. 22 de Junho de 1884*. In: DE BONI, Luis A . La América: escritos dos primeiros imigrantes italianos. Caxias do Sul: UCS, Porto Alegre: EST, 1977.
- RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: Editora UPF, 1997.
- RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1977.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1974.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SCWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SEYFERTH, Giralda. *Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)*. Anuário Antropológico/91. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1993.
- SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- SIMONIAN, Ligia T. L. *Terra de posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional, 1981. (Dissertação de Mestrado).
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. Porto Alegre: Bels, 1974.
- SPONCHIADO, Breno Antônio. *O positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000. (dissertação de mestrado).
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol I, II, III, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Costrumbres en común*. Barcelona: crítica, 1995.
- \_\_\_\_\_. *La economía moral revisada*. In: \_\_\_\_\_. *Costrumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Patrícios e plebeyos*. In: \_\_\_\_\_. *Costrumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995.
- UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: EST, 1981.
- VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 157.

- WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- WEBER, Max. *Relações comunitárias étnicas*. In: \_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB, vol. 1, 1991.
- WEBER, Regina. *Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: Ed. Unijui, 2002.
- WIDMARK, Charlotta. *Etnicidad y estrategias sociales de Aymaras urbanos em La Paz, Bolívia*. In: KOONINGS, Kees; SILVA, Patrício (Orgs.). *Construções étnicas y dinamica sociocultural en América Latina*. Quito: Abya Yala, 1999.
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1980.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiante do nordeste*. São Paulo-Brasília: Hucitec; Edunb, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do atlântico*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 6, n. 14, novembro de 2000.
- ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: UNIJUI, 2002.
- \_\_\_\_\_. *História agrária do planalto gaúcho – 1850-1920*. Ijuí: UNIJUI, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Os esquecidos da história: exclusão do lavrador nacional no Rio Grande do Sul*. p. 47-79. In: \_\_\_\_, BONETI, LECHAT, GEHLEN (Orgs). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Editora UNIJUI, 1998.